

**OS EUROBRASILEIROS E O ESPAÇO COLONIAL**  
**Migrações no Oeste do Paraná**  
**(1940-1970)**

© 2002 by Valdir Gregory

Edunioeste  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Rua Universitária, 1619  
Jardim Universitário  
Cascavel - PR  
CEP: 85814-110 - Caixa Postal 701  
Tel.: (45) 3220-3000  
Fax: (45) 3224-4590  
www.unioeste.br  
editora@unioeste.br

**Conselho Editorial**

Alessandro Torres Campos  
Angelita Pereira Batista  
Bartolomeu Tavares  
Carlos dos Santos  
Fernando dos Santos Sampaio  
Germano de Paula  
Ivo Jose Dittrich  
Jefferson Andronio Ramundo Staduto  
João Edmilson Fabrini  
Lúcia Helena Pereira Nóbrega  
Luciana de Oliveira de Farinã  
Luis César Yanzer Portela  
Manoel Moisés Ferreira de Queiroz  
Maria Erni Geich  
Maria Lucia Frizon Rizzotto  
Mário César Lopes  
Odacir Miguel Tagliapietra  
Paulo Cezar Konzen  
Rosana Becker Quirino  
Sérgio Henrique Bernardo de Faria

**Capa**

Jeferson Gonçalves de  
Freitas

**Diagramação**

Antonio da Silva Júnior

**Revisão**

Célio Escher  
Antonio Myskiw

**Ficha Catalográfica**

Marilene de Fátima Donadel  
(CRB 9/924)

**Imagens da Capa**

Fotos da Colonização do  
Oeste do Paraná - Acervo do  
Centro de Estudos, Pesquisas  
e Documentação da América  
Latina - CEPEDAL - Unioeste  
- Campus de Mal. Cândido  
Rondon

Gregory, Valdir

G823e Os eurobrasileiros e o espaço colonial : migrações no  
Oeste do Paraná (1940-1970) / Valdir Gregory . --  
Cascavel : Edunioeste, 2002.  
306 p.

ISBN : 85-86571-44-X

1. Colonização-Brasil 2. Colonização-Região-Oeste-  
Paraná 3.Migrações-Brasil 4. Geopolítica I.T.

CDD-20. ed. 325.3098162

Valdir Gregory

**OS EUROBRASILEIROS E O ESPAÇO COLONIAL**  
**Migrações no Oeste do Paraná**  
**(1940-1970)**

*2ª reimpressão*

Edunioeste  
Cascavel  
2008



Aos que amo sempre mais: Tere,  
Brummer, Valkíria, Bárbara e Oliver.

À mãe e aos manos e manas.

Aos colonos e colonas.

Com saudade, ao pai Egídio, que leu e  
discutiu comigo o texto, e ao irmão  
Osmar, colonos *in memoriam*.



## AGRADECIMENTOS

Aos amigos que a Universidade Federal Fluminense proporcionou: Helena Isabel Mueller (orientadora), Vânia Leite Fróes, Ana Maria dos Santos, Ismênia de Lima Martins, Ronaldo Vainfas, Sônia Regina Mendonça, João Fragoso, Márcia Motta, Luís Carlos Soares e outros tantos.

Aos amigos da Unioeste, Erneldo Schallenberger (ex-Reitor) e equipe, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Colegiado de História, colegas professores, funcionários e alunos.

Aos que participaram deste trabalho, lendo, sugerindo, debatendo, digitando, indicando livros, textos, fontes, dispondo de seu precioso tempo: Erneldo, Lia, Tarcísio, Elena, Sílvio, Lindonês, Márcia, Neiva, Marli, Claércio, Antônio, Scopel, Kreutz, Gertz, Milano, Célio, Norma, Ciro, Zanchet, Yoshiya e demais.

À Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon.

À CAPES, pela bolsa de estudo do doutorado.

Grato! Gratíssimo!





## PREFÁCIO

A utopia que move as pessoas a abandonar suas referências mais próximas, familiares, culturais, de propriedade e mesmo nacionais, é um ato pleno de desejo, de um lado, e de repulsa de outro. O imigrante vive essa utopia e traz em si essa tensão, essa ruptura, que se expressa pelas mais diferentes formas e o impulsiona em direção ao desconhecido, ao mesmo tempo em que vislumbra no horizonte a possibilidade da construção do novo que em seu imaginário será sempre melhor do que a realidade vivida naquele presente histórico. Valdir Gregory, partindo de sua experiência de vida, escolheu para sua tese de doutorado trabalhar com um grupo de eurobrasileiros que em um espaço de duas gerações passa duas vezes por essa tensão. Em um primeiro momento, a vinda de seus antepassados da Europa para o Rio Grande do Sul, onde constroem uma identidade própria plenamente enraizada, em termos culturais e econômicos, na região em que vivem até o momento em que o sucesso mesmo de seu empreendimento gera o mesmo movimento em seus descendentes: a busca da construção de um novo *topos*, de uma nova vida em outro espaço que se lhes apresenta como mais promissor.

Diferentemente de seus antepassados que emigraram sem nada conhecer do lugar para onde iam, no entanto, esse novo grupo de migrantes é articulado em termos empresariais desde dentro, cria uma empresa colonizadora e planejadora do processo, articula a venda/compra de lotes para os colonos. Semelhantemente a seus antepassados esse grupo, ao chegar em suas novas terras, seus novos *topos*, vivem a tensão a manutenção de seus hábitos, de sua cultura enfim, e a necessidade de abandoná-los abrindo espaço para a construção do novo. Essa tensão, a meu ver, é a grande riqueza do trabalho de Valdir que, entretanto, não se limita a ela ao elaborar todo o processo de instalação de novas estruturas econômicas e redes de sociabilidade.

Recuperar a memória familiar através da escrita da história é uma tarefa fascinante e árdua ao mesmo tempo. Há que se manter distante e sem se envolver profundamente com o objeto de nossas pesquisas sem, no entanto, nos mostrarmos tão distantes a ponto de fazermos, de nós mesmos, estrangeiros na própria terra. Valdir Gregory em seu trabalho sobre os eurobrasileiros imigrados para o Rio Grande do Sul com sua

família - consegue adequar seu trabalho de tal forma que produz um texto acadêmico em seu pleno sentido. Orientar esse trabalho de tese me foi bastante prazeroso.

Helena Isabel Mueller

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	13
LISTA DE QUADROS .....	15
INTRODUÇÃO .....	17
1 COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÕES, COLÔNIAS .....	23
1.1 A COLONIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL E O ESPAÇO COLONIAL .....	23
1.1.1 <i>A Colonização no Rio Grande do Sul</i> .....	30
1.1.2 <i>A Colonização em Santa Catarina</i> .....	33
1.1.3 <i>A Colonização no Paraná</i> .....	37
1.2 IMIGRANTES, CAMPONESES E COLONOS .....	40
1.2.1 <i>O Contexto Europeu</i> .....	41
1.2.2 <i>A América e as Migrações</i> .....	44
1.3 DINÂMICA COLONIAL .....	56
1.3.1 <i>A Repulsão no Rio Grande do Sul</i> .....	57
1.3.2 <i>A Repulsão em Santa Catarina</i> .....	61
2 PARANÁ TERRITÓRIO E POPULAÇÃO .....	65
2.1 A GEOPOLÍTICA COLONIAL .....	66
2.2 ESTADO E COLONIZAÇÃO .....	71
2.3 A COLONIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ .....	88
3 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL DA MARIPÁ .....	105
3.1 PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA COLÔNIA .....	106
3.2 A ATUAÇÃO DA EMPRESA NA COLÔNIA .....	123
3.2.1 <i>Madeiras</i> .....	132
3.2.2 <i>Colonização</i> .....	136
3.2.3 <i>Outras Atividades</i> .....	138
3.2.4 <i>Outras Formas de Atuação e de Presença</i> .....	144
3.3 A ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DOS COLONOS .....	152
4 FRONTEIRA E ESPAÇO COLONIAL EM CRISE .....	177
4.1 COTIDIANO E MEMÓRIA COLONIAL DA FRONTEIRA .....	177

4.1.1	<i>Os instrumentos de trabalho</i> .....	196
4.2	MODERNIZAÇÃO .....	203
4.2.1	<i>O Contexto da Modernização Colonial</i> .....	204
4.2.2	<i>As Inovações Técnicas</i> .....	211
4.2.3	<i>A Produção Familiar e as Inovações</i> .....	217
4.3	A DINÂMICA DA FRONTEIRA .....	232
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	245
6	FONTES PRIMÁRIAS .....	251
7	ENTREVISTAS ORAIS .....	255
8	OBRAS CITADAS .....	257

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - Cronologia das Colônias citadas, fundadas na Região Sul .....	31
MAPA 2 - Área Colonial da Maripá .....	115
MAPA 3a - Zonas Fisiográficas da Região Sul .....	155
MAPA 3b - Zonas Fisiográficas da Região Sul .....	156
FOTO 1 e 2 - Toras em cima de carroças com juntas de bois .....	133
FOTO 3 - Foto tirada em 1952 e fornecida por Edevandro Schreiber, mostrando a chegada de mudanças em Mercedes procedentes de Três Passos - RS .....	178
FOTO 4 - Foto do interior de Marechal Cândido Rondon .....	180
FOTO 5 - Foto de 1950 de Marechal Cândido Rondon, nas proximidades da localização da COPAGRIL .....	182



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Habitantes das Colônias do Oeste do Paraná em 1960 .....	96
QUADRO 2 – Principais Indústrias das Colônias do Oeste do Paraná em 1960 .....	97
QUADRO 3 – Principais Estabelecimentos Comerciais das Colônias do Oeste do Paraná em 1960 .....	100
QUADRO 4 – Suínos, Bovinos E Eqüinos Existentes nas Colônias do Oeste do Paraná em 1960 .....	101
QUADRO 5 – Dados Demográficos Da Área Colonizada Pela MARIPÁ .....	121
QUADRO 6 – Subscritores do Capital da MARIPÁ. ....	123
QUADRO 7 – Acionistas da Maripá em 1958 .....	145
QUADRO 8 – Origem dos Cônjuges de Marechal Cândido Rondon - 1955-65 e 1975-85 .....	157
QUADRO 9 - Origem dos Cônjuges por Estado, Cidades e Sexo - Décadas 1955-65 e 1975-85 .....	158
QUADRO 10 - Distribuição dos Proprietários e Sobrenome das Famílias em Duas Subdivisões das Terras do Município de Toledo, Segundo o Grau de Relacionamento .....	163
QUADRO 11 - Dados Gerais, por Tipo de Fazendas Modelo do Município de Toledo .....	193





## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a colonização euro-brasileira do Sul do Brasil e pretende caracterizar o espaço colonial desta região a partir do homem que o constituiu e de projetos de estruturação e organização espacial. Isto implica em delimitar este espaço, em mostrar sua dinâmica, em discutir a vida dos homens que o foram constituindo, em analisar o processo de colonização e sua relação com a dinâmica mais ampla da sociedade brasileira. O espaço colonial é entendido por aquele espaço projetado e estabelecido a partir da estruturação da pequena propriedade da terra na qual os imigrantes, trazidos e saídos da Europa, e seus descendentes se instalaram, viveram e migraram. É aquele espaço social e cultural decorrente das ações e das políticas relacionadas com o projeto nacional brasileiro de manutenção das fronteiras e de integração territorial em que as idéias de permissão, de direcionamento e de controle devem ser contempladas.

Divide-se o texto em quatro capítulos. O primeiro trata de Colonização, Migrações, Colônias em que se pretende, rapidamente, mostrar a colonização do Sul do Brasil, caracterizar o migrante euro-brasileiro e discutir a dinâmica das áreas coloniais. O Sul do Brasil foi colonizado por imigrantes europeus provenientes, principalmente, da Alemanha, da Itália e da Polônia que, a partir dos anos vinte do século XIX, ocuparam áreas que a colonização portuguesa e açoriana não contemplara. Os camponeses, descendentes de europeus, se instalaram em vastas áreas de colonização dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, vislumbrando na posse da terra a garantia da subsistência sua e da sua prole. Ter terra representava e ainda representa, o espaço vital que cada “chefe familiar” teria que conquistar para pertencer à comunidade, nela ser um produtor dos seus alimentos e nela conseguir reproduzir a unidade camponesa. Desta maneira, os colonos sulinos tornaram-se policultores em base à unidade da produção familiar e, quando o acesso à propriedade rural era dificultada na terra natal, a migração para novas fronteiras agrícolas era a alternativa à proletarianização e ao êxodo rural das regiões. Ser colono, neste contexto, implicava em ser euro-brasileiro, ou seja, ser alguém que mantivesse elementos da tradição européia, mas tendo que se adaptar ao novo da realidade brasileira. Ser colono não se esgotava numa conquista individual ou familiar. Era, sobretudo, o pertencer à comunidade e nela atuar. Por isso, uma série de

instituições e de valores foram sendo constituídos, cultivados e preservados. Poder-se-ia falar da Igreja, da escola comunitária, dos rituais, das festas, das associações, dos diversos tipos de jogos e das interpretações de fenômenos naturais e de acontecimentos humanos de que se tomava conhecimento. Há um vasto acervo de imprensa escrita, como jornais, revistas e outros periódicos que podem retratar um **modus vivendi** e um **modus entis** (ou vários!) bem característicos dos contingentes populacionais coloniais do Sul do Brasil.

São os colonos, policultores e de cultura e de mentalidade coloniais, que se tornaram os migrantes que foram levados e foram colonizando as fronteiras agrícolas que se lhes apresentavam nos diferentes espaços e nos diferentes tempos e de acordo com as exigências das estruturações e reestruturações das realidades locais, nacional e internacional.

No segundo capítulo, Paraná: Território e População, estuda-se a Colonização do Estado do Paraná e, de uma maneira mais específica, a colonização do Oeste do Paraná no pós-30. É evidenciado o movimento e a ideologia da Marcha para o Oeste, em que se inseriu esta colonização, que é discutida enquanto ocorrência e enquanto preocupação. Prioriza-se a análise da atuação do poder público e do poder privado no que se refere ao território e à população, porque o elemento humano (o colono migrante) também SOFREU o processo de colonização.

O Estado discursava, projetava, intervinha, se fazia presente pela sua ação tecnocrática, criando órgãos, funções para que houvessem ações gerenciadas pelo poder constituído no sentido de fazer das novas áreas coloniais um espaço produtivo, mas controlado. Tais ações iam desde os projetos das novas colônias até a presença dos órgãos públicos na assistência técnica, na instrução, no controle sanitário, sendo acompanhadas e respaldadas de discursos para o circuito da política e de discursos para o circuito da sociedade, sendo que os referidos discursos eram diferentes, embora seus limites pudessem confundir-se e desaparecer por vezes.

O poder privado atuava, de uma forma mais ampla e indiretamente, através da presença no e da pressão sobre o Estado e, de uma forma localizada e direta, através de empresas extrativistas e colonizadoras. Estas extraíram riquezas vegetais e minerais de áreas a serem colonizadas, implantaram e executaram planos de colonização, lucraram com o comércio de madeiras, de minérios e de outros produtos vegetais e,

principalmente, com o comércio da terra dividida em lotes coloniais.

Aqui servem como fontes discursos e mensagens dos governadores Moisés Lupion e Bento Munhoz da Rocha dirigidos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de 1948 a 1961, época em que a questão da colonização de terras públicas e privadas do território paranaense demandava as mais sérias atenções dos políticos e do poder público. Também utilizou-se documentação de empresas colonizadoras tais como planos e projetos de colonização, relatórios, mapas, registros de venda de lotes rurais e urbanos divididos em perímetros.

No terceiro capítulo, estuda-se a Constituição do Espaço Colonial da Companhia Colonizadora Madeireira Rio Paraná Ltda. - MARIPÁ, fundada em 1946, com sede em Porto Alegre que, adquiriu, no Oeste do Paraná, as terras da Fazenda Britânia localizada nas microrregiões de Toledo e de Marechal Cândido Rondon. Estuda-se a maneira como a colonizadora projetou, organizou e estruturou o espaço da colônia, a atuação da empresa na colônia e a origem e caracterização dos colonos. Propõe-se uma análise histórica de fenômenos localizados e específicos no sentido da atuação de administradores, de planejadores da empresa no que se refere à estruturação do espaço, à diversificação das atividades empresariais e às preocupações com a seletividade dos colonos, uma análise dos mecanismos e das estratégias de presença, de acompanhamento e de participação institucional na organização colonial.

Utilizam-se relatórios, levantamentos, atas e registros da MARIPÁ, textos de relatos e informações feitos por Ondy Niederauer, contador e intelectual da empresa, por Kalervo Oberg e Thomas Jabine e por Keith Deral Müller como fontes. São documentos que trazem informações minuciosas sobre atividades dos colonizadores, sobre a vida dos colonos e sobre o espaço natural, documentos que registram visões, juízos e conceitos dos autores. Servem, também, como fontes depoimentos de colonos pioneiros e de agentes vendedores de terras.

No quarto capítulo, são analisados a Fronteira e o Espaço Colonial em Crise, pretendendo ser o estudo do vivido concretamente pelos colonos da MARIPÁ, área de colonização e de fronteira agrícola disponível para o desbravamento a partir do final da década de 40 e efetivamente colonizada até o final da década de 60. Pretende ser o estudo, de uma forma localizada, sobre o colono camponês-migrante num breve tempo e num restrito espaço históricos, estabelecendo relações entre os aspectos materiais e a mentalidade e caracterizá-lo como tal (colono-camponês-migrante).

O poder público e o poder privado projetaram e implementaram o processo de modernização da agricultura que ocorreu nas regiões coloniais sulinas. Foi um processo tecnoburocrático de intervenção na realidade atrelado à internacionalização do mercado, da tecnologia e da cultura e que obedeceu à programação típica da sociedade organizacional. A orientação para governantes e para intelectuais se baseava nos debates sobre o desenvolvimento da periferia, tendo influência forte sobre discursos, políticas e decisões relacionadas com o desenvolvimento da agricultura. E isto teve íntima relação com a vida colonial.

O colono-camponês, que continuou querendo terra para cultivar, sofreu forte impacto com o processo da modernização agrícola. Ele não mais era um policultor para a subsistência e para um mercado próximo. Ele foi se tornando um produtor especializado vinculado ao mercado internacional da agroindústria. Ele, no entanto, ainda, de uma ou de outra forma, era o camponês de outrora. Reconstruí-lo, portanto, historicamente nos anos 50, 60 e 70 no Oeste do Paraná implica no resgate do seu próprio passado, implica vê-lo submetido a diretrizes do poder público e privado, implica, também, vinculá-lo à realidade mais ampla da internacionalização do capital.

O vivido concretamente pelos colonos se manifestou e foi retido nas mais diversas formas de registros. Novamente, os relatos do capítulo anterior servirão como fontes como também o Relatório Final - Extremo-Oeste Paranaense, PERSAGRI - Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas.

O texto, desta forma, começa com a discussão sobre o espaço colonial, buscando seus elementos constitutivos no tempo e no espaço mais amplos para, depois, tratar de questões mais específicas da colonização no Paraná e da colonização de uma empresa colonizadora e para, de forma localizada e com olhos direcionados, perceber a vida colonial a partir da perspectiva da empresa colonizadora e a partir do vivido dos colonos. E ele termina ampliando, novamente, a abordagem para a realidade dos colonos em geral em que o fenômeno da modernização do Oeste do Paraná se constitui em questões do espaço colonial e quiçá do espaço rural brasileiro.

Esta estruturação do texto se justifica e é uma opção num momento em que paradigmas são questionados, num momento em que novas formas de fazer história são ensaiadas. Mesmo buscando mostrar a riqueza da vida no micro-mundo, procura-se vê-la no contexto mais amplo da dinâmica e da racionalidade da história.

Aqui é pertinente dizer que não está se cristalizando nenhum paradigma científico coerente em si e homogêneo (Rüsen, 1987), a não ser, penso eu, uma maior institucionalização do saber. A concepção de história que não mais prioriza processos abrangentes de evolução e construções estruturais amplas assumem espaços sempre mais consideráveis. A micro-história é exposta lado a lado com a macro-história. Muitas “histórias pequenas” têm seu sentido em si mesmas. A atenção se volta para acontecimentos particulares. A segurança quanto à racionalidade da vida humana não é mais tão consistente e se passa às descrições densas e localizadas no micro de condições reais de vida (ver Rüsen, 1987 e Ginzburg, 1991).

Por outro lado, a visão macro e a visão micro não se contrapõem necessariamente. A redução da escala de observação, a análise microscópica, o estudo intensivo do material documental (Levi, 1992), a explicação do processo da pesquisa como discurso histórico (ver Góes, 1992 e Ginzburg, 1991) são inovações e retomadas que abrem novas possibilidades à historiografia. Os modelos são relativizados. A pesquisa pode ter o seu caminho próprio e não ser necessariamente uma boa aplicação de um modelo existente. Como diz Ginzburg, a investigação quantitativa de longo período pode obscurecer, distorcer os fatos. A vida vivida tem significado no curto prazo. “A visão de longo período pode gerar uma abstrata, homogeneizada história social, desprovida de carne e de sangue” (Ginzburg, 1992). Os indícios, o olhar direcionado para um ponto específico, para o único, o indivíduo, o não-repetido, para fenômenos circunscritos pode ser tão revelador quanto o “olhar modelar e modelador”. O movimento do real, por mais complexo que seja, apresenta suas imposições gerais e os indivíduos, vivendo a vida, manifestam suas particularidades e atitudes localizadas (Burke, 1991, p. 326-348).

Estas são questões e preocupações presentes no decorrer do texto e servem como justificativa da sua forma de construção e como referencial teórico-metodológico do fazer história.



## **CAPITULO 1**

### **COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÕES, COLÔNIAS**

Nesta Primeira Parte, tratar-se-á da colonização do Sul do Brasil dentro do contexto da constituição e da dinâmica da sociedade brasileira, caracterizando o espaço colonial. Abordar-se-á as migrações transoceânicas do século XIX e do início do século XX sob os aspectos do homem-migrante, da sua cultura e do seu modo-de-ser inserido na sociedade européia em transformação e do novo mundo em construção. Finalmente será analisada a dinâmica das colônias nas décadas de 40, 50 e 60, caracterizadas como espaços de repulsão populacional. A intenção é delimitar e caracterizar a região colonial, mostrando em sua amplitude o homem colonial euro-brasileiro<sup>1</sup>. Ela se justifica uma vez que os recortes espaciais dos textos sobre a colonização desta região não contemplam a região como um todo. Os recortes chegam, no máximo, a nível estadual e muitas vezes se restringem a determinados grupos étnicos.

Servirão como fontes, em primeiro lugar, a bibliografia sobre a colonização e, também observações e relatos feitos sobre acontecimentos relacionados à temática.

#### **1.1 A COLONIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL E O ESPAÇO COLONIAL**

As regiões coloniais do Sul do Brasil se constituem de sociedades com características próprias decorrentes das condições do processo histórico brasileiro mais abrangente.

O universo social brasileiro, apesar de sua heterogeneidade, apresenta características predominantemente calcadas na grande propriedade que a colonização portuguesa, fundamentada no Antigo Sistema Colonial, iniciou desde os primórdios da inserção da América Portuguesa no contexto do capitalismo comercial. As capitânicas hereditárias, a concessão de sesmarias e as datas de terras foram a raiz do latifúndio na estrutura fundiária brasileira e da formação de uma sociedade aristocrático-agrária vinculada à economia e à sociedade gestadas a partir da expansão marítima e comercial dos tempos modernos.

---

<sup>1</sup> Esta discussão já foi iniciada em Gregory (1988), mas será ampliada e aprofundada neste texto.

A colonização, que se engendrou a partir do segundo quartel do século XIX, resultou de contradições do sistema todo e de contradições internas do sistema do latifúndio, que não mais se auto-sustentava<sup>2</sup>. Surgiram, ou melhor, foram projetadas colônias com lotes de pequenas dimensões destinados a imigrantes europeus, não necessariamente portugueses, nas quais o pequeno proprietário rural, o camponês, pôde viver e reproduzir uma sociedade característica nas regiões coloniais do Brasil Meridional<sup>3</sup>. O cotidiano deste camponês se traduz no vivido no seu micro-mundo, no sentir dos indivíduos. As explicações generalizantes não abarcam tais peculiaridades, embora a dinâmica da vivência esteja inserida nas noções estruturantes.

A localização e expansão<sup>4</sup> dessas regiões coloniais obedeceram a critérios e interesses do próprio latifúndio e do sistema todo, que objetivavam o desbravamento, a inserção de novas áreas nas relações capitalistas de produção e a continuidade das migrações dos euro-brasileiros (Ver Santos,

---

2 Para Carlos R. A. dos Santos (1995, p.48) “o desempenho da economia brasileira a partir da metade do século XIX é cadenciado por importantes mudanças: a abolição do tráfico de escravos, a criação de um novo regime de terras, o apoio à vinda de imigrantes, a introdução do trabalho assalariado e a expansão do comércio exterior que permite uma nova dinâmica do comércio externo”.

3 Por Brasil Meridional, entende-se a Região Sul do Brasil, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Helga Landgraf Piccolo (1980, p. 141) afirma que a idéia de promover o povoamento do Brasil com elementos não-portugueses já é do século XVIII. Mas, somente após a abertura dos portos e em decorrência de uma portaria de 16 de março de 1820, foram estabelecidas as condições para a imigração com o objetivo de estabelecer colônias estrangeiras no Brasil. Conclui que a iniciativa de atrair estrangeiros na qualidade de colonos foi do governo central preocupado com a baixa densidade demográfica do Brasil”.

4 José de Souza Martins (1984, p. XIII e XIV) entende que “os núcleos de colonização, na primeira etapa de imigração estrangeira, foram preferencialmente em regiões distantes das grandes fazendas e dos grandes redutos de mão-de-obra escrava”. Isto teria servido para manter a aparência e possibilitar a introdução de imigrantes para as lavouras de café. Desta forma os núcleos localizados aparentemente, fora da influência das áreas mais dinâmicas da agricultura de exportação estavam “profundamente vinculados ao conjunto do processo de substituição do trabalho escravo e do estabelecimento de correntes migratórias contínuas para a grande lavoura”.



1984, p. 5-6). Portanto, são áreas controladas e se localizam nas fronteiras pioneiras do espaço capitalista<sup>5</sup>.

Já na sua origem, a imigração para o Brasil Meridional apresentou características um tanto distintas da imigração para outras regiões, principalmente para São Paulo, porque no Sul a grande maioria se tornou proprietária de um pequeno lote de terra para nele reproduzir a sua vida e a da sua prole. Embora tenham sido criados núcleos de colonização oficial e colônias privadas em São Paulo, Orlando Valverde (1985, p. 91) afirma que “considerar como colonização esta especulação aventureira sobre a terra (no caso de fazendeiros que constituíram companhias e lotearam suas terras, observação nossa) é ampliar talvez em excesso o sentido da palavra colonização”.

Essa colonização, no dizer de Altiva Pilati Balhana (1969), foi, então, uma derivação do processo imigratório brasileiro, uma vez que a motivação principal da introdução dos europeus se deveu à falta de mão-de-obra adequada para as lavouras de café em processo de modernização<sup>6</sup>. Ela deve ser vista, também, a partir do contexto latifundiário das estâncias ou fazendas de criar (refere-se à criação do rebanho bovino) do Sul. No período do Antigo Sistema Colonial, houve o domínio e prestígio tranquilos do latifúndio no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Contudo, a partir da metade do século XIX, começou a emergir um surto renovador nas áreas marginais à economia criatória com a prosperidade das zonas de imigração alemã e italiana. Na primeira metade do século passado, os relatórios oficiais das províncias anteviam uma história de ascensão dos imigrantes, possibilidade não admitida pelos grupos dominantes tradicionais que se consideravam tranquilos no domínio da situação no Sul (Petroni, 1978, p. 505).

---

5 Orlando Valverde (1985, p.244 -247), em texto intitulado *Gênese e Evolução do Problema Agrário Brasileiro*, mostra que em todo o Brasil tropical, portanto fora do Brasil Meridional, as pequenas propriedades “estão dispersas, em pequenos redutos, como ‘ilhas’ num oceano de latifúndios”. Estes redutos estariam em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia (no Vale do Cachoieira e no Nordeste), na região amazônica. “As pequenas propriedades rurais no Brasil não foram portanto capazes de estabilizar os agricultores em suas terras, nem de proporcionar-lhes níveis de vida decentes, exceto em partes do planalto do sul do Brasil”.

6 A este respeito ver, também, texto de Sônia Regina Mendonça (1992) que trata da modernização a partir da introdução do trabalho livre no Brasil.

O conceito de colonização aplicável a essa época e decorrente da imigração para o Sul do Brasil difere do da colonização portuguesa no Antigo Sistema Colonial<sup>7</sup>, uma vez que este atendia aos anseios do mercantilismo. A colonização de que trata o presente texto é aquela ocorrida por ocasião da crise do latifúndio escravocrata tradicional que exigia mecanismos de sobrevivência dentro da nova ordem do imperialismo do século passado e início deste século. A estrutura latifundiária e a economia agroexportadora condicionaram a localização das colônias em áreas marginais<sup>8</sup>.

Durante o século XIX, diz Jean Roche (1969, p. 2-4), colonizar poderia significar introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas. Assim, os órgãos encarregados do problema fizeram da imigração o ponto de partida para a colonização da qual se tornaram tutores. Foram estabelecidos, nas terras destinadas para esse fim, agricultores, artesãos rurais, homens ligados à terra que exploravam. Ainda conforme Jean Roche, na Alemanha, o termo “Kolonist” designa o homem que desbrava e cultiva a terra e “Kolonie” o lote ou estabelecimento rural. “O termo colonização [...] permitir-nos-á apreciar diversos aspectos de um fenômeno complexo tanto no tempo como no espaço”.

Leo Waibel (1979, p. 236) conceitua colonização, distinguindo os objetivos da iniciativa do governo e os objetivos da iniciativa de particulares. Para o governo, a colonização seria a política de povoamento e de desenvolvimento de áreas desabitadas e, para as companhias particulares, ela seria negócio.

“Ela (a companhia particular - observação nossa) quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra, e gente também de boa qualidade [...]. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem sucedidas na colonização do Sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em grande escala”.

Renzo Maria Grosseli (1987, p. 274-275) define colonização, distinguindo-a do seu significado normalmente dado na Europa<sup>9</sup>.

---

7 Ver a este respeito o texto de Lando e Barros, (1980, p. 10-5) que estabelece esta diferenciação.

8 Diversos autores deram ênfase a este caráter de marginalidade da colonização no Sul do Brasil. Ver Roche (1969), Waibel (1979) Grosseli (1987), Gregory (1988).

9 Para Loraine Slomp Giron (1980, p. 64) “estabeleceu-se a

“Na área latino-americana, o termo colonização significa, ao invés, povoamento de vastas áreas do território por meio especialmente de agricultores a quem são distribuídos, grátis ou mediante pagamento, lotes de terra, em particular áreas em que atua uma estrutura administrativa denominada ‘colônia’. O termo ‘colônia’, porém, às vezes pode significar cada um dos lotes de terra à disposição dos colonos. [...] Colonização, portanto, é um termo que ‘se refere aos programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organizações públicas e privadas, visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílio, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais’.”

E, para Raymundo Laranjeiras (1983, p. 3-4)

[...] “o termo colonizar traz, basicamente, o sentido de ocupação territorial, combinado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica. Por isso, há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; 2) ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país”

A partir destes tipos de ocupação, colonizar seria o ato de ocupar território, de modo racional. Colonização seria o processo correspondente de povoamento com seletividade para realizar a exploração econômica do solo. Desse procedimento, resultaria a colônia, como um conjunto de glebas, onde as pessoas pudessem desenvolver suas atividades. Divergindo, em parte de outros autores mencionados, ele restringe a colonização como afeta às ações do poder público:

---

denominação de colônia para designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. É esta a designação dada pela legislação imperial. O caráter particular deste tipo de colonização não encontra similar em outras regiões. A colônia do Brasil Império é bastante diferente da adotada nos Estados Unidos em 1787. Estas destinavam-se à expansão do povoamento realizado pelos americanos. No caso brasileiro, as colônias destinavam-se a receber estrangeiros, ao menos preferencialmente. As colônias norte-americanas, a médio prazo, transformar-se-iam em estados, no caso brasileiro em municípios.” Sobre o conceito de colonização ver, ainda, Lando & Barros, (1980, p 11-12) e Sandra Jatahy Pesavento (1980, p. 157).

“a colonização há de se efetivar, basicamente, em terrenos públicos, visando ao povoamento e à ativação produtivista. Assim, resulta evidente que a colonização é processo de assentamento da terra que está sob pertença do ente público” (Laranjeiras, 1983, p. 23).

A colonização aconteceu com colonos e por causa deles. Eram eles, embora conduzidos e acompanhados, que realizaram, em última instância, a tarefa de colonizar. Luiza H. Schmitz Kliemann (1986, p. 13-14) entende por colonos os pequenos proprietários que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, “para desenvolver a policultura e prover a subsistência e por colonizadores os proprietários particulares, empresas, ou mesmo o poder público, que, adquirindo grandes glebas, as lotearam e as venderam a colonos”. As atividades relacionadas à colonização envolveram, portanto, colonizadores e colonos. Embora se encontre bibliografia que não faça distinção entre estes envolvidos, é preciso estabelecer a distinção.

A colonização européia no Sul do Brasil, em discussão neste trabalho, significa, então, o estabelecimento de europeus, os colonos, em pequenos lotes de terra, que foram sendo cultivados e explorados, normalmente, sem o auxílio de qualquer mão-de-obra estranha<sup>10</sup>. Colonizadores são empreendedores privados ou funcionários da atividade pública, que se dedicam aos negócios da colonização e colonos são os camponeses que adquirem lotes de terra agrícola para cultivá-la. Desta forma, a colonização foi a instalação de pequenas propriedades rurais de tipo europeu em solo brasileiro, a instalação de pequena propriedade de terra sob o domínio do latifúndio em áreas permitidas por este. Este processo culminou na constituição de um espaço, denominado neste trabalho, de espaço colonial. Para Leo Waibel (1979, p. 316), essa colonização não foi um grande êxito, porque os colonos não eram, na grande maioria, agricultores experimentados e foram instalados longe de centros urbanos<sup>11</sup>. Só foram estabelecidos em terras de mato, sendo, por isso, empregado o sistema de rotação de terras primitiva para o qual os lotes de 20 a 30 hectares eram pequenos demais.

---

10 Era proibido aos colonos terem escravos, embora haja registros de a escravidão ter ocorrido nas regiões coloniais, conforme comunicação de Helga Picollo na 43a. Reunião da SBPC, Vitória - ES, ocorrida em julho de 1994.

11 Segundo Oberacker (1957), muitos migrantes foram “agenciados” nas periferias urbanas, nos bares para serem integrados aos grupos que se destinariam às colônias brasileiras.

“Este sistema de colonização não trouxe o êxito que se esperava nem ao imigrante europeu, nem ao país”. Neste sentido, o migrante pode ser visto como objeto de planos.

A colonização se fez necessária devido às contradições e exigências da economia de exportação à qual o Brasil Meridional servia e subsidiava. José Vicente Tavares dos Santos (1980, p. 137) mostra que a diversificação produtiva e o novo perfil da sociedade serviram para o fornecimento de alimentos e de força de trabalho para outros setores da economia, viabilizando, assim, o funcionamento do sistema. A política de povoamento visava ocupar os espaços deixados vazios pela grande propriedade privada da terra, preferencialmente localizada nos campos, forçando os colonos a comprarem os lotes das companhias colonizadoras ou do Estado. Esta compra de lotes e os adiantamentos de meios de produção e subsistência forçaram o colono a entrar no mundo mercantil, pois, em muitos casos, este contrairia a dívida colonial. Poder-se-ia, por outro lado, supor que ele mesmo tivesse o desejo de entrar no mundo mercantil, participando da produção para o mercado e consumindo bens disponibilizados pela economia.

A ocupação dos vazios demográficos obedeceu, pois, a critérios e a objetivos mais ou menos definidos e mais ou menos claros. Por isso, no Brasil Meridional, via de regra, não houve colonização espontânea, embora ela dependesse, também, da necessidade e da vontade de migrar e produzir dos colonos. Ela tem sido organizada, planejada, subvencionada e dirigida pelo governo central, pelos governos das províncias ou dos estados e dos municípios, por companhias particulares ou por proprietários individualmente. Há um lugar, uma instância de decisões. Há permissão também, mas dentro de determinados limites. Está se afirmando que a história das regiões coloniais resulta da interação que se estabelece a partir de necessidades e de vontades de imigrantes europeus e de seus descendentes com os interesses e com as decisões decorrentes da correlação de forças políticas e econômicas no Sul do Brasil.

No terceiro decênio do século XIX, começaram a ser implantados os primeiros núcleos coloniais nesta região. Em 1824, o núcleo de São Leopoldo se localizou na saída da mata, recebendo agricultores e artesãos, cuja agricultura e indústria contribuíram para o progresso da colônia, constituindo-se no primeiro exemplo de núcleo colonial na região. Em 1829, a Colônia Rio Negro foi situada na entrada da mata às margens do Rio Negro, cujos caminhos levavam para o Sul. Também, em 1829, a Colônia São Pedro de Alcântara, perto de Florianópolis, foi organizada onde a mata se limitava com os campos de Lajes

(Waibel, 1979, p. 232-233)<sup>12</sup>. Os principais critérios adotados com referência à localização das colônias visavam ao abastecimento dos tropeiros, ao afastamento dos silvícolas e ao desbravamento gradual das matas. Percebe-se desdobramentos produtivos, desdobramentos de imposição cultural e desdobramentos de intervenção sobre o espaço natural, ou seja, refere-se à construção de um novo espaço vivencial. Em outros termos, os colonos transformavam as frentes pioneiras em espaços de produção agrícola diversificada e em espaço cultural típico, mesclando experiências e valores europeus com a realidade encontrada e construída na nova terra. Estas fronteiras pioneiras, normalmente, eram áreas de domínio territorial brasileiro inseguro e de pouco interesse para as atividades monoculturas e para as atividades da pecuária dos latifúndios. Como se vê, os primeiros núcleos coloniais surgiram, por um lado, para servirem aos interesses econômico-políticos da grande propriedade e aos interesses nacionalistas do Império. Por outro lado, possibilitaram que se formasse, a partir deles, uma sociedade colonial de euro-brasileiros. Ou seja, o poder de decisão e de encaminhamento, tanto nas províncias quanto no governo imperial, tinha sua base calcada no setor agrário.

### *1.1.1 A Colonização no Rio Grande do Sul*

O Estado mais meridional do Brasil se destacou, desde o início da emancipação política, como área potencial para a colonização. Após a Guerra Civil (1835-1845)<sup>13</sup>, o Rio Grande do

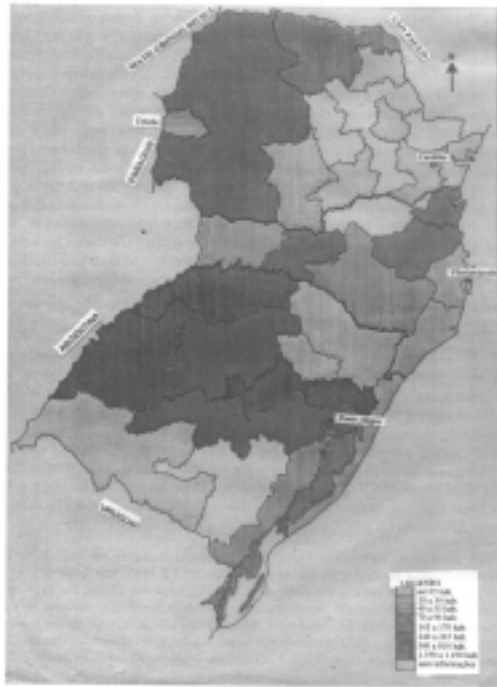
---

12 Com referência à colonização alemã no Brasil, “Além da Região Sul, mencione-se a existência de pequenos núcleos isolados em outras localidades, como Santa Izabel e Santa Leopoldina, no Espírito Santo, fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora, em Minas Gerais, em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus, em 1818, na Bahia. Destas, as únicas que preservaram sua identidade germânica, inclusive até os dias atuais, foram as do Espírito Santo” (Magalhães, 1993, p. 12). Os outros grupos étnicos, também, se estabeleceram em diversas regiões e em diferentes estados do Brasil, mas, enquanto importância e influência, se destacam mais os núcleos da Região Sul.

13 A Revolução Farroupilha provocou a suspensão da colonização no Sul, iniciada na segunda década do século XIX, sendo que ela foi um dos motivos para que colonos, chegados ao Rio de Janeiro, fossem destinados, por exemplo, ao Espírito Santo.

Sul voltou a ser colonizado com critérios semelhantes a 1824, quando foram instalados, no Vale dos Sinos, os primeiros imigrantes alemães. Entre 1849 e 1874, foram fundadas cinco colônias nas encostas florestais da Serra, a uma certa distância de São Leopoldo, com o propósito de abrir as comunicações e o tráfico entre a depressão do rio Jacuí e os campos do Planalto. (ver MAPA 1).

### MAPA 1 - CRONOLOGIA DAS COLÔNIAS CITADAS, FUNDADAS NA REGIÃO SUL



Na década de 1850, antes que a nova Lei de Terras (Lei nº 601 de setembro de 1850), que proibia a aquisição de terras devolutas a não ser por compra, se tornasse efetiva em 1854, intrusos, especuladores e capitalistas ocuparam as terras em torno dos rios Caí e Taquari e promoveram, posteriormente, a colonização particular da região, vendendo aos colonos pequenos

lotes destas terras divididas. A população destas áreas foi constituída por novos imigrantes e pela primeira geração dos imigrantes de São Leopoldo e proximidades, onde começara a colonização. Em torno de 1870, toda a Serra até as bordas do Planalto estava nas mãos de colonos alemães, que ocuparam, preferencialmente, as matas latifoliadas<sup>14</sup> em detrimento das matas de araucárias e em detrimento das terras de campo. Entre 1870 e 1886, o governo central do Império fundou as colônias de Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves e Antônio Prado, no Planalto Oriental, introduzindo colonos italianos e colonos das províncias austríacas de Trento e Vêneto.

Essa vasta área de mata foi habitada por europeus ou descendentes de europeus, obedecendo a um direcionamento que, em última instância, como já foi afirmado, emanava do poder do latifúndio. Esse processo todo gerou o início de mudanças significativas na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, como resultado de suas próprias contradições (Balhana, 1969, p. 211). Contribuiu para a instituição do regime de pequena propriedade agrícola, tendo o grupo familiar como unidade básica de trabalho, democratizando, mais do que no latifúndio, o uso e a propriedade da terra e possibilitando o surgimento de uma classe média rural, os pequenos produtores, e a diversificação da atividade agrícola. Classe média porque, havia o domínio dos latifundiários, donos das terras e dos escravos, e os escravos e um crescente número de trabalhadores livres, meeiros e outros vinculados e dependentes do latifúndio. A “brecha camponesa” (ver Cardoso, ) já vinha sendo uma forma de classe média entre os latifundiários e sem trabalhadores diretos, mas os colonos foram se constituindo, efetivamente, grupo de trabalhadores rurais proprietários de pequenas porções de terra. Estas mudanças<sup>15</sup> se impuseram e o latifúndio teve que permitir que tais transformações ocorressem gradativamente como exigências de sua própria sobrevivência.

A proclamação da República, em 1889, significou uma nova articulação do poder agrário por causa da derrota definitiva do poder do latifúndio escravista e da introdução e adoção do trabalho livre. Isto repercutiu no direcionamento da colonização.

---

14 Designação usada por Leo Waibel (1979) para significar a mata com predominância de vegetação de folhas largas. Os colonos tinham preferências por terras cuja vegetação era latifoliada. Eram terras de menor valor comercial, porque a criação extensiva de gado era mais fácil e exigia menos investimentos nas terras de campo e porque as matas de araucárias eram mais propícias aos lucros da exploração madeireira.



A partir desta época, no Rio Grande do Sul, o Estado levou adiante a colonização, uma vez que ela deixou de ser tarefa específica do governo federal, devido ao fato de a responsabilidade administrativa sobre as terras devolutas ter passado para os estados. A força e o dinamismo das regiões coloniais tiveram que ser direcionados para as novas fronteiras agrícolas a fim de se evitar maiores problemas aos latifúndios pecuaristas. Não houve, porém, uma continuidade espacial e as áreas de colonização saltaram para as terras florestais dos cursos superiores dos rios Jacuí e Ijuí com a fundação das colônias Ijuí (1890) e Guarani (1891). Colonizadoras particulares, também, se interessaram pela colonização destas novas fronteiras agrícolas. A Associação de Agricultores Católicos do Rio Grande do Sul criou a Colônia Cerro Azul, hoje, Cerro Largo, (1902). Dr. Hermann Mayer, iniciou a Colônia Neu Württemberg, hoje Panambi, (1902). A iniciativa privada foi responsável pela fundação das colônias de Não-me-Toque e de General Osório, hoje Ibirubá, ambas em 1897.

Tinham sobrado ainda, como terras devolutas, as terras florestais ao longo do Vale do Rio Uruguai, numa faixa de 100 Km, que foram colonizadas pelo Estado e por particulares, cujos lotes foram vendidos a colonos euro-brasileiros e a alguns europeus nas Colônias Erechim (1909), Santa Rosa (1915), Guarita (1917) e outras<sup>16</sup>.

### *1.1.2 A Colonização em Santa Catarina*

O Estado de Santa Catarina teve um processo de colonização semelhante e, também, importante para a sua história. A ocupação deste Estado, através do processo migratório, nos dois últimos séculos, apresentou dois momentos

---

15 Interessante a discussão sobre a modernização agrária no Rio Grande do Sul, durante o século XIX, feita por Paulo Zaart (1995 - Tese de Doutorado - UFF) em recente pesquisa. O autor relativiza a visão dicotômica de tradicional X moderno entre a região colonial e a região do latifúndio pecuarista e mostra que havia uma relação dinâmica entre estas duas regiões. Assim sendo, a economia rio-grandense, deste período, deveria ser vista como uma unidade, uma vez que tais regiões se complementariam.

16 Para o estudo mais aprofundado desta colonização, podem ser consultados, dentre outros: Roche, 1969; Dacanal (org.), 1980.; Lando e Barros, 1976; Waibel, 1979; Gregory, 1988; Bernardes, (s.d.).

distintos. Primeiro, houve povoamento com imigrantes vindos diretamente da Europa e que se instalaram em alguns locais mais litorâneos, expandindo-se, mais tarde, para o interior do Estado (ver MAPA 1). De iniciativa oficial, foram fundadas, entre outras, as Colônias de São Pedro de Alcântara (1829), já referida, Itajaí (1836), Brusque (1860). De iniciativa privada, Blumenau (1850), Dona Francisca, atual Joinville, (1851)<sup>17</sup>. Já no final do século XIX e no século atual, a partir do segundo e terceiro decênios, aconteceu a ocupação na direção do Oeste Catarinense, com predominância de euro-brasileiros provenientes, principalmente, das antigas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina<sup>18</sup>.

Durante o Período Republicano, a participação das companhias particulares, em Santa Catarina, foi marcante. A União criou alguns núcleos coloniais não tão significativos, como o núcleo colonial de Lucena, atual Itaiópolis, (1890) e o núcleo colonial de Anitápolis, atual Braço do Norte, o núcleo colonial Esteves Júnior, atual Nova Trento, e o núcleo colonial Rio Branco (estes em 1900).

Dentre as companhias de colonização, a Companhia Metropolitana instalou imigrantes nas colônias de Nova Veneza e Antônio Olinto e criou, em 1891, Nova Treviso, Nova Belumo e Belvedere. O destaque, contudo, coube à Sociedade de Colonização Hanseática<sup>19</sup>, fundada em 1897 em Hamburgo, na Alemanha, que adotou, como centros de colonização Harmonia, atual Ibirama, e Hansa Humboldt, atual Corupá. Em 1912, foram implantados, ainda, os núcleos de São Bento<sup>20</sup> e Piraí. Esta colonizadora priorizou a imigração direta da Europa, mas teve que recorrer ao recrutamento interno de colonos euro-brasileiros. (Ver Richter, 1986 e Waibel, 1987).

---

17 “Em 1875, data de entrada dos primeiros colonos trentinos, vênnetos e lombardos, existiam em Santa Catarina 5 colônias ativas, ou seja colônias ainda sujeitas ao regime da lei de 1867 e que recebiam mais ou menos regularmente novos colonos. Eram estas a ‘Colônia Blumenau’, a ‘Colônia Dona Francisca’, a ‘Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro’, a ‘Colônia Militar Santa Tereza’ e a ‘Colônia Nacional Angelina’.” (Grosseli, 1987, p. 276).

18 Para maiores detalhes sobre a colonização de alemães e italianos em Santa Catarina ver Grosseli, 1987, p. 464-70 e Piazza, 1969. Para o caso do Oeste Catarinense, ver Werlang, 1992.

19 Richter, (1986) fez um estudo sobre esta colonizadora, mostrando os mecanismos adotados para trazer os colonos alemães para Santa Catarina.

20 Estudos sobre a colonização de São Bento podem ser encontrados em Ficker (1973).

“Vê-se que também essa Sociedade Colonizadora da Alemanha, contando com o apoio oficial e apresentando um plano ambicioso ao governo catarinense, teve que recorrer ao recrutamento interno de colonos. Essa colonização respondia, pois, muito mais à pressão demográfica das áreas de colonização mais antigas do que a uma corrente imigratória constante e forte” (Petroni, 1980, p. 127).

As terras do Oeste de Santa Catarina foram colonizadas a partir da construção, na década de 1910, da estrada-de-ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, sendo vendidas às companhias colonizadoras pela Brasil Development and Colonization Company, que recebera vasta área destas terras em troca da construção da ferrovia<sup>21</sup>. Foram atraídos e para lá se dirigiram, principalmente, colonos de procedência interna do Rio Grande do Sul (Ver Werlang, 1992). Começou, então, a delinear-se o processo emigratório do Rio Grande do Sul, que se avolumaria nas décadas seguintes, com destino majoritário para o Oeste Catarinense, como, também e por extensão, para o Sudoeste e Oeste Paranaenses.

Por outro lado, iniciava-se um processo de colonização com imigrantes europeus e com descendentes de europeus provenientes dos antigos núcleos coloniais do próprio Estado, organizado, substancialmente, por companhias particulares.

“Sabe-se por indagações realizadas, que estas migrações foram sucessivamente avançando nestes últimos sessenta anos. Primeiramente, ocuparam as margens catarinenses do Rio Uruguai e, pouco a pouco, foram sendo ocupados os vales dos seus principais afluentes e, daí, em direção ao norte até alcançarem as terras do Paraná, e este movimento é caracterizado economicamente pela pequena propriedade, explorada familiarmente, e pela agricultura de subsistência,

---

21 “[...] a Companhia responsável pela construção da Estrada-de-Ferro São Paulo-Rio Grande, a Brazil Railway Co., norte-americana, pertencente ao Grupo Farquahr, recebeu como parte do pagamento das obras realizadas, áreas de terras devolutas do governo brasileiro. Nestas terras, a Companhia poderia explorar a madeira e posteriormente deveria colonizá-las. Para tal fim montou duas subsidiárias, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e a Brazil Development and Colonization Company. A primeira delas montou várias serrarias de pequeno porte ao longo do curso da ferrovia [...] na época considerado o maior complexo de industrialização da madeira da América do Sul. Da segunda delas só sabemos até o momento que foi responsável pela colonização de Concórdia e Região” (Schenkel, 1993, p. 5)

aliada à exploração intensiva da suinocultura, em desenvolvimento de industrialização” (Piazza, 1969, p. 297).

Renzo Maria Grosseli (1987, p. 490) conclui que, a partir de 1900, o empobrecimento das terras e a superpopulação motivaram o deslocamento dos colonos de Nova Trento para Brusque, Blumenau, Jaraguá do Sul, para o Rio Grande do Sul e para o Paraná. Orlando Valverde (1985, p. 85-87), também, mostra a expansão das colônias italianas em Santa Catarina a partir de crises ocorridas por causa da estagnação e do esgotamento das colônias.

Para Emílio Wilhems (1940), a colonização alemã em Santa Catarina, no campo agrícola, se prendeu aos costumes tradicionais de cultura européia ou se adaptou às técnicas de agricultura tropical, enfrentando dificuldades e sempre procurando novas terras, estabelecendo ou consolidando novas frentes pioneiras. A alta natalidade, nas zonas rurais, foi intensificando a ocupação de novos espaços. Italianos, alemães e outros grupos étnicos apresentavam um alto índice de crescimento vegetativo, elevando o contingente populacional, cujos excedentes eram impelidos a procurarem novas áreas (Piazza, 1969, p. 297). A estrutura agrária e as técnicas de produção adotadas nas colônias propiciavam essas sucessivas e intensas migrações.

Dentre tudo isso, o que era significativo na formação colonial de Santa Catarina, como do Rio Grande do Sul, eram as migrações internas, ou seja, a enxameação, a procedência de colonos das antigas colônias catarinenses para a ocupação de novas terras. Havia, em 1900, 10,03% de estrangeiros num total de 320.289 habitantes no Estado e, em 1920, 4,6% num total de 668.743 habitantes (Petroni, 1980, p. 125-126). Vê-se que, na medida em que as terras devolutas disponíveis se esgotavam, os descendentes de europeus do Sul do Brasil reiniciavam o processo migratório, mantendo sua característica de pionerismo. Aqui, no caso, são migrações para o próprio Estado.

Pode-se concluir que, em Santa Catarina, também, se delineava o processo migratório do Brasil Meridional. O eurobrasileiro continuava a ser aquele migrante rural, procurando solucionar sua crise nos novos espaços rurais que se lhe ofereciam, nos quais buscava evitar a proletarianização e se recompor enquanto camponês. A migração para novas fronteiras agrícolas se constituía numa tentativa de conservar-se colono e proporcionava o espaço colonial catarinense.

### 1.1.3 A Colonização no Paraná

No Paraná, a colonização com colonos estrangeiros foi bastante reduzida no Império, se for comparada aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A imigração em escala mais significativa só se processou já em fins do século XIX e durante o século XX (ver MAPA 1). Ruy Wachowics (1982, p. 113-117) menciona os principais grupos étnicos que imigraram para o Paraná no século XIX. O grupo alemão teria atingido 1500 pessoas, dirigindo-se às margens dos rios Negro e Mafra, nas proximidades de Curitiba e no planalto dos Campos Gerais. O grupo polonês, de 28 000 imigrantes, no século XIX, e de 27 000, no século XX, formou as Colônias de Pilarzinho e Abranches, nas proximidades de Curitiba, e as Colônias mais ao Sul do Estado: Orleans, Santa Cândida, Malet, Irati, Ivaí, São Mateus e outras. O grupo italiano, em torno de 15 000 imigrantes, estabeleceu-se nos arredores de Curitiba, onde, mais tarde, foram se formando bairros da cidade, como Santa Felicidade, conhecidos pelas tradições culturais dos imigrantes. O grupo ucraniano, uns 35 000 imigrantes, se localizou na região de Rio Claro, Senador Correia, Cruz Machado, Prudentópolis.

De modo diferente do período do Império, no início da República, o Paraná contou com mais imigrantes estrangeiros e imigrantes descendentes de europeus, para seus programas de colonização, que os outros dois estados sulinos. Os colonos de origem interna<sup>22</sup>, provenientes de antigas regiões coloniais do Sul, praticamente, só começaram a participar do processo de colonização do Paraná a partir da década de 1920, dirigindo-se, principalmente, para o Sudoeste e para o Oeste do Estado (Petroni, 1980, p. 131). É preciso salientar, também, que houve diversas frentes de ocupação do território paranaense.

“Segundo o modelo de explicação histórica de Pinheiro Machado, o processo de ocupação completa do território paranaense é resultado do deslocamento de três frentes pioneiras: a do Paraná tradicional, a mais antiga, que avançou

---

22 A origem interna, aqui, se refere a descendentes de colonos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Mais adiante esta questão receberá uma atenção maior, quando será demonstrado que os maiores contingentes de colonos vindos ao Paraná, após 1920, eram colonos oriundos dos outros dois estados da Região Sul do Brasil.

do litoral para o Planalto de Curitiba e depois para a Zona dos Campos Gerais, a da Região Norte, que começa a se deslocar na segunda metade do século XIX, sob o impulso da onda cafeeira paulista, a da Região Sudoeste, a mais recente, que avançou a partir de meados do século XX impulsionada pela corrente migratória originada do Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (Serra, 1991, p. 19).

Na explicação de Pinheiro Machado, o Oeste Paranaense estaria incluído na denominação Sudoeste.

Uma outra classificação é a do Paraná antigo e moderno de Cecília Westphalen (1987) que denominava de colonização moderna aquela que se iniciou na segunda década do século XX no Norte, no Sudoeste e no Oeste do Estado.

Algumas questões da ocupação do Sudoeste do Paraná foram tratadas por Wachowics (1985, p.198), a partir dos registros de casamento, onde foi verificado que, do total de 97.786 cônjuges registrados do período de 1900 a 1975, a presença de paranaenses era de 31,4%, de catarinenses 24,8%, de gaúchos 42,9% e de uma insignificante presença de migrantes procedentes de outros estados da federação e de migrantes estrangeiros.

Constatou-se que 99,1% dos que casaram na região eram oriundos de regiões coloniais dos três estados sulinos. Esses dados evidenciam o processo migratório, iniciado pelos imigrantes europeus no século passado. O autor mostrou que essas populações se originaram, em sua maioria, da Região do Alto Uruguai, tanto do lado gaúcho como do lado catarinense. São regiões que tinham recebido levas de descendentes de imigrantes das regiões de colonização mais antigas, caracterizando um constante processo de deslocamento de grande número de pessoas em relação à população destas regiões.

Para Wachowics (1985, p.296),

“O repentino aumento de migrantes rio-grandenses em 1914-15 para o Paraná é conseqüência de problemas aculturativos surgidos no Rio Grande do Sul com a política nacionalista aplicada por parte das autoridades gaúchas”.

Este foi um período de maiores dificuldades de relacionamento dos colonos com autoridades rio-grandenses e um período de problemas de integração em decorrência da política de proteção aos nacionais, da formação de colônias mistas, das repercussões da Primeira Grande Guerra. Esta situação contribuiu para que colonos descendentes de alemães e de italianos fossem impelidos a migrar para novas fronteiras agrícolas nesta época. Depois, o fluxo foi diminuindo por causa

da organização da colonização nas matas do Vale do Uruguai e da tentativa de manutenção dos colonos no Rio Grande do Sul até a ocupação mais expressiva dos vazios demográficos, ou seja, da transformação dos lotes coloniais em mercadoria. No período entre-guerras, houve um refluxo da vigilância sobre grupos étnicos por parte de autoridades. Estas preocupações com relação à manutenção dos colonos no Rio Grande do Sul e à colonização das terras florestais do Norte do Estado, mencionadas nos Relatórios da Diretoria de Terras e Colonização (1918-1923), da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, (Ver Gregory, 1988, p. 66-75), dificultaram, mas não impediram a migração de rio-grandenses para o Paraná.

Nas primeiras décadas deste século, a participação de colonos catarinenses na colonização do Paraná foi diminuta. Mas, a partir de meados da década de trinta, sua participação começou a aumentar. Nos anos 1954-5, iniciou-se o grande fluxo de migrantes para as regiões de fronteira agrícola do Estado. A participação de colonos gaúchos começou a diminuir, novamente, a partir dos anos 1970-1.

Toda essa corrente migratória formou uma frente pioneira de colonização no Sudoeste e, depois, no Oeste Paranaense.

Cecília Westphalen (1987, p. 5-9) afirma que, uma vez que, com a proclamação da República e pela Constituição 1891, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados, grandes áreas das terras da Região de Itaipu<sup>23</sup> começaram a ser concedidas em troca da efetivação de obras públicas de acordo com a Lei de Terras nº 98/1892. Depois as Leis Estaduais nºs. 1147/12 e 1642/16, possibilitando a concessão de áreas de 50 mil hectares para projetos de colonização, motivaram diversas transações fundiárias.

O argentino Domingos Barthe foi

“um dos maiores concessionários de terras da região de Itaipu no início do século, havendo desenvolvido intensa exploração de erva mate e madeira [...] Também as concessões em favor de Nuñez Gibaja (proprietária de Lopei), da Companhia de Maderas del Alto Paraná (proprietária da Fazenda Britânia), da Empresa Matte Laranjeiras (proprietária de Guaira e da estrada-de-ferro que ligava Porto Guaira a Porto Mendes), Meyer, Annes e Cia Ltda (proprietária da Colônia Doutor Affonso), Júlio Thomaz Allica, (proprietário do Porto Artaza) e outros” (Westphalen, 1987, p. 9).

---

<sup>23</sup> Refere-se a um vasto território da “Costa Oeste” do Estado do Paraná banhado pelo Rio Paraná, na época, e, parte inundada pelas águas da represa da hidroelétrica da Itaipu Binacional a partir de 1982.

Foram efetivadas grandes concessões de terras nessa área despovoada para que ocorresse a ocupação. Contudo, devido a favorecimentos a grandes empresas estrangeiras, a colonização não foi desenvolvida conforme era previsto. “Não resultaram na ocupação da terra, nem na sua distribuição por colonos, pequenos proprietários. Exploraram de modo depredatório as matas e os ervais, com suas **obrages** e **mensus**”<sup>24</sup> (Westphalen, 1987, p. 6). Esses seriam os primórdios da colonização moderna. A colonização das terras do Oeste do Estado do Paraná, portanto, e sua ocupação efetiva começaram a acontecer a partir da participação de empresas colonizadoras após 1930. Este assunto será objeto de análises neste trabalho.

O Estado do Paraná, tendo intensificado sua colonização mais tarde, detém um significativo espaço colonial do Brasil Meridional. É preciso salientar, também, que o Paraná, diferentemente dos outros dois estados sulinos, apresentou um importante espaço de colonização a partir da frente de ocupação de paulistas e de mineiros. A colonização do Paraná voltará a ser discutida na Segunda Parte deste texto.

O que se está deixando claro é que, nos três estados do Sul do Brasil, foi sendo desenvolvido um processo de colonização responsável pela construção de um espaço típico, ou seja, o espaço colonial.

O que se quer mostrar, ainda, é que a constituição deste espaço no Brasil Meridional foi o resultado da interação das necessidades decorrentes da crise do latifúndio a partir das quais se projetaram as colônias e da ação dos colonos que desejaram migrar e povoar. O espaço colonial foi se constituindo através da colonização dirigida e através da sucessiva pressão de colonos estabelecidos em novos espaços. Essa pulsão colonial foi sendo administrada e direcionada pelas forças que atuaram dentro dos limites antepostos pela realidade.

## 1.2 IMIGRANTES, CAMPONESES E COLONOS

Tendo presente o quadro geral da colonização do Brasil Meridional e a constituição do espaço colonial, é pertinente tratar da identidade dos homens que vieram a ser os colonos deste mesmo espaço. Assim sendo, a seguir, será caracterizada

---

<sup>24</sup> “**Obrages**” eram empreendimentos de exploração das propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná antes da colonização moderna da região. “**Mensus**” eram os trabalhadores das “**obrages**”. Mais adiante, estas questões serão retomadas.



a sociedade colonial a partir do camponês europeu que migrou para esta região e que foi portador de valores, de culturas e de estilo de vida, a partir dos quais, adaptando-se ao novo ambiente, foi construindo e constituindo um espaço social inserido num contexto mais amplo que condicionou e condiciona o modo de ser do colono euro-brasileiro.

A pergunta é: Em que contexto o europeu migrou? Quem era o migrante? Como se formou o euro-brasileiro? O que é ser euro e brasileiro?

### *1.2.1 O Contexto Europeu*

A importância deste migrante europeu foi se evidenciando na medida em que todo o processo migratório foi se desencadeando a partir do início do século XIX, pois, como veremos mais adiante este europeu, pelo menos no Brasil, foi se tornando um eterno migrante e foi responsável pela constituição de um espaço característico.

Por causa das grandes transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na Europa, em função das unificações nacionais da Alemanha e da Itália, da Guerra Franco-Prussiana, do crescimento do capitalismo industrial, o europeu migrou para diferentes regiões do mundo, tendo uma “[...] atuação de grande relevância nos locais onde se estabeleceu, pois suas aspirações de vida, sua experiência cultural e os fatores estruturais favoráveis dotaram-no de condições para desempenhar papéis cuja importância se faria sentir com o passar dos anos” (Lando & Barros, 1976, p. 15).

Maria Tereza Schörer Petrone (1978, p. 96-97) afirma que a civilização ocidental, diante da fronteira aberta, dos espaços vazios, teve o curso de sua história condicionado pela “febre da América” ou pelo “sonho da América” que se traduziu nos movimentos transoceânicos de população européia. A decomposição dos liames feudais, a revolução na posse da terra, a ruptura gradual dos laços de solidariedade tornaram o elemento humano livre para emigrar.

“Na Europa, na mesma época em que se dão as grandes migrações transoceânicas, há também uma intensa movimentação campo-cidade, os espaços vazios sendo, portanto, substituídos por áreas de concentração [...] As migrações transoceânicas dos séculos XIX e XX constituem, portanto, um aspecto do movimento demográfico da Europa

em que a urbanização e a industrialização desempenham papel relevante”.

Foi um período de radicais transformações também nos meios de comunicação pela expansão das ferrovias e pelo incremento da navegação a vapor. A suspensão do tráfico negreiro, na década de 1850, liberou o transporte marítimo da Europa para o Brasil para levas de migrantes brancos a fim de se tornarem trabalhadores livres e colonos. Certamente, este transporte se tornaria lucrativo para empresas navegadoras e para agentes organizadores de grupos de migrantes. “Na verdade, o migrante transformou-se na cara mercadoria de um grande negócio que envolvia bancos poderosos, companhias de navegação, ferrovias, agenciadores e traficantes de todo tipo, grandes empresas de comércio humano” (Martins, 1984, p. XI). Aliás, na proporção em que ia diminuindo o tráfico de africanos para a América, aumentava a massa de migrantes europeus. O Oceano Atlântico seria palco do “drama” do transporte de negros sendo substituído pelo romantismo do transporte de brancos possibilitado pela utopia americana.

Na Europa, mais do que em outras regiões do mundo, ocorreram intensos movimentos migratórios internos e externos, demonstrando como a penetração do capitalismo causou o crescimento demográfico, o desenvolvimento dos transportes, a prosperidade de uns seletos e a miséria de outros tantos (ver a respeito Lando e Barros, 1980, p. 9-15). As transformações dos tempos modernos, profundas e contínuas, são causa e efeito de migrações pelas próprias condições econômicas e sociais que criam e pela atuação do Estado burguês que as servem.

José Vicente Tavares dos Santos (1980, p.36), também, observa que as populações emigraram da Europa pressionadas pela expansão das relações capitalistas de produção que expropriou os camponeses e artesãos, que precisavam buscar, no espaço mundial, fontes de trabalho e de renda. A emigração da Alemanha e da Itália foi acirrada pela atividade das companhias migratórias, transformando o deslocamento demográfico em fonte de lucros, “acenando com as imagens de ‘um novo mundo’, no qual a existência de terras abundantes aparecia como condição de possibilidade de recompor a situação social arruinada dos camponeses e artesãos emigrantes”. Em outras palavras, foi a tentativa de recompor o modo de ser camponês.

Na Europa, houve, então, a destruição de um equilíbrio baseado na agricultura e em ofícios rurais provocada pelo desenvolvimento da indústria fabril e dos meios de transporte. Mudaram as relações de produção. Houve, por isso, uma situação de repulsão na Europa e, ao mesmo tempo, uma situação de atração além-mar. Segundo Emílio Willems (1980, p. 233), imigraram para o Rio Grande do Sul pessoas de atividades profissionais diversas, embora a maioria tenha tido relações com as atividades agrícolas.

Se essas transformações geraram a crise, também criaram múltiplas condições para a sua superação. As técnicas aplicadas nos transportes, na produção agrícola e na industrialização, as novas necessidades nas áreas periféricas do sistema comprovam essas mudanças. Para o europeu que resolveu vir ao Brasil, a saída da terra natal foi o início de um contínuo processo migratório assumido por sua descendência. Para Jacqueline Beaujeu Garnier (1980, p. 221)

“A necessidade de mudar é uma reação àquilo que se poderia chamar de organização interna do país. Conforme o estágio que a evolução econômica e demográfica alcançou, a organização ou desenvolvimento assumem formas diferentes tanto no que diz respeito à própria comunidade rural quanto às relações entre regiões do interior e cidade”

E conclui que os maiores, os mais generalizados e os mais complexos movimentos migratórios originaram-se em regiões onde ocorreram mudanças profundas que afetaram a vida dos homens. O descontentamento levava as pessoas a procurarem algo mais, algo novo. A pobreza seria a causa primordial de migração, principalmente, quando ela não era aceita. Também a falta de perspectivas de progresso ou o desejo de se evitar o empobrecimento em um determinado lugar seriam causas de migração. É preciso alertar, no entanto, que o ato de migrar não está afeto apenas aos pobres. Ele faz parte do vivido dos homens. Migra-se por motivos diversos, mas é sempre para deixar algo e para alcançar alguma coisa, nem que isto implique em vontade utópica.

Maurice Crouzet (1969, p. 139) se empolga, dizendo que emigraram tantos que, em 1900, os filhos da Europa representavam um terço do gênero humano. A partir de 1859, ocorreu uma verdadeira diáspora motivada por “uma conjunção favorável de circunstâncias - baixa no custo dos meios de transporte, impossibilidade de acolher nas cidades todos os

desarraigados dos campos, liberdade para o emigrante ir embora e instalar-se em vastas áreas ainda vazias”.

A valorização da difusão do mundo europeu e dos elementos constitutivos da sociedade dos tempos modernos e da sociedade industrial pode ser lida nas entrelinhas seguintes:

“[...] a rede das sociedades organizadas à moda européia estende-se à quase totalidade do continente americano [...]. Contribuindo para explorar o globo, este emigrante difunde a civilização européia, e o semblante das novas Europas, embora não seja idêntica ao da antiga, não deixa de lembrá-lo de maneira comovedora” (Crouzet, 1969, p.138)

Procedeu-se, pois, a difusão de uma sociedade, cujos valores, vontades e buscas estavam na transformação. Migrar, neste contexto, implicava em manter e mudar ao mesmo tempo.

### *1.2.2 A América e as Migrações*

Com as independências das nações americanas inaugurava-se uma fase de preocupações em torno do povoamento dos vazios demográficos para garantir as fronteiras e valorizar economicamente as jovens nações.<sup>25</sup> As nações dos novos continentes temiam, após a vinda maciça de escravos, o crescimento numérico e proporcional dos homens de cor, que deveria ser contrabalançado e minimizado com a vinda de europeus brancos. Isso foi possível de ser resolvido em função das transformações dos tempos modernos e em função do rápido crescimento da massa humana européia no século XIX em relação aos séculos anteriores e sua conseqüente emigração.

---

25 Rui Nedel (1986, p. 18), em obra literária, assim se expressa: “Os países problematizados com excesso de população queriam ver-se livres de um percentual do contingente humano mais humilde e desprotegido; a América os comprava, sob um rótulo diferente, para garantir as fronteiras instáveis, cuja implantação de divisas exigira o massacre dos povos indígenas, e também para desbravar e derrubar as florestas exuberantes que enfeitavam e cobriam uma terra fertilíssima, a qual deveria servir como base agrícola alimentando suprinamente, não só os estômagos, mas principalmente os cofres dos mandatários ébrios de poder e áridos de sentimentos. As pessoas que agora abarrotavam os porões das caravelas apresentavam outro matiz policrômico, mas também eram tratados como escória humana, e ousava-se, ainda, exigir delas que nas terras distantes onde fossem desejadas se comportassem como seres racionais e honrados”.

Criaram-se dispositivos legais, nesse sentido, nos primeiros 25 anos do século XIX na Argentina, no Chile, no Brasil.

Os sucessos e insucessos da imigração, no Brasil, provocariam debates e posturas divergentes com relação ao problema, que, com o predomínio da produção do café, se voltara mais para o suprimento da mão-de-obra e da lavoura de subsistência em função da carência de braços escravos e da carestia de gêneros alimentares. A imigração, pois, se fizera, socialmente, necessária (Balhana, 1969, p. 202-3). A partir dessa fase, a América Latina cindiu-se em duas zonas bem distintas: a intertropical, onde predominam os mestiços e os índios e a temperada, a América Branca, distinta da outra, e conquistada pelos euro-americanos. Esta nova conquista se situou no fim do século XIX e início do século XX e atingiu primordialmente a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Brasil Meridional, distinguindo essa vasta região do resto do mundo latino-americano<sup>26</sup>. Esta distinção, no entanto, não quer dizer que não tenha acontecido a miscigenação e o povoamento misto, embora houvesse a tendência de se buscar uma certa homogeneização étnica, quando certos grupos se estabeleciam em determinadas localidades e de se buscar uma homogeneização européia, quando migrantes europeus de diferentes nacionalidades se encontravam na América. O caso da colonização dos Estados Unidos da América do Norte ocorreu, também, neste contexto, mas não é objeto de investigação aqui.

No período do mercantilismo, a saída de súditos era vista como um prejuízo para as nações. Depois, na medida em que o liberalismo permitia novas formas de pensar e praticar a economia era preciso aliviar as tensões sociais do capitalismo e possibilitar a este a conquista de novas fronteiras viabilizada mais facilmente pela dispersão de mão-de-obra e pelo desbravamento dos vazios demográficos por europeus que iam introduzindo modos de ser, maneiras de produzir e, principalmente, desejos aguçados pela urbanização e pelos bens produzidos pela sociedade industrial. Daí se originaram grandes movimentos migratórios. Estes movimentos eram, ao mesmo tempo, uma fuga do capitalismo, uma necessidade para o alívio de sua crise e, ainda, uma contribuição para a sua difusão.

Desta forma, se institucionalizavam as atividades em torno da emigração na Europa e em torno da imigração na América. Entidades com fins econômicos, políticos e religiosos se envolveram com tais questões que se constituíam em

---

<sup>26</sup> Ver Crouzet, 1969, p. 40. Ver, também, Carvalho, D., 1974, p. 179

oportunidades de negócios, se apresentavam como problemas e como soluções políticas, sendo estratégias de preservação e de difusão de valores.

“A propaganda empenha-se sem entraves em atrair os pobres diabos; associações religiosas e companhias de navegação assumem o encargo do transporte e do alojamento; os governos consentem e alguns Estados de Além-mar efetuam a publicidade [...] a certeza de encontrar terras e, de qualquer modo, trabalho aguilhoa o pobre” (Crouzet, 1969, p. 134).

O Novo Mundo era descrito com otimismo por propagandistas e agentes da emigração. Carlos H Oberacker Jr (1975, p. 11) mostra como Jorge Antônio Von Schaeffer, na obra *Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilistischer und politischer beziehung* (Brasil como um Império Independente em relações históricas, mercantis e políticas), descreve o Brasil. “O Brasil [...] é um país onde, logo que ponhas os pés à terra, cuidam de ti e dos teus” (Oberacker, 1975, p. 11-12).

Esta situação trouxe, também, preocupações, como foi detalhado no texto de Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, militar prussiano. Este, depois de passar alguns meses, setembro de 1851 a junho de 1852, na Colônia Dona Francisca (atual Joinville), publicou, em 1853, *Die Colonie Dona Francisca in Süd - Brasilien* (A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil) para mostrar a situação dos emigrantes europeus. Ele acentua as carências, as dificuldades e os sofrimentos dos colonos alemães para servirem de argumento às suas idéias contrárias à emigração.

“Quando a idéia de emigrar começa a criar raízes, é como tiririca, que é difícil de extirpar. Quase sempre impossível. Mesmo que se consiga dominá-la, o será de maneira breve, fugaz, pois brotam novamente. É como um micróbio que acaba tomando conta do indivíduo. Poderia dizer-se que a vontade de emigrar constitui uma doença contagiosa, uma doença para a qual a Europa, atualmente, não possui remédio” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 3).

Em função de posições contrárias à emigração, havia, também, contrapropaganda, mas esta era superada pela propaganda favorável ao movimento emigratório que se sustentava numa situação favorável à emigração, ou seja, a força de repulsão populacional era incontrolável quando o slogan “a terra sem homens para os homens sem terra” era irresistível. Diversas maneiras de divulgação da colonização eram adotadas.

Cartas dos colonos chegavam a ser copiadas de 100 a 1000 vezes. Havia manifestações públicas a favor da emigração. O debate, pois, em torno do processo migratório acirrava os ânimos e posições contraditórias. Oberacker Jr. (1975, p. 69) escreve que o Ministro Grolmann, de Hesse, “falou da emigração como sendo um ‘tumor maligno’, uma ‘doença contagiosa’ e uma ‘febre aguda’.” Não raras vezes, quando se trata de migrações e de colonização, se recorre a figuras de expressão oriundas da terminologia médica e sanitária.

O capitalismo crescente, na Europa, além de abalar as estruturas antigas, de provocar o êxodo de milhões de camponeses e de causar “feridas” sociais, afetava valores, crenças, concepções de vida. Aos camponeses expulsos do campo restava buscar trabalho nas indústrias e, enquanto massa operária, eram impelidos a abandonar uma vida, uma mentalidade e uma religião de cunho agrário. Diante disto, eles resistiram e restava, em muitos casos, a opção pela migração.

Com relação aos imigrantes alemães, Lúcio Kreutz (1985, p. 9) afirma que eram acostumados ao regime de pequena propriedade, característica da Região do Reno e não tinham condições de obter novas terras no Velho Mundo, preferindo a emigração à proletarização. E afirma que

“[...] a idéia de que uma pequena propriedade agrícola permite liberdade individual e familiar, uma vida mais ao ritmo da natureza e maior garantia de sobrevivência, estava muito presente entre pequenos proprietários do Hunsrück<sup>27</sup> e era alimentada pelas forças contra-revolucionárias, lutando por uma ordem religiosa, monárquica e aristocrática, sob o signo da propriedade individual”

A ameaça de proletarização se constituía numa ameaça ao próprio modo de ser desses camponeses e numa ameaça a uma série de valores inerentes à sua índole em várias regiões da Europa. O modo de sentir a vida e o modo de pensar começou a ser afetado profundamente, ameaçando um estilo de vida caro aos camponeses.

“Deve-se citar um certo espírito de rebelião dos camponeses trentinos que individuaram no poder político as causas de suas desgraças e viram no Brasil e na América a possibilidade de reconstruir uma sociedade camponesa própria [...] esta

---

27 A região do Hunsrück, próxima ao Rio Reno, centralizada por Trier, forneceu a maioria dos imigrantes alemães católicos para o Sul do Brasil. O termo significa as costas cachorro, sendo uma referência a um morro da região

raiva popular que certamente se deve conjugar com a difícil conjuntura econômica e com o mal-estar da sociedade camponesa que sentia em andamento um processo de desagregação, nunca se transformou em abertos atos de subversão, mas transformou o 'mito americano' numa arma de extorsão e de ofensa contra quem detinha poder" (Grosselli, 1987, p. 99-100).

Emílio Willems (1980, p. 33), também, concluiu que os emigrantes procuravam evitar a proletarização, preferindo a emigração para regiões onde as terras eram boas, férteis e baratas, uma vez que "eles não queriam trabalhar em fábricas". Onde a densidade demográfica atingira o ponto máximo, para a época, uma situação "angustiosa agia no sentido de criar uma verdadeira tradição emigratória". A emigração se constituía num movimento de recusa ao capitalismo por parte dos camponeses, num movimento de resistência de um tipo de economia rural.

"A miséria de então que nos negava o pão e o sentido da vida, a sorte do proletariado que nos aguardava, e a aspiração de uma vida mais de acordo com a natureza, fez com que nós jovens alemães nos uníssemos e fôssemos à procura de um novo habitat"

A emigração serviu, também, para aliviar tensões internas causadas pelas "estruturas internas rígidas, pela ausência de capitais e pela manutenção das mesmas relações de produção" (Giron, 1980, p. 49). Eric Hobsbawm\* (apud Santos, 1980, p. 136) não tem dúvidas de que a primeira grande leva de migrantes (1845/54) foi uma fuga da fome e resultado da pressão populacional na terra natal.

Esta vontade de manutenção de um "**modus vivendi**" e de um "**modus entis**", no enfrentamento da ameaça do liberalismo que transpunha, juntamente com as mudanças econômicas, as fronteiras da Inglaterra e da França, se intensificava na medida em que o catolicismo via nas comunidades rurais européias as possibilidades concretas de reação conservadora diante das ameaças liberalizantes.

"A Igreja, na segunda metade do século XIX, voltara-se para as questões sociais, sobretudo a partir da Encíclica Rerum Novarum. Desenvolveu uma crítica ao Estado Liberal que deixara a sociedade abandonada a si mesma. Elaborou uma nova ideologia para se harmonizar com a realidade do capitalismo: o novo pensamento assemelhava-se à visão medieval da ética paternalista" (Félix, 1994, p. 82-83)



Além disso, é preciso destacar que o discurso religioso cristão, principalmente católico, construiu uma intimidade maior com o ambiente rural. O rural simbolizava o sagrado, a criação divina. O deus dos camponeses foi criado pelo cristianismo da Idade Média numa afinidade com as lidas do campo. Nos mosteiros, se elaborava interpretações sobre o real com base na Sagrada Escritura em articulação com a experiência humana do agrário. O criador cria a natureza, o homem lida com a natureza criada e a respeita. É na terra natureza que o homem vive, é com a terra que se relaciona, respeitosamente, é da terra que tira o seu sustento, o necessário e não o demais. Agora, a urbanização proporcionava ambiente e valores que corroíam a tradição cristã de raízes medievais e de convivência num ambiente rural.

“E a Igreja Católica, por sua vez, reafirmava e aplicava em suas iniciativas pastorais os princípios e sugestões do romantismo conservador, privilegiando a organização de comunidades rurais, orientando a expressão do sagrado mais em sintonia com o agrário e natural em oposição ao sentido pecaminoso e artificial da crescente sociedade industrial” (Kreutz, 1985, p. 28)

Emílio Willems (1980, p. 257) diferencia a velocidade das mudanças de mentalidade entre católicos e protestantes na sua adequação às transformações modernizantes. “A nova concepção do trabalho, a princípio, veio a ser leiga muito tempo depois”. Marx (1979) já fizera observações semelhantes, identificando o ritmo de vida dos habitantes rurais com o ritmo da natureza, sendo a pequena propriedade um empecilho à formação de consciência e de organização políticas.

Emílio Willems (1980, p. 36) diz que os germânicos se caracterizavam por um forte misticismo que teria acompanhado os migrantes, mostrando-o em manifestações culturais, como é o caso destes versos de canções:

“Adeus, ó pátria  
Partimos para outras plagas  
Partimos para o Brasil.  
Só as dívidas deixamos aqui.

Procuramos novas paragens  
Onde há ouro como areia.  
Hurra, hurra,  
Breve chegaremos ao Brasil

Entre os camponeses católicos da Alemanha Ocidental verificavam-se tendências nas quais o êxodo se afigurava como a vontade revelada de Deus. Temos notícia de uma canção brasileira cantada nas aldeias do Hunsrück:

Deus nos chamou;  
 Senão jamais nos teria  
 passado pela mente.  
 Assim cremos e caminhamos  
 a seu mando”

Ainda, segundo Lúcio Kreutz (1985, p.30), esta postura e a religiosidade vinculadas à pequena propriedade<sup>28</sup>, devidas à dependência das forças naturais e à submissão à autoridade protetora, não ofereceriam condições objetivas para o salto qualitativo na postura política. As análises desse autor se referem mais especificamente aos imigrantes católicos do Rio Grande do Sul, provenientes, em sua maioria, da região do Hunsrück, que foi o centro de atuação da restauração católica e do conservadorismo romântico. Ter-se-ia criado, com isso, uma ilusão e um misticismo em torno do conceito de propriedade agrícola como condição pessoal e de salvação econômica dos agricultores. Com relação aos italianos, também parece estar inerente aos migrantes a idéia de que a propriedade privada da terra é condição “**sine qua non**” de realização pessoal e familiar. Conforme Gramsci (1979, p. 100), o direito de propriedade da terra e de seus frutos é intensamente sentido pelo camponês italiano.

“Nas relações com a terra, o direito de propriedade adquiriu um sentido religioso, que freqüentemente se confunde com o sentido da família. Parece que a propriedade da terra é a própria família, o núcleo originário da organização social, essência íntima da estrutura humana”

Eloy Lacana Pereira (1974, p. 43) vê no italiano um espírito migratório, especialmente, o da Lombardia.

“O espírito migratório é um traço característico do italiano da Lombardia (...), pois não há região do globo onde não se

---

28 Para José Luís Caravias ( 1985, p. 101) “ser Povo de Deus é estar ligado à posse da terra: ‘eu lhes darei a terra’.” Esta afirmação está numa obra que propõe a luta pela terra para comunidades camponesas. Aliás, o Movimento dos Sem Terra (MST) tem origem no misticismo religioso em torno da terra e tem forte presença de euro-brasileiros.

encontre italianos mas, afora essa tendência inata a emigrar do italiano, encontram-se comunidades italianas que se espalham pelo mundo”.

Essa tendência inata, contudo, pode ser vista mais como uma tendência pelo fato de esse italiano ou outro europeu nascer em uma determinada circunstância que o torna migrante e não como algo que faria parte de sua índole.

A organização camponesa em comunidades rurais de pequenos proprietários, pois, já estava incorporada à tradição de grande parte dos europeus que migraram no século XIX. No caso da Itália, para José Vicente Tavares dos Santos (1980, p. 136), a emigração decorreu de uma fuga dos trabalhadores agrícolas e camponeses das zonas mais marcadas pelos resíduos feudais e atingidas pelas mudanças liberalizantes decorrentes das relações capitalistas de produção. Muitos migraram justamente com a finalidade de poderem continuar a ser proprietários de um pedaço de terra ou virem a sê-lo. A própria religiosidade<sup>29</sup>, bastante arraigada nesses migrantes, influenciou muito para fortalecer a mentalidade de que o estilo de vida natural na pequena propriedade rural é o que mais convém ao bom cristão.

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e a de seus descendentes aconteceu por causa da possibilidade de ser proprietário e de garantir aos filhos a condição de proprietários de terra. Essa sua característica foi usada pelo Estado e pelo poder privado para a solução provisória de seus problemas advindos das contradições da estrutura econômica do Brasil. Mas, se a pequena propriedade no Brasil é uma herança do imigrante europeu, é, também, uma permissão do latifúndio. Os imigrantes europeus foram conduzidos tanto para a grande lavoura como para a colonização em pequenas propriedades (Kliemann, 1986, p. 18-19). É importante ressaltar o caráter de condução, de controle, de direcionamento. Isso não significa, por outro lado, que os grupos dominantes não enfrentassem limites ou teriam que se adequar a condicionamentos impostos pela sociedade. O que se quer dizer é que a emigração e o processo migratório se impunham, restando a atuação no sentido

---

29 Luís Alberto de Boni (1980) publicou um estudo sobre o catolicismo da imigração italiana, onde se evidencia este espírito. Estudou, também, o papel desempenhado pela Igreja Católica na colonização italiana e de outros grupos, mostrando o empenho institucional no direcionamento e acompanhamento do processo de colonização.

de que os desdobramentos fossem favoráveis aos interesses das elites.

O catolicismo conservador, também, conseguiu prolongar por várias décadas as sementeiras das vocações religiosas nas regiões coloniais do Sul do Brasil. Este fenômeno, pelo que nos consta, carece de estudo mais aprofundado, mas pode ser observado na origem étnica dos religiosos, inclusive na alta hierarquia do clero católico brasileiro. Não muito diferente é a situação das igrejas evangélicas.

Esse elemento humano carregava consigo potencialidades necessárias e adequadas para influir nas mudanças e transformações em áreas periféricas do sistema capitalista. Assim, os grupos dominantes das novas nações que atraíram imigrantes tiveram a função de dar os encaminhamentos corretos aos europeus e controlar sua atuação nas novas áreas a fim de que novos e modernos espaços fossem organizados, construídos e reconstruídos numa dinâmica conflituosa entre o ser euro e o ser brasileiro, no caso do Brasil.

Este homem migrante se constituiu num instrumento de interesses contraditórios. O capitalismo liberal, por um lado, se beneficiava com as migrações de homens que já tiveram contato direto com a sociedade capitalista para áreas onde as estruturas decorrentes das relações mercantilistas resistiam e entravavam as transformações requeridas pela dinâmica capitalista. Estes homens foram portadores de valores, de desejos aguçados pelo contato com o ambiente dos tempos modernos não manifestos abertamente, mas cujos desdobramentos, mais cedo ou mais tarde, destruiriam o modo de ser camponês de cunho medieval. A reação conservadora, por outro lado, prolongava a sobrevivência de valores tradicionais ameaçados pelo liberalismo, que foi o aparato ideológico das relações capitalistas de produção. A tradição camponesa religiosa se constituía no antídoto da secularização ameaçadora no Brasil. É bom acentuar a união Igreja e Estado naquela época.

Apesar deste aspecto conservador, a mobilidade espacial implica, muitas vezes, numa mudança de profissão, mas nas migrações rurais isto é menos freqüente. O camponês migra para continuar a ser camponês, para garantir a reprodução de sua condição camponesa. Em função das condições econômicas das regiões de colonização, segundo Emílio Willems (1980, p. 164-165), houve a perda de inúmeras técnicas especializadas pela mudança de profissão. Por outro lado, mesmo que muita gente de zonas rurais nada faça senão mudar de um pedaço de terra para outro, “retendo sua mentalidade campesina

profundamente enraizada, mesmo que aumente a superfície de sua propriedade e adote novos métodos, na maior parte é atingida melhoria social e econômica” (Beaujeu-Garnier, 1980, p. 279). A classe camponesa é a principal vítima das migrações no sentido de ter que se submeter a um direcionamento migratório.

“Mesmo desorganizados, representam uma tentativa humana espontânea de melhor adaptação às possibilidades econômicas que o mundo oferece, quando controladas ou mesmo compulsórias, oferecem o meio de adaptar a população aos recursos, de transformar a estrutura das ocupações, de desenvolver as relações humanas e, como resultado, de dirigir apropriadamente a terra e a produção. E não devemos, finalmente, esquecer o papel dos fios migratórios no progresso da complexa teia da civilização” (Beaujeu-Garnier, 1980, p.204)

Vimos que o europeu e o euro-brasileiro se tornaram migrantes, cujos movimentos foram geralmente direcionados em função dos interesses dos grupos hegemônicos. Isto, no caso do Oeste do Paraná, se evidencia na documentação que será trabalhada mais adiante.

Desenvolvimento capitalista tem muito a ver com migrações. No Brasil, poder-se-ia mostrar uma relação bastante estreita entre o processo migratório e seu direcionamento com a penetração das relações capitalistas de produção<sup>30</sup>.

Foi todo um conjunto de fatores que possibilitaram ao latifúndio do Brasil a solução provisória de sua crise. Já foram mostradas a crise social na Europa, a vontade do pequeno agricultor europeu tentar manter seu “modus vivendi” e seu “modus entis”, a possibilidade de lucro das migrações para empresas voltadas para os serviços que elas requeriam. Tudo isso e muito mais vem ao encontro dos interesses do latifúndio brasileiro<sup>31</sup>.

---

30 “O processo de formação da pequena propriedade a partir da forma como se configura a imigração alemã no Rio Grande do Sul aparece como um processo ambíguo, visto que se apresenta ao mesmo tempo como uma modificação nas relações de produção e como pressuposto do capitalismo no Rio Grande do Sul, na medida em que a terra passa a ser um equivalente de capital, como renda territorial capitalizada [...] a imigração estrangeira é fruto de uma crise que se manifesta na estrutura fundiária brasileira com o advento do capitalismo [...] A imigração, embora tenha possibilitado a formação da pequena propriedade rural, não se constitui no elemento gerador de tal processo” (Lando e Barros, 1980, p. 46)

31Ver Lando & Barros, 1980, p. 18 e 41.

A complexidade do fenômeno dessas migrações européias é inegável para qualquer observador atento, porque estas tiveram influência marcante em grande parte dos países do continente americano. Os aumentos das densidades demográficas nas regiões coloniais<sup>32</sup> provocavam disputas pelo “espaço vital”, principalmente onde a terra era tratada com métodos primitivos em pequenas propriedades ou em parceria, proporcionando, produção insuficiente com mão-de-obra ociosa o que obrigava as famílias a um regime de vida sóbrio e à emigração. Por isso, surgiram e foram constituídos os espaços coloniais com suas características próprias.

No Brasil, a colonização dirigida causava o excedente populacional das colônias depois da fase do pioneirismo, que se destinava à proletarianização ou a novas áreas pioneiras. A migração brasileira do século XIX e suas decorrências estão, portanto, inseridas no amplo contexto da modernização e das profundas transformações do mundo ocidental, e inseridas do contexto do domínio brasileiro, base da economia e da política, responsáveis pela formação do estado nacional. E a emigração da Europa é um fenômeno que tem a ver com uma realidade econômica de uma época em que determinadas condições materiais concorreram para a formação da mentalidade e da índole desses homens que se dispuseram a migrar, a arriscar.

O que precisa ser bem salientado é que somente uma pequena parcela da emigração européia se dirigiu para o Brasil e que essa questão migratória brasileira deve ser percebida num contexto bem mais amplo. No século XIX, 68% dela foi para a América Anglo-Saxônica e 24% foi para a América Latina, sendo que, entre 1856 e 1932, aproximadamente 6.405.000 de migrantes europeus foram para a Argentina e 4.431.000 para o Brasil. Kreutz (1985, p.62) informa que, conforme dados estatísticos, até 1929, entraram no Brasil 1.485.000 italianos, 1.321.000 portugueses, 583.000 espanhóis, 223.000 alemães, 86.000 japoneses. A maior parte desse contingente foi introduzida com a finalidade de suprir a mão-de-obra no latifúndio cafeeiro.

---

32 É preciso reiterar que grandes contingentes dessas migrações não se dirigiram para as colônias e não se tornaram proprietários de terras por ocasião da imigração. Depois, parte dos descendentes, os euro-brasileiros, continuaram a migrar para novas fronteiras agrícolas, através do processo da enxameação já mencionado, e a se proletarianizar. No entanto, este trabalho tem como objeto o homem euro-brasileiro-colono-migrante. Ou seja, a constituição do espaço colonial e não o fenômeno do êxodo rural. Ele foi, historicamente, um camponês, mas em muitos aspectos distinto do camponês de outras regiões do Brasil.

Os imigrantes europeus que entraram na Região Sul, em sua grande maioria alemães e italianos, não se destacaram numericamente. No entanto, se se considerar a época da vinda às colônias, principalmente os alemães, que chegaram durante cinco décadas antes que outros grupos étnicos comessem a colonizar as terras florestais do Brasil, e se se considerar o número de descendentes, o significado de sua presença se modifica consideravelmente. Os alemães, por exemplo, tendo chegado antes que os outros grupos étnicos, devem ter tido maior número proporcional de descendentes nascidos no Brasil. Marionilde D. B. Magalhães (1989, p. 84) mostra, sem precisar a época, que a taxa de fecundidade dos alemães era de 8 a 9 filhos para as mulheres que casavam entre 15 e 19 anos e de 7 filhos para as mulheres que casavam entre 20 e 24 anos. “Tal crescimento determinaria a ampliação das colônias, bem como novos deslocamentos de curta e média distâncias, como do Rio Grande do Sul para o Paraná e Santa Catarina”

Portanto, o euro-brasileiro pôde constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo, européia mesclou-se com a realidade encontrada e constituída pelos colonos para formar o espaço colonial dinâmico e instável. Nesta dinamicidade e nesta instabilidade, estava o homem euro-brasileiro colono-imigrante e camponês típico a manter, construir e reconstruir o seu mundo. A migração euro-brasileira se origina nas transformações européias dos tempos modernos e se ajusta à realidade brasileira e, principalmente, à realidade do Brasil Meridional, onde o espaço colonial euro-brasileiro ia sendo constituído. Finalmente, o euro-brasileiro é o ser humano com tradição, com identidade contraditórias. Ele, enquanto europeu, é portador de medievalidade européia, mas contaminada pelas transformações dos tempos modernos. Enquanto colono brasileiro, é o homem camponês, colono, agente direto da colonização. Projetava adiante problemas e soluções. No lote colonial estava a terra onde se iria produzir a vida colonial. Esta implicava em ser proprietário de terra e nela constituir família em condições dignas de alimentação, de formação e de vida social e religiosa. O espaço colonial seria a extensão do espaço familiar e do espaço da propriedade no qual se constituía o espaço da comunidade e da sociedade. A infra-estrutura (estrada, igreja, escola, casa comercial, salão comunitário ...) permitia a vivência colonial. Esta era contemplada no trabalho, na prática religiosa, nos negócios, no divertimento. O modo de ser euro-brasileiro era o modo de ser colonial.

### 1.3 DINÂMICA COLONIAL

A dinâmica das regiões coloniais do Brasil Meridional proporcionou a constituição de sociedades típicas e a organização de espaços nos quais os euro-brasileiros viviam uma vida, predominantemente, rural, na qual, a posse legal e de fato de uma área de terra suficiente para a reprodução da unidade familiar, era um objetivo fundamental. Na medida em que estes espaços eram planejados e se desenvolviam, as terras iam sendo adquiridas, cultivadas, subdivididas e exploradas. Mais cedo ou mais tarde, a terra começava a faltar e os colonos iam em busca de novas terras nas fronteiras agrícolas e nas fronteiras do espaço colonial. A partir de 1920, as terras do Sudoeste e Oeste Paranaenses passaram a ser vistas como um espaço a ser planejado e a ser organizado para absorver contingentes populacionais de antigas regiões coloniais do Sul. Esta intenção esteve pautada nas condições concretas dessas mesmas regiões.

Já foi visto que a constituição do espaço colonial durante os séculos XIX e XX, no Brasil Meridional, ocorreu devido à vinda dos imigrantes e, principalmente, pela enxamagem, ou seja, pela multiplicação das colônias a partir das pressões demográficas que a dinâmica colonial provocava. Os colonos, no seu conjunto, construíam, preservavam e reconstruíam seus espaços coloniais.

Cabe, agora, analisar a situação dessas áreas coloniais no que tange à sua estrutura fundiária para caracterizar esta situação de repulsão populacional do espaço colonial na época da intensificação da colonização do Oeste do Paraná, uma vez que os migrantes para o Paraná, principalmente nas décadas de 50 e 60 do século XX, eram provenientes, majoritariamente, das colônias do Sul.

O fluxo migratório mais importante para o Oeste do Paraná e para o Paraná como um todo nasceu no Estado do Rio Grande do Sul a partir do final dos anos 40, e sobretudo, desde 1956, esse movimento migratório se intensificou surpreendentemente<sup>33</sup>. Em estudo sobre O Fenômeno Migratório na Região Sul, feito pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL, 1975, p. 67-70), até 1970, sobressaíram dois fatos nítidos: o Rio Grande do Sul como um Estado expulsor

---

33 “Nós continuamos vagando embrenhados nas matas virgens do nosso Rio Grande e a partir de agora já precisamos pensar no desbravamento do Estado de Santa Catarina ou Paraná, a fim de encontrarmos um lugar para os nossos filhos”. São palavras que Rui Nedel (1986, p. 127) atribui ao seu personagem Juca, em texto literário.



de população e o Paraná como um Estado receptor. Santa Catarina, por sua vez, expelia e recebia populações. O Paraná foi o Estado receptor por excelência. O caso de Santa Catarina se deve ao fato de que havia um importante espaço colonial antigo do qual emigraram colonos para o Paraná e para o Oeste Catarinense e, ao mesmo tempo, havia a fronteira agrícola do Oeste que recebia contingentes populacionais do Rio Grande do Sul e de regiões coloniais antigas de Santa Catarina. Estas conclusões precisam ser vistas a partir de outros dados sobre estes três Estados no que se refere às suas estruturas fundiárias. Existem, nestes Estados, regiões coloniais e regiões onde o latifúndio predomina. Mesmo que, em Santa Catarina, predomine a propriedade colonial, há áreas de grandes propriedades, principalmente, nos Campos de Lages, por exemplo. O Rio Grande do Sul tem duas áreas bem distintas: a Região da Campanha, onde predomina o latifúndio pecuarista, e a Região Colonial. O Paraná apresenta seus Campos Gerais e suas áreas de colonização. Tendo presente estas realidades, pode-se analisar as situações das regiões coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

### *1.3.1 A Repulsão no Rio Grande do Sul*

O Estado do Rio Grande do Sul recebeu imigrantes alemães, italianos e poloneses durante os séculos XIX e XX, que constituíram o início do espaço colonial rio-grandense, ampliado pelo processo de enxameamento até que as terras florestais do Norte e Nordeste foram ocupadas até o final dos anos de 1940. As áreas de campo, na parte central e do sul, mantiveram os latifúndios pecuaristas e não foram disponibilizadas para a colonização com euro-brasileiros. Estes tiveram um espaço limitado, tendo sido forçados à subdivisão dos lotes e/ou migrar para o Oeste Catarinense, para o Sudoeste e Oeste Paranaense em grande número a partir da década de 40 do século XX.

Pedro Calil Pádis (1981, p. 67-68) mostra que, entre 1940 e 1960, o número de propriedades menores de 10 hectares, no Rio Grande do Sul, se multiplicou por 2,7 enquanto que, no mesmo período, o tamanho médio dessas propriedades passava de 5,6 a 5,2 hectares. Entretanto, esse processo foi mais acelerado durante o decênio dos anos cinquenta, durante o qual o número de pequenas propriedades passou de 47.724 para 100.132, enquanto seu tamanho médio passou de 5,8 para 5,25 hectares.

Pedro Pádis discute a fronteira agrícola a partir do mercado de trabalho urbano e rural e a concebe como “válvula de segurança” e como reservatório de mão-de-obra. Neste sentido, ela evitaria e protelaria reformas nas regiões colonizadas anteriormente. Assim, ele analisava os motivos da emigração do Estado do Rio Grande do Sul, como um todo, sem, no entanto, trabalhar com os dados mais específicos das regiões coloniais. Este Estado apresentava, pois, uma heterogeneidade muito grande, principalmente se forem confrontadas as estruturas fundiárias da Região Colonial e da Região do latifúndio pecuarista. As pequenas propriedades se localizavam e ainda se localizam mais nas regiões coloniais, onde a subdivisão da terra foi acelerada.

Berlindes Astrid Küchmann (1980, p. 118), por sua vez, com a finalidade de discutir as perspectivas da agropecuária colonial rio-grandense, estabeleceu essa diferenciação a partir da qual se pode discutir, também, a constituição dessa área de repulsão populacional, alvo dos interesses colonizatórios do Paraná. “Segundo dados levantados pelo INCRA, as unidades de 450.000, ou seja, 88% sobre um total de 520.000 unidades de produção agropastoris do Estado, estão concentrando sobre 28% do território gaúcho mais de 70% da população rural ativa”

Estas unidades eram constituídas na base da pequena propriedade rural e na base do trabalho familiar, possuindo em média 14 hectares<sup>34</sup> e se destinavam à produção lavoureira tradicional e policultora e à pecuária de pequeno porte. Mandioca, feijão, milho, uva, batata, fumo, cebola eram alguns dos principais produtos da lavoura. A suinocultura e a produção leiteira eram os destaques na pecuária. O mesmo perfil produtivo seria implementado no Oeste do Paraná.

O trabalho para essa produção era exercido por colonos, agricultores de ascendência predominante de alemães e de italianos, concentrados nas regiões fisiográficas da Encosta Superior do Nordeste e do Alto Uruguai, conhecidas por Colônia Velha e Colônia Nova.

“Se considerarmos a base fundiária da agropecuária das unidades de produção com área inferior a 50 hectares, constataremos que esta sofreu uma constante redução. Sua

---

34 Aqui se reproduz, em outras proporções e em outro contexto, a situação fundiária da Europa do século XIX. Grosseli (1987, p. 49), por exemplo, mostra que o tamanho médio das propriedades dos camponeses trentinos era, extremamente reduzido. “[...] podemos estabelecer que para cada pessoa, cuja vida girava em torno do campo, cabia em média menos de um hectare de terreno produtivo, do qual a metade quase era composta de pastagens alpinas”.

área média passou de 24 hectares em 1920 a 15 hectares em 1968” (Küchmann, 1980, p. 120)

A questão da estrutura agrária nas regiões de colonização foi um elemento motivador das migrações na Região Sul. Houve uma crescente pressão populacional e uma “limitada disponibilidade de terras cultiváveis produtivamente, seja pela insuficiência física de terras - minifúndio - seja pela monopolização da mesma por parte de grandes proprietários - latifúndio” (SUDESUL, 1975, p. 74-81). A quase absoluta maioria (80 %) das unidades de produção agrícola do Estado do Rio Grande do Sul eram minifúndios. O Censo Agropecuário de 1975 revelou que “84% dos proprietários, responsáveis por 70% da alimentação regional, possuem 24% das terras do estado, enquanto que os 16% restantes possuem 76% das mesmas” (Kliemann, 1986, p.10).

No entanto, não se pode concluir que a fronteira agrícola no Rio Grande do Sul teria sido esgotada, se se levasse em conta o uso efetivo da terra com sua capacidade de uso. Tratar-se-ia de uma inadequação entre o uso efetivo e o potencial de uso existente. Nas regiões de minifúndios, as unidades de produção inferiores a 50 hectares representavam, respectivamente, 96,4% e 97% do número total de unidades de produção agropecuárias e a área ocupada representava 78,7% e 73,6% da área total. Estamos tratando da Colônia Nova e da Colônia Velha. Por outro lado, as regiões de latifúndio pecuarista representavam um grande sub-aproveitamento.

“Historicamente a queda desses produtos coloniais aparece quando se dá por decretado o assim chamado ‘esgotamento da fronteira agrícola’ para a agropecuária colonial, ou seja, a partir do momento em que para esta se esgota a possibilidade de incorporação de novas terras [...] ao processo produtivo. É assim que, a partir dos anos 50, a agropecuária e aqui sobretudo a lavoura colonial, passa a entrar em crise, contribuindo dessa forma para um insuficiente crescimento não somente desta, senão também da produção agrícola estadual” (Küchmann, 1980, p. 125)

A agropecuária colonial ocupava, em 1940, 6,8% da área de lavoura do Estado e respondia por 49,8% do valor bruto da produção, ao passo que, em 1968, aumentou para 15,17% da área utilizada, contribuindo com 40,3% do valor bruto da produção. Embora devam ser considerados avanços tecnológicos, incorporação de novas áreas e significativo aumento da produção estadual, fica evidente a crise da agropecuária colonial desta

época. Soja e trigo, produtos da lavoura colonial, passaram a ser cultivados pela lavoura empresarial, adotando menos mão-de-obra por área e por produção. Por isso, a lavoura colonial deveria adotar produção que não concorresse com a da lavoura empresarial, mas que também se destinasse ao mercado (suinocultura, gado leiteiro...), ou deveria reestruturar-se fundiariamente e se modernizar via mecanização. A renda decorrente da venda do suíno poderia ser mensal, e a do leite também. Isso teria uma conotação mais de busca de sobrevivência do que de capitalização.

A maior parte da população rural do Rio Grande do Sul trabalhava na agropecuária em limitações cada vez maiores para o emprego do trabalho familiar. Para Astrid Küchmann, (1980, p. 131-132), os pequenos produtores e suas famílias, “quando não encontram emprego no setor industrial ou no setor de serviços, vêm-se obrigados, como eternos pioneiros, a recomeçar tudo de novo em terras longínquas”. Isso, quando dispunham de condições físicas e econômicas para tais iniciativas, ou senão, formar-se-ia um verdadeiro ‘depósito de força de trabalho’, acaboclizandose. Cabe lembrar, embora já tratado anteriormente, que os colonos cultivavam um espírito religioso mais afinado com o estilo de vida rural que os impulsionava para a migração na direção das novas fronteiras agrícolas a fide evitarem a proletarização e a necessidade de migrarem para o meio urbano.

De acordo com o INCRA, em 1967, 70% da população do Rio Grande do Sul ocupada no campo, encontrava-se nas unidades de produção inferiores a 25 hectares, nas quais a força de trabalho familiar representava 95% de força de trabalho humana total utilizada. “[...] quanto menor o tamanho físico da unidade de produção agropecuária (número de hectares), tanto maior é a proporção da força de trabalho familiar empregada no processo produtivo e vice-versa” (Küchmann, 1980, p. 132). Em 1/3 da área do Estado concentrava-se 8 vezes mais força de trabalho humana que nos outros 2/3. Ainda de acordo com o INCRA, 56,8% (337.843 pessoas) dos excedentes como força de trabalho estavam concentrados nas regiões de agropecuária colonial. Assim, conclui-se que:

“nas regiões de minifúndio [...] ‘a saturação da mão-de-obra atinge níveis alarmantes, sendo necessária a translocação de 49% e 96%, respectivamente, da mão-de-obra disponível destas regiões para outras de potencialidade física, tendo em vista a melhor utilização e combinação de recursos mão-de-obra e terra

e a efetiva conservação dos recursos naturais” (Küchmann, 1980, p. 136)

Isso significa dizer que há um contingente populacional disponível para a migração. Dentro deste contexto, os mecanismos das companhias de colonização foram eficientes para direcionar o fluxo migratório na direção de suas novas fronteiras agrícolas. Iniciada em 1920 e crescendo em importância, a mecanização gaúcha contribuiu para liberar força de trabalho humana substituída pela máquina.

Conforme Jean Roche (1969), em 1934, 80.000 pessoas haviam deixado o Rio Grande do Sul para serem pioneiros em colonizações em outros estados. Em 1940, viviam 76.394 rio-grandenses em Santa Catarina e 14.800 no Paraná. Em 1950, já eram 205.576 morando em outros estados, dos quais 98% eram agricultores. Conforme a Revista Veja (25.02.76), 800.000 agricultores deixaram o Rio Grande do Sul em busca de terras fora do Estado. “O processo migratório desses pequenos agricultores [...] ocorre porque para eles é a única solução encontrada na constante busca de uma base mínima de sobrevivência” (Küchmann, 1980, p. 145-146). Vale reiterar que esta base mínima está na propriedade da terra.

Carlos de Souza Moraes (1981, p. 152-153) retrata como a questão da emigração do Rio Grande do Sul foi vista pela imprensa, mencionando uma prejudicial emigração, o êxodo gaúcho, mostrando preocupação com a emigração de milhares de gaúchos.

### *1.3.2 A Repulsão em Santa Catarina*

Em Santa Catarina, encontra-se, também, uma área de repulsão populacional, embora haja, também, uma área de atração de migrantes. Destes migrantes, muitos foram para Santa Catarina e colonizaram, basicamente, o Oeste do Estado, pois a região litorânea e o Vale do Itajaí já tinham sido ocupados no século XIX e no início do século XX. Estas regiões de colonização mais antiga, também, se constituíram em áreas de repulsão colonial e, mais tarde, também o Oeste Catarinense. Em Santa Catarina, portanto, se reproduzem situações semelhantes às das áreas coloniais do Rio Grande do Sul, sendo que as suas áreas de campo e de latifúndio pecuarista são proporcionalmente mais reduzidos. Santa Catarina tem,

proporcionalmente, um espaço colonial maior e uma estrutura fundiária mais equilibrada. Mas, a falta de terra para os colonos, também ocorreu.

Zedar Perfeito da Silva (1954, p. 26), designado pela direção do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura para elaborar um estudo sobre a vida rural do Vale do Itajaí, caracteriza essa área de repulsão colonial no contexto da crise dos anos 50, época em que o fluxo migratório se intensificava. No seu relatório, ele observa que

“O próprio lote de 25 hectares tem também o seu inconveniente. Na verdade, o que no começo foi um bem para o desenvolvimento do Vale do Itajaí, a média de 25 hectares para cada lote, tornando-se famosa a região pela magnífica divisão da propriedade, hoje em dia, vemos com tristeza os graves problemas sociais surgindo em várias zonas, mormente no município de Brusque, onde é acentuado o predomínio do minifúndio” (Silva, 1954, p. 26)

Grande parte dos colonos foram obrigados a trabalhar nas fábricas. “Depois começou o êxodo para o Planalto da Região Oeste Catarinense. Ultimamente, de um modo assustador, assistimos a marcha para o Norte do Paraná” (Silva, 1954, p. 26). O texto, publicado em 1954, não pôde, ainda, detectar a migração para o Sudoeste e para o Oeste do Paraná, pois esta se intensificaria a partir desta data. No entanto, fica caracterizada a força repulsiva da região que se intensificaria nas décadas seguintes.

O colono, quando migra, leva todos os seus pertences. Segundo Silva (1954, p. 27), no biênio 50/51, grande número de famílias saíram com destino ao Paraná, sendo do Distrito de Botuverá, 30 famílias, do Distrito Vidal Ramos, 50 famílias, do Distrito de Itaquá, 60 famílias. Ainda, de Rio do Sul saíram cerca de 140 famílias e 150 operários (umas 1.000 pessoas), encaminhados por companhias colonizadoras.

A migração de operários para as novas colônias é um dado interessante e merece algumas considerações. Já foi visto que os imigrantes europeus provinham do meio rural e do meio urbano. Aqui se repete o fenômeno. O camponês expulso do meio rural procura retornar à vida rural e faz de tudo para consegui-lo<sup>35</sup>.

O êxodo era acentuado em todo o Vale do Itajaí. Por isso, havia, em várias cidades, escritórios de propaganda e de venda

---

35 Situação diferente se percebeu quando, a partir da década de 70, a modernização agrícola provocou grande êxodo rural de colonos que

de terrenos de companhias colonizadoras funcionando para convencer os colonos a migrarem para as novas colônias projetadas. Os lotes da região já tinham sofrido e continuavam sofrendo subdivisões, sendo que nas novas colônias os preços da terra eram menores em função da maior oferta. “Colonos saídos de Blumenau compravam das companhias colonizadoras tantos lotes quantos lhes eram possíveis para garantir o futuro de sua numerosa prole”. O espírito de aventura associado ao sonho, à propaganda e às dificuldades econômicas, “agem poderosamente no espírito da população rural no sentido de sair em busca de novas aventuras” (Silva, 1954, p. 28)

Há, por outro lado, o apego familiar, o desejo de permanecer próximo do reduto da parentela e após a constituição de novas famílias. Isso ajudou para que grupos familiares adquirissem terras nas novas áreas de colonização para se deslocarem em bloco em direção das novas terras. O grupo familiar podia ser substituído e ampliado pelos laços de vizinhança e da comunidade. Por outro lado, nas antigas colônias, os que ficavam se empenhavam em adquirir os lotes de terra dos colonos que partiam, com a finalidade de manter seus filhos e seus netos próximos. O elo familiar se traduzia, pois, em proximidade física e em atividades econômicas similares.

“No Rio Testo, onde antigamente viviam colonos bem situados e prósperos em suas grandes propriedades, moram atualmente duas, três e mais famílias, porque esse sentimento hereditário não permite que o jovem par se afaste de junto da família para estabelecer-se em outro lugar. Os pais preferem dividir com muita espontaneidade as suas terras a assistirem à partida de seus filhos para longe” (Silva, 1980, p. 28)

Aqui se percebe a ênfase atribuída à unidade produtiva e à unidade de convivência do grupo familiar que resistia, por vezes, quando filhos casavam. Essa tendência de manter familiares ou vizinhos nas proximidades aumentava a possibilidade para aqueles que ficavam na antiga colônia se esforçarem para adquirirem terras daqueles que migravam. Aqueles que migravam procuravam convencer os seus familiares e próximos a se juntarem a eles na marcha para as novas terras, onde a solidariedade, a ajuda mútua eram importantes. Ou seja, a vontade de manter a proximidade com os seus se constituía em causa facilitadora das migrações e da enxamagem. Em

---

buscavam empregos urbanos em outro contexto econômico e de hegemonia de valores urbanos em veiculação nas colônias.

primeiro lugar, se procurava migrar com o grupo familiar e, se isto não fosse possível, em segundo lugar, com os vizinhos e com pessoas da comunidade. Era a tentativa de manutenção e da busca da construção e reconstrução da identidade no espaço novo.

No Oeste do Estado do Paraná, a colonização se iniciou nos anos 20 do século XX com o estabelecimento de pequenas propriedades (entre 25 a 40 hectares), adquiridas por compra, principalmente, pelos egressos das colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul e também, de forma secundária, das antigas colônias catarinenses (Schenkel, 1993). Outras regiões, também, atraíram colonos do Sul, mas predominaram, como áreas de atração, as microrregiões Oeste e Sudoeste Paranaenses, que atraíram 30% dos migrantes da Região Sul, constituindo-se nas áreas de destino preferencial de agricultores gaúchos e catarinenses expulsos destas regiões que estão sendo analisadas. Para lá se deslocaram 85% dos gaúchos e 50% dos catarinenses que migraram para o Paraná, somando em torno de 350.000 pessoas. (SUDESUL, 1975, p. 61)

Poder-se-ia concluir com Karl Kautsky (1980, p. 266), embora referindo-se a outro contexto, que “o apetite que leva os colonos americanos para as terras novas, dado o esgotamento rápido do solo, deve ser ainda maior que o dos antigos germânicos”. Esta observação se aplica ao processo de colonização do Brasil Meridional, pois vimos que se estabeleceu uma crise em função da carência daquilo que era mais caro ao colono, a terra. Esta servia para nela viver e produzir e, principalmente, reproduzir a unidade de produção ou seja, a unidade de produção familiar. Está, então, caracterizada a situação de repulsão populacional do espaço colonial nas décadas 40, 50 e 60 deste século.



## **CAPÍTULO 2**

### **PARANÁ TERRITÓRIO E POPULAÇÃO**

Passar-se-á a discutir a Colonização no Paraná pós-anos 40, especialmente a ocorrida no Oeste do Estado. Na primeira parte deste trabalho, quando se caracterizou o espaço colonial do Brasil Meridional, já foram mostradas, rapidamente, a ocupação e a colonização paranaenses. Agora o objetivo é mostrar a colonização do Paraná no contexto da política e da geopolítica da Marcha para o Oeste e analisar o momento em que ocorreu a grande colonização da região polarizada pelas atuais cidades de Cascavel, de Foz do Iguaçu, de Toledo e de Marechal Cândido Rondon. Discutir, também, a visão que perpassa preocupações e discursos políticos da época e, finalmente, trabalhar a colonização do Oeste do Paraná.

A geopolítica brasileira se traduziu, no caso do espaço colonial, numa geopolítica colonial. Neste sentido, procurar-se-á perceber, na colonização, possibilidades de trânsito político e social da ideologia da Marcha para o Oeste.

O poder do Estado se empenham no sentido de priorizar, a nível de discursos e o nível de atuação, a ocupação e a integração do território. Assim sendo, analisar-se-á as preocupações, interpretações e as políticas do Estado em torno do povoamento. Isso se viabilizou pela junção de interesses do poder público e da iniciativa privada para se realizar a colonização do Oeste do Paraná.

Será trabalhada documentação pública e documentação privada. A documentação pública se refere aos discursos dos governadores Moisés Lupion (1948-1952; 1957-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1953-1957) relacionados com as preocupações sobre o território paranaense e sobre sua população. A documentação privada é aquela oriunda de empresas colonizadoras e madeireiras atuantes no Oeste do Paraná nas décadas de 40, 50 e 60, principalmente. Será utilizado, também, o acervo de textos e de relatos de pesquisadores e observadores escritos sobre a região oeste. Estes são, basicamente, histórias de municípios ou estudos sobre determinados aspectos da vida oestina.

## 2.1 A GEOPOLÍTICA COLONIAL

O Brasil se desenvolveu num sentido que exigiu a marcha de sua população a partir das terras litorâneas na direção de suas fronteiras agrícolas e de suas fronteiras político-territoriais. O direcionamento da colonização e dos fluxos migratórios proporcionou a ocupação territorial brasileira durante os dois últimos séculos.

Durante o século XX, a diversificação econômica do país tirou do setor cafeeiro o mando político exclusivo, exigindo governos que articulassem, democraticamente ou ditatorialmente, novas forças políticas alicerçadas em outros setores da economia. As classes médias urbanas, os militares, a burguesia foram reivindicando e ocupando espaços econômicos, culturais e políticos em articulação com oligarquias regionais. Esta diversificação se manifestou de formas diferentes nas diversas regiões. Na região Sul, os euro-brasileiros foram conquistando espaços em consequência da criação e do desenvolvimento de colônias. Ou seja, houve uma redistribuição espacial do poder e da economia no Brasil. Alguns destes novos espaços, no caso do Sul, seriam ocupados e criados pela população migrante.

Segundo George Martine (1987, p. 59-60), a distribuição espacial da população numa sociedade reflete as formas de organização de sua produção num determinado momento histórico. A partir de 1930, as mudanças na economia rural brasileira dispersaram milhares de trabalhadores agrícolas, exigindo que parte deles se interiorizasse pelo país em busca de terras virgens nas várias fronteiras agrícolas, para consolidar uma agricultura e uma pecuária em expansão. A outra parte da mão-de-obra passou a engrossar os primeiros grandes fluxos rural-urbanos, que, na década de 70, atingiram 16 milhões de pessoas. Até o início da década de 60, a diversificação e, em alguns casos, a recuperação da agricultura se fez lentamente, sem trazer maiores alterações na base tecnológica ou na estrutura de mercado, salvo exceções localizadas.

No Período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivavam buscar a integração. No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa "Marcha para o Oeste". Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público

buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los, quando necessário.

Essas ações tiveram fortes repercussões no Estado do Paraná que teve, a partir da segunda década do século XX, um período de intensa colonização, com a ocupação dos atuais pólos regionais do Norte Pioneiro (Londrina e Maringá), do Sudoeste (Francisco Beltrão e Pato Branco) e do Oeste (Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu). É a chamada colonização moderna (ver Westphalen, 1987).

A ocupação econômica e a colonização do Paraná, nesta época, se relacionam com o interesse estrangeiro na exploração da erva-mate e da madeira, com a expansão das atividades dos descendentes dos tropeiros que cultivavam milho e criavam suínos soltos e de forma extensiva, com a ação do poder público através da realização de obras de infra-estrutura, como a rodovia federal a Foz do Iguaçu e limitados projetos de colonização e, finalmente, com a atuação de companhias de colonização organizadas empresarialmente por grupos de colonizadores profissionais (Sperança, 1992, p. 7).

Após os anos 30, o Paraná vinha consolidando sua economia. A exploração madeireira crescia em importância, constituindo-se num grande ciclo econômico, embora a erva-mate mantivesse o seu predomínio por bom tempo. Aida Mansini Lavalle (1981, p. 92-93) desenvolveu uma importante pesquisa sobre a madeira na economia paranaense, discutindo o transporte e os locais de exploração, os mercados argentino e inglês e outros. Evidencia-se, no seu trabalho, que, entre 1945 e 1965, as exportações paranaenses de pinho cerrado para o mercado externo foram as mais elevadas em números absolutos, com um crescimento significativo a partir de 1955.

Houve, por outro lado, durante o século XX, um rápido processo de concessão de terras, em troca de obras e de serviços, e de venda de terras devolutas do Estado. Tanto que, no término dos anos 60, as terras devolutas disponíveis para a colonização no Paraná estavam esgotadas, restando para o governo solucionar questões pendentes e resolver conflitos em diversos locais, principalmente na Região Sudoeste, onde o resultado de concessões de terras por parte do Estado e da atuação do governo federal e de empresas colonizadoras geraram uma situação de insegurança e de conflitos abertos decorrentes de titulação sobreposta e do não cumprimento de contratos.

Já que as terras tinham sido apropriadas pela iniciativa privada, predominou a colonização empresarial que serviu como estratégia para o desenvolvimento rural. A exemplo do Norte

Paranaense, colonizado nos anos 20, a iniciativa privada desenvolveu diversos projetos de colonização em outras regiões, a partir de 1930, que influíram decisivamente na estrutura fundiária do Paraná. Ao governo do Estado interessava o desenvolvimento que incluía o processo de ocupação das terras.

“Em troca do favorecimento na cessão de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos apenas simbólicos, o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural do território. Em conseqüência se estabelece a perfeita sintonia entre os interesses políticos do Estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais” (Serra, 1992, p. 89).

Tais ações proporcionaram um aporte significativo de capital investido nas fronteiras agrícolas paranaenses, proporcionando rápido desenvolvimento. Empresas colonizadoras aplicaram vultuosos recursos para implementar seus projetos de colonização e outros negócios nas fronteiras agrícolas do Paraná. Por outro lado, embora os colonos-camponeses, individualmente, não dispusessem de significativo volume de capital, o conjunto de capital, em forma de moeda, de equipamentos e de utensílios, trazido pelos migrantes se constituiu em fator de dinamização das atividades econômicas nas áreas pioneiras. A mercantilização desses espaços significava desenvolvimento seguro para as regiões Norte, Sudoeste e Oeste do estado.

O estado, abrindo mão da possível arrecadação com a venda de lotes rurais e urbanos, passou o ônus da infra-estrutura mínima para a iniciativa privada (obviamente dentro de determinados limites!). Este ônus, normalmente, era de responsabilidade da iniciativa privada, que providenciaria estradas e caminhos, armazéns, sistemas de crédito e de comercialização das safras e assim por diante. Esses serviços se adequavam a diversas formas de arrecadação das empresas colonizadoras e abriam possibilidades de “premiar” seus funcionários e seus agentes quando declinasse o “boom” da exploração extrativa da madeira e da erva-mate e o “boom” da mercantilização da terra. Estes eram mecanismos interessantes de estruturação de novos espaços sociais distantes dos centros mais dinâmicos da sociedade brasileira que começaram a se desenvolver, passando a se constituir em áreas de desenvolvimento emergentes. Este desenvolvimento se articulava com a dinâmica geral do país e se tornava viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro

oriundo da mercantilização da terra e da incorporação das terras mercantilizadas ao processo produtivo, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo, (Serra, 1992, p. 89) e, depois, através da diversificação das atividades urbanas que estabeleciam os mecanismos de contato com a realidade externa das colônias.

Dentre as diversas empresas que atuaram na colonização, destacaram-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no Norte, e a Colonizadora Madeireira Rio Paraná S.A. - MARIPÁ, no Oeste do Estado. As áreas colonizadas por estas duas colonizadoras caracterizaram-se pela segurança quanto à titulação e pela “limpeza”<sup>36</sup>, garantindo negócios que evitassem problemas legais e que afastassem conflitos com posseiros, grileiros, intrusos ou outros ocupantes (Serra, 1992, p. 90). Em termos comparativos, realmente, essas duas colonizadoras levaram avante empreendimentos exploradores e colonizadores conseqüentes e pautados na legalidade e no cumprimento de compromissos. Outras empresas, também, atuaram em projetos de exploração de madeira e de colonização. Houve, desta forma, um intenso processo de colonização e de ocupação de terras florestais do Estado do Paraná. Este processo se insere, então, no âmbito da Marcha para o Oeste, através da qual a busca da brasilidade estava ligada a parâmetros geográficos e econômicos.

“Povoamento, ocupação, integração constituem novos movimentos da nação em busca de sua plenitude. Não meramente casual o recurso de se mostrar um visual definitivo da nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, uma geografia do poder que só pode ser aprendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizado espaço territorial nacional. (Lenharo, 1986, p. 57)

Sob a ótica do nacionalismo, característico da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização.

“... o Programa Rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos

---

36 O termo “limpeza” quer significar que a área estaria livre de intrusos e de eventuais posseiros que viessem criar impecilhos à posse e à titulação tranqüilas dos proprietários. Esforços nesse sentido eram feitos.

sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os seus métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas” (Velho\*, apud Serra, 1991, p. 39)

A nação caminharia, buscando concretizar uma obra integradora e de paixão. “A marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas, acima de tudo, disciplina” (Lenharo, 1986, p.74)

Esse discurso alimentava a sede de lucros e de poder econômico de empresários, ligados a regiões coloniais novas, estendendo-se a seus conterrâneos sob a articulação discursiva da etnicidade e do acesso à terra. A origem garantiria a reconstrução da vida familiar agrária num novo espaço a ser moldado à semelhança do antigo espaço. Articulava-se um discurso onde a disciplina orientaria a cadência da atividade colonizatória. “As ambições da Companhia Colonizadora convergem com os anseios do Estado que respalda a sua obra na idéia de unir o povo na construção de si mesmo, através do desenvolvimento de uma grande paixão pela pátria” (Toepper, 1993, p.17).

Diversos interesses se articularam e se complementaram. Os interesses mercantis e empresariais dos colonizadores promoveram, de fato, a marcha nacionalista, atendendo ambições particulares dos colonos migrantes que se puseram a marchar.

“Sair do meio social de origem, a idéia dominante desta ideologia, cujos grupos sociais que a aceitam, agem na certeza de ‘sair melhor’. O sucesso dos que já foram tem uma força de persuasão superior ao fracasso dos que retornaram derrotados [...] a migração deixa de ser uma maldição, uma viagem para o desconhecido, para ser uma caminhada para o progresso” (Souza, 1980, p. 37)

A fronteira agrícola do Paraná era assunto de conversas e anedotas entre os colonos do Sul. Os parentes, os amigos, os conhecidos já tinham ido. Voltavam às vezes! Quem trazia notícias era o agente que retornava para convencer outros. Os antepassados, por outro lado, já tinham dado o exemplo de migrar, de desbravar que retrocedia à Europa.

“Nós não precisava ter saído de lá, nós tava bem, mas a gente é curioso prá sabê como vai nos outro lugar; não é? Santa Helena era um lugar novo, mato então. Meu pai vinha antes

aqui, gostô e daí veio meu marido, gostô, e por fim a gente também veio. E também ninguém mais se alembô mais de voltá, porque todo mundo gostô” (Bubans<sup>37</sup>, apud Colodel, 1988, p. 229)

A vontade e a necessidade era desfazer-se de propriedades, na terra natal e, se preciso fosse, deixar para trás laços de parentesco e de amizade em troca da promessa de um futuro que seria melhor, vislumbrando possibilidades que poderiam reestruturar projetos e sonhos para si e para seus descendentes. “Independentemente dos motivos que levaram essas famílias a abandonarem suas terras nos seus locais de origem, a migração para o Oeste do Paraná [...] abria a possibilidade de um recomeço” (Colodel, 1988, p. 229).

Percebe-se que se estabelece uma série de interesses convergentes em torno de possibilidades de colonizar terras de fronteira. A visão geopolítica federal via na colonização a consolidação territorial brasileira assegurada por colonos pequenos proprietários. Os empreendedores de empresas colonizadoras e de madeireiras vislumbravam novas possibilidades de investimento em negócios madeireiros e de mercantilização de terras. Os colonos se dispunham a migrar para reconstruírem espaços coloniais.

## 2.2 ESTADO E COLONIZAÇÃO

Este processo de colonização, no Estado do Paraná, demandava preocupações das oligarquias tradicionais e da emergente burguesia regional, tendo ressonância em diversos setores da administração estadual, nos embates políticos. Isto é perceptível nos discursos de políticos do Executivo e do Legislativo. Repercutiram, a nível regional, as questões nacionalistas e suas relações com o discurso da “Marcha para o Oeste”, ocorrendo adaptações de acordo com as especificidades locais. Nos anos 30, 40 e 50, a questão da colonização, no Paraná, se revestia de aspectos peculiares. As suas terras mais a Oeste (Regiões Oeste, Sudoeste, Norte e Noroeste) iam sendo ocupadas por duas vigorosas frentes de colonização, conforme já mencionado. A frente paulista e mineira, marchando rumo ao Sul, ocupava as terras do Estado a partir do Norte, e a frente sulista, marchando rumo ao Norte, penetrava pelo Sudeste e

---

37 Entrevista de Onilda Nasss Bubans concedida em 01 de abril de 1987, em Santa Helena.

Oeste do Estado. Enquanto a primeira, após o vigor inicial, cedia em volume e em importância, a segunda se intensificava durante os anos 50 e 60. Esta dinâmica diferenciada tem a ver, dentre outros fatores, com aspectos geopolíticos regionais do getulismo. Ou seja, a marcha sulista encontrava incentivos maiores no poder central e na sua articulação com o poder regional, ao passo que a marcha nortista, como também é denominada, era vista como uma forma de manifestação de vigor econômico e de força política de São Paulo contra os quais a Revolução de 30 conseguiu aglutinar descontentamentos regionais.

Especialmente, no Paraná, a situação das terras disponíveis, a pressão demográfica das regiões coloniais do Brasil Meridional e a vontade de lucrar com o comércio de terras e de madeiras propiciaram uma situação adequada para a construção de discursos em torno de questões relacionadas com programas de colonização e de povoamento.

Assim sendo, procurar-se-á apontar a postura do governo do Paraná, nesta época, quanto à administração da colonização e do povoamento, utilizando como fonte principal *O Paraná Reinventado: A Política e Governo* (IPARDES, 1989), na qual trechos de mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Estado, pelos governadores Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), foram transcritos, comentados e analisados. É uma documentação rica para se trabalhar a questão do discurso dos detentores do poder executivo com relação às preocupações políticas que se gestavam e deveriam ser manifestadas. Ela mostra o papel que se atribuía ao Estado e o que se esperava dos funcionários para que houvesse colonização e povoamento, mas dentro de critérios e de limites estabelecidos.

Moysés Lupion tornou-se conhecido por causa de problemas agrários no Paraná e do seu suposto envolvimento com grilagem de terras. Esta questão agrária se agravou a tal ponto que, em 1957, os colonos do Sudoeste do Paraná se revoltaram e pegaram em armas, exigindo intervenção do governo federal para resolver os conflitos decorrentes de duplas concessões e vendas de terras na região. Esta situação foi objeto de estudos específicos de Hermógenes Lazier (1986), Colnaghi (1991), Joe Foweraker (1982) e outros nos quais se procura evidenciar a participação de Moysés Lupion em negociações comprometedoras. Este assunto não será retomado neste estudo.

O que interessa é que, nos anos 50 e 60, o Paraná apresentava uma taxa de crescimento populacional bem superior à média nacional, como decorrência do fluxo migratório, oriundo,



principalmente, do Sul (RS, SC)<sup>38</sup>. Dentro deste contexto, caberia ao Estado a ação pronta “e exigimos, de modo infalível, providência e plano de longo alcance, contra o estreito imediatismo. Cada oportunidade reclama esse binômio: técnica e vontade, isso é, disciplina” (Lupion, 1956, p. 27)<sup>39</sup>.

O que chama a atenção, nesta fala, é a ênfase dada ao estudo, à técnica, à vontade, à disciplina. Na medida em que se dava estas ênfases, se queria dizer que os planos eram racionais, factíveis e necessários para aquele momento e deveriam emanar do poder do Estado. Isso nos remete a Poulantzas (1981, p.62) quando aborda as funções do Estado Moderno no contexto das relações saber/poder: “[...] as relações particulares entre a ciência-saber e as relações ideológicas [...] no sentido de uma legitimação ideológica do poder instituído na modalidade da técnica e da abordagem científica, ou seja, a legitimação de um poder como decorrente de uma prática científica racional”. Daí se pode auferir a idéia de que o Estado, ou quem está nele, é detentor de um saber orientador para a sociedade. O poder adquire, então, a função de recomendar e adotar as medidas e as ações mais adequadas para as situações que exijam conhecimento mais qualificado. A qualificação do conhecimento resulta da busca do saber/ciência que, em última instância, é “depositado” no Estado. Quando alguém do Estado orienta ou decide, existe o respaldo institucional e a autoridade autorizada que torna a ação legítima, racional. Portanto, é no poder público que se deve buscar a orientação e a decisão seguras.

Admitia-se que o estado de ordem resultaria da combinação da índole do povo com a racionalidade e com a eficiência dos serviços do poder público. “Ampliar, portanto, a população é condição precípua à manutenção de um padrão de vida moral próprio da condição humana” (IPARDES, 1989, p. 29). A partir do contexto das migrações, foi estruturado um conjunto de falas sobre a necessidade da migração acompanhada da criação e da reformulação de órgãos da administração, encarregados de divulgar as possibilidades econômicas de regiões a serem colonizadas, de assistir aos migrantes e encarregados e de garantir o direcionamento, o controle e o acompanhamento.

---

38 Ver SUDESUL-UFRS, 1975.

39 As citações referentes às falas de Moysés Lupion e de Bento Munhoz da Rocha Neto, constantes na publicação do IPARDES (1989), serão citadas: Lupion e Rocha Neto, seguidas da data da mensagem e da página quando for o caso.

Deveriam estar presentes e atuar em diversas formas de assistência em várias áreas do conhecimento. Isso coube à atuação de variados profissionais que tinham a função de planejar e de providenciar a execução do planejado. Tudo isso integrava o discurso oficial.

Caberia, então, ao governo exercer uma ação indireta através do planejamento de obras públicas que absorvessem mão-de-obra, investindo na infra-estrutura viária, energética, auxiliando na proteção “com sementes, máquinas, investigação técnico-científica”, percorrendo o território com técnicos da administração pública (IPARDES, 1989, p. 30).

À semelhança das preocupações da administração pública gaúcha dos anos vinte<sup>40</sup>, era preciso, agora e aqui no Paraná, coordenar uma política de colonização, ter um controle sobre ela, através de medidas administrativas específicas consagradas em discurso oficial.

Através da Divisão de Imigração da Secretaria da Agricultura, se buscava atrair braços para a lavoura “todos previamente selecionados na origem tanto ao estado de saúde como nas aptidões”. Bento Munhoz da Rocha Neto (1953, nota, p.31) montou, anexo à Divisão de Imigração, um serviço de Publicidade Agrícola, composto por 23 emissoras de rádio e 15 jornais para divulgar notícias da agricultura e da pecuária a fim de tornar o Estado conhecido em outras unidades da federação. Moysés Lupion (1957, p. 31) entendia que era necessário “atrair imigrantes, localizá-los de acordo com suas melhores possibilidades de adaptação, dar-lhes oportunidade de trabalhar terras férteis e promissoras - esse é, certamente, um programa de trabalho que consulta e respeita os mais altos interesses públicos”. Atrair os previamente selecionados implica em ter padrões referenciais de “braços para a lavoura” para determinado tipo de homem, ou melhor, tipo de grupo social. “Localizá-los de acordo” está afeto a uma visão administrativa que exige presença e controle, traduzida em programa consonante com os interesses nacionais. Esta idéia de programação caracteriza sociedades cuja matriz de desenvolvimento se assenta sobre a industrialização. A organizacionalidade social requer a atuação institucional no sentido do planejamento e do controle.

Em 1947, foi estabelecido um

---

40 Ver o estudo de Gregory (1988) que aborda a atuação e o discurso do governo Borges de Medeiros no que se refere à colonização das terras florestais do Rio Grande do Sul localizadas na “Zona Norte” e colonizadas a partir das colônias oficiais de Erechim (1909), Santa Rosa (1915), Guarita (1918).

“[...] sistema nacional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita” (Lupion, 1948, p. 31).

Este tipo de tratamento dispensado aos colonos estabelecia compromissos com o poder estabelecido. Implicaria em pré-determinar atitudes e preocupações na vida social. Manter a posse do lote exigiria pagamento de prestações, que culminaria na garantia da titulação de proprietário de uma pequena área de terra. Esta garantia era conferida pelo Estado. Ter a obrigação e a necessidade de pagar prestações predispunha o colono a buscar produzir além da subsistência e a entrar na produção agrícola mercantil<sup>41</sup>. Os migrantes, no seu conjunto, trariam uma importante contribuição na produção de alimentos para o mercado brasileiro interno que se ampliaria com o Desenvolvimento Substitutivo de Importações, fonte para o desenvolvimento brasileiro contemplado em discursos e preocupações do pós-Segunda Guerra. Atribuía-se, assim, funções aos colonos. Ainda, se buscava “integrar o homem rural na comunidade democrática onde possa trabalhar, viver e ter assegurado o seu futuro [...] desejosos de trabalhar e progredir, trazendo máquinas e ferramentas, animais e sementes, capital e uma grande vontade de fazer do Brasil a sua nova pátria” (Bento, 1952 e 1955, p. 32).

Os colonos das regiões coloniais meridionais preencheriam estes requisitos. Eles seriam portadores das aptidões necessárias para desenvolver as fronteiras agrícolas. Eles seriam os braços para a lavoura e eram vistos como os produtores apropriados para o projeto de desenvolvimento do Paraná que implicava na inserção da economia do Estado na economia brasileira. Eles trariam o domínio técnico, os equipamentos e o capital inicial necessários. Teriam iniciativas aliadas à experiência colonial.

Em nome da moral do povo, do desenvolvimento ordenado, da construção da pátria (nação!), os homens da administração estadual se arvoravam detentores de um saber neutro (**próprio?**) e único, capaz de beneficiar a nação. “É a monopolização

---

41 José Vicente Tavares dos Santos (1984) trabalhou com este conceito na obra **Colonos do Vinho** na qual estudou a vida camponesa de colonos italianos do Rio Grande do Sul, mostrando mecanismos que forçavam a inserção da produção colonial na economia mercantil.

permanente do saber por parte do Estado-sábio-locutor, por parte de seus aparelhos e de seus agentes, que determina igualmente as funções de organização e de direção do Estado ..." (Poulantzas, 1981, p. 63). Poder-se-ia invocar Gramsci e Poulantzas para inserir esse discurso na relação ideologia-saber-ciência que implicaria na transformação da

"ideologia jurídico-política em ideologia tecnocrática [...]. A apropriação da ciência pelo capital se faz certamente na fábrica, mas igualmente pelo Estado [...] Estado capitalista arregimenta a produção da ciência que se torna assim uma ciência de Estado imbricada, em sua textura intrínseca nos mecanismos de poder" (Poulantzas, 1981, p. 64).

Nos anos 30, as companhias privadas dominavam as iniciativas de colonização no Paraná. A colonização do Norte Paranaense (pólos de Londrina e de Maringá) resultou da iniciativa privada. Para o Sudoeste e para o Oeste do Estado, se antevia o mesmo desenrolar. As possibilidades de a iniciativa privada realizar a colonização destas regiões eram concretas, uma vez que havia, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, experiências de sucesso empresarial e de desenvolvimento de colônias que, certamente, se expandiriam para as terras florestais a Oeste. Estas iniciativas e a pressão das empresas dificultavam o gerenciamento da população por parte do Estado. Assim sendo, procurava-se trazer a questão da imigração e da colonização para o controle do Estado, com a criação da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização (1947)<sup>42</sup> e do Departamento Administrativo do Oeste (1948)<sup>43</sup>, transformado, mais tarde, em Departamento de Fronteira, ligado diretamente ao Palácio do Governo (ver IPARDES, 1989, p.32 e 35 e Sperança, 1992, p. 128-129). A Fundação Paranaense de Colonização e Imigração foi destinada a "promover o aproveitamento das riquezas naturais e a expansão econômica do Estado, por meio de colonização de suas terras devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente, situadas e demarcadas" (Decreto-Lei nº 646 de 20/06/47)

Na medida em que, nos anos quarenta, o centralismo estado-novista ia cedendo espaço ao poder dos Estados membros da Federação, o Estado paranaense marcava gradativa presença mais efetiva na política populacional e territorial. Dele provinham juízos, avaliações, projetos e disciplinarização. Isso decorreu das preocupações que se tinha com relação à manutenção do poder no Paraná daqueles que o detinham e da necessidade da construção e da reconstrução do mesmo.

42 Decreto-Lei nº 646 de 20/06/47.

43 Lei 4 de 25/10/48.

Chegaram ao Paraná, dizia-se,

“[...] bons e maus elementos, atraídos, os primeiros, pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e, os segundos, pelas facilidades nos negócios, deixaram os rincões de origem em São Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente e mais das vezes em terras já tituladas e comprometidas” (Lupion, 1948, p.33).

Isto significa que o migrante que viesse ao Paraná em busca de terra para cultivar e para produzir bens e riquezas para o Estado seria bem vindo, seria bom, porque a sua atividade contribuiria para o processo de modernização, ou seja, para o processo de integração com a nação. Por outro lado, aquele que se dedicasse aos negócios, principalmente, aos negócios de terras, aos quais poderiam estar relacionados projetos de colonização privados, sem controle, e outras atividades “mercantilistas”, constituir-se-ia em ameaça ao controle tranqüilo do poder público. Portanto, este era o indesejado, o mau elemento que deveria ser evitado e melhor policiado. As suas benfeitorias, dizia-se, eram provisórias e sua instalação era desordenada. O seu estar no Paraná era, de certa forma, livre e independente da presença do Estado. Estes maus elementos teriam procedência e companhia suspeitas, pois vieram dos rincões de São Paulo e de Minas Gerais, acompanhados de aventureiros. O fato de se apossarem abruptamente, torna-os intrusos num espaço reservado que deveria ter suas posses controladas. Mesmo quando se tratava de colônias que eram dinâmicas, como eram os casos de Londrina e de Maringá, as restrições e cuidados manifestavam opções e seleção. Poucos anos antes (década de 20), as restrições aos imigrantes destas mesmas colônias não eram manifestadas tão aberta e veementemente. Agora, há uma postura mais favorável e mais benevolente com relação ao colono sulista e uma postura contrária ao nortista: “a avalanche da onda cafeeira que traz riquezas, mas é acompanhada também por multidões de desajustados e de doentes. Percebe-se a miséria que acompanha o progresso” (Rocha Neto, 1953, p.33 e 36). Vale lembrar que a questão médica e a questão sanitária integravam, também, o discurso em torno da emigração européia do século XX, como já foi mencionado na Primeira Parte do presente texto. Com relação à colonização do Norte do Estado, as endemias rurais foram atribuídas ao

“rápido desenvolvimento de nosso Estado e conseqüentes em grande parte da maior afluência de grupos populacionais de outros Estados da União, principalmente no último ano, com grandes levas de nordestinos [...] Recebemos esses irmãos do Nordeste, embora sabendo que nossos problemas surgiram sob o ponto de vista sanitário” (Lupion, 1959, p. 56)

Tal situação requeria práticas de saneamento através de programas de educação sanitária a fim de debelar a ignorância, as superstições e as crendices das populações rurais. O Estado (seus homens) se apresentava como detentor do saber-ciência superior ao saber (cultura) do povo. Os intelectuais “portadores de saber-ciência tornam-se funcionários [...] do Estado pelo próprio mecanismo que fez desses funcionários deste Estado intelectuais” (Poulantzas 1981, p. 65) para atuar em determinado campo<sup>44</sup>.

O discurso sanitário propunha executar práticas de um saber e de um poder positivos, capazes de produzirem efeitos. Para o exercício de tais funções, o governo do Estado criou o Momento de Saúde, um programa radiofônico em 33 emissoras para fornecer conselhos, informações e instruções sanitárias (IPARDES, 1989, p. 36). Os problemas, de acordo com a versão oficial, eram maiores nas áreas de colonização particular e de presença de nordestinos. É a demonstração de que o poder público deveria influir na seleção dos colonos a serem atraídos, deveria se fazer mais presente, presente nos projetos de colonização e nas orientações à população através de ações concretas. Estas ações deveriam transcender o âmbito do atendimento à saúde e influir no cotidiano da vida familiar. Pelo que nos consta, não se tem estudos que possam avaliar comparativamente a situação sanitária de áreas de colonização de nordestinos e de sulinos. Supõe-se, pois, que se atribuía condições sanitárias a um e a outro por motivações preconceituosas e por interesses seletivos. A fala sanitária passou a se orientar no sentido de justificar ações que extrapolam o seu campo de atuação.

---

44 Bourdieu (1974) conceitua campo como um sistema de relação, uma categoria metodológica que permite recortar o social a partir de suas relações. Assim sendo, os profissionais atuam nos seus campos de atuação, tendo “habitus” adquiridos através de sua formação (p. 190 a 193). Dessa forma, os diferentes profissionais adquirem hábitos (“**habitus**”), predisposições, para atuarem de determinadas formas em determinados “âmbitos” na sociedade. Assumem papéis para os quais foram preparados durante a formação profissional e durante sua atuação enquanto profissionais.

“O posto de higiene não deve se limitar a atender somente as pessoas que o procuram, mas deve estabelecer contato direto com a família e o lar, constituindo, para isso, a Visitadora Sanitária, elemento fundamental e uma das melhores auxiliares com que pode contar a direção de uma Unidade Sanitária, na execução de suas múltiplas atividades. (Lupion, 1956, p. 37)

Magali Engel (p. 38 e 44), referindo-se à cidade do Rio de Janeiro, trabalhou o espaço a partir dos elementos que o constróem. A imigração e o crescimento populacional foram vistos relacionados com os problemas de moral e de ordem. O discurso médico era permeado por terminologia (epidemias, hábitos, posturas) difusa e ampliadora de seu campo de atuação. Tanto que as questões que envolvem os discursos em torno da família, da mulher, da criança e a necessidade da higienização das relações familiares foram sendo incorporadas às falas sanitárias. Novos espaços de atração precisavam ser construídos pelo discurso médico: “Tornava-se, portanto, essencial que novas formas de disciplinarização e submissão do trabalhador fossem formuladas e implementadas”.<sup>45</sup>

O assunto da saúde pública fornecia a possibilidade do discurso e da ação do governo ampliados, mesmo para aqueles que não a buscavam ou negavam-na. Multiplicava-se a rede hospitalar, qualificava-se o corpo técnico, avançavam os serviços de água e de esgoto, impunham-se as campanhas de vacinação e de detetização.

“O saber que pressiona e desqualifica outras formas de saber(es) e prática(s); ou seja, o cuidado com o corpo (privado) sendo alvo efetivo do estado de governo (público), a partir da constatação da queda dos padrões médico-sanitários face à chegada do ‘outro, do migrante’ “ (IPARDES, 1989, p. 38-39)

Um outro enfoque das preocupações está voltado às questões do espaço da fronteira e do território. Os anos 40 e 50 representavam um momento de afirmação territorial para o Paraná como decorrência de problemas aguçados no período estado-novista. As práticas políticas iam tecendo a identidade territorial e populacional através de uma rede de transportes, interligando as regiões com um centro administrativo. Nesta época, foi construído o Palácio Iguazu e o complexo administrativo do governo do Estado do Paraná. O nome **Iguazu** se reveste de um significado especial. O Rio Iguazu é o maior rio dentro do

---

45 Sobre a construção do discurso médico relacionado com a saúde pública, higiene social e medicina social ver, também, Rosen, 1979.

território paranaense, pois o Rio Paraná, importante rio também, corre nas fronteiras do território paranaense, mas suas nascentes e sua foz estão distantes do Paraná. O Iguazu nasce na área metropolitana de Curitiba e segue seu leito até sua foz em Foz do Iguazu, onde deságua no Rio Paraná. Possui poucos quilômetros, à margem esquerda, de território catarinense antes de União da Vitória e de território argentino entre Capanema (PR) e a sua foz no Rio Paraná<sup>46</sup>. As suas águas correm da Capital na direção de terras que estavam por ser colonizadas e incorporadas, as suas margens integravam o Território do Iguazu. Investir no simbolismo do Iguazu era estar com a atenção voltada ao elemento frágil do território paranaense. Cabe mencionar que, de 1943 a 1946, o governo federal criou e controlou o Território do Iguazu<sup>47</sup>, que as terras do Sudoeste e do Oeste do Estado foram colonizadas nas décadas seguintes e que os vínculos econômicos destas regiões se davam preferencialmente e em maior intensidade no Prata e em Porto Alegre em detrimento de Curitiba e de Paranaguá. Estes vínculos poder-se-iam intensificar através da colonização sulista. O discurso da unidade territorial e do papel do Estado para a unificação foi a tradução e a aplicação, a nível estadual, da mesma ideologia adotada a nível nacional.

As evidências desta situação motivaram ações concretas no sentido de garantir o território e sua integração. A Secretaria de Viação e Obras Públicas propunha a ampliação do Porto de Paranaguá, a construção de auto-estradas (Curitiba-Paranaguá, Curitiba-Ponta Grossa), da estrada-de-ferro Central do Paraná (Ponta Grossa - Apucarana), de silos, de armazéns (Ver IPARDES, 1989, p. 43-44). Essas propostas visavam, em parte, diminuir o escoamento de bens via São Paulo e via Foz do Iguazu, situação vista, pois, como ameaça à unidade e fora do controle do poder público.

A dotação orçamentaria da Secretaria de Viação e Obras Públicas, atingindo 37% a 50% do orçamento do Estado nos anos de 1951 a 1959 (IPARDES, 1989, p.45), vem a confirmar a importância atribuída a obras de infra-estrutura para garantir a integração territorial do Estado<sup>48</sup>.

---

46 Pode-se calcular que esta distância seja em torno de 80 Km.

47 O território do Iguazu era constituído das áreas do Oeste e do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina. Este fato evidenciou a fragilidade territorial do Estado do Paraná e a ameaça da desintegração. Estas evidências motivaram ações e posturas claras e firmes no sentido de buscar a unidade, a integração e a integralização territoriais.

48 Certamente um estudo da composição dos órgãos afetos às atividades



Tanto Moysés Lupion como Bento Munhoz apresentaram projetos viários para a construção de “vias a partir das linhas-tronco, numa irradiação que permitirá a criação de um sistema rodoviário dotado da necessária unidade e, portanto, da necessária eficiência” (Lupion, 1959, p. 46). A partir do sistema viário se viabilizariam diversas formas de presença do Estado e diversos mecanismos de integração. De certa forma, os planos obedeciam à diretriz DE e PARA Curitiba, o centro administrativo.

Já foi visto que a Lei de Terras de 1892, que passou o domínio das terras devolutas aos estados membros da federação, ocasionou ao governo do Estado do Paraná a possibilidade de conceder áreas de terras a companhias colonizadoras que as requeriam para depois explorá-las e/ou colonizá-las (Colodel, 1988, p. 191). No Oeste e no Sudoeste, já tinham sido criadas as Colônias Militares de Chopin (1882) e de Foz do Iguaçu (1889) com a finalidade de garantir a posse do território, em face de questões de limites com a Argentina. Desde o início da República até 1930, “a colonização evoluiu lentamente, quando a construção de estradas de rodagem acabou com seu isolamento e facilitou a canalização de povoadores para as suas matas” (Souto Maior, 1988, p. 41).

O empenho da administração pública, neste sentido, se justificava efetivamente se atentarmos ao fato de que o Sudoeste e o Oeste tinham deixado de ser o Território do Iguaçu, em 1946, e se reintegrado ao Estado do Paraná (ver Sperança, 1992, p. 122-127)<sup>49</sup>. Assim sendo, a questão da integração e da política

---

desta Secretaria, do seu quadro de funcionários, sua formação (ver Bourdieu, 1974) poderia dar novos contornos a essa discussão.

49 Além do mais, hoje ainda persiste o movimento pela criação do Estado do Iguaçu. O governo Jaime Lerner expôs o projeto Anel de Integração Rodoviária. “O sistema viário do Paraná é composto por aproximadamente 13 mil quilômetros de rodovias, dos quais pouco mais de dois mil integram o chamado Anel de Integração Rodoviária, cujo traçado une as principais regiões do Estado através das cidades-polo. O projeto é uma das principais peças da grande rede multimodal que o governo Jaime Lerner planejou para fazer do Paraná a porta de entrada do Mercosul. O Anel de Integração ligará Curitiba às cidades de Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Maringá, Apucarana, Londrina e Paranaguá por rodovias duplicadas e dotadas de uma completa infra-estrutura de serviços”. Na mesma direção está sendo implementado o projeto da rede de telemática ou a infovia comparável a “Uma rodovia com várias pistas, todas bem sinalizadas e que permitem transporte rápido e seguro [...] No caso do Paraná, essa infovia seguirá o mesmo trajeto do Anel de Integração, eixo que une as regiões de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa,

territoriais dos anos 50 se revestia de uma dramaticidade efetiva e perpassava a política, o discurso e a administração pública.

Embora, neste momento, não tenhamos dados sobre os funcionários que atuavam nesses setores da administração, poder-se-ia afirmar que a engenharia adquiriu grande importância para o setor rodoviário e para a colonização do Paraná.

Lili Kawamura (1979, p. 100) mostrou como a engenharia foi adquirindo importância para os setores rodoviário, urbanístico, hidrelétrico e de recursos minerais no Brasil durante o século XX e como o engenheiro desempenhava o seu papel de mando, constituindo-se dirigente, intelectual orgânico de acordo com a acepção de Gramsci. “Através dos aparelhos formadores, o engenheiro recebia [...] valores que enalteciam o caráter dirigente de sua categoria profissional, tais como ‘bem falar’ e ‘redigir bem’ com o conteúdo de ‘saber mandar’.”

Mesmo com a expansão urbano-industrial pós-30, conforme Lili Kawamura acentuou, é preciso atentar para a importância da engenharia e de seus profissionais na expansão das fronteiras agrícolas e nos planos de colonização oficiais e particulares. Caberia, talvez, estudar a formação dos técnicos e dos profissionais que atuavam nas tarefas ligadas à colonização nos órgãos do Estado e nas empresas colonizadoras particulares. Alguns administradores atuavam em diversas empresas na Região Sul, outros assumiam cargos e funções políticas<sup>50</sup>.

Para Sônia Regina Mendonça (1992, p. 22-23), a engenharia atua no aparelho de Estado e em firmas estrangeiras numa perspectiva da modernização técnica, constituindo-se no ‘elo modernizador’, principalmente no pós-30.

“Intermediários entre a técnica e o capital de um lado, e a técnica e a força de trabalho de outro, os engenheiros enquanto categoria profissional padeciam da contradição existente entre uma formação dirigida para o fomento das atividades urbano-industriais e uma prática limitada pela hegemonia dos grupos agrários. Daí, talvez, se tenha aprofundado a associação entre a engenharia e as tarefas de defesa e unificação nacional, evidenciando mais que o elitismo

---

Londrina, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu [...] tem o mesmo objetivo: levar o desenvolvimento a todas as regiões do Estado, homogênea e simultaneamente”. ( Direção, p.14 e 27)

<sup>50</sup> Mais adiante, quando for analisada a colonizadora MARIPA, será mostrado o perfil de acionistas, de administradores e de outros funcionários da colonizadora. Ali engenheiros, agrimensores e cartógrafos adquiriram fundamental importância.

da profissão, o laivo autoritário inerente a seu habitus e à sua forma de apropriar-se da realidade” (Mendonça, 1992, p. 25).

A figura do engenheiro, certamente, teria espaço para desempenhar sua função num Estado empenhado na tarefa de integrar através de uma política territorial em uma época de intensa colonização.

O problema de invasões e de ocupações de terra foi constante no Brasil<sup>51</sup> e se constituiu em preocupação sempre afeta aos planos de colonização. O poder do estado se fazia presente na legislação e na atuação que envolviam estas questões. Também no Paraná, nesta época, as invasões de terras mereceram preocupações. A regularização de situações conflituosas e confusas e a concessão de títulos consolidava a presença desejada do poder público, constituindo-se em instância garantidora dos pretensos direitos legais. “As terras agrícolas devem ser destinadas àqueles que se proponham torná-las produtivas pelo trabalho” e se deve buscar uma solução justa, eqüitativa e humana para os casos dos intrusos, já que o problema se apresenta com “aspecto de amplas proporções e se tornava um verdadeiro caso social que cumpriria resolver a bem da comunidade” (Lupion, 1948, p. 49).

A realização de um trabalho de assentamento e de apoio ao homem do campo, com financiamento na venda de lotes, e a regularização dos ocupantes sem escritura de compra e venda com titulação legal eram vistas como a solução urgente e necessária.

“As posses com cultura efetiva e moradia habitual, mantidas por mais de 20 anos ininterruptos, sobre terras de domínio público estadual, habilitam seus detentores à obtenção de um título do domínio pleno, por doação, desde que sobre as mesmas terras não incidam escrituras públicas de compra e venda ou documentos hábeis de sucessão hereditária” (Lupion, 1948, p. 49)<sup>52</sup>.

Também, sob o governo Bento Munhoz da Rocha Neto, se recomendava atenção aos pequenos posseiros. Pela Portaria 55/57, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização solicitava que seus funcionários dessem urgência e preferência à regularização de lotes coloniais. E que os inspetores de terras do interior

---

51 Para maiores detalhes desta questão no Rio Grande do Sul ver Kliemann, 1986.

52 Ver a esse respeito Gregory (1988) para casos de regularização de terras na Zona Norte no Rio Grande do Sul.

“[...] prestem toda a colaboração à Divisão de Terras e Colonização, oferecendo sugestões por escrito e dando preferência aos assuntos que digam respeito ao Plano de Colonização deste Departamento, que tem por fim fixar o homem ao solo, evitar o êxodo das populações e a distribuição de terras devolutas agricultáveis, em lotes coloniais, para aqueles que têm o verdadeiro e patriótico dever de cultivá-los e produzir em prol do engrandecimento do Estado” (Lupion, 1957, p. 50).

Aqui está implícito o discurso cepalino no que se refere às mudanças necessárias no setor agrário para que o desenvolvimento pudesse acontecer<sup>53</sup>. De fato, o que ocorreu nestas fronteiras agrícolas, nesta época, provocou profundas mudanças na estrutura fundiária através da colonização, cujas conseqüências se fizeram sentir até os dias atuais.

A titulação e o registro das terras eram uma garantia legal para os proprietários depositada em órgãos do Estado. Isso era da maior importância por se tratar, no caso do Sudoeste e do Oeste, de área de fronteira ocupada por mão-de-obra paraguaia e argentina (ver Colodel, 1988). A titulação da terra teria que ter a contrapartida do cultivo e da produção. Esta contrapartida se constituía em dever para com a pátria. Estaria aqui um compromisso de cidadania. Quer dizer, vir colonizar, desbravar e tornar a terra produtiva era atribuição conferida aos colonos euro-brasileiros. O Paraná produziria para o Brasil através de homens aptos a “construir a brasilidade”. Embora pareça contraditório, mas a questão nacional é vista mais sob o aspecto da produção do que sob aspectos culturais e aspectos étnicos. Quer dizer que a construção da nação brasileira é uma questão de trabalho produtivo.

No entanto, mesmo tendo essa ênfase na atividade produtiva, o cultivo e o aprendizado de elementos culturais brasileiros teriam que ser buscados e ser garantidos. Por isso, outro campo de atuação era o da educação, da instrução e da orientação técnica. As preocupações se voltaram para a formação de professores, para a construção de escolas para “destruir a ignorância” e para as orientações técnicas aos colonos. Pela Lei 688/54, Bento Munhoz da Rocha (1954, p. 51) visava dotar

---

53 A CEPAL, na sua interpretação sobre o desenvolvimento da periferia, via o atraso como conseqüência de estruturas arcaicas no setor agrário e da atuação do imperialismo comercial baseado na agroexportação do latifúndio tradicional. (Ver MANTEGA, 1984)

“cada município do Estado de uma Casa Rural [...] cada cidade terá seu agrônomo e cada grupo de municípios o seu veterinário, além de vacinadores, auxiliares de agrônomos e outros funcionários que orientem técnica e praticamente o lavrador e o criador”.

Educar-se e deixar de ser ignorante implicava em ser policultor e criador. Era fazer da lavoura espaço de produção de cereais. Era dotar a unidade de produção da criação de animais domésticos (suínos, aves, gado...), que teriam valor comercial. As Escolas de Pesca e de Trabalhadores Rurais e as Casas Rurais teriam o papel pedagógico, através da disseminação de técnicas, máquinas e ferramentas, dando um “novo impulso àqueles que até hoje se guiavam por métodos empíricos e rotineiros” (Rocha Neto, 1953, p. 51).

Essas orientações e recomendações técnicas devem ser vistas dentro do contexto da Revolução Verde e da modernização agrícola da qual o Paraná faria parte a partir do final dos anos 60. A Revolução Verde foi uma mudança profunda e rápida na agricultura através do uso de sementes selecionadas, de insumos químicos, de maquinário e de equipamentos sofisticados na produção agrícola. Estas inovações tornaram terras desgastadas, novamente, produtivas e proporcionaram o aumento da produção agrícola.

Mas, às “ciências agrárias” eram atribuídas funções que extrapolavam o âmbito das atividades técnicas e dos mecanismos voltados à produção agrícola. Os problemas sociais, as questões urbanas perpassavam as preocupações e as ações dos profissionais e dos órgãos deste setor. Sônia Regina Mendonça (1992) chamou a atenção, neste sentido, quando discutiu a formação e atuação dos agrônomos no contexto dos sistemas de ensino e do *habitus* de classe na República Velha. Dessa forma evidencia-se que essa amplitude de tarefas e funções das ciências agrônômicas não se restringia ao Paraná dos anos 50.

“Tais como no caso dos engenheiros, os agrônomos também se percebiam enquanto construtores da nacionalidade, naquilo que mais particularmente a unificava: a agricultura. [...] Apesar do *habitus* tutelar de ambos ser distinto compartilhavam da mesma concepção organicista da sociedade, integrada por valores universais de progresso, ordem e harmonia social” (Mendonça, 1992, p. 39).

Ainda, segundo Mendonça, o “**habitus**” dos agrônomos os predispunha a elaborar um programa de organização da sociedade rural, onde a postura científica envolvia um projeto

de gestão racional do social e de controle sobre a mudança.

Destacaram-se, então, propostas relativas à difusão da modernização agropecuária pelo Serviço de Publicidade Agrícola, Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Departamento de Assistência Social (IPARDES, 1989, p. 52-53). Se atentarmos para o modelo agrícola paranaense recente, veremos que essas diretrizes foram seguidas por significativos segmentos do setor rural, proporcionando uma moderna e uma dinâmica estrutura de produção agrícola. “Tem o serviço social sido definido como a caridade cientificamente organizada. É um organismo incumbido de estudar os desajustamentos individuais e sociais [...] interferir por um adequado reajustamento” (Lupion, 1948, p. 93).

O governo paranaense considerava seu território populacionalmente deficitário e isso exigia a implementação de mecanismos de superação dessa deficiência. A imigração foi a opção possível e viável, que, por sua vez, requeria uma política de integração e de saneamento. A integração se justificava diante da possibilidade de desvinculação da administração de novas áreas ocupadas. O saneamento era recomendado para aqueles considerados física e moralmente desajustados, exigindo disciplinarização e até afastamento dos demais (IPARDES, 1989, p. 55). Pretendia-se atrair o imigrante sob o controle de um governo científico e racional.

Desenvolvimento controlado, imigrante confiável, diversas formas de atuação e de presença eram imprescindíveis às políticas dos governos de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto com os quais se relacionavam seus discursos e suas ações administrativas.

As páginas anteriores evidenciam que os contextos históricos da colonização dos anos 40, 50 e 60, no Paraná, têm relação com um Estado constituído a partir de uma realidade mais abrangente, mas atuante sobre o espaço agrário.

O Estado, o poder político e as elites vão se instituindo reciprocamente. As classes dominantes e dirigentes surgem junto com o Estado adequado a essas mesmas classes. Tal concepção tem implicações políticas quanto à forma de encarar o Estado e de atuar em relação a ele. Ele deve ser considerado “como uma relação, mais exatamente como uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes...” (Poulantzas, 1981, p. 147). Ele, apesar de ser relações conflituosas do social, de estar dividido, de ter contradições

internas, funciona e apresenta uma unidade de discursos e de atuação.

Então, quando o discurso se voltava para as tarefas relacionadas à infra-estrutura (viação, energia), à higienização, à educação, à seleção de migrantes, havia uma motivação modernizante atrelada a uma burguesia emergente, de certa forma, sócia do latifúndio, mas que se assentava sobre a industrialização, sobre o comércio e sobre a agropecuária. Estes setores da economia tinham nos órgãos do Estado o locus da consecução dos seus domínios e dos seus projetos a nível de discurso e de ações administrativas.

O estado, os seus homens, discursava em conformidade com seu papel organizacional em relação às classes dominantes e assumia o papel de regulação para o conjunto da sociedade. Discurso da estratégia e da tática. Era um discurso sem unidade própria, intrínseca e evidente, fragmentário e fragmentado segundo os objetivos estratégicos do poder (ver Poulantzas, 1981, p.65). Estas concepções de Poulantzas contribuem para o debate sobre a questão da colonização desta época no Paraná.

As ciências agrárias, por exemplo, proporcionavam o discurso do saber técnico e do ensino agrícola para o enfrentamento de problemas sociais não restritos ao espaço rural. A manifestação dos conflitos sociais decorrentes da modernização capitalista teve sua gênese mais evidenciada no espaço urbano, onde as concentrações populacionais maiores foram sempre mais sensíveis aos problemas de exploração e de marginalização, pois havia, normalmente, proximidade e contato maiores com as benesses do sistema apesar da negação do seu usufruto. Isso não significava que os conflitos não se manifestassem no campo. Este passava a ser visto como o espaço disponível e mais aberto para o direcionamento da “válvula de escape” de problemas sociais, principalmente quando se tratava de fronteiras agrícolas. Ele permitia soluções precárias e o protelamento de mudanças mais profundas e radicais. De maneira semelhante poder-se-ia mostrar conclusões com relação ao saber médico e ao saber da engenharia. O fato de os profissionais da área da saúde, da engenharia, da agronomia extrapolarem os seus campos de atuação e assumirem funções além das atividades técnicas requer, também, a observação de que, antes de serem profissionais de uma área específica das ciências, são humanos, cidadãos e comprometidos com princípios e valores. E, como tais, certamente, o viver teria que extrapolar o profissional no sentido estrito.

Portanto, controle, direcionamento, presenças constante

e efetiva foram formas de atuação dos homens do Estado moderno e da sociedade em vias de modernização com relação ao espaço agrário paranaense e de suas fronteiras agrícolas. No entanto, mecanismos de atuação e formas de articular discursos, vistos aqui, podem ser, mais ou menos, comuns à colonização em outros lugares e em outros momentos.

### 2.3 A COLONIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ

O Oeste do Paraná permaneceu até recentemente à margem da economia e da sociedade brasileiras, uma vez que, como foi visto, a ocupação do espaço, no Brasil, se restringiu, durante séculos, a uma pequena faixa do litoral, com raras e pequenas incursões para o interior. Desta forma, a área mais interiorana apenas recebia atenção quando a integração territorial sofria ameaças. Estas questões se aplicam a este caso, pois o Oeste Paranaense, na sua constituição e na sua articulação regional, é da Região Platina.

As emancipações políticas e a constituição dos estados nacionais na Bacia do Prata, durante o século XIX, expuseram, por um lado, o extremo Oeste do atual Estado do Paraná às disputas fronteiriças entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai<sup>54</sup>. Por outro lado, a navegabilidade dos rios da Região possibilitou a exploração imperialista do final do século passado e do início deste. No caso do Oeste Paranaense, houve concessões de terras, empreendimentos “multinacionais” e uma sistemática exploração das riquezas naturais. O mesmo ocorria no território argentino e no território paraguaio. Os empreendimentos e suas ações exploratórias, produtivas e comerciais não obedeciam limites de fronteiras nacionais. Destacaram-se, nesta época, atividades de exploração e de comércio, cujos vínculos econômicos se estabeleciam, pela Bacia do Prata, com a Argentina e com o imperialismo inglês. Depois, a partir de 1930, começou a ocupação da região por população brasileira, estabelecendo-se vínculos com o mercado nacional e com o mercado internacional da agroindústria e do agrobusiness.

A história recente do Oeste do Paraná, no que concerne à ocupação brasileira, se iniciara, ainda no século passado, quando, por motivos estratégicos e de segurança das fronteiras, foi fundada, em 1889, a Colônia Militar, que deu origem ao atual

---

54 Problemas semelhantes ocorreram com o Oeste de Santa Catarina, com o Sudoeste do Paraná e com outras regiões da fronteira Oeste do Brasil.



centro urbano de Foz do Iguaçu, a mais antiga cidade da Região. Nesta época, foi muito pequena a presença de brasileiros, sendo um período de intensa presença estrangeira e de companhias de exploração de erva-mate e de madeira. Os poucos brasileiros que aqui estavam exerciam funções públicas, na fiscalização e na cobrança de impostos. A economia se baseava na exploração de produtos nativos por meio de empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de trabalho de “servidão”. Estas empresas eram denominadas de **obrages**, que contratavam trabalhadores da região. **Mensus**, trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos, era a designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa **obraje**. “O termo equívale ao peão. O seu trabalho era pago mensalmente, ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol: mensual, ou seja, mensalista (Colodel, 1988, p. 53, rodapé). Os trabalhadores, **mensus**, deviam obediência irrestrita aos obrajeiros, proprietários das explorações, e aos capatazes, homens de confiança e representantes imediatos e responsáveis pela produção e pela disciplina. No dizer de José Augusto Colodel (1988, p. 60-61), “agindo sob as ordens dos capatazes, em praticamente todas as **obrages** do Oeste Paranaense, existiam polícias particulares que faziam da violência desenfreada sobre os peões o seu cartão de visitas”.

Há que se considerar, por exemplo, que, no Paraná, empresas de capital estrangeiro e/ou nacional empregavam, basicamente, mão-de-obra dita paraguaia e escoavam a produção da erva-mate e da madeira, via Rio Paraná e Estuário do Prata, para os mercados argentino (Corrientes, Entre Rios, Posadas) e inglês. Um exemplo disto foi a Companhia Mate Laranjeiras<sup>55</sup>, que começou a realizar a exploração da erva-mate e da madeira no Mato Grosso e, depois também, no território parananense, exportando seus produtos pelo Prata. Tinha, inclusive, uma ferrovia entre Guaíra e Porto Mendes para transportar as mercadorias por terra no trecho onde as Sete Quedas impediam o transporte fluvial pelo Rio Paraná. Esta situação de exploração e de vínculos com o Prata se evidenciou mais claramente para as autoridades brasileiras na década de 20 deste século, por ocasião da passagem dos revoltosos tenentistas da Coluna Prestes<sup>56</sup> na região. Após 1922 e, especialmente após 1924, com

---

55 A Companhia Mate Laranjeiras foi objeto de pesquisa de tese de doutorado de Bianchini, 1994.

56 Refere-se à marcha comandada por Luís Carlos Prestes oriunda de Santo Ângelo-RS e que se embrenhou pelo interior do Brasil, até

a presença dos militares que combateram os revoltosos, entre eles o General Cândido Rondon, se explicitou a precária situação nacional desta vasta região de fronteiras, pois apenas em alguns pontos da região Oeste do Paraná existia alguma presença brasileira, como em Catanduvas, nas margens da Rodovia Estratégica no trecho Catanduvas-Foz do Iguaçu, em Guaira e em Santa Helena. Uma das bandeiras do Tenentismo era o nacionalismo que encontrou elementos que o justificassem quando da sua marcha pelo interior do Brasil. Por isso, essa região deveria receber a devida atenção das autoridades para garantir a sua integração à nação brasileira, tendo sido desencadeadas diversas ações.

Segundo Ivo Oss Emer (1997, p. 121-123), neste período, ocorreram alguns fatos a nível nacional e mundial que repercutiram no Oeste do Paraná. A construção da ferrovia até Ourinhos e a construção do Porto Epitácio, ambos em São Paulo, facilitaram o comércio de produtos paulistas na Região. As companhias estrangeiras, principalmente aquelas que tinham participação de capitais ingleses, passaram a investir bem menos recursos na exploração de erva-mate e madeira em função dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. Uma destas companhias, a Fazenda Britânia, mesmo já tendo aqui parte dos trilhos, desistiu de construir uma ferrovia no Oeste do Paraná. As Cataratas do Iguaçu já tinham ampla divulgação no País e passaram a ser visitadas “por um sempre crescente número de brasileiros, que utilizavam o transporte ferroviário até Ourinhos e a navegação do Porto Epitácio, até o Porto de Guaira, controlado pela Mate Laranjeiras, que construiu a ferrovia de Guaira a Porto Mendes, possibilitando o acesso a Foz do Iguaçu e às Cataratas, pelo Rio Paraná” (Emer, 1997). Getúlio Vargas, logo após assumir o governo, pela Revolução de 1930, com amplo apoio dos militares, muitos deles tendo participado nos combates à Coluna Prestes e, conhecendo a situação das fronteiras brasileiras no Oeste do Paraná, assinou o Decreto 19.842, de 12 de dezembro de 1930, que adotava medidas drásticas do ponto de vista nacionalista. Este decreto exigia que as empresas tivessem, em seus quadros de empregados, no mínimo, dois terços de trabalhadores brasileiros (Sperança, 1992, p. 194), dificultando o ingresso e a permanência de estrangeiros, no caso paraguaios e argentinos, nas terras brasileiras e impondo novas dificuldades às empresas estrangeiras.

---

transpondo suas fronteiras e sendo parte do movimento tenentista dos anos 20.

Vargas, em relação às fronteiras com a Argentina e com o Paraguai, não é demais reiterar, tinha o projeto da criação do Território Federal do Iguazu e a política da “Marcha para o Oeste”. O Estado do Paraná, como não queria ver seu território dividido, comprometeu-se a estabelecer políticas de ocupação brasileira da parte Oeste do Estado. Como o tempo passava e não ocorreriam os resultados esperados, o Governo Federal acabou criando o Território Federal do Iguazu. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, criado em 1938, foi incumbido de desenvolver o Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, como parte das estratégias oficiais de desenvolver a região e propiciar um grande salto no processo de colonização. Uma das rodovias mais importantes deste programa seria a BR-35, mais tarde denominada BR 277 (Ponta Grossa - Foz do Iguazu), passando por Prudentópolis, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Cascavel (Ver Sperança, 1992, p. 120-121). Pelo Decreto-Lei 646, de 20 de junho de 1947, como já foi visto, o então governador Moisés Lupion, considerando a necessidade de ser intensificada a colonização, com a existência de migrantes e o interesse do Estado no povoamento intensivo, racional e prático, criou a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, para promover o aproveitamento das “riquezas naturais e a expansão econômica do Estado por meio da colonização de suas terras devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente, situadas e demarcadas” (Sperança, 1992, p. 128). A colonização prevista deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agro-industrial. Assim, ela se adequaria aos objetivos desenvolvimentistas estabelecidos a nível estadual e a nível federal.

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para o investimento de capitais nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Esses fatos foram fundamentais para criar as condições de colonização da Região. Outro fato importante já tinha dado sinais vigorosos no contexto da história do Sul do País: a migração de colonos, num processo de expansão das fronteiras agrícolas. As velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já tinham excedentes populacionais suficientes dispostos a tentar reproduzir suas condições de colonos. Nos primeiros anos da década de 1930, num processo de ocupação de terras, aqui chegaram os primeiros colonos desse período intermediário entre a ocupação esporádica e a colonização

propriamente dita. Além dos primeiros colonos, descendentes de imigrantes, na década de 1930, famílias que antes residiam nas fazendas da sociedade campeira dos Campos Gerais, ocupando as margens da Rodovia Estratégica, chegaram ao Oeste do Paraná, onde passaram a cultivar roças de subsistência. No período de 1943/45, madeireiros de outras regiões do Estado implantaram as primeiras serrarias com objetivos comerciais.

A partir do final da década de 40, começou a ocorrer, então, uma forte migração para Oeste do Paraná em decorrência das conjunturas nacional e mundial que estabeleceram condições objetivas para a ocupação e a colonização da região. A nível nacional, pelas dificuldades de importação de produtos estrangeiros durante a Guerra, o Brasil desenvolveu sua indústria de base, proporcionando considerável urbanização. A população urbanizada, a classe operária, passou a ser consumidora de gêneros alimentícios. Esse fato novo viabilizou a industrialização de alimentos e a ampliação da produção de excedentes comerciais da agricultura dos colonos. O aumento do consumo de alimentos nos centros urbanos em crescimento exigiu o aumento da produção que, por sua vez, desencadeou a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. Por outro lado, as empresas estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná, por causa da situação mundial, estavam paralisadas ou falidas. Aquelas fazendas, chamadas “**obrages**”, facilmente foram adquiridas por capitais nacionais. Um outro fator que favoreceu o desenvolvimento do Oeste do Paraná foi a necessidade de madeira para atender à construção civil para a já significativa urbanização brasileira e para a reconstrução da Europa, destruída pela Guerra. Esta dinâmica econômica e o rápido retorno dos investimentos iniciais da exploração, da industrialização e da comercialização da madeira viabilizou novos investimentos das companhias colonizadoras que adquiriram glebas e se estabeleceram no Oeste do Paraná, a partir da década de 40. Primeiro exploravam e comercializavam a madeira de valor econômico e depois vendiam a terra para os colonos que passaram a produzir excedentes agrícolas<sup>57</sup> e investiam em novas atividades nas colônias. Dentro do contexto da “Marcha para o Oeste”, o Brasil desencadeou um processo de colonização e de ocupação de suas terras fronteiriças, destacando-se a região objeto de nossa abordagem. Legislação e encaminhamentos políticos criaram, portanto, dificuldades à manutenção dessas explorações estrangeiras, favorecendo a criação e o

---

57 Ver Ivo Oss Emer, 1991, p. 128-148.

estabelecimento de companhias madeireiras e de colonização nacionais que adquiriam terras na região.

Destacaram-se as seguintes empresas: a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, a Pinho e Terras com as secções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes, Lopei, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Colonizadora Matelândia Ltda., a Colonizadora Criciúma Ltda. Estas empresas foram criadas para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria. Seguindo experiências do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, pessoas físicas capitalizadas das antigas regiões coloniais tornaram-se subscritores dos capitais que formavam as empresas. No que tange à venda de terras, optaram pela colonização na base da pequena propriedade familiar, priorizando colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para a consecução dos planos de colonização, os trabalhadores remanescentes da região se constituíam em empecilho, pois os euro-brasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas "sem origem". Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras.

Estas empresas montavam seus planos de ação, contemplando preocupações com o elemento humano, com a pequena propriedade, com a policultura e com a industrialização. Selecionar agricultores que se adaptassem à região implicava em buscar o elemento humano euro-brasileiro do Sul do Brasil, ou seja, descendentes de alemães, de italianos e de outros imigrantes acostumados com a lida agrícola colonial na pequena propriedade. Desta forma, o espaço teria sua estrutura fundiária, estradas, núcleos populacionais de acordo com a experiência do espaço colonial das antigas Colônias do Sul. As áreas se destinariam à agricultura e à criação para o consumo familiar e para o mercado. O planejamento visava ao desenvolvimento das colônias para culminar na industrialização, da qual as empresas exploradoras e colonizadoras participariam, como também seus sócios e funcionários.

Os planos, de uma forma geral, contemplavam objetivos semelhantes. O Oeste do Paraná, a exemplo do Norte do mesmo Estado, teve alguns empreendimentos colonizadores bem sucedidos e outros, também, com problemas de conflitos de terras e com levantes de posseiros e colonos. As empresas foram se estabelecendo na região, que, mais ou menos, implantaram

uma colonização sistemática e seletiva. Dedicaram-se, inicialmente, a atividades extrativas e, depois, atraíram pequenos produtores expulsos de regiões agrícolas dos outros dois estados da atual Região Sul do Brasil, onde ocorrera anteriormente a colonização sob o regime da pequena propriedade familiar.

Durante a década de 50, se processou uma rápida migração para a fronteira colonial do Oeste do Paraná, onde empreendimentos colonizadores e de exploração madeireira criaram e dinamizaram uma estrutura colonial, um novo espaço colonial. Diversas empresas colonizadoras se esmeraram em registrar e divulgar suas intenções e suas atividades desenvolvidas. Faziam relatórios e registros, dando destaque à população, aos nomes dos moradores e à estrutura de serviços, do comércio e da indústria.

**A INDUSTRIAL AGRÍCOLA BENTO GONÇALVES LTDA**, que colonizou o pólo micro-regional de Medianeira, destaca que a população de sua gleba, era de

“4.500 Habitantes, quase todos descendentes de italianos, alguns descendentes de alemães, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina  
Eram os primeiros moradores: José Callegari, Pedro Soccol, Emílio Henrique Gomez, Edmundo Biesdorf, Paulo Becker, Miguel da Silva, Alfredo Brandão e Magno Eliseu Verdún.

Nas eleições de 03.10.1960, depositaram os seus votos nas secções receptoras, mais de 500 eleitores, moradores da gleba”

Ainda existe:

1- hospital, 1- educandário com Irmãs, 3- escolas municipais, 2- igrejas, 1- farmácia, 3- clubes, 1- cinema, 1- usina elétrica, 1- frigorífico em construção, 1- fecularia, 8- serrarias, 4- alfaiatarias, 2- padarias, 1- oficina mecânica, 2- açougues, 2- casas de artigos de eletricidade, 16- estabelecimentos comerciais, 1- engarramento de bebidas, 1- palmiteira e mais moinhos, carpintarias, olarias, etc. ( Relatório da Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., 1960, p. 12)

**A COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA**, informa que, em 1960, possuía

“7.000 Habitantes, sendo 60% descendentes de italianos e 40% descendentes de alemães e outros. Todos eles vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo os primeiros moradores: Benjamim Luiz Biasus, Faustino Biasus, Fortunato Antônio Menoncin, Adelino Molon, Gentil Picoli, Francisco Donadel, David Menoncin.

Nas Eleições de 03.10.1960, votaram nas secções receptoras de Matelândia 700 eleitores”.

Ainda existe:

1- hospital, 1- farmácia, 3- Igrejas, 9- escolas, 1- clube esportivo, 1- clube recreativo, 1- cinema, 1- usina, 6- serrarias, 1- oficina mecânica, 1- posto de gasolina, 1- padaria, 8- casas comerciais, 2- açougues, 2- moinhos, 2- hotéis, 1- carpintaria, 1- fábrica de palmitos em conservas, 1- máquina de café, 1- torrefação de café, 2- sapatarias, 1- olaria, 2- alfaiatarias, 1- casa de eletricidade, 2- postos de compras de cereais, 5- bares, 1- churrascaria, 2- escritórios comerciais, etc. (Relatório da Colonizadora Matelândia Ltda., 1960, p. 13)

A **PINHO E TERRAS LTDA**, possuía, na Gleba Céu Azul, uma população de

“2.500 habitantes, sendo a maior parte oriunda de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e alguns do Estado de São Paulo e Minas Gerais. Na sua maioria são descendentes de italianos, poucos descendentes de alemães e alguns de outras raças.

Eram os primeiros moradores: Reinaldo Biasus, Ângelo Rombaldi, Emílio Gomes, Serafim Bernardi, Arnaldo Thum e Olvindo Seben.

Nas eleições de 03.10.1960, o eleitorado de Céu Azul se apresentou em número de 485”.

Ainda existe:

2- poços semi-artezianos com 8.000 metros de encanamento, por todas as ruas da cidade, 2- igrejas, 5- escolas, 1- farmácia, 1- gabinete odontológico, 2- clubes esportivos e recreativos, 1- associação de auxílio aos colonos, 1 campo agrícola experimental, 1- campo de aviação, 12 estabelecimentos comerciais, 4- serrarias, 1- beneficiadora de madeira e fábrica de esquadrias, 1- fábrica de móveis, 1- fábrica de azeite em vias de conclusão, 1- fábrica de laminados e compensados, palmiteira, hotéis, destilaria de aguardente, moinhos, etc. (Relatório da Pinho e Terras. Ltda., 1960, p.25).

Estes relatos destacam a origem étnica predominante de alemães e de italianos e a sua vinda dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No caso da Gleba Céu Azul, a maioria de descendência de italianos e os poucos de descendência de alemães se contrapõe aos alguns de outras raças, que não necessitam receber uma identidade. São simplesmente alguns outros. O quadro, a seguir, mostra que tais informações se repetiam em outras empresas.

#### QUADRO 1 - HABITANTES DAS COLÔNIAS DO OESTE DO PARANÁ EM 1960

SECÇÃO	Hab.	DESCENDÊNCIAS						
		Italiana		Alemã		Outras		Eleitores
Fazenda Britânia	30.000	40%	12.000	50%	15.000	10%	3.000	6.120
Medianeira	4.500	90%	4.050	10%	450	-	-	500
Gaúcha	5.400	90%	4.860	8%	432	2%	108	630
Matelândia	7.000	60%	4.200	30%	2.100	10%	700	700
Crisciúma	2.800	90%	2.520	5%	140	5%	140	470
Piquiri	5.000	50%	2.500	40%	2.000	10%	500	845
Céu Azul	2.500	50%	1.250	40%	1.000	10%	250	485
Lopei	800	50%	400	40%	320	10%	80	97
Porto Mendes	1.200	40%	480	40%	480	20%	240	207
Totais	59.200	54,5%	32.260	37%	21.922	8,5%	5.018	10.054

**Fonte:** Anexo dos Relatórios de Empresas Colonizadoras, 1960. Organizado a partir dos dados dos relatórios das empresas colonizadoras

O quadro mostra a população presente nas terras das colonizadoras na primeira década de efetiva colonização no Oeste do Paraná, pois os dados dão conta da colonização que teve início no final da década de 1940 e que continuou durante a década de 50. Foi, portanto, um rápido crescimento populacional<sup>58</sup>. Mostra, também, a predominância das origens étnicas de toda a região que seguirá, em índices semelhantes, durante a década seguinte na qual se completará o fluxo massivo da população para a região. Embora não se tenha dados, no momento, pode-se afirmar que fenômeno semelhante, com começo de duas décadas antes, ocorreu no Sudoeste do Paraná.



## QUADRO 2 - PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DAS COLÔNIAS DO OESTE DO PARANÁ EM 1960

Secção	Serra-rias	Ma-lha-rias	Ind. Soja	Frigo-rífico	Lami-nadora de Madei-ra	Con-serva Palmi-tos	Moin-hos	Cerâ-micas	Bene-ficiadora Madeira	Marce-naria Carpi-naria
Fazenda Britânia	29	-	-	1	1	2	14	8	7	18
Media-neira	8	-	-	1	-	1	3	1	-	1
Gaúcha	9	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Matelân-dia	6	-	-	-	-	1	2	1	-	1
Criciúma	4	-	-	-	-	-	2	2	-	1
Piquiri	9	-	-	-	-	-	5	1	1	2
Céu Azul	4	1	1	-	1	2	1	1	1	2
Lopéí	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Porto Mendes	3	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Totais	78	1	1	2	2	6	30	14	9	27

**Fonte:** Anexo dos Relatórios de Empresas Colonizadoras, 1960. Montado a partir dos dados dos relatórios das empresas colonizadoras

O quadro acima demonstra a produção industrial vinculada à exploração madeireira, destacando-se as serrarias, marcenarias, carpintarias e beneficiadoras de madeira na fase da fronteira colonial. O quadro, por outro lado, tem relação com o de estabelecimentos comerciais, estando incluídos serviços e oficinas (vide quadro 2). Vê-se que se ia constituindo toda uma estrutura industrial, comercial e de serviços, sintoma da dinâmica colonial desta fronteira agrícola nas décadas de 50 e 60. Os relatórios davam destaque à infra-estrutura por dois motivos principais. Um, porque eles se destinavam aos donos, aos sócios e aos acionistas, que acompanhavam o desempenho dos administradores. Outro, porque estas informações serviam de propaganda para as colonizadoras. Estes relatórios, bastante informativos sobre as colônias, eram ilustrados com fotografias e com mapas. É preciso, pois, atentar para os aspectos da gênese e das condições de construção e para circuito de destino destas fontes. Estes relatórios eram escritos nos escritórios das colonizadoras por funcionários e por administradores, que forneciam dados aproximados. Por exemplo, os dados sobre a

população são arredondados por centenas e por milhares, não interessando o número exato. Interessava, porém, informar que a maioria dos habitantes era de italianos ou de alemães (entenda-se descendentes) e que os outros habitantes eram poucos ou estivessem ausentes. Mencionar os nomes e sobrenomes dos “primeiros moradores” implicava em dar mostras da origem étnica. Dizer que havia casas comerciais, igrejas, escolas e assim por diante, era dizer que o embrião do espaço colonial estava criado e que bastava dar continuidade para que a nova colônia pudesse proporcionar a reprodução colonial e a reprodução da unidade familiar. Os relatórios eram, portanto, feitos, em primeiro lugar, para justificar funções (empregos) de funcionários e de administradores, para mostrar bom desempenho aos acionistas envolvidos, na maioria, com seus negócios no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Também, serviam para construir os discursos que embasavam atividades de divulgação e de convencimento entre os colonos das regiões coloniais, potenciais compradores dos lotes. Contemplavam, finalmente, os discursos do circuito da política paranaense e da política nacional. Portanto, contemplar anseios, valores, conceitos e pré-conceitos da sociedade colonial era uma exigência do momento para a consecução de objetivos econômicos. Cabe considerar que estes relatórios, também, influenciaram na construção da memória regional, tanto no que se refere aos documentos em si como nas fontes orais. o conteúdo destes relatos continuam sendo ressaltados pelos colonos.

Por outro lado, estes espaços produtivos e de infraestrutura teriam que ter vínculos com o mercado mais amplo. Merece destaque, ainda, a informação sobre os diversos portos do Rio Paraná que serviam para a

“exportação de produtos da região para os mercados platinos e europeus. Para melhor entender as exportações de madeiras a PINHO E TERRAS LTDA ainda organizou mais 3 firmas associadas à ela:

MADEIREIRA SOL DE MAIO S/A.

Sede em Foz do Iguaçu

SOC. ARMAZÉNS GERAIS FOZ DO IGUAÇU S/A

Sede em Foz do Iguaçu

SOC. NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO FOZ DO IGUAÇU S/A

Sede em Foz do Iguaçu” (Anexo dos Relatórios de Empresas Colonizadoras, 1960).

A mercadoria mais importante era a madeira, seguida da erva-mate. Para exemplificar, atentemos para o relato de um contador de uma importante empresa instalada na região:

“Havendo quota de exportação sobrando para o grupo da MARIPÁ, e muita madeira serrada estocada em serrarias de Corbélia, Guaraniaçu, Cantagalo, Laranjeiras do Sul e até em Guarapuava, resolveu Willy Barth, comprar madeiras em serrarias dessas localidades, e organizar um porto de embarque, também em Foz do Iguaçu. [...] Além da MARIPÁ, embarcavam em Foz do Iguaçu, as madeiras: Industrial Madeireira Rio Paraná Ltda.; a Madeireira Sol de Maio Ltda.; a Amambay, de Gregório Rubens Tchach, um cidadão argentino; a Pinho e Terras; a exportadora Portes, e mais umas duas ou três, que constituíam os madeireiros do Rio Paraná. Eram chamados de madeireiros da Fronteira Seca, as firmas que exportavam por Barracão e Santo Antônio. Mas a maior parte dos exportadores de madeira de pinho eram as firmas que embarcavam em Porto Alegre, Itajaí e Paranaguá, que eram os madeireiros do Atlântico” (Niederauer, 1992, p. 112-113)

Este contador ainda relata que, anualmente, era fixada a quantidade de madeiras que poderiam ser exportadas do Brasil para a Argentina, principalmente, e para outros países. Esse total era dividido em quotas para o Atlântico, para o Rio Paraná e para a Fronteira Seca<sup>59</sup>. Tais decisões e acordos eram feitos pela CACEX, em reuniões na matriz do Banco do Brasil no Rio de Janeiro com os madeireiros e com o Instituto Nacional do Pinho. Tratava-se de verdadeiras batalhas por quotas de exportação. Os madeireiros do Rio Paraná fundaram uma associação para melhor poderem lutar por suas quotas de exportação<sup>60</sup>.

---

59 Refere-se à fronteira Brasil-Argentina no trecho entre os rios Iguaçu e Uruguai que fica próxima ao leito do Rio Paraná na altura em que faz divisa entre Argentina e Paraguai, onde existiam vários portos fluviais para escoamento de produtos pelo Prata.

60 Ondy Niederauer, representava os madeireiros do Paraná nestas reuniões na matriz do Banco do Brasil

### QUADRO 3 - PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DAS COLÔNIAS DO OESTE DO PARANÁ EM 1960

Secção	Casas Comerciais	Oficinas Mecânicas	Postos de Abastecimento	Hotéis	Açou-gues	Padarias	Bares e Cafés	Sapatarias	Alfaiatarias	Ferrarias
Fazenda Britânia	67	8	10	16	15	5	48	5	12	14
Medianeira	16	1	1	3	2	2	9	2	4	1
Gaúcha	16	2	1	3	2	1	4	1	2	1
Matelândia	8	1	1	2	2	1	6	2	2	1
Criciúma	5	1	1	2	1	1	2	-	-	1
Piquiri	10	2	3	5	2	1	8	1	2	-
Céu Azul	4	2	1	3	1	1	2	1	2	1
Lopei	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Porto Mendes	4	-	-	2	-	-	3	-	-	1
Totais	131	17	18	37	25	12	83	12	24	20

**Fonte:** Anexo dos Relatórios de Empresas Colonizadoras, 1960. Montado a partir dos dados dos relatórios das empresas colonizadoras.

Poder informar aos colonos das outras regiões coloniais que uma colônia de menos de dez anos tinha terras férteis, mata nativa com madeira, erva-mate, mas que já dispunha de uma estrutura de casas comerciais, de oficinas mecânicas e dos demais estabelecimentos proporcionava um clima de tranqüilidade e de confiança aos colonos. Certamente os agentes vendedores de colônias poderiam informar os nomes dos donos dos estabelecimentos que eram, também, pessoas das regiões coloniais. Tudo isso criava um clima favorável para convencer colonos que viam na migração para fronteiras agrícolas as possibilidades de manutenção e de reprodução da unidade produtiva.

**QUADRO 4 - SUÍNOS, BOVINOS E EQÜINOS EXISTENTES NAS COLÔNIAS DO OESTE DO PARANÁ EM 1960**

Secção	Suínos em cabeças	Bovinos em cabeças	Eqüinos em cabeças	Suínos exportados no exercício de 1960 em nº/ em quilos	
Fazenda Britânia	165.000	19.500	4.600	19.000	2.115.000
Media-neira	22.000	3.200	650	2.500	280.000
Gaúcha	38.000	5.300	870	4.200	460.000
Matelândia	34.000	2.900	900	3.800	390.000
Criciúma	9.000	2.300	450	1.100	120.000
Piquiri	43.000	6.800	630	4.800	500.000
Céu Azul	8.000	2.100	320	-	-
Lopef	1.000	400	70	-	-
Porto Mendes	1.200	800	80	-	-
Totais	321.200	43.300	8.570	35.400	3.865.000

**Fonte:** Anexo dos Relatórios de Empresas Colonizadoras, 1960. Montado a partir dos dados dos relatórios das empresas colonizadoras.

Este quadro evidencia a criação ou produção animal dos colonos recém-instalados nas suas propriedades, que irá proporcionar as bases do desenvolvimento posterior da região. Esta criação teve relação íntima com a policultura de cereais (feijão, milho, soja, arroz, trigo) e da mandioca. Destacou-se o cultivo do milho, produto essencial para a suinocultura e para a bovinocultura. Aqui se mostra que, de fato, as estruturas de produção colonial foram rapidamente remontadas nas fronteiras agrícolas e que os espaços coloniais foram reproduzidos a partir da reprodução das unidades produtivas, o que, por sua vez, abria novas possibilidades de reprodução de unidades produtivas, como de colônias. Eis a retomada do fenômeno da enxameação no Oeste do Paraná.

Para que este fenômeno ocorresse, eram necessários planejamento de acordo, acompanhamento e administração sistemática das atividades de colonização. Os planos de colonização, esboçados a partir dos anos 40 do século XX, seguiam a sistemática de planos de colonização anteriores implantados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. De uma forma geral, pode-se dizer que se partia de unidades

fundiárias abrangentes, em círculos concêntricos, do campo aos subúrbios, aos núcleos populacionais. Os lotes coloniais, medindo em torno de 25 hectares, formariam perímetros de áreas diferentes de acordo com o relevo e a hidrografia. Ao redor dos núcleos populacionais foram criados lotes de 2,5 hectares, chácaras destinadas ao cultivo de hortigranjeiros. Internamente, os núcleos populacionais urbanos (vilas e cidades) seriam divididos em quarteirões, medindo geralmente 100X100 metros, ou seja 10 000 metros quadrados (um hectare), contando cada quarteirão com 10 lotes de 1000 metros quadrados (Relatório da Pinho e Terras, 1960, p. 2 e 3)<sup>61</sup>.

Desta forma, as construções, que contemplavam as residências, os galpões, os estábulos, os chiqueiros, as hortas, os poteiros, etc., distavam de 50 a 300 metros entre os vizinhos, uma vez que um lote rural costumava ter 250 X 1000 metros, havendo, claro, variações. No entanto, via de regra, os lotes eram longos e estreitos. Isto facilitava a maior proximidade dessas instalações, a proximidade das estradas e o acesso à água.

Os projetistas das colonizadoras empregavam o método de agrimensura planimétrica. Era um sistema mais satisfatório e empregava perímetros nos quais se estabeleciam linhas ajustadas ao relevo. Os rios e os pontos mais elevados foram as características naturais adotadas como limites nos relevos pouco acidentados de grande parte da região. As linhas retas procuraram seguir as linhas divisórias das águas por onde iriam ser abertas as estradas, dando o lado da frente dos lotes. O limite do fundo do lote iria até o rio ou córrego. Estes dois limites estavam ligados por duas linhas retas. Portanto, a propriedade teria quatro lados, com três lados retos e o quarto limitado pelo rio ou córrego (Muller, 1986, p. 109).

A projeção do espaço colonial da região pretendia fomentar a formação de uma área povoada por pequenos produtores familiares e de densidade populacional elevada, comparada com os padrões da maior parte do território rural brasileiro.

---

61 Este esquema de organização do espaço agrícola-colonial se repete nos relatórios das demais empresas colonizadoras. Isto podem ser as partes referentes à organização das empresas onde aparecem os objetivos das mesmas. Os núcleos urbanos constituídos a partir destes planos são, atualmente, espaços com traçados de suas avenidas e ruas bastante retos, uma vez que o relevo pouco acidentado o permite.

Segundo Ivo Oss Emer (1997), a colonização ocorrida fez com que, de forma geral, o Oeste do Paraná tivesse uma certa identidade cultural e histórica, isto é, a população da região seria muito semelhante na origem e na cultura, nos seus interesses e nas suas perspectivas. Mesmo que parcelas da população se diferenciasssem em alguns aspectos culturais ou de origem, eram muito semelhantes em suas perspectivas históricas. A ampla colonização do Oeste do Paraná não teria dependido, diretamente, do governo, nem a solução de seus mais prementes problemas de produção e comercialização da produção, educação e saúde. Ainda de acordo com Emer, para resolver problemas de produção e de comercialização de seus produtos, os desbravadores do Oeste do Paraná, solidários entre si, construíram estradas, organizaram as primitivas cooperativas dos colonos e juntos comercializaram seus produtos e conquistaram os mercados consumidores. Para resolver outras necessidades por eles consideradas fundamentais, como a saúde, a educação e a religião, construíram seus hospitais, suas escolas e seus templos.

Vê-se que, também nesta região, foi possível estabelecer, a partir da década de 40, um novo espaço colonial através da atuação empresarial de colonizadoras e madeireiras e através da vinda de um grande contingente de colonos catarinenses e rio-grandenses. E que sua dinâmica está inserida no contexto estadual e nacional de incorporação e manutenção de fronteiras.





### CAPÍTULO 3

## A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL DA MARIPÁ

Para tratar da Constituição do Espaço Colonial da MARIPÁ serão discutidas idéias e ações em torno do plano de colonização e da organização do espaço da MARIPÁ. Foi projetado um espaço no qual, a partir da dinâmica demográfica, econômica e social, foram constituídos os espaços físico, humano, social e econômico desta colônia.

A MARIPÁ adquiriu, em 1941, da Companhia Madeireira del Alto Paraná, uma área de 274.846 hectares de terra (2.748 Km<sup>2</sup>), denominada Fazenda Britânia, que estava coberta por intensa vegetação de mata latifoliada<sup>62</sup> e de algumas manchas de pinheiros que começaram a ser exploradas, a partir do final dos anos 40, atendendo o comércio da madeira, no início, e, depois, cedendo lugar para as lavouras dos colonos sulinos. A densidade demográfica desta área era extremamente baixa, pois era esparsamente povoada por poucos administradores e trabalhadores braçais da Fazenda, na maioria paraguaios e argentinos. Ocorria nela o mesmo que na Região Oeste do Paraná como um todo, pois era uma **obrage** na qual trabalhavam os **mensus** explorando as riquezas naturais. Esta área foi colonizada e nela se estabeleceram os pólos regionais de Toledo e de Marechal Cândido Rondon e se constituiu no espaço colonial da MARIPÁ.

Segundo José Augusto Colodel (1988, p. 215), na colonização da Região Oeste do Paraná, seguindo os passos da Região Norte do mesmo Estado, o melhor exemplo de racionalidade e de articulação teria sido o trabalho desenvolvido pela MARIPÁ, tornando-se a mais importante empresa colonizadora da época, considerando-se os resultados obtidos. “O grupo diretor desta companhia tinha experiência administrativa anterior, já que seus membros exerciam atividades capitalistas em seus locais de origem”.

---

62 Termo utilizado, como já foi visto, por Leo Waibel (1969), que se refere à mata constituída de árvores de folhas largas em contraste com a mata de pinheiros muito comum nas terras do Paraná. No entanto, nas terras da MARIPÁ, a Araucária não predominou, embora estivesse presente em alguns locais das terras da empresa. (Sobre a Araucária no Paraná ver Spindola, 1996).

Serão utilizados, como fontes, relatórios e mapas da Empresa, o Plano de Colonização, textos e relatos de Ondy Niederauer, levantamentos, relatos e textos de Kalervo Oberg e Thomas Jabine e Keith Derald Müller, depoimentos de colonos pioneiros, dentre outras. Ondy Niederauer, trazido de Porto Alegre, foi o contador da MARIPÁ. Acompanhou decisões e fatos dos primeiros anos da sede em Toledo. Fez relatórios, confeccionou e manuseou documentos, conviveu com administradores, agentes vendedores de terras, colonos compradores de terras, trabalhadores da exploração de madeiras e das serrarias. Produziu diversos textos, relatando atividades, descrevendo em detalhes ações de administradores, agentes de vendedores de terras e funcionários. Discorreu, também, sobre os colonos e sobre a colônia. Em 1992, publicou o livro **Toledo no Paraná : a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**, no qual relatou suas observações. Este texto contém observações, juízos e informações de quem viveu o interior da empresa e da colônia, de quem acompanhou muitos momentos marcantes da época de fronteira, de quem tem domínio “sincrônico e diacrônico” deste espaço. Enfim, de quem tem motivos sobejos para enaltecer os feitos dos “pioneiros e dos empreendedores” do Oeste.

Kalervo Oberg e Thomas Jabine realizaram um minucioso levantamento da colônia em 1956, explorando dados da MARIPÁ, descrevendo mais de 100 colônias (estabelecimentos dos colonos) e comentando diversos aspectos da vida colonial. Este texto foi publicado em 1960. Keith Derald Müller faz o mesmo em 1969 e 1970, cujo texto foi publicado em 1986. Estas duas fontes vêm a ser os olhares de observadores externos à colônia, proporcionando impressões, muitas vezes, desconsideradas por outras fontes trabalhadas nesta pesquisa.

Os depoimentos dos colonos pioneiros foram cedidos a professores e a funcionários da Secretaria de Educação do Município de Toledo e pesquisadores docentes e alunos bolsistas que atuavam em projetos do CEPEDAL - Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina, órgão da UNIOESTE, localizado no Campus de Marechal Cândido Rondon.

### 3.1 PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA COLÔNIA

Obedecendo condicionamentos naturais e de dinâmica da colonização, a MARIPÁ planejou a colônia, estabelecendo uma estrutura e infraestrutura ao espaço colonial. Agora mostrar-

se-á, então, o espaço projetado e o espaço construído na nova colônia.

É importante salientar que a região teve, no espaço físico-natural, elementos constitutivos e interferidores do planejamento da colônia. Em primeiro lugar, os suaves acidentes do relevo proporcionaram uma série de vantagens para que os traçados dos caminhos e das estradas, para que a localização de vilas (futuros centros urbanos) e de povoados com igrejas, escolas, casas comerciais, para que a divisão de colônias pudessem acontecer nos locais adequados sem grandes dificuldades impostas por acidentes geográficos<sup>63</sup>. Isto aparece no texto de Niederauer que, com conhecimento de causa, acentua estes detalhes. Ele teve condições de acompanhar os momentos de decisão da empresa e participou pessoalmente da elaboração dos planos e da implantação da colonização.

As terras adquiridas em 1946 foram destinadas à extração de madeira e à colonização a partir do início da década de 50, pois era necessário e urgente tomar posse das mesmas e torná-las rentáveis. Optou-se, então, por começar uma pequena vila para ser o centro administrativo da colonização. “Alberto Dalcanale e Alfredo Ruaro decidiram que esta sede deveria ser nas proximidades do Arroio Toledo, entre os frondosos pinheiros que já tinham visto” (Niederauer, 1992, p. 39). Os dois já tinham estado no local por ocasião de uma viagem de avaliação das terras a serem compradas e tinham influência forte nas decisões a serem tomadas. Veja-se que os pinheiros contribuíram para que a sede fosse nesse local, como, também, a picada existente na Fazenda Britânia e que passava no local. A organização do espaço anterior interferia na organização do espaço que a MARIPÁ projetava.

No início de 1950,

“as duas estradas tronco, de leste a oeste, que são, a de Toledo a Porto Britânia pela picada de Nuñes Y Gybaja, e mais ao norte, a de Toledo a Porto Mendes, pela picada do Alica; a estrada do Anjico, que partia de onde hoje é Dez de Maio e ia até a estrada do Alica, onde hoje é Quatro Pontes; a estrada do Xaxim que partia dessa localidade rumo norte até a atual Esquina Ipiranga, aberta para a extração de madeiras” (Niederauer, 1992, p. 117)

---

63 SAATKAMP (1984, p.49) SILVA (1988, p. 378), também, mostram preocupações com o relevo e sua relação com a construção de estradas.

Vê-se que as estradas e picadas mencionadas já serviram para o escoamento das riquezas exploradas pelos obrageiros, ou seja, as picadas Nuñes Y Gybaja e Alica e a estrada do Anjico. A denominação das duas primeiras deve-se a nomes de obrageiros e a última a uma espécie de madeira-de-lei, abundante na região e de alto valor comercial. A manutenção e a melhoria destas vias de escoamento se justificavam porque a MARIPÁ continuava a ter seus vínculos com o Prata, embora, como já se mencionou neste trabalho, houvesse cuidados dos governos do Estado do Paraná para que acontecesse a integração do território paranaense e a vinculação das regiões com Curitiba e com o Porto de Paranaguá. Os vínculos com a Região Platina, pelas vias hidrográficas, eram interpretadas como perigosas aos intentos da consolidação territorial, mas, quando os negócios e os lucros estavam na ordem do dia, tais questões eram, momentaneamente, relegadas a um segundo plano.

Para isso, o Plano de Colonização deveria ter uma atenção especial, principalmente, no tocante às estradas. Foram, então, construídas, pela MARIPÁ, as seguintes estradas:

“ a estrada tronco do sul, que utilizou o traçado da picada de Nunes Y Gybaja, partindo de Toledo a Porto Britânia, passa por Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, Cerro da Lola, Marrecos, Arroio Fundo, Margarida, Pato Bragado onde se bifurca, indo o ramal sul para Entre Rios, e saindo dos limites da Fazenda Britânia, segue para Santa Helena, e o ramo norte que vai a Iguiporã na estrada do tronco do meio;

- a estrada tronco do meio, construída pelo antigo leito da estrada Alica, parte de Toledo, passa por Vila Nova, vai a Novo Sarandi, Quatro Pontes, Mal. Cândido Rondon, Iguiporã, onde bifurca para Porto Mendes ao norte e Pato Bragado ao sul;

- a estrada tronco do norte, partindo de Toledo, para próximo a Vila Nova, próximo a Pérola, vai a MARIPÁ, daí bifurca, indo a Palotina quando sai da Fazenda Britânia, e outro ramo vai a oeste, para Nova Santa Rosa, Novo Três Passos, Mercedes, Porto Mendes, saindo da Fazenda Britânia quando vai a Guaira;

- grande número de estradas foram construídas no sentido norte-sul, interligando vilas como São Roque, São Miguel,

Santo Ângelo, São Luiz do Oeste, Nova Videira, Esquina Ipiranga, Dois Irmãos, Novo Sobradinho e muitas outras;

- inúmeras são as estradas vicinais construídas para fazer as ligações das colônias às estradas maiores” (Niederauer, 1992, p. 127).

Este relato evidencia que as estradas tronco do sul, do meio e do norte, ou seja, as estradas mais importantes, partiam de Toledo e iam até o Porto Britânia, até o Porto Mendes e até Guaira (porto também). Eram todos portos do Rio Paraná, que, por sua vez, serviam para o transporte fluvial da produção oriunda da área da antiga Fazenda Britânia a partir dos quais eram mantidos e reforçados os vínculos com o Prata. “Essa estrada realizou a ligação da vila de Cascavel ao porto Mendes e ao Porto Britânia, junto às barrancas do rio Paraná, onde pretendemos fazer o embarque de nossos produtos destinados à exportação” (Relatório da Diretoria da MARIPÁ de 31.12.1946). Embora a Colonizadora estivesse em sintonia com os anseios integrativos do governo estadual paranaense, quando se tratava de negócios, vale a pena reforçar, era importante se voltar para os países vizinhos e para suas hidrovias.

As estradas norte-sul interligavam as estradas tronco e as estradas vicinais ligavam os lotes coloniais à malha viária e, atendendo a seu significado etimológico, proporcionavam a ligação entre os vizinhos. Desta forma, objetivava-se que todos os colonos tivessem ligação com os vizinhos, com a sede da colônia, com os portos do Rio Paraná e com os centros comerciais próximos mais importantes. Tivessem, também, condições de locomoção e de transporte entre os lotes coloniais. Aliás, a vizinhança tinha uma conotação comunitária muito forte (Schallenberger, 1992). O vizinho deveria ser “cultivado”. Ele era o mais próximo, o primeiro a ser solicitado na hora da necessidade, podendo ser parente ou não.

As conseqüências desta estruturação espacial foram se evidenciando na medida em que se desenvolvia a economia colonial, na medida em que os colonos iam fornecendo produtos para o mercado. A malha de estradas e caminhos atenderia toda a colônia. Esta malha poderia, como de fato ocorreu, se relacionar com o mercado interno da colônia e com o mercado externo. Esta malha viária se vinculou com a estruturação, com a distribuição e com o parcelamento das terras a serem comercializadas.

Ony Niederauer calcula que a MARIPÁ construiu em torno

de 3000 Km de estradas dentro da Fazenda Britânia. Eram estradas abertas na floresta, servidas por picadas, sendo que estas, depois, na medida em que fosse necessário, seriam transformadas em novas estradas, que foram incorporadas ao cotidiano dos colonos. Lotário Meinerz (Com Licença, p. 84) recorda que “a estrada pela qual transitávamos vinha de Toledo e passava em Xaxim, Nova Videira, Três Bocas e chegava em São Miguel, cheia de curvas, desviando sempre das árvores mais grossas” O tipo de solo predominante é extremamente escorregadio nos dias de chuva e, sabe-se, que as estradas não eram transitáveis em tais dias. Isto exigiu investimentos que, aos poucos, deixavam as estradas mais importantes cascalhadas e, mais tarde, asfaltadas<sup>64</sup>.

Estas terras foram ocupadas, inicialmente, através de atividades extrativistas e, depois, por pequenos produtores expulsos de regiões agrícolas de outras colônias, onde ocorrera anteriormente a colonização sob o regime da pequena propriedade familiar. São, portanto, de ocupação mais recente, pois a partir de 1946, esta companhia colonizadora privada, se empenhou em organizar o referido espaço e nele atuar para efetivar a ocupação de pequenas parcelas rurais destinadas à policultura familiar. Mais adiante, será mostrado como esta estrutura foi afetada em fins dos anos 60 e durante os anos 70 pela difusão e pelo uso de novas tecnologias modernizadoras no contexto mais amplo da Revolução Verde.

Os projetistas da MARIPÁ, a exemplo de outras colonizadoras que atuavam no Paraná, empregaram o método de agrimensura planimétrica. É “um sistema mais satisfatório e emprega linhas de base estabelecidas astronômicamente (transversais), mas permitindo o ajuste das linhas de propriedade às barreiras do meio natural” (Müller, 1986, p. 109). Os rios foram os acidentes naturais mais importantes, adotados como limites, uma vez que o relevo é pouco acidentado. As linhas, mais ou menos, retas, de um lado, buscaram seguir a linha divisória das águas por onde iriam ser abertas as estradas ou por onde já havia as picadas, dando o lado da frente do lote. O limite do fundo do lote ia até o rio ou o córrego. Esses dois limites estavam ligados por duas linhas retas. Portanto, a propriedade teria quatro lados, com três lados retos e o quarto limitado pelo rio ou córrego (Müller, 1986, p. 109).

Ony Niederauer (1992, p. 125-126) relatou, com detalhes, como foi estruturado e organizado o espaço colonial pela

---

64 Atualmente existe uma boa malha viária asfaltada ligando municípios, distritos e vilas da área colonizada pela Maripá.

colonizadora a partir da estruturação agrária e da divisão das propriedades.

“Procedia-se o levantamento topográfico e demarcação dos rios e arroios de uma determinada região, fechando uma área chamada **Perímetro** (grifo nosso). No Escritório Técnico de Medições da colonizadora, era desenhada a planta do perímetro. Entre um e outro rio ficava a parte alta da ondulação. Sobre o dorso desta, era traçada uma linha reta. Por esta linha, mais tarde, era geralmente aberta uma estrada. As colônias eram, então, delineadas com sua testada nesta linha, descendo o rio ou córrego na parte baixa. Por isso, e para dar água corrente a todos, as colônias têm a parte alta mais larga do que a parte junto à água. Tem quem chame este sistema de ‘espinha de peixe’. Feita esta planta que se pode, talvez, chamar de provisória, assinaladas nela as coordenadas dos marcos cravados quando do levantamento dos rios, ia o topógrafo medir e demarcar as linhas divisórias de cada colônia, assinalando as divisas com cepos de madeira de lei numerados. Os perímetros encerram de 100 a 300 ou até mais colônias”.

A documentação da MARIPÁ contém levantamentos minuciosos de detalhes do relevo, da hidrografia, da flora. Estes levantamentos eram anotados em cadernetas que estão preservados na documentação do escritório da empresa em Toledo. Descia-se o rio, por exemplo, anotando detalhes das duas margens, do seu leito, dos afluentes. Esta atividade proporcionou rica documentação para estudos sobre a hidrografia, o relevo, a flora, o meio ambiente, enfim, do início da colonização.

A questão do meio ambiente, entre os colonos, é um tema que mereceria um estudo específico, principalmente, por causa da drástica interferência provocada sobre o ambiente natural através da modernização do campo ocorrida a partir do final dos anos 60 nas regiões coloniais. Os colonos, tradicionalmente, tinham, uma relação de respeito e de reverência para com a natureza. Usavam a queimada dentro do sistema de rotação de terras, afetando a fertilidade do solo, mas procuravam preservar parcela da colônia com vegetação nativa, evitando cultivá-la toda. Esta relação de reverência para com a natureza tinha uma conotação religiosa, uma vez que a vida rural cultivava uma relação da criatura com o criador, estabelecia gestos de admiração para com a obra divina, a natureza. Lançar a semente, acompanhar o desenvolvimento da planta, celebrar as chuvas e o sol nas medidas adequadas atribuíam à natureza o papel de contribuir na produção da subsistência e do excedente. A falta da chuva, a chuva em demasia, a fúria dos ventos e das águas

sinalizavam respostas da natureza para com os homens. Chuvas, secas, tempestades, plantação, criação eram assuntos de preces e de orações nos cultos e nas missas.

Como nas antigas colônias do Sul do Brasil, o modelo de colonização empregado teve suas raízes na Europa rural. Segundo Oscar Silva (1988, p. 87), este modelo foi transplantado da Alemanha para o Brasil. Adotou-se o sistema de lotes longos, uns ao lado dos outros, subindo o rio para as partes mais altas de cada perímetro. “Era cognominado espinha de peixe [...] foram todos planejados com a frente para a estrada e os fundos para a água”. Keith Derald Müller (1986, p. 88) afirma que, “quando os imigrantes europeus foram oficialmente convidados a se estabelecerem no Sul do Brasil, em 1824, o sistema de longos lotes foi introduzido pelos colonos alemães”. Durante os anos 30, este sistema foi, também, utilizado no Norte do Paraná e, mais tarde, aceito como ideal para a colonização no Paraná.

O fato de a documentação enfatizar estes aspectos da organização do espaço colonial significa que eles eram elementos constitutivos importantes para o funcionamento da dinâmica colonial. Tanto as fontes da empresa como os levantamentos posteriores atestam a tal significado.

“Longos lotes que sobem o rio para a parte mais alta da região em alinhamento com a drenagem natural, podem dar a cada propriedade acesso imediato a ambos, rio e estradas. Mais além, um Sistema de Longos Lotes possibilita uma distribuição equivalente de vários tipos de solo e declives para cada propriedade. Essas são as razões principais para a escolha do Sistema de Longos Lotes pelos planejadores da MARIPÁ”.<sup>65</sup> (Muller, 1986, p. 106)

---

65 Este sistema é denominado de Waldhufendorf. “Eidt explica melhor o termo Waldhufen dorf. ‘O Waldhufen, resumidamente, é uma ocupação em linha planejada de florestas (wald), nas quais os colonos vivem em suas próprias faixas de terras paralelas (Hofstreifen), estas terras estendem-se de um vale particular com direção a um interflúvio adjacente, ou vice-versa. Uma dificuldade de interpretação aparece, pois o termo Waldhufendorf inclui a presença de uma vila, por causa do sufixo dorf. Infelizmente a palavra Dorf pode ser usada, em alemão, para descrever ocupações aglomeradas (incluindo Waldhufendorfer) com ou sem função central ou comércio interno, e as funções dos serviços sócio-religiosos desenvolvidas. Pode-se traduzir o termo como vila ou povoado, mas somente um trabalho de campo ou estudo de mapas revelarão o que realmente existe, se não houver disponibilidade de informações mais detalhadas.

Eidt acrescenta que Waldhufendorf é empregado em seu livro [...] ‘[...]



Raanan Weitz (1968, p. 54-55), falando de modelos espaciais de colonização rural, afirma que as atividades de uma granja rural giram em torno de três componentes: **“el cortijo, el predio y las instalaciones de servicios”**. “El cortijo” inclui a casa do colono, os currais para os animais e aves e as instalações para armazenar os produtos, as ferramentas e os maquinários. “El predio” pode ser um lote único ou várias áreas dispersas. “Las instalaciones de servicios” são as instalações necessárias para o funcionamento do estabelecimento agrícola, para o bem-estar da família camponesa. A disposição desses componentes determina os modelos espaciais básicos da organização espacial de colônias: o assentamento disperso e o assentamento aglomerado.

No assentamento disperso, as instalações estão separadas umas das outras e cada uma se localiza dentro do estabelecimento. Estes dois componentes estão separados da infra-estrutura de serviços. Este tipo de assentamento apresenta vantagens em relação às atividades internas da colônia, reduzindo as distâncias e o tempo para a execução das lidas com a terra. Facilita o transporte de insumos e de produtos. Enfim, o trabalhador está no seu local de trabalho. Por outro lado, há alguns inconvenientes. A construção e a manutenção da infra-estrutura e de determinados serviços são mais caras, como é o caso das estradas, da eletricidade, do encanamento de água. A prestação de certos serviços é mais deficiente. As moradias distanciadas criam obstáculos à convivência social e à organização comunitária e à colaboração nas atividades diárias.

O assentamento aglomerado se baseia na aldeia, que abarca certo número de instalações e a infra-estrutura de serviços, próximas umas das outras e rodeadas pelas áreas

---

somente para ocupações em fazendas de longos lotes nas florestas nas quais as funções lineares de serviços foram desenvolvidas [...]’ para evitar ambigüidade. O termo *Waldhufenweiler* é [...] usado especificamente para as ocupações em fazendas de longos lotes do estilo alemão, em florestas, onde não foram desenvolvidas funções centrais’.

Em Toledo, as verdadeiras *Waldhufendorfers* não foram formadas, pois áreas especiais foram destinadas para urbanização pelo sistema de construção com grelhas. Portanto, não há *Dorf* na área rural. *Waldhufenweiler* aglomerados são encontrados ocasionalmente nas nascentes dos rios, como resultado da divisão de terras em vértices para acesso à água, e não pelo desejo dos colonizadores em se aglomerarem. Conseqüentemente, a forma dominante de ocupação em Toledo é designada simplesmente como do tipo *Waldhufen*” (Müller, 1986, p. 107).

cultivadas. É o agrupamento do primeiro e terceiro componentes, sendo que o estabelecimento fica afastado. Ao contrário do assentamento disperso, aqui as vantagens se fazem sentir na vida comunitária, na colaboração entre os colonos, no acesso aos serviços, como na sua qualidade, e no menor custo da instalação e da manutenção da infra-estrutura. No entanto, há uma série de desvantagens causadas pela distância maior do estabelecimento em relação à moradia. Tais vantagens e desvantagens são maiores ou menores de acordo com o tamanho da aldeia e do tipo de atividades agrícolas desenvolvidas pelos colonos.

Além do mais, o tipo de exploração agropecuária tem um peso grande em relação a essas formas de organização espacial do meio rural. Os euro-brasileiros tiveram a experiência do assentamento disperso. De uma maneira geral, a unidade produtiva era o grupo familiar e houve uma noção muito clara de que a família, tendo o pai como o chefe, era a unidade fundamental. Desta forma, a família teria que estar presente nas atividades agrícolas. Os filhos estavam presentes e acompanhavam os trabalhos dos pais. Cuidar da criação era tarefa de todos. Todos aprendiam a fazer pasto, a dar trato aos porcos, às vacas, a tirar leite, a cuidar das galinhas, a recolher os ovos e assim por diante. Estas atividades se adequavam melhor ao assentamento disperso difundido entre os euro-brasileiros, sendo, portanto, o modelo planejado pela colonizadora. Os colonos estavam, pois, acostumados a cultivar diversos cereais e leguminosas, tinham suas hortas, criavam suínos, bovinos e aves; estas atividades exigiam sua presença constante na propriedade. Havia uma interdependência muito grande entre as atividades relacionadas com o plantio e com a criação. Criar implicava em estar disponível a qualquer hora do dia ou da noite.

Adotando o modelo disperso, foram mensurados mais de 11.000 lotes coloniais, cujas linhas divisórias somavam 6.876.727 metros lineares, e 7.098 lotes urbanos, conforme relatório de Ondy Niederauer. Os lotes urbanos estavam localizados em Toledo e em mais 13 núcleos urbanos.

Preferiu-se, pois, uma forma de organização do espaço rural com uma vila central, evitando as vilas lineares. Foram planejadas vilas mais compactas, centralizando-se os negócios para evitar dispêndio de energias e de tempo para as compras (ver MAPA 2).

MAPA 2 - ÁREA COLONIAL DA MARIPÁ



Fonte: KEITH, 1986, p. 89

Nas vilas,

“Os quadros padronizados de ocupação em grupo de um hectare cada, 100 X 100 metros, são divididos em dez lotes residenciais. As cidades, vilas e povoados bem planejados têm ruas largas, em padrões Damero, e grandes e espaçosos lotes residenciais” (Müller, 1986, p. 110)

As vilas e cidades construídas na colônia obedeceram, em grande parte, o planejamento de ruas, de avenidas, de quadras, de locais para atividades religiosas, educacionais, de lazer e econômicas.

“A vila consistiria de diversas quadras de cem metros contendo 8 a 10 lotes urbanos. As ruas seriam retas, preferencialmente com traçado norte-sul e leste-oeste, e, a exemplo de Toledo, seriam largas e no centro seria reservada uma quadra para futura praça.

Este conjunto de quadras da vila, seria cercado por um ou dois anéis de chácaras, que mediriam, cerca de dois e meio hectares (25.000 m<sup>2</sup>), cuja venda seria destinada a pessoas

de menor poder aquisitivo ou àqueles que desejassem dedicar-se à horticultura” (Niederauer, 1992, p. 133)

Estas chácaras, já referidas anteriormente, foram adquiridas e ocupadas por pessoas que não dedicavam tempo integral à atividade agrícola. Também, houve casos de colonos se instalarem provisoriamente em lotes de vilas ou em chácaras até que o lote rural estivesse organizado e com a infra-estrutura mínima providenciada para receber a família e iniciar o cultivo e a criação. Serviram para o fornecimento de hortigranjeiros, no início, e, depois, foram as primeiras áreas utilizadas para o loteamento das expansões urbanas. Neste caso, os lotes urbanos eram menores do que 1000 metros quadrados.

No plano de colonização, esboçado em 1946, foram estabelecidos, de início, unidades fundiárias abrangentes, em círculos concêntricos, do campo aos subúrbios e aos núcleos populacionais. No início da colonização no Sul do Brasil as colônias mediam em torno de 78 ha, depois passaram a medir 48 ha, mas, a partir de 1870, o padrão de colonização passou a utilizar lotes coloniais em torno de 25 ha. As unidades fundiárias abrangentes formariam perímetros de áreas diferentes de acordo com o relevo e com a hidrografia.

Pretendia-se que a divisão da área rural em colônias (lotes rurais) de dez alqueires paulistas (24 hectares ou 240 000 metros quadrados), devidamente demarcados, viabilizasse a reunião das colônias em perímetros, sendo estes providos de núcleos residenciais, futuras vilas ou cidades. Procurava-se dificultar a compra de grandes áreas e o povoamento esparsa da região (Silva, 1988, p. 85-86). Era uma forma de valorizar mais a terra, pois o rápido e relativamente denso povoamento na fronteira serviria como propaganda e como prova da qualidade da colônia. Era, também, um tamanho ideal para os anseios dos colonos e para sua disponibilidade imediata e futura de capital. Para os colonos, a vizinhança qualificada próxima era valor que pesava na hora de decidir pela compra de terra. Portanto, neste contexto, uma colonização baseada na pequena propriedade era uma maneira de aumentar a lucratividade da colonizadora. Este modelo de projeto, adotado pelas colonizadoras em geral, possibilitava que as futuras construções nos lotes coloniais da MARIPÁ estariam distantes das instalações dos vizinhos entre 50 e 300 metros, uma vez que um lote de 24, 25 hectares costumava ter em torno de 250 por 1000 metros, normalmente longo e estreito, facilitando a proximidade das estradas e o acesso à água. (Ver MAPA 2).

Percebeu-se, no entanto, que o planejamento sistemático e racional, apenas, proporcionou diretrizes que marcaram a

organização do espaço. Na realidade, quando a dinâmica colonial foi se incrementando, quando a dinâmica do cotidiano foi se introduzindo, a ação do homem afetou, aqui e acolá, o espaço planejado. Poder-se-ia dizer que a estruturação do espaço foi sendo constituída entre o conflito da rigidez do planejado e do informal do que iria acontecendo.

“Embora a MARIPÁ já tivesse, em mapa, o seu plano de colonização antes de começar o influxo de colonos, a corrente de povoadores e suas exigências, dentro em pouco, causou a distorção do plano ideal estabelecido pela Companhia. Foram aparecendo vilas onde não eram indicadas nos mapas, e muitas das que estão marcadas ainda não existem. Estradas que foram planejadas como num tabuleiro de xadrez, tiveram que se desviar para servir outras áreas, onde os colonos estabeleceram suas propriedades. Em algumas áreas urbanas que haviam sido divididas em lotes residenciais, cercados por chácaras, a população retaliou as chácaras em lotes e abandonou os que já haviam sido levantados. Em outras palavras, a realidade vivente da colônia modificou o plano sem, no entanto, destruir sua força diretora” (Obergh, 1960, p. 44)

É preciso, no entanto, ter presente que, no que tange ao espaço urbano que foi se constituindo, via de regra, as cidades e as vilas, da área a que se refere esta parte do texto, estão geometricamente planejadas com ruas, quadras e praças colocadas como num tabuleiro de xadrez. Esta é, pois, uma característica da urbanização de Marechal Cândido Rondon, de Quatro Pontes, de Novo Três Passos e assim por diante, enfim da área abrangida pela MARIPÁ.

No espaço inicial, foram providenciadas instalações e infraestrutura mínima para a recepção dos imigrantes. A colonizadora construiu “Casas de Imigrantes” de madeira de pinho, repartidas em quartos para diversas famílias se acomodarem em Toledo, em Quatro Pontes, no Anjico (hoje Dez de Maio), no Quati (hoje Nova Concórdia), em General Rondon (hoje Marechal Cândido Rondon). Estas providências eram comuns no sistema de imigração e colonização no Brasil, como era o caso das hospedarias. “Havia poço, banheiros e instalações sanitárias. Isto tudo numa clareira de mato recém derrubado, na beira da estrada” (Niederauer, 1992, p. 120). Percebe-se, nos textos de Niederauer, a recorrência à expressão “clareira de mato”. Isto denota o fato de ele ter acompanhado os primeiros movimentos de fronteira, fazendo com que tais detalhes sejam, reiteradamente, salientados em seus relatos e textos. Encontrar isto, nestas fontes, quer dizer que estes fatos calavam fundo

nos aventureiros e nos empreendedores que tiveram que enfrentar as dificuldades dos anos iniciais. É evidenciar que onde, rapidamente, as terras começaram a produzir cereais e leguminosas nos lugares da vegetação nativa; onde casas, galpões, estradas, poteiros substituíram o abrigo natural e os trilhos dos animais silvestres, os colonos euro-brasileiros construíram, como pioneiros, um novo espaço colonial. O fato de construir um novo espaço no lugar da vegetação nativa e visto com conquista resultante da coragem, da bravura, da determinação por aqueles que recordam os tempos do desbravamento.

Cada grupo de colônias circundaria um povoado, que teria que ter casa comercial, igreja, escola, assistência médica. Estradas ligavam-nas a outros povoados e a Toledo. As casas comerciais forneceriam o necessário aos agricultores e comprariam sua produção agropecuária excedente (Niederauer, 1992, p. 122). Esta estrutura era, em parte, providenciada pela MARIPÁ e, em parte, por iniciativas de outros empreendedores, que começaram a afluir para a região. Esta dinâmica será tratada mais adiante.

Os povoados distariam de 10 a 20 quilômetros entre si e se localizariam, de preferência, junto às estradas tronco ou secundárias (ver MAPA 2). Estas distâncias seriam adequadas para as atividades comunitário-religiosas, para as atividades de comércio e para a prestação de uma série de serviços como as da saúde, da escola, do lazer, etc.

Fica claro de que se trata de planejamento de um novo espaço. A sua estruturação foi pensada, desenhada e implementada. Não se trata, neste caso, de ocupação espontânea. Mesmo existindo a pressão demográfica, o deslocamento dos migrantes ocorre sob controle institucional. Os próprios migrantes desejavam tal acompanhamento orientador e buscavam um espaço planejado. Estas afirmações estão respaldadas pela forma como o urbano e o rural se apresentam hoje. É claro que houve alterações, mas os sinais do planejamento ordenado evidenciam a sua força orientadora e influenciadora sobre o espaço.

As inaugurações das vilas eram motivos de festas que reuniam colonos dos arredores, administradores e funcionários da MARIPÁ e outros. Ao todo, foram fundadas 28 vilas na antiga Fazenda Britânia (Niederauer, 1992, p. 134). Os nomes das localidades eram os mesmos das vilas que centralizavam diversas atividades, serviços e funções comunitárias. Caracteriza-se, pois, o modelo de organização disperso, onde a função das vilas atendia

os colonos, cujas residências e instalações se localizavam, e se espalhavam nos lotes coloniais ao redor de cada núcleo urbano planejado, seguindo as estradas pelas quais iam se constituindo as linhas.

“O início do povoamento ocorreu na seguinte ordem cronológica: Toledo, Porto Mendes, Porto Britânia e Porto Rio Branco (1946), Dez de Maio, Cerro da Lola e Novo Sarandi (1949); Vila Nova, Esquina Ipiranga, Linha São Paulo, Dois Irmãos e Nova Concórdia (1950); Sede Curvado, Vila Margarida, Quatro Pontes, Novo Sobradinho e São Miguel (1951); Marechal Cândido Rondon, Vila MARIPÁ, Nova Santa Rosa, Mercedes e Novo Três Passos (1952); Ouro Preto (1953); Pérola Independente (1954); Entre Rios (1959); São Roque (1960); Santa Fé (1961); São Luís do Oeste (1964); Boa Vista (1971). Da ocupação espontânea ou não organizada pela MARIPÁ, surgiram, entre outras, as localidades de: Ouro Verde, São Francisco e São Sebastião (1960); Luz Marina (1961) e São Pedro (1963)” (Silva, 1988, p. 91)

É importante destacar que, em 1946, começou o povoamento da sede (Toledo) e dos três portos fluviais do Rio Paraná. Isto significa que a hidrovia do Rio Paraná era importante desde o início do estabelecimento da colonizadora, ou seja, para o escoamento da madeira, principalmente, e para os contatos com o mercado Platino. Foi nestes locais que a colonizadora iniciou suas atividades e foi para eles que direcionou os primeiros povoadores. Merece atenção especial a proximidade das datas do início do povoamento das localidades situadas em diversos pontos da colônia. Isto denota uma ocupação como um todo das terras da companhia, o que foi possível pela atuação sistemática de agentes vendedores das colônias sob sua responsabilidade. Esta forma de ocupação proporciona uma valorização geral das terras e o desbravamento da colônia como um todo nos 20 primeiros anos. É, também, um dos motivos dos agrupamentos de acordo com seus locais de origem, uma vez que os administradores sempre teriam locais preferenciais para oferecer aos que chegassem.

Segundo Jayme Cardoso e Cecília Westphalen (Colodel, 1988, p. 216), a procura pelas terras da MARIPÁ foi extraordinária, de tal modo que, em 1951, as terras demarcadas já se encontravam vendidas ou compromissadas, tendo, até 1956, sido vendidas 9.618 colônias, restando, do projeto inicial, apenas 3.544 colônias à venda. Venilda Saatkamp (1984, p. 46.) afirma que, em 1951, já se considerava vitorioso este empreendimento colonizador. O sucesso teria sido atribuído ao fato de terem

sido escolhidos como colonizadores e primeiros compradores de terras pessoas de projeção nos núcleos coloniais no Sul do País, que iam sendo atraídos, seletivamente, por agentes comissionados. Werner Aulich, em estudo sobre os alemães no Paraná, publicado em 1953, destaca o rápido desenvolvimento de General Rondon, denominação mais antiga de Marechal Cândido Rondon, atribuindo o sucesso aos colonos e aos empreendedores, especialmente, Willy Barth.<sup>66</sup>

“Além disso, um clima de segurança reinava, entre os colonos em relação aos títulos de propriedade que haviam adquirido. Estes eram plenamente legais e, assim, evitou-se totalmente os problemas de terras que eram observados em outras áreas em colonização. Paralelamente, a companhia procurou montar uma infra-estrutura adequada para recepcionar as levas de colonos que diariamente chegavam ao Oeste Paranaense. Construíram-se galpões para abrigá-los nos primeiros dias, providenciou-se assistência médica, meios de transporte para encaminhá-los às futuras propriedades, etc. Também houve uma preocupação por parte da diretoria da companhia em alertar os colonos que não queimassem a madeira dos seus lotes” (Colodel, 1988, p. 215-216)

Os colonos costumam dar grande importância à titulação, ter a escritura registrada era uma providência urgente para quem adquirisse terra. Apesar deste cuidado, houve casos de problemas fundiários em Palotina, no Sudoeste do Paraná, em Porecatu.<sup>67</sup> As notícias de tais acontecimentos corriam nas

---

66 Wir lesen in einem Bericht: “Im Jahre 1951 wurde die Siedlung ‘General Rondon’ gegründet, an deren Aufbau ausschliesslich Deutsche beteiligt waren. Wer heute General Rondon sieht, kann es kaum begreifen, das hier vor kaum drei Jahren noch undurchdringlicher Urwald gestanden hatte. [...] Es ist hier alles im Werden, man produziert vorläufig noch für den Eigenbedarf, versucht es mit Bienen- und Geflügelzucht, rechnet aber damit, in etwa zwei Jahren mit einem Export beginnen zu können. Auch hier waren es Kolonisten, die ein Neuland erschlossen...” (AULICH, p. 151-152) Nós lemos num relato: “Em 1951 foi fundada a Colônia “General Rondon”, de cujo estabelecimento e desenvolvimento participaram exclusivamente alemães. Quem hoje visitar General Rondon mal pode acreditar que há três anos havia na região impenetrável mata virgem. [...] Tudo ali está acontecendo. Produz-se para as próprias necessidades, experimenta-se a criação de galinhas e a apicultura. E espera-se que dentro de dois anos possa ser iniciada a exportação. Também neste caso foram os colonos que desbravaram as terras novas.

67 Os casos de Palotina são conhecidos, pois a imprensa regional têm tratado deles e são mencionados em entrevistas com pioneiros.



colônias, servindo de alerta aos potenciais migrantes, o que exigia esforço redobrado dos colonizadores no sentido de darem mostras da seriedade e da consistência dos seus empreendimentos. A Constituição do espaço implicaria, além da concepção física, uma idéia de que seria um espaço seguro para aplicação de capitais e de recursos, para o estabelecimento da família, enfim, um espaço na plena legalidade. Isso tem implicações de seletividade, de descarte, de rejeição em relação aos “não adequados para a colônia”.

A projeção do espaço colonial da MARIPÁ pretendia fomentar a formação de uma área povoada por pequenos produtores familiares e de uma densidade populacional elevada, comparada com os padrões da maior parte do território rural brasileiro. Esta forma de organização do espaço rural repercutiu, diretamente, sobre a formação social posterior. Influenciou na organização da produção agrícola, na formação de núcleos populacionais, nas futuras cidades e vilas e na distribuição populacional. Foi elemento condicionante forte para que a vida colonial se manifestasse, posteriormente, da forma como será mostrado mais adiante neste trabalho.

Esta área, organizada desta forma, foi uma área de fronteira agrícola na qual ocorreu uma dinâmica intensa que provocou uma rápida mudança na densidade populacional (1956 - 3,62 hab/km<sup>2</sup>; 1960 - 9,09 hab/km<sup>2</sup>; 1970 - 40,99 hab/km<sup>2</sup> e 1991 - 55,03 hab/km<sup>2</sup>), indício de acontecimentos consideráveis a nível social, econômico, cultural. Essa dinâmica demográfica foi sintomática, pois acompanhou e interagiu com mudanças muito rápidas no espaço do Oeste Paranaense.

#### QUADRO 5 - DADOS DEMOGRÁFICOS DA ÁREA COLONIZADA PELA MARIPÁ

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1956	2720	27,35	7225	72,65	9945
1969	5926	23,74	19033	76,26	24959
1970	22175	19,68	90486	80,32	112661
1980	69825	48,36	74563	51,64	144388
1991	101959	67,41	49282	32,59	151241

Os problemas fundiários do Sudoeste foram pesquisados por Hermógenes Lazier (1986) e Maria Cristina Colagnini, (1991) e o caso de Porecatu por Elpidio Serra (1992).

VARIÇÕES DEMOGRÁFICAS						
ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	%
1956 -						
	3206	117,87	11808	163,43	15014	150,97
1960 -						
	16249	274,20	71453	375,42	87702	351,31
1970 -						
	47650	214,88	-15923	-17,60	31727	28,16
1980 -						
	32134	46,02	-25281	-33,91	6853	4,75
1991-						

Fonte: Quadro organizado por nós a partir de dados de Oberg, 1960 e dos Censos Demográficos de 1956, 1960, 1970, 1980, 1991 do IBGE

Fica evidente pelo Quadro 5 que fatos anteriores a 1970 tiveram um comportamento diferente e até contrário do que os fatos posteriores a esta data. Por exemplo, o percentual de população urbana decresceu antes de 1970 e cresceu depois; o percentual de população rural cresceu antes de 1970 e decresceu depois. A população total cresceu 355,38% entre 1960 e 1970, passando a crescer 28,16% entre 1970 e 1980 e, apenas, 4,75% entre 1980 e 1991.

As variações demográficas da zona rural, constantes no quadro 5, ressaltam sobremaneira ao observador. Entre 1956 e 1960, a população rural aumentou 163,43% (11.808 habitantes), entre 1960 e 1970, 375,42% (71.453 habitantes) e diminuiu 17,60% (15.923 habitantes) entre 1970 e 1980 e 33,91% (25.281 habitantes) entre 1980 e 1991.

Estes dados permitem destacar que efetivamente ocorreu um rápido crescimento populacional predominantemente rural e que logo estacionou e se tornou negativo. Demonstram que a população urbana teve, num segundo momento, também, um rápido crescimento. Esta dinâmica se relaciona com o papel da colonizadora que monopolizava muitas atividades, no início, as quais, aos poucos, passavam à iniciativa de outras pessoas e empresas que iam se estabelecendo nos emergentes núcleos urbanos. Observa-se, então, que este espaço, quase vazio no final da década de 40, em questão de três décadas se tornou um espaço povoado com uma incipiente malha urbana. Este desenvolvimento, mostrado na colônia da MARIPÁ, ocorreu em todo Oeste do Paraná no qual atuaram empresas semelhantes a esta. Projetou-se, pois, uma nova colônia que, efetivamente,

se tornou área colonial na qual foi se constituindo uma sociedade colonial. O planejado e o acontecido não são coincidentes, mas são muito próximos.

### 3.2 A ATUAÇÃO DA EMPRESA NA COLÔNIA

Além de projetar e de estruturar os espaços coloniais, as empresas tinham uma presença e uma atuação efetivas nas colônias. Esta presença e esta atuação, objeto de estudo desta parte no que se refere à MARIPÁ, tornam as empresas instituições de controle, de direcionamento e de referência nas colônias.

Quando, em 1946, um grupo de empreendedores de Porto Alegre e de outras localidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná fundou a MARIPÁ e adquiriu a área da Fazenda Britânia, logo foram adotados mecanismos que dinamizassem as atividades e trouxessem os mais diversos tipos de dividendos. Os sócios fundadores e diretores Alfredo Paschoal Ruaro, Willy Barth, Egon Brecht, Azeredo Bastian, Leonardo Júlio Pena, Luís Dalcanalle atuaram mais diretamente na organização da colonização, mas a Sociedade Anônima tinha a participação de investidores de diversas localidades dos três estados do Sul, predominando Porto Alegre, conforme pode ser verificado no Quadro 6.

QUADRO 6 - SUBSCRITORES DO CAPITAL DA MARIPÁ

Nome	Localidade	Estado	N.º de Ações
Adolpho Barth	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Alberto Dalcanale	Curitiba	Paraná	100
Albino Egon Dietrich	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alcides Heck	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alfredo Paschoal Ruaro	Farroupilha	Rio Grande do Sul	150
Amando de Mattos Miler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ângelo Pedro Cassol	Santa Maria	Rio Grande do Sul	25
Arthur Fischer, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	05
Augusto Bauer	Curitiba	Santa Catarina *	25
Caetano Célia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Carlos Frederico Walther	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Carlos Oscar Riter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20

Cid Marcondes de Albuquerque, Dr.	Curitiba	Paraná	95
Curt Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	120
Edgar Hugo Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	30
Edgar Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Egon Werner Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	60
Erich Walter Bueckmann, Dr.	Brusque	Santa Catarina	20
Ewaldo Henrique Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Felice Salvatore Cella	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Fernando de Azevedo Moura, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Guilherme João Fabbrin	Santa Maria	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Leopoldo Müller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Renaux, Dr.	Brusque	Santa Catarina	10
Gustavo Walter Bueckmann	Brusque	Santa Catarina	30
Henrique Pacini	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Herbert Muller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Hugo Beno Haase, Dr.	Tuparendi	Rio Grande do Sul	20
Iony Roehe Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ivo José Renaux	Brusque	Santa Catarina	10
João Wallig	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Carlos Augusto Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Guilherme Schilling	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
José Célia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Júlio Cezar de Souza Araújo, Dr.	Curitiba	Paraná	10
Júlio Gertum Azevedo Bastian, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	40
Karl Linder	Brusque	Santa Catarina	10
Leonardo Júlio Perna	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Luiz Dalcanale Filho	Joaçaba	Paraná*	50
Maurício Starosta	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10

---

\* Os casos assinalados com asterisco (\*) são apresentados na mesma redação no documento original. No caso de Luiz Dalcanalle Filho, sabe-se, que era de Curitiba no Estado do Paraná.

Otto Reginaldo Renaux	Brusque	Santa catarina	100
Paulo Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Saul Bés, Dr.	Buenos Aires	Argentina	25
Sebastião Penteadó Barcanchy	Curitiba	Paraná	70
Toledo Roberto Borne	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Victor Adalberto Kessler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Werner Diehl	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	05
Werner Erich Gros	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Werner Hunsche	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Willy Barth	Carazinho	Rio Grande do Sul	100
			1600

**FONTE:** Relação anexa aos ESTATUTOS DA INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, certificado em Porto Alegre em 13 de abril de 1946.

É possível verificar na relação nominal dos acionistas sua descendência de imigrantes alemães, a maioria, e de imigrantes italianos. Muitos deles eram de Porto Alegre, a Capital próxima da zona de colonização alemã do Vale dos Sinos e da zona de colonização italiana. Poucos eram de Curitiba e de outras cidades coloniais. Estes empreendedores do Rio Grande do Sul já tinham acumulado vasta experiência neste tipo de negócio nas fronteiras agrícolas<sup>68</sup>. Além da disponibilidade de capital, estes homens detinham uma consolidada rede de relações diretas com comerciantes, com padres, com pastores, com professores, com políticos da capital e do interior. Poderiam, com facilidade e quando conveniente, plantar notícias e reportagens em jornais, revistas e calendários dirigidos aos colonos. Eram homens de espírito colonial e capazes de influenciar colonos e seus conselheiros, líderes e protetores. Embora a noção espírito colonial esteja contemplado, de forma diluída, no texto, é pertinente alertar que o seu significado, aqui, representa o entendimento dos valores, das aspirações dos colonos. Significa, ao mesmo tempo, a capacidade de sensibilizar as famílias, de

---

68 Ver Kliemann (1986), Werlang (1992). Alceu Werlang fez um estudo da atuação de colonizadoras no Oeste de Santa Catarina, principalmente a Colonizadora Sul-Brasil. Evidenciam-se, no seu trabalho, os mecanismos de constituição deste empresariado atuante em negócios de madeira, de terras e de colonização.

verbalizar sonhos e objetivos, de produzir falas que sincronizavam com a memória euro-brasileira. Em síntese, eram homens que sabiam “lidar” com a questão colonial.

Oscar Silva (1988, p. 58) observa que

“filhos ou netos de imigrantes localizados no Rio Grande do Sul, alguns dos principais fundadores da MARIPÁ já eram pessoas afeitas a serviços de colonização. Diante disso, inicialmente foram distinguidos com diferentes missões administrativas três diretores: Alfredo Paschoal Ruaro ficaria encarregado do desbravamento e possível colonização, Egon Bercht trataria da parte financeira e contatos com o exterior, enquanto o Dr. Júlio Gertum Azevedo Bastian, por ser engenheiro, cuidaria do planejamento e das medições de terra”.

No momento da constituição da empresa, foram projetadas as ações possíveis do empreendimento e estabelecidos objetivos. De acordo com seus estatutos (art.2º), os objetivos da MARIPÁ eram:

- a) aquisição por compra e exploração das terras, campos e matas da ‘Fazenda Britânia’, com os respectivos prédios, instalações e benfeitorias, situada no Território do Iguazu, pertencente a Companhia de Madeiras del Alto Paraná, com sede em Buenos Aires, na República Argentina;
- b) extração, produção, industrialização, beneficiamento e comércio em geral de madeiras e derivados, inclusive sua exportação para os mercados estrangeiros;
- c) produção, industrialização e exportação da erva-mate;
- d) compra e venda de terras e colonização em geral;
- e) replantio em geral;
- f) agricultura e pecuária em geral;
- g) comércio em geral;
- h) a participação em qualquer ramo de indústria e comércio, a qual será resolvida a critério da diretoria e do Conselho Fiscal com a aprovação da Assembléia Geral” (Estatutos da Industrial Madeireira Colonizadora - MARIPÁ)

A MARIPÁ teve, entre seus objetivos, diversas frentes de atuação na colônia. Ela mesma construía estradas para poder escoar a madeira, no início, e para possibilitar a entrada dos colonos. Depois, mais tarde, para servirem ao trânsito das pessoas e dos produtos importados e exportados.

Os diretores estabeleceram um plano de ação concebido como sendo uma série de regras, estudos e combinações, apresentado resumidamente, com os seguintes pontos:

“a) ELEMENTO HUMANO:

A fim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptarem à região;

b) PEQUENA PROPRIEDADE:

Proporcionar a todo o agricultor que vier residir na “Fazenda Britânia”, a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares, trariam para a região, maior quantidade de gente.

c) POLICULTURA:

Garantir o perfeito equilíbrio econômico à região, dirigido à produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;

d) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO:

Na medida em que as terras forem sendo vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes centros consumidores;

e) INDUSTRIALIZAÇÃO:

Para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil, evitando que o ritmo normal da produção agrícola dependa de determinadas indústrias mantidas no litoral e evitando o desperdício de tempo e despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens”.<sup>69</sup>

(Relatório de atividades da MARIPÁ, 1960, p.3).

Vê-se que os três primeiros pontos estão imersos no espírito colonial dos diretores e empreendedores uma vez que o plano explicitava a vontade de povoar as terras com agricultores adaptáveis à região e à pequena propriedade destinada à policultura. Eis, pois, um plano de acordo com a criação do espaço colonial inserido numa economia regional e apto a se desenvolver pela industrialização a exemplo do que ocorrera com diversas colônias mais antigas. Neste espaço, além do retorno imediato dos investimentos, surgiriam novas possibilidades de negócios.

Para a consecução deste plano em terras a serem desbravadas, iniciaram-se, logo, atividades de desbravamento e foi providenciada a infraestrutura mencionada, em parte, nas páginas anteriores.

Kalervo Oberg (1960, p. 30) informa que os trabalhos de levantamento topográfico, da elaboração de mapas e de atividades

---

69 A documentação, neste último parágrafo, apresenta dificuldades de leitura por estar meio apagada, sendo, portanto, esta a redação mais provável.

iniciais de organização, mostrados no capítulo anterior, foram feitos em princípios de 1949. Iniciaram-se os trabalhos de levantamento de campo e do serviço cartográfico na base de contratos, com resultados insatisfatórios. A Companhia teve que formar o seu corpo próprio de assistentes técnicos e criar o seu escritório de cartografia e contratar agrimensores.

A MARIPÁ contratou, em 1952, um topógrafo, Arthur Mazzaferro, que veio de Porto Alegre, onde exercera, antes, a função de subtenente da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, tendo cursado topografia no serviço geográfico do exército. Ondy Niederauer, especialista de contabilidade de Porto Alegre, como já visto, foi contratado para chefiar os escritórios da empresa (Saatkamp, 1984, p. 34, 44 e 45). Estas informações são importantes porque permitem perceber que, além dos os sócios, os agentes e funcionários tinham vínculos e experiências em antigas regiões coloniais, facilitando seu trabalho de mobilização de migrantes colonos, potenciais compradores de lotes coloniais e futuros moradores da colônia. Uma vez tendo contribuído para a fundação de outras empresas colonizadoras em outros locais do Sul do Brasil e exercendo funções administrativas, intermediando a venda de terras, atuando no comércio, na indústria e no setor de serviços das colônias, puderam dar os encaminhamentos mais adequados aos intentos dos acionistas.

Na fase do pioneirismo (1946-50), quando a colonização começou, Alfredo Paschoal Ruaro foi o administrador responsável da MARIPÁ. De acordo com Oscar Silva (1988, p. 62), este era:

“Gaúcho de Farroupilha, aos trinta e três e trinta e quatro anos de idade, comerciante, ainda bem moço, portanto, Alfredo Ruaro já percorrera anteriormente regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como corretor de imóveis, usufruindo as comissões que lhe pagava uma empresa imobiliária catarinense. Não era, pois, um neófito em compra e venda de terras e de madeira”.

Em junho de 1946, Luiz Alberto Dalcanalle teria ajustado com João Ferreira, empreiteiro de derrubadas de mato e de comércio de madeiras, de Santa Helena, a derrubada de uma extensão de mata para a localização da futura cidade de Toledo. Contudo, esse acerto não foi levado a cabo, tendo que, depois, Zulmiro Ruaro arregimentar grupos de paraguaios, quando em disponibilidade, para executar serviços. Os mesmos foram contratados, também, para a abertura de estradas, seguindo antigas picadas (Niederauer, 1992, p. 58).

É interessante atentar para o relato de Oscar Silva (1988, p. 65), um dos primeiros prefeitos de Toledo, sobre o



desbravamento do município. Ruaro teria arrematado cerca de 200 pessoas em São Marcos, Rio Grande do Sul, a uma distância de mais de 900 Km das terras da MARIPÁ para virem à nova colônia ajudar nos primeiros trabalhos. A viagem, feita de caminhão, durou mais de um mês, de 18 de fevereiro a 27 de março de 1946, data de chegada ao local da futura cidade de Toledo. Na mesma época, Armando Müller, acionista da MARIPÁ, em relatório de viagem feita, provavelmente, de avião de Porto Alegre a Foz do Iguaçu, e feita depois de barco a Porto Mendes, de trem a Guaíra, de cavalos, de Porto Britânia a Toledo, a Cascavel, a Foz do Iguaçu, afirmou que

“é grande a dificuldade de obter trabalhadores para a construção da estrada. Os trazidos do Rio Grande, vão embora. Voltam com saudades da família ou vão a Londrina, onde está sendo construída uma estrada-de-ferro e os salários são melhores”<sup>70</sup>.

Em 25 de junho de 1946, juntamente com a terceira turma, que veio de caminhão Ford, ano 46, chegaram a Toledo “aproximadamente dez presidiários liberados da cadeia de Farroupilha, RS, que se haviam comprometido a prestar serviços em Toledo, em troca de liberdade” (Niederauer, 1992, p. 53). Ângelo Brogliato, colono pioneiro, em entrevista ao Museu Histórico Willy Barth, conta que

“daqueles presidiários que vieram com o terceiro grupo, ao terminar o ano tinham desaparecido quase todos. Ficou apenas o José Silva, nego muito bom, era tão pretinho que parecia azul, e, mais um vacariano de Vacaria. Os dois eram gente muito boa e muito trabalhadores” (Entrevista citada por Niederauer, 1992, 65).

Nestas informações e relatos se evidenciam a afinidade e a proximidade dos administradores da MARIPÁ com os responsáveis pela administração estadual rio-grandense. O fato de conseguirem liberar presos para os serviços na fronteira denota poder, influência e confiança. É sinal de que circulavam pelos setores de órgãos governamentais e que a colonização, no Paraná, era compartilhada pelos homens de poder no Rio Grande do Sul, sendo que a emigração dos colonos estava sendo acompanhada pelas autoridades. Sabe-se que a maioria dos sócios subscritores da empresa era de Porto Alegre onde deveriam ter suas atividades econômicas, sua inserção política e sua influência sobre ações e decisões de autoridades.

---

70 O relatório está no Museu Histórico Willy Barth de Toledo.

Como já foi visto, a colonizadora, por sua vez, optara por trabalhadores e habitantes diversos dos antigos ocupantes da área, sendo, portanto, neste caso, admissível a contratação dos “outros” para a realização de trabalhos de infra-estrutura só em situação de desespero (“auge de desespero”). Estes mesmos trabalhadores desempenharam funções importantes nos lotes coloniais quando os colonos precisavam desbravar suas áreas de terra e preparar o solo para a policultura de cereais e de leguminosas e para a criação de animais domésticos. Esta questão voltará a ser tratada mais adiante.

A infra-estrutura viária e urbana providenciada pela MARIPÁ, vista antes, se destinava a atender seus funcionários, os vendedores de terras, os visitantes e os colonos que iam chegando e se destinava a viabilizar suas atividades econômicas.

“Logo iniciamos, também muitas construções e, no fim do presente exercício já estavam ultimadas as seguintes: 10 casas destinadas à moradia; 5 para instalação de refeitório, hotel, armazém, escritório e ferraria, 1 grande para instalação provisória da igreja e escola e 2 depósitos. Já se encontram prontos os alicerces para outras dez. Para o abastecimento d’água desta incipiente vila foram construídos 5 poços” (Relatório da Diretoria da MARIPÁ de 31.12.1946)

Em fins de 1948, o traçado da cidade estava concluído e, em 1950, começaram as negociações para a criação do município de Toledo. Em 14 de dezembro de 1951, se efetivou a emancipação de Toledo. Vê-se que, também no Estado do Paraná, a articulação política dava resultados efetivos e viabilizava as concessões que iam sendo solicitadas. Emancipar um lugarejo recém-fundado, cuja vila se localizava na clareira da mata, implicava em ter trânsito político suficiente para convencer políticos e ter capacidade de obter reconhecimento como empreendedores. Significava, também, que o projeto do empreendimento, muito mais do que a realidade do projeto, estivesse em consonância com os propósitos do Estado. É bom lembrar que o governador era Moysés Lupion, cujas preocupações com relação à colonização já foram analisadas neste trabalho às quais se adequavam os propósitos da empresa.

“É importante destacar que Alfredo Ruaro tornou-se um dos maiores colonizadores do Paraná não só pela fundação de Toledo, mas por todo seu trabalho de pioneirismo, participando, direta ou indiretamente, através da Pinho & Terras, da fundação de municípios como: Santa Teresinha do Itaipu, Medianeira, São Miguel do Iguçu (antiga Gaúcha), Matelândia, Céu Azul e Palotina” (Silva, 1988, p. 67)

Dir-se-ia que se trata de um “fazedor de colônias, vilas, cidades e municípios”. Novamente, aqui, interessa ao historiador explicitar mecanismos, modos de agir e de conseguir do que tratar sobre a ação de determinado indivíduo. Interessa perceber, por outro lado, o perfil do colonizador e seu trânsito na “selva vegetal e na selva de pedra”. Neste sentido, o empreendimento do interior, da fronteira, estava em estreita articulação com a capital Curitiba, neste caso, e com Porto Alegre. Aqui estão manifestos os mecanismos através dos quais colonização, fronteira agrícola e colonos estão inseridos no contexto maior da dinâmica das transformações da sociedade brasileira e das ações orientadoras e controladoras do poder econômico e do poder político. A trajetória pessoal e as atividades de tais homens são possíveis de serem objeto de investigação do historiador uma vez que a vida de milhares de seres humanos foi o que foi em função destes homens, em função dos seus círculos de relações, em função das suas possibilidades de influenciar decisões políticas e da função dos seus empreendimentos e comandos.

O Relatório da Diretoria da MARIPÁ de 31 de dezembro de 1946, assinado pelos diretores Júlio G. A. Bastian, Egon Bercht e Alfredo Ruaro, destaca a abertura de 130 quilômetros de estradas, a construção de 4 pontes, 12 pontilhões, 20 bueiros. Em 1956, ou seja, dez anos depois, a Companhia tinha construído mais de 2500 km de estradas de terra. O município tinha, no mesmo ano, um trator e um trator-de-esteira para os serviços de conservação dessas estradas. Não havia estradas estaduais ou federais (Oberg, 1960, p. 31).

A Companhia dispunha, ainda, de três caminhões tanques, que transportavam gasolina, óleo diesel e querosene de Ponta Grossa, localizada a uns 500 quilômetros nos Campos Gerais e a 100 km de Curitiba, para a colônia. Também, instalou um sistema telefônico particular que interligava os escritórios na colônia e permitia contatos externos. A renda da Companhia provinha basicamente da venda de madeiras, de terras e da inversão de capitais em atividades econômicas locais.

Além desta infra-estrutura, a empresa atuou em outros setores. Em 1948, a MARIPÁ começou a construção de uma olaria a dez quilômetros de Porto Britânia (hoje inundado pelas águas do Lago da Itaipu Binacional) num solo

“constituído de altíssimo teor de bauxita, a matéria-prima para a fabricação de alumínio, e, misturada com outras argilas, sendo ótimo para o fabrico de tijolos, telhas e variedades outras de cerâmica. (Niederauer, 1992, p. 74)

### 3.2.1 *Madeiras*

A primeira serraria foi construída em 1947, seguida por outras. Havia, em 1956, em torno de 40 serrarias que serravam tábuas para o uso local e para a exportação. As maiores eram de propriedade da MARIPÁ, da Agro-Industrial do Prata Ltda e da Guaçu Agrícola Industrial. Estas empresas eram de capital majoritário da MARIPÁ e de seus sócios e eram autorizadas pelo Instituto Nacional do Pinho a serrar e exportar pinho para a Argentina e para o Uruguai.

A legislação proibia a exportação de pinho em toras. Exigia que o mesmo fosse serrado e, só depois, exportado. “Quanto à madeira de cedro e as demais madeiras de lei, conhecidas como madeiras duras, podiam continuar sendo exportadas em toras, também chamadas de roliços” (Niederauer, 1992, p. 85).

“O pinho é, geralmente, exportado sob a forma de tábuas, enquanto que a madeira de lei, sob a de toras. As serrarias particulares cortam a maior parte da madeira de lei em tábuas para serem vendidas no Brasil. As madeiras de lei mais comuns são: o cedro, o ipê, o louro, a peroba e a cabriúva [...] Em 1955, as três companhias acima mencionadas exportaram 3.755.695 pés quadrados de pinho serrado. A Companhia MARIPÁ, sozinha, cortou cerca de 7 milhões de metros cúbicos de madeira de lei” (Oberger, 1960, p. 35)

Oscar Silva (1988, p. 139) destaca que, além do pinho serrado, se exportava, também, madeiras de lei sob a forma de toras, com destaque para o cedro, o ipê, a cabriúva e o louro no período entre 1947 e 1958. O comércio interno da madeira prosseguiu, com certa intensidade, até meados dos anos 70. Zelmiro Gambin (Com Licença, 1988, p. 123) enfatiza que, aos poucos, iam aparecendo algumas casinhas e alguns chiqueiros e relaciona esta informação com a existência de muita madeira como pinho, marfim, canafistula, peroba, cedro, canela, grápia, louro e outras.



FOTO 1 - Fotógrafo Oscar Kaefer. Toras em cima de carroças com juntas de bois. Chácara que dá para os fundos do Hospital Rondon, prolongamento da rua Rio de Janeiro, 5.100 - Marechal Cândido Rondon - fev.1958. Foto cedida ao CEPEDAL por Artur Lohmann.



FOTO 2 - Fotógrafo Oscar Kaefer. Toras em cima de carroças com juntas de bois. Foto do acervo do CEPEDAL

As fotos 1 e 2 proporcionam imagens da exploração madeireira na colônia. Usava-se carroças puxadas por juntas de bois para transportar as toras.

Os cedros e madeiras duras, exportados em toras, mediam de 10 a 15 metros. Para o serviço de derrubada e de preparação da madeira era difícil encontrar trabalhadores dentro dos padrões

pretendidos pelos empreendedores. Eram contratados paraguaios, através de um líder de turma e combinava-se verbalmente o preço por metro cúbico de madeira abatida e preparada em toras e o preço por metro linear para abertura dos carregadores. Dava-se um “**adelantado**” (adiantamento), parte em dinheiro e parte em mantimentos, e algum material eventualmente necessário e solicitado pelo trabalhador.

“Chegando ao local, a turma de facão na mão ia abrindo o carregador, derrubando com machado as árvores menores e contornando as mais grossas a fim de facilitar a entrada posterior de trator e caminhões. Os trabalhadores paraguaios não utilizavam foice e nem serras. Valiam-se unicamente de facão e machado” (Niederauer, 1992, p. 93)

O fato de Niederauer mencionar o uso do facão e do machado, para o serviço de desmatamento, se deve à necessidade de diferenciar a maneira de trabalhar dos paraguaios e dos colonos. Significa que os paraguaios se utilizavam de instrumentos e de técnicas de trabalho diferentes dos colonos. Significa, também, que a modernização, vivenciada pelo autor da fonte e que logo se intensificaria na região, proporcionaria a introdução de novos utensílios de trabalho que diferenciariam as atividades mais recentes dos colonos das da época pioneira da colonização na região.

A MARIPÁ possuía de 9 a 12 tratores de esteira e duas motoniveladoras (patrolas), utilizadas na abertura de estradas, nas atividades de extração de madeiras e outros serviços. O transporte era feito, em épocas secas, em caminhões pertencentes, na maioria, à MARIPÁ, que possuía “de 20 a 25 caminhões da marca International, a gasolina, havendo também um ‘Dodge’ e um ‘Ford’ [...]. Todos eram providos de reboque atrelável” (Niederauer, 1992, p. 93-96). Também, eram utilizados caminhões particulares que começaram a atuar nas terras da empresa.

Em 1949, Ruaro foi substituído por Willy Barth no gerenciamento da Maripá. A trajetória empreendedora anterior de Barth o credenciava a assumir e desempenhar com competência as tarefas de administrador da empresa. Caixeiro viajante e filho de industrial nascido em Santa Cruz do Sul, tornou-se amigo de comerciantes de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Prata, São Marcos, Antônio Prado, Flores da Cunha, Farroupilha, Bom Jesus e outras localidades do Rio Grande do Sul. Abandonou as atividades de vendedor de tecidos para, em sociedade, fundar a Barth & Annoni no Oeste de Santa Catarina, com a finalidade de tratar de negócios de

terras, madeiras e colonização. Ali, participou da fundação da Vila Oeste, em 1940, denominada, posteriormente, São Miguel do Oeste, vindo a constituir-se em pólo regional do Oeste Catarinense (Werlang, 1992, p. 43). Foi um dos principais subscritores do capital da MARIPÁ, na qual exerceu o comando da administração local, envolvendo-se na extração da madeira e na execução do plano de colonização. Era, também, sócio da Colonizadora Matelândia Ltda.

A falta de capital da MARIPÁ para, rapidamente, montar serrarias e custear a produção de tábuas para a exportação, exigiu da direção, na pessoa de Willy Barth, a constituição de outras sociedades e formas de parceria para a exploração da madeira em tempo urgente e para rendimento imediato. Este procurou amigos madeireiros que lidavam nas costas do Rio Uruguai, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Fundou, por exemplo, a Agro-Industrial do Prata Ltda. Nesta empresa, a MARIPÁ participava com significativa parte do capital, entrando com pinheiros localizados nos arredores de Toledo e mais uma área de terras, na qual foi fundada a Vila Margarida do atual município de Marechal Cândido Rondon. Com o correr do tempo, a MARIPÁ foi adquirindo as quotas dos demais sócios desta firma, absorvendo-a com o término das exportações de madeiras. Um outro exemplo foi a fundação da Bue-Caé Industrial Agrícola Ltda., fundada por Willy Barth com amigos de Sarandi tendo como sócios os irmãos Ernesto e Profino Dall'Óglio, Flaminio de Lima Gosh e Willy Barth. Novamente, a colonizadora participou com terras de Novo Sarandi e com pinheiros. Ainda, foi fundada a Industrial Agrícola Britânia Ltda, também com antigos colegas de Willy Barth, alguns residentes em Uruguaiana no Rio Grande do Sul. Nesta firma, a empresa participou apenas com pinheiros. Em 1950, os irmãos Ângelo e Augustinho Donin construíram uma serraria. Nesta firma, a MARIPÁ não entrou com capital. Apenas contratou os serviços de serragem e fornecia os pinheiros, sendo que a serraria serrava à meia, e a MARIPÁ comprava para exportar. Os irmãos Donin vendiam a madeira de terceira categoria para o consumo local. Cabe alertar que, em terra de pinheiro e de madeira de lei, as construções de madeira e os móveis eram feitos de madeira de terceira categoria.

“Todo o produto destinado à exportação precisa sempre apresentar qualidades excepcionais exigidas pelo importador. Por isso a madeira, tanto de cedro e duras como o pinho serrado, recebia um tratamento muito especial, desde o seu abate até o carregamento ou o embalse” (Niederauer, 1992, p. 89)

Além das madeiras extraídas da terra da própria empresa comercializava madeiras de outras terras, sendo que a MARIPÁ construiu um porto de embarque de madeiras em Foz do Iguaçu, para escoar madeira adquirida em Corbélia, Guaraniaçu, Canta Galo, Laranjeiras do Sul e Guarapuava. A exploração e o comércio de madeira proporcionavam retorno imediato aos investimentos realizados. Por isso, a atuação da colonizadora extrapolou os limites da área da Fazenda Britânia para realizar o comércio madeireiro fluvial pelo rio Paraná e seus afluentes.

“O conjunto de empresas exportadoras pelo Porto Britânia, todas elas ligadas à MARIPÁ, (1953 a 1960) eram da Agro Industrial do Prata Ltda., a Bue-Caé Industrial Agrícola Ltda. e a Industrial Agrícola Britânia Ltda. Usando de sua estratégia, puderam, várias vezes abocanhar, para o Porto Britânia, uma quota correspondente a 10% do total das exportações de madeira de pinho serrado do Brasil” (Niederauer, 1992, p. 114)

O Porto Britânia tinha boa infra-estrutura com diversas instalações para servirem à exportação de madeira. O mesmo viria a ocorrer com Porto Mendes e com o Porto de Foz do Iguaçu.

### *3.2.2 Colonização*

Vê-se que as atividades empresariais da MARIPÁ precisavam ir além da venda de madeiras, uma vez que estas estavam em vias de se esgotarem em decorrência da voracidade da exploração madeireira. Sob a alegação de tornar suas terras em celeiro do Paraná, foram criados núcleos populacionais e implementada a organização sistemática da colonização. A mercantilização da terra se constituía na atividade econômica imediata mais promissora do empreendimento em função da impossibilidade de manter o ritmo do corte de árvores dos primeiros anos da atividade da empresa.

Conforme depoimentos de pessoas próximas a Willy Barth (Diva Barth, esposa, Lamartine Braga e outros funcionários seus), a sua estratégia era escolher lugares no Rio Grande do Sul, mandar agentes com a tarefa de conquistar colonos compradores de terra. Estes colonos-migrantes-camponeses transplantariam, como transplantaram de fato,

“do interior gaúcho para o Oeste Paranaense, núcleos homogêneos, segmentos inteiros, com a mesma vida social e econômica, para fundar um Novo Sarandi, uma Nova Santa



Rosa e outros novos distritos ou novos municípios” (Silva, 1988, p. 84).

Colonos oriundos de Santa Rosa, Sarandi, Três Passos, Concórdia, Sobradinho, municípios e localidades coloniais rio-grandenses e catarinenses, fundaram Nova Santa Rosa, Novo Sarandi, Novo Três Passos, Nova Concórdia, Novo Sobradinho e assim por diante. O mesmo fenômeno toponímico poderá ser observado na região do Alto Paraná, no Paraguai, no Mato Grosso e em Goiás, regiões de colonização posterior e que receberam grande número de migrantes do Oeste Paranaense e de muitas outras regiões coloniais do Sul do Brasil. Para os colonos das novas localidades, a nova identidade está assentada sobre a identidade antiga, cujas raízes estão na cidade natal. Morar em Novo Três Passos é morar com três-passenses vindos do Rio Grande do Sul.

Esta realidade alimentava o desejo de continuidade da pulsão migratória na medida em que o “novo” se constituía no “velho” renovado, possibilitando a reconstrução espacial. Diminuíam a sensação de perda e imprimia uma positividade de ganho (não-perda), resgatando e renovando que fora deixado para trás. Como já foi visto, a Companhia já havia providenciado condições e instalações mínimas para proporcionar uma chegada satisfatória aos colonos. Kalervo Oberg (1960, p. 30-31) informa que “havia casas residenciais para recém-chegados, onde poderiam ficar gratuitamente até construírem suas próprias casas”. A Companhia construiu, também, hotéis para serem arrendados. Os núcleos urbanos tiveram início como propriedade da MARIPÁ. Esta, depois, vendia lotes e edificações na medida em que os colonos iam chegando, construindo e se instalando nas colônias. Muitas vezes, a permanência dos que iriam para o meio rural se prolongava nos lotes urbanos, pois havia casos em que as medições das terras não estavam prontas e alguns colonos faziam primeiro suas roças e iniciavam construções para, depois, residirem no lote rural. Willy Helm reclama que não foi conduzido com a família ao lote combinado por ocasião da compra.

“Como toda a área das terras pertencia à empresa, competia unicamente a ela os trabalhos da implantação e do desenvolvimento da colonização, devendo no seu entender, recorrer até a influências políticas para conseguir vias de comunicação com o leste e acelerar a criação do Município e da Comarca. Passaria, depois para a fase derradeira, que seria o reinvestimento financeiro na agropecuária, na indústria e no comércio que tivessem sido desenvolvidos na área. Esta estratégia nos parece lógica, sabendo que seus acionistas eram

comerciantes, industriais e banqueiros” (Niederauer, 1992, p. 35)

### 3.2.3 *Outras Atividades*

Além da atividade madeireira e colonização, os colonizadores, também, se dedicavam a atividades comerciais e industriais. “Quanto à industrialização, a MARIPÁ começaria instalando carpintarias, serrarias, moinhos, oficinas mecânicas, funilarias e outros” (Silva, 1988, p. 90). No começo das atividades, em 1950, ela possuía um armazém geral, uma oficina mecânica, um escritório de topografia e um escritório central.

“Durante os primeiros estágios de ocupação, a MARIPÁ deu muita assistência e liderou os pioneiros. Firms privadas assumiram, subseqüentemente, a maioria das funções iniciais da MARIPÁ. Por exemplo, alguns funcionários da MARIPÁ e uma série de colonizadores formaram uma companhia separada denominada Empório Toledo e filiais em vilas distantes, assim como para estabelecer pequenas indústrias e outras empresas comerciais” (Müller, 1986, p. 133).

A Colonizadora teve, também, o papel de escolher, além de agentes, colonos com capital e capacidade técnica para investir em negócios comerciais e industriais e na prestação de serviços.

“É altamente significativo o fato de os colonizadores trazerem seus próprios capitais para Toledo [...]. Capitais fixos devem ser fornecidos pela agência para estradas principais, ferramentas e criação de gado, mas capitais adicionais para a construção de casas, limpeza da terra, construção de escolas, de hospitais e de estradas secundárias, geralmente estão em falta. Conseqüentemente, os pioneiros devem fornecer todo ou parte do capital para tais tipos de necessidades, e os colonos com seus próprios capitais podem reduzir enormemente o tempo gasto nos primeiros estágios do pioneirismo. As agências de colonização não permitem acreditar que fornecendo capital fixo, o sucesso surgirá automaticamente. Elas devem pelo menos fornecer parte do capital de trabalho também, ou escolher os colonizadores que tem este capital ou que podem obter empréstimos, como aconteceu com alguns dos colonos de Toledo” (Muller, 1986, p. 132).

Zedar Perfeito da Silva (1954, p. 27) diz que nos anos 50 e 51, 30 famílias saídas de Botuverá, 50 famílias do Distrito de

Vidal Ramos e 60 famílias do Distrito de Itaquá, levaram, além dos seus pertences, Cr\$ 400.000,00. Era normal que os colonos levassem as suas economias quando se mudassem para novas fronteiras agrícolas. Este era um capital inicial importante para o início dos investimentos coloniais. A soma de tais economias se constituía em fator dinamizador da economia da fronteira e, normalmente, se constituía em investimento com bom retorno, ressaltados os casos de especulação e de má-fé. É possível afirmar que, no caso da colonização em estudo, não eram somente os pobres que migravam, mas os colonos detentores de um pequeno capital e de um relativo espírito de empreendimento.

Isto possibilitou, então, que a Companhia, alguns dirigentes e colonos formassem o Empório Toledo Ltda. Ondy Niederauer (1992, p. 82) referindo-se à fundação do Empório, diz que Willy Barth

“com alguns funcionários e participação da MARIPÁ, mais alguns dos seus acionistas, fundou uma firma que denominou de Empório Tecido Toledo Ltda., ficando a gerência com Etério Arcângelo Ficagna, substituído, depois por Emílio Cazarin, que por sua vez, seria substituído, em 1951, por Egon Pudell”.

O Empório serviu para um amplo comércio de produtos coloniais e de bens importados para a colônia no próprio escritório da MARIPÁ, que era pequeno, mas assim mesmo, tinha espaço para o armazém. “Enchia de mercadorias - feijão, arroz, batatas, cebolas, charque, calçados, talheres, louças, bolachas, tecidos, roupas, salames, erva, café, queijos, e muitos outros gêneros - trazidas pelo caminhão do falecido Neco. Em pouco tempo não tinha mais nada” (Niederauer, 1992, p. 62).

Com loja central em Toledo e mais sete filiais na colônia, em 1956, seu capital era de Cr\$ 7.500.000,00<sup>71</sup>. Essas lojas compravam e vendiam alimentos e mercadorias em geral. Também compravam e exportavam produtos agrícolas (Oberg, 1960, p. 35).

Na gestão de Egon Pudell, chegou a ter quatorze filiais, sendo uma em Foz do Iguaçu e as demais na área da MARIPÁ. Em Toledo, funcionava um açougue anexo ao Empório, que, depois, foi vendido, dando origem a uma nova firma: Açougue Toledo Ltda. O Empório atuou, então, na venda de gêneros

---

71 Pelos nossos cálculos, equivalia a umas 2.500 hectares de terra na região, ou seja 94 colônias. Correspondendo ao valor das terras de hoje, equivaleriam a R\$ 25.000.000,00. É claro que o valor das terras subiu devido à infra-estrutura existente e devido ao desenvolvimento da Região.

alimentícios e na compra e revenda de cereais e de suínos. O feijão ia para o Rio de Janeiro, o milho era revendido para o consumo local e para Ponta Grossa, os suínos eram levados, para Ponta Grossa. Atuou, também, no incentivo do plantio e na compra de fumo para enfardá-lo e revendê-lo aos fabricantes de cigarros (Niederauer, 1992, p. 83). Tendo exclusividade de venda dos produtos das Indústrias Renner para a Região, o Empório representou um elo de relações com Porto Alegre, centro comercial e industrial mais importante que Curitiba e São Paulo para a Região Oeste no início da colonização. Pode-se supor que os comerciantes e os industriais, sócios e acionistas, intermediaram este comércio para fazer da nova colônia um mercado de produtos industrializados no Brasil Meridional.

Ter este armazém, no início, e fornecer estes produtos para os colonos e adquirir a sua produção excedente, estabelecia relações de dependência e de confiança entre os colonos e a colonizadora.

“Desta forma o Empório, além de fornecedor, passou a ser comprador dos excedentes, garantindo ao agricultor uma tranqüila colocação de suas safras. Egon Pudell, usando de todas as filiais do Empório Toledo, e Rubens Stresser, engenheiro agrônomo da Estação Experimental de Quatro Pontes, passaram a ser, com o apoio de Willy Barth, os maiores incentivadores, propagandistas e orientadores dos agricultores, na constante campanha pela policultura” (Niederauer, 1992, p. 83)

De Vila Concórdia, os pioneiros informam que “as ferramentas, o vestuário e a alimentação (café, querosene, sal, etc.) eram adquiridos em três casas comerciais existentes em Toledo: Empório Toledo Ltda., Comercial Oeste Paraná Ltda e mais outra” (Com Licença, 1988, p. 137). Esta Comercial Oeste Paraná Ltda. tinha a matriz em Cascavel e começou a atuar, em Toledo, através de uma filial, operando na mesma área do Empório Toledo Ltda.. Seus proprietários eram pessoas das famílias Ruaro, Dalcanale, Mezzomo e Perin (Niederauer, 1992, p. 84), ligadas por participações acionárias e de trabalho à MARIPÁ. Aqui, se percebe que a diversificação das atividades econômicas abria possibilidades de negócios aos acionistas da colonizadora e, ao mesmo tempo, proporcionava disputas entre os mesmos. A aparente harmonia da fase pioneira ia sendo ameaçada na medida em que a economia colonial se complexificava e permitia novas iniciativas e investimentos.

Willy Barth fundou a Auto Mecânica Toledo Ltda., com participação dele próprio, da MARIPÁ e de alguns acionistas da colonizadora.

“O mecânico Zulmir Longhi, é de Sarandi, no Rio Grande do Sul, veio um amigo de Willy, Antônio Mariotti, que passou a exercer o cargo de gerente [...]. A firma tinha o seu prédio na Av. Tiradentes, esquina nordeste com a Av. Maripá, e uma bomba de gasolina, na Av. Tiradentes, esquina sudeste com a rua Sete de Setembro. Hoje a maioria acionária é do grupo Dall’Óglio, e continua operando no mesmo ramo, agora com revenda da Volkswagen...” (Niederauer, 1992, p. 84-85).

O senhor Dall’Óglio foi um médico contratado pela empresa, cujo grupo, além de controlar a revenda da Volkswagen, tornou-se proprietário do Hospital Dall’Óglio.

Willy Barth já trouxera de Sarandi o grupo que participou da constituição da empresa Bue-Caé Industrial Agrícola Ltda. Agora trouxe a Mecânica Longhi, além do amigo Antônio Mariotti. Descendentes de italianos e de alemães, preferencialmente, mas não exclusivamente, vão constituindo empresas e vão investindo capitais e trabalho na colônia.

Interessa ao historiador atentar para a figura do administrador da empresa colonizadora e madeireira, Willy Barth, mas interessa, principalmente, perceber e evidenciar os mecanismos da constituição de sociedades coloniais. Os vínculos com antigas regiões coloniais eram de fundamental importância para que o administrador pudesse, com sucesso, realizar os empreendimentos que tornaria a colônia um espaço de desenvolvimento econômico e social nos moldes de outras regiões coloniais. Da mesma forma como migraram os colonos, migraram empreendedores e seus capitais. Iniciativas reprimidas nas antigas regiões coloniais encontraram espaço propício para criar e participar de empresas e realizar investimentos. Os administradores, como Willy Barth, com experiências em outros empreendimentos colonizadores e madeireiros, conheciam os mecanismos e os meios mais adequados para juntar esforços para que se conseguisse os melhores resultados econômicos e comunitários. Outro aspecto a se considerar é que o administrador, apesar da diversificação econômica e da participação diversificada, conseguiu manter a coordenação em torno do empreendimento da empresa colonizadora.

De um total de Cr\$ 36.000.000,00 investidos pela MARIPÁ, Cr\$13.000.000,00 foram empregados na criação de empresas comerciais e industriais. Nos seus empreendimentos, abria-se possibilidades de participação a qualquer pessoa. A empresa, ainda, participou da fundação da Beneficiadora de Madeiras Ltda.,

da Industrial de Máquinas Ltda. Criou, também, olarias. Assim, ela atuava em oficinas mecânicas para o reparo de máquinas, caminhões e carros, em carpintarias e fábricas de móveis, na extração e exportação de madeira, na venda de terras e em outros empreendimentos<sup>72</sup>. Percebe-se, então, que a colônia girava em torno do empreendimento colonizador da MARIPÁ e em torno do seu grupo administrador.

Para exemplificar e perceber os mecanismos de atuação e criação de empresas por parte dos dirigentes da MARIPÁ, pode-se atentar para um discurso de Ondy Niederauer, irradiado no dia 11 de outubro de 1956 (OBERG, 1960, p. 36) no qual ele vem trazer a público uma proposta para a construção de um frigorífico. Depois de exaltar a Companhia e o sacrifício empreendido pelos homens da empresa durante dez anos e se referir ao incessante trabalho dos colonos e mostrar que houve grandes progressos na região, diz que o Sr. Egon Bercht e o Sr. Willy Barth estudaram as possibilidades técnicas da instalação de um frigorífico em Toledo e concluíram ser a única solução para o problema do porco na região. O mesmo deveria ter a capacidade para o abate de 200 a 250 porcos por dia e de 10 a 25 cabeças de gado por dia. Para tal seria preciso a solidariedade do povo e os colonos deveriam participar para que o lucro do seu trabalho de desbravamento, de cultivo e de criação fosse dele e não dos frigoríficos de Ponta Grossa, de Curitiba e de São Paulo. Esperavam ter de 300 a 500 acionistas.

“Uma sociedade limitada é uma associação de pessoas [...]. Esse tipo de companhia só é recomendável quando o número de associados é pequeno[...]. O frigorífico pode ser também criado sob a forma de cooperativa [...]. Uma cooperativa, neste caso, não é aconselhável [...]. Chegamos à conclusão que o que queremos é uma Sociedade Anônima; cada pessoa será responsável somente pelas ações que venha a subscrever, podendo um acionista comprar quantas ações deseje, em seu próprio nome ou no de outra pessoa”.

Percebe-se, aqui, que o funcionário da MARIPÁ fala em nome da empresa, da comunidade, da colônia. Se “chegamos à conclusão que o que queremos é uma sociedade anônima”, é o que deve ser realizado na colônia. O que não é aconselhável está descartado e, portanto, a decisão está tomada. E continua o discurso:

---

72 Para maiores informações sobre esta forma de atuação da MARIPÁ ver Silva, 1988, p. 194-195.

“Uma vez decidido ser a Sociedade Anônima o que queremos, surge a questão de como estabelecer essa Companhia que instalará o frigorífico, o nosso frigorífico, o frigorífico de Toledo. Logo que o Sr. Egon Bercht iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul, várias entidades industriais e comerciais manifestaram o seu interesse em participar dessa empresa [...]. Queremos saber, em primeiro lugar, até que ponto o povo deste município está preparado para fazer investimentos. Só depois que nosso povo tenha se comprometido, é que o restante das ações será posta à venda em Porto Alegre. É por essa razão que queremos fazer um inquérito, que mostrará quanto cada habitante está disposto a investir [...]” (Oberg, 1960, p. 36-39)

Egon Bercht, no Rio Grande do Sul (morava em Porto Alegre), estaria garantindo o empreendimento e haveria interesse lá nas colônias antigas. Mas o que importava era a vontade empreendedora do povo da nova colônia. A referência é de 1956, momento pioneiro da fronteira agrícola, mas já se tinha condições de capitalização dos colonos, resultado dos seus investimentos e do seu trabalho produtivo, a produção agrícola e a criação já estava começando a dar os primeiros resultados. Este capital, agregado às economias trazidas pelos colonos, deveria ser captado e direcionado para empreendimentos em torno da MARIPÁ e sob o controle dos seus administradores.

Vê-se, pois, que se propunha a união, a solidariedade, mas em torno da empresa e dos seus homens. Esta teria função aglutinadora e os colonos, para serem bons colonos, teriam que acatar decisões que já estavam prontas. A conclusão a que se chegou é que o frigorífico teria que ser instalado a partir da criação de uma Sociedade Anônima. Esta forma de organização possibilitava a participação da Colonizadora, de seus acionistas, de seus agentes e funcionários, como dos colonos. Desta forma, começaria a surgir o embrião de uma elite econômica na colônia em torno do empreendimento colonizador da colonizadora através da diversificação de atividades para criar elos e compromissos entre os homens de iniciativa em torno de um núcleo coordenador. Este núcleo coordenador mantinha estreitos laços com Porto Alegre e com as localidades de origem dos colonos de onde, também, poderiam ser captados capitais a serem investidos em empreendimentos na nova colônia. Não querer investir significava não querer o progresso na região. Investir significava, fundamentalmente, estar com o grupo dominante, estar de bem e estar comprometido com o mesmo. Quem estava propondo era Willy Barth, alguém de carisma, de confiança. Alguém capaz de sensibilizar os agora toledanos bem como os “colonos do Sul”.

Este tipo de empreendimento, de fato ocorreu, tanto que Keith Derald Muller (1986, p. 112) nos informa que, em 1970, a MARIPÁ já possuía um estabelecimento de embalagem de carne com 50 empregados, em Marechal Cândido Rondon, abatendo em torno de 100 suínos por dia. Na época, havia planos de expandir o abate para 300 suínos por dia. O Frigorífico Pioneiro teve criação semelhante em Toledo e, mais tarde, se tornou a unidade mais importante de abates de suínos e de aves da Sadia<sup>73</sup>.

Esta interdependência entre os empreendedores das colônias e os colonos se aprofundava, pois aos colonos interessava ter mercado para a sua criação e para a sua plantação e era desejável que os homens de espírito colonial garantissem o mercado para a sua produção.

### *3.2.4 Outras Formas de Atuação e de Presença*

A MARIPÁ também prestou assistência aos colonos na agricultura, na medicina, na educação, na religião e no bem-estar social. Já em 1951, contratou o agrônomo Dr. Rubens Stresser, de Curitiba, para estabelecer um sítio experimental e realizar experiências com variedades de trigo, fumo, oliveiras e árvores frutíferas. Construiu chiqueiros modelos para melhorar a criação de suínos. No que tange à assistência médica, a Companhia contratou um médico, construiu e equipou um hospital em Toledo (Casa de Saúde e Maternidade de Toledo) e ajudou a construir outro em Marechal Cândido Rondon (Hospital e Maternidade Filadélfia). Construiu escolas, pagava salário aos professores. Depois, algumas destas tarefas passaram ao Município de Toledo e aos outros municípios que foram criados. No início, os colonos usavam os escritórios da MARIPÁ para realizarem seus encontros religiosos. A empresa ajudou na estruturação de espaços para as atividades religiosas, doando terrenos e material para a construção de igrejas e ajudou, também, financeiramente nos investimentos comunitário-religiosos (Oberg, 1960, p. 40-41). Ela trouxe o padre Patuí e as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paula e construiu a primeira Igreja. Faltavam locais e estruturas específicas para atividades recreativas, sendo que estas eram desenvolvidas em torno das estruturas das igrejas e das escolas pelo interior da colônia.

No entanto, na sede da colônia, pôde ser criada uma estrutura específica para atividades culturais e de lazer “uma vez que a Companhia veio em auxílio do povo, construindo o



Clube Comercial, que possui a única biblioteca pública do Oeste do Paraná, além de um salão de baile, um bar e uma mesa de biliar”. Doou também, terrenos para construir um estádio de futebol e “para o hangar de um aeroclube, próximo ao aeroporto” (Oberg, 1960, p. 41).

Até interveio quando havia desentendimentos entre os moradores.

“Muitas dessas brigas são resolvidas sem que seja necessário se recorrer à justiça. A Companhia manda um de seus funcionários para a vila ou fazenda onde se apresenta o problema. Esse homem reúne os disputantes e, depois de ouvir os dois lados da questão, em geral pode resolvê-la satisfatoriamente” (Oberg, 1960, p. 42)

A diversidade das ações da madeireira e colonizadora proporcionou, por um lado, uma dinâmica que exigia dos administradores demonstrações de saúde gerencial e de saúde financeira aos acionistas. Muitos destes, por sua vez, aguardavam rendimentos e dividendos. Em 1958, a empresa enfrentou uma crise nas relações entre os acionistas, tendo decidido distribuir as ações entre os sócios no forma de colônias de terras.

#### QUADRO 7 - ACIONISTAS DA MARIPÁ EM 1958

N.º	NOME DO ACIONISTA	N.º DE AÇÕES
001	Adelino Formighieri	82
002	Adelqui Formighieri	83
003	Alberto Dalcanale	7.425
004	Albino Egon Dietrich	429
005	Alcebiades Formighieri	82
006	Alcides Heck	429
007	Alfredo Paschoal Ruaro	6.666
008	Almerinda Teixeira Pacini	363
009	Almiro Formighieri	83
010	Amábile Tomazi Formighieri	83

011	Ângelo Pedro Cassol	990
012	Armando Da Mattos Miller	330
013	Arno Rodolfo Haase	165
014	Arthur Fischer	281
015	Astrid Renaux	1.650
016	Atilio Formighieri	82
017	Bernardino Zelindo Barbieri	83
018	Caetano Célia	330
019	Carlos Frederico Walther	825
020	Célia Pacini de Andrade	380
021	Cid Marcondes de Albuquerque	429
022	Clécio Zenni	36
023	Cleny Maria Becker	134
024	Cristiano Huber Filho	165
025	Curt Bercht	7.062
026	Dagmar Sylvia Renaux	206
027	Diva Margarida Becker Zenni	132
028	Domingos Alves da Silveira	37
029	Edgar Hug Bercht	1.254
030	Edgar Ritte	330
031	Edmundo Descheimer Kessler	330
032	Egon Werner Bercht	3.934
033	Erich Walter Bueckmann	660
034	Eugênia Bohrer Ritter	660
035	Ewaldo Henrique Ritter	495
036	Felicio Salvador Célia	660
037	Fernando de Azevedo Moura	1.815

038	Fernando Descheimer Kessler	330
039	Ficagna Etério Arcangelo	83
040	Frederico Barletta Célia	165
041	Gastão Frein	198
042	Gerhard Louis Júlio Wetzel	198
043	Giacomo Fornazari	462
044	Guilherme João Fabrin	330
039	Ficagna Etério Arcangelo	83
040	Frederico Barletta Célia	165
041	Gastão Frein	198
042	Gerhard Louis Júlio Wetzel	198
043	Giacomo Fornazari	462
044	Guilherme João Fabrin	330
045	Guilherme Renaux	330
046	Hélia Pacini	330
047	Helia Valeria Alberts	220
048	Herbert Müller	1.045
049	Hugo Adalberto Kessler	330
050	Hugo Benno Haase	660
051	Ilza Kessler Caldas	330
052	Iony Roeche Bercht	495
053	João Carlos Renaux Bauer	33
054	Jorge Carlos Augusto Fayet	759
055	Jorge Guilherme Schilling	825
056	José Barletto Célia	165
057	José Francisco Becker	134
058	Júlio Gertum de Azevedo Bastian	1.980

059	Leonardo Júlio Perna	2.632
060	Leopoldina S.A. - Administração e Comércio	924
061	Luiz Dalcanale Filho	2.079
062	Maria Luiz Renaux	1.650
063	Marino Soares	19
064	Maurício Strosts	330
065	Odílio Lourenço Barbieri	165
066	Ondy Hélio Niederauer	36
067	Paulo Fayet	858
068	Pedro Formighieri	82
069	Raul Bés	1.884
070	Rodolfo Renaux Bauer	198
071	Roberto Diehl	220
072	Rosalino Estevão Barbieri	165
073	Severino Barbieri	231
074	Toledo Roberto Borne	825
075	Waldir Luís Becker	132
076	Werner Diehl	99
077	Werner Katz	99
078	Werner Erich Gros	312
079	Willy Barth	3.641
080	Zita Kessler Antunes da Cunha	330
081	Zulmir Antônio Ruaro	660

**FONTE:** Quadro montado por nós a partir de dados da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da MARIPÁ, realizada em 26 de dezembro de 1958.

O Quadro 7 feito a partir dos dados da ata da Assembléia Geral Extraordinária da MARIPÁ em 1958, evidencia que os sócios subscritores mais importantes continuaram tendo seu peso na MARIPÁ tendo havido, no entanto, a saída e a entrada de acionistas. Em 1958, a empresa já tinha negociado a quase totalidade dos lotes e a distribuição feita proporcionou aos acionistas a aquisição de áreas maiores, permitindo negociações entre os mesmos e a venda de conjuntos de colônias ou a continuação da venda de lotes isolados. No entanto, como se viu, já tinha ocorrido a venda da maioria dos lotes, garantindo uma estrutura fundiária colonial e a presença significativa de colonos. Mas esta distribuição e este comércio de lotes contribuíram para a criação de uma ou outra fazenda com áreas de 5 a dez colônias. Isto ocorreu, por exemplo, no atual distrito de São Roque, que fica no extremo sul da colônia. Ocorreu, também nas proximidades da cidade de Toledo, onde existe ao lado do aeroporto uma fazenda bem valorizada. Estas são fazendas em torno de 100 hectares nas quais se criam algumas cabeças de gado, tem um pequeno reflorestamento, não sendo, portanto, fazendas de tamanho de tradicionais fazendas do interior do Brasil.

Em 19 de abril de 1963, Paulo Gbur, Gerente-Procurador da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., apresentou uma Explanção Resumida das Atividades da MARIPÁ, período 1946-1962 (ver Explanção), mencionando três fases “do círculo evolutivo da MARIPÁ naquela região, acompanhando *pari passu* o seu desenvolvimento”. A primeira fase é caracterizada como o início da colonização, em que se teve que “criar todos os departamentos necessários à sua expansão e que oferecessem um mínimo de segurança e suprimento essencial à sobrevivência dos pioneiros e primeiros colonos”. Foram, então, instalados “armazéns, ferrarias, mecânicas, almoxarifados, redes elétricas e tudo o mais necessário às diversas vilas”. Também foram assumidos “diversos compromissos morais e materiais”. Na segunda fase foi efetivada a “emancipação de diversos departamentos, transformando-os em Sociedades com orientação, participando, porém, em parte e administração”. Isso permitiu resolver, em parte, “compromissos morais com antigos funcionários e colaboradores”, que foram convidados a participarem das novas sociedades. Foram criados o Empório Toledo, a Auto Mecânica, a Industrial de Máquinas e outras sociedades. Na terceira fase, “havendo sido influenciada grandemente pelo desenvolvimento que a Companhia deu à região, “sob a sábia e experiente orientação do nosso pranteado” diretor Willy Barth,

“houve a criação de diversos municípios uma vez que a colônia já alcançara um bom desenvolvimento. Sabemos perfeitamente e queremos salientar mesmo, que grande parte da decisão ou orientação nesse círculo evolutivo obedeceu ditames de caráter social, econômico e político local, em virtude da larga expansão da colonização desta sociedade e conseqüentemente da própria região”.

O documento continua e detalha as atividades com relação à exploração da madeira, à colonização, e à administração. Considerando a distribuição das colônias entre os acionistas e a conseqüente redução da receita advinda da venda de terras, “na parte de atendimento de vilas, quanto à energia elétrica, água, escolas, etc., obrigatórias na primeira fase, com o desdobramento dos municípios (terceira fase) pretende a empresa e já ofereceu às Prefeituras a transferência” de máquinas, de motores e de instalações das vilas, transferindo, dessa forma, tarefas e responsabilidades onerosas. No que tange a estradas, a orientação era a de proporcionar uma equipe mínima de tratores para trabalhar em colaboração com a maquinaria das Prefeituras onde fosse do interesse dos municípios, e assim conseguir também essa “colaboração onde houverem inadiáveis compromissos antigos da sociedade ou interessarem à produção ou exportação de madeiras”.

“Anteriormente era mais barato e prático adquirir a madeira serrada para exportar, em virtude de haver na região um único mercado e poucos exportadores, para absorver a produção de grande quantidade de serrarias de baixo nível de mão-de-obra, com bois de canga, etc., em contraposição com as despesas de manutenção de serrarias próprias montadas, maquinaria, tratores, turmas de mato, estrada e produção. Além do que com quota livre para exportação e bonificações sobre preços oficiais, permitiam-se situações financeiras folgadas”.

O documento (Explicação) menciona as restrições de quotas impostas pelo Instituto Nacional do Pinho, o câmbio oficial e o congelamento dos preços no mercado argentino, como fatos que diminuíram as receitas da atividade madeireira. “[...] obrigaram, mercê do desenvolvimento da região, a um extravasamento da produção para o mercado nacional, surgindo assim, nos grandes centros, o conhecimento de um Eldorado até então encoberto por distâncias, precárias vias de comunicações, etc”. Recomendava-se, então, que se voltasse à produção própria de madeira e se deixasse de adquirir madeira para ser exportada. Administrativamente, tem-se transferido para as Prefeituras setores e funções da colonizadora. Se chamava o

setor público para assumir tarefas que iam surgindo. Aí a questão político-partidária adquiria importância. Egon Pudell mesmo administrando bem o Empório de Tecidos Toledo Ltda, deveria ser o prefeito, porque Willy Barth achava, na época, que, naquele momento, isto seria mais importante. Funcionários, agentes vendedores de terras foram escolhidos pelos administradores da empresa para serem vereadores. Waldi Winter conta que, quando foi candidato a vereador, Barth lhe pediu que arrumasse determinado número de votos para outro candidato que os precisaria para se eleger. Após a apuração, a referida urna continha os votos solicitados pelo líder e providenciados pelo candidato Winter. Máquinas e funcionários foram para as prefeituras, tendo-se “promovido a venda de maquinário e efetivado acordos com pessoal de serviço, muitos com estabilidade funcional”.

A MARIPÁ estava junto nas articulações para emancipações, negociava maquinários, “alocava” políticos e funcionários nas prefeituras. Quer dizer, repassava atribuições, que antes eram suas, para o setor público municipal e estadual para poder melhor continuar a “estar” na região<sup>74</sup>. A diretoria promoveu conversações sobre transferências de diversos serviços já instalados de usinas, redes elétricas, telefônicas e água, cadeias, delegacias, escolas, às prefeituras

“Efetuou em Toledo a complementação dos registros faltantes de perímetros anteriormente registrados na Comarca de Foz do Iguaçu. Ordenou a execução de diversos mapas copiativos faltantes. Entabulou negociações para um contrato de colonização, infelizmente denunciado em fase final, pelos segundos interessados. Ordenou e está executando a recuperação de máquinas e tratores. Idem, a recuperação de serrarias. Está finalizando negociação para novo contrato de empreitada de serrarias em bases mais amplas de produção. Ordenou a execução, já em fase de conclusão, por parte da coligada Agro Ind. do Prata Ltda., de uma ponte de material sobre o Rio São Francisco, há muito reclamada, permitindo acesso aos perímetros 43o e 44o, e iniciando igualmente a reconstrução, pela mesma firma, de sua serraria sinistrada em fins de 1962. Já requereu para exame e legalização, certidões dos registros de suas serrarias, tão necessários ao plano de produção. Pretende executar, com a possível brevidade e exatidão, um levantamento da reserva florestal disponível” (Explicação)

A Explicação terminava enfatizando que as perspectivas de bons resultados para o exercício financeiro vindouro não eram

as melhores e solicitava “um voto de confiança e irrestrito apoio”, prometendo os “melhores esforços administrativos para possibilitar melhores resultados futuros”.

Esta explanação teve um caráter de prestação de contas aos acionistas e de proposição dos desdobramentos empreendedores para superar o impacto do repentino falecimento de Willy Barth, em 1962. Ela permite uma leitura dos registros do ocorrido no empreendimento e das justificativas das ações dos administradores, apontando para uma transição para uma fase em que instituições públicas e privadas se estabeleciam na colônia. Toledo se emancipara em 1951, Marechal Cândido Rondon, em 1960. Fazer destes dois Paços Municipais ambientes propícios para a presença e para o controle da MARIPÁ era tarefa importante, naquele momento, para que a atuação da empresa e, principalmente, a dos homens ligados a ela, no âmbito da política, e, conseqüentemente, no âmbito da economia e da cultura, continuasse forte e, na medida do possível, tranqüila. Diversos funcionários das duas prefeituras obtiveram seus cargos por influência dos homens da colonizadora (Scheid, 1997) e na medida em que fossem confiáveis aos mesmos.

Pode-se concluir que a atuação da empresa madeireira e colonizadora teve, o caráter de controle, de participação e de envolvimento nas atividades na colônia. Na medida em que a colonização avançava, os administradores adotavam novas formas de atuação e de investimentos em atividades industriais, comerciais e de serviços, criando novas empresas e participando da estruturação das infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento das atividades religiosas, educacionais, recreativas e outras. Foi mostrado um conjunto de preocupações, cuidados e atividades que contribuíam para a manutenção da hegemonia da MARIPÁ e de seus homens se prolongasse em diversos setores. Foram ressaltados mecanismos de atuação de administradores da colonizadora. Enfim, foram evidenciadas as relações empresa e vida colonial.

### 3.3 A ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DOS COLONOS

Está ficando claro que a colonização empreendida pela MARIPÁ teve caráter seletivo e de opção por determinados colonos e que isto ocorreu, também, com outras colonizadoras. Esta forma de proceder se deveu a exigências de conotação econômica e se deveu a valores culturais e a preconceitos dos administradores e dos próprios euro-brasileiros que colonizaram a região. Se deveu, também, aos tratamentos que colonos, etnicamente



identificados, recebiam nos lugares que não eram lugares de colonos italianos, de colonos alemães, de colonos poloneses. Além de euro-brasileiros, eram teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, etc.

Pretende-se abordar as preocupações da empresa com relação aos colonos ideais e à origem dos colonos que se instalaram na colônia. Os dados e apreciações sobre os mesmos referentes a esta colônia podem se assemelhar, mais ou menos, a grande parte do Oeste Paranaense, colonizada no mesmo período.

O termo **origem** é carregado de uma conotação especial entre os administradores da empresa e entre a população da região. O termo tem a ver com o local de nascimento e, neste caso, o local de nascimento deveria ser uma antiga colônia. Isto implicaria numa origem remota européia, ou seja, a caracterização euro-brasileira. Este termo, nesta acepção, soaria, agradavelmente, aos colonos.

No que se refere ao elemento humano, o discurso apresentado no Plano de Colonização e nos relatórios da MARIPÁ propunha povoar a área com agricultores adaptáveis à região, acostumados ao clima. Dar preferência ao agricultor nacional, trazido do Sul do Brasil e “não propagar ruidosamente a necessidade de gente, a fim de não atrair elementos aventureiros” (Silva, 1988, p. 88), era recomendado. Volta, novamente, a consonância dos anseios da colonizadora com os discursos dos governantes do executivo paranaense.

A adaptabilidade à região, aparentemente, implicaria numa adaptação ao local no que concerne ao clima, à vegetação, ao solo e ao relevo. No entanto, o que, de fato, se intentava era a busca do elemento humano que pudesse contribuir na construção da “região”, do espaço.

A estratégia foi não usar de divulgação aberta e para um público alvo indiscriminado e sim direcioná-la a grupos específicos. Keith Derald Müller (1986, p.93) entende que

“não foi usada publicidade para atrair os colonos, e os aventureiros e especuladores de terra foram evitados. Mais precisamente, a Companhia recrutou os fazendeiros mais eminentes assim como pequenos comerciantes para estabelecer um núcleo estável para troca e transporte de mercadorias. Os primeiros fazendeiros limpavam rapidamente a terra e iniciaram a produção agrícola. Esperava-se que os primeiros colonizadores estimulassem outros fazendeiros a fazer o mesmo. O plano da Companhia era de que os bons pioneiros recrutassem outros, seguindo a teoria de que a qualidade atrai qualidade. [...] O fato de a MARIPÁ ter

restringido a escolha de seus colonos a grupos culturalmente homogêneos é altamente significativo. [...] o progresso é muito mais rápido em zonas pioneiras onde as pessoas são culturalmente homogêneas do que em locais de grupos mistos. Isso é compreensível, pois as pessoas da mesma origem têm confiança entre si e trabalham juntas mais facilmente. Inicialmente, a cooperação acelera a construção de casas, estradas, escolas e hospitais, compra de equipamentos e venda das colheitas. Posteriormente, as colônias homogêneas formam cooperativas convencionais”.

Vê-se que as observações de Keith Derald Muller, feitas em 1970, retomavam termos dos discursos dos governantes vistos, anteriormente, nesta pesquisa. “Aventureiros e especuladores de terras” foram mencionados por Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha. Estes não eram bem-vindos às colônias do Paraná. Por isso, teriam que ser atraídos “os fazendeiros mais eminentes”. Este discurso tem uma lógica econômica respaldada em valores entre os colonos sulistas. Os colonos se dispunham a migrar para áreas nas quais os projetos de colonização e a realidade comprovassem que os anseios de organização social e de construção de vida familiar e individual pudessem ser concretizados. Estes anseios cultivavam um profundo espírito colonial.

O recrutamento deste grupo de pessoas permitiu que os responsáveis pela colonização e pela organização da vida na fronteira tivessem trânsito fácil nas antigas regiões coloniais, nos gabinetes dos políticos e na própria colônia nova, uma vez que o universo de valores e de conhecimentos eram semelhantes. Isto proporcionava, por um lado, facilidades para a construção da liderança e para a administração da dinâmica colonial que ia sendo incrementada. Possibilitava, por outro lado, justificar a negação do outro, do sem origem, que implicava em evitar a sua vinda e, se estivesse presente, caracterizá-lo como intruso, inconveniente e não-adequado, que mereceria um tratamento especial.

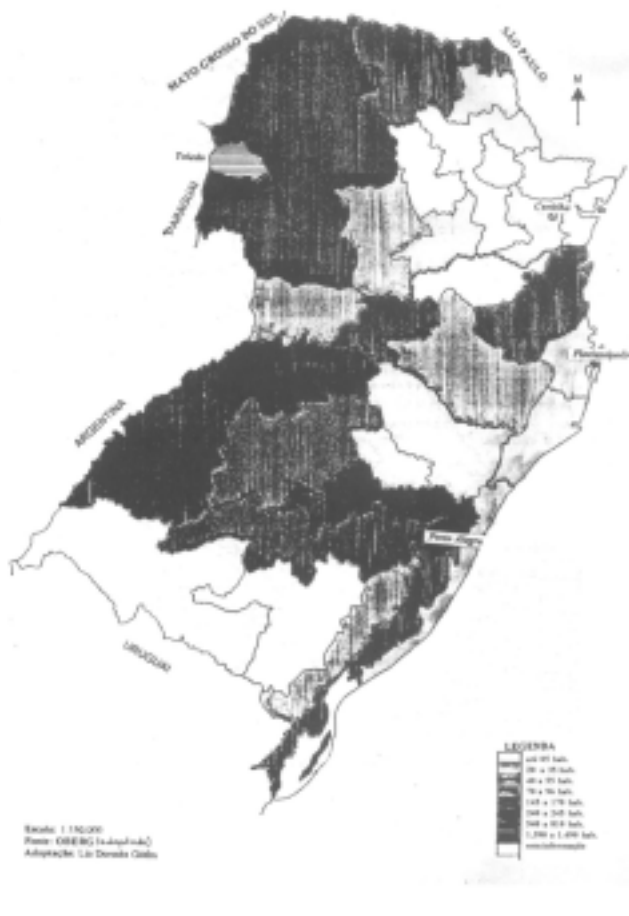
Mais de 75% dos pioneiros de Toledo e de três municípios adjacentes eram descendentes de alemães e de italianos. Kalervo Oberg (1960, p.36) informa que 85% dos colonizadores de Toledo nasceram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, segundo pesquisa feita em 1956. A mesma mostrou que 53% dos sobrenomes das famílias eram alemães, 20% italianos, 19,3% portugueses, 5,2% eslavos e 2,5% espanhóis. Nos municípios vizinhos de Toledo (ao Norte e ao Nordeste), a origem dos habitantes era, na maioria, não sulista, ou seja, paulista,

mineira, capixaba e nordestina. As terras da antiga Fazenda Britânia se limitavam a Norte e Nordeste com áreas colonizadas com migrantes vindos do Sudeste do Brasil, sendo uma continuidade do fluxo migratório responsável pela colonização das regiões de Londrina e de Maringá onde predominaram os colonos “sem origem” sob o ponto de vista dos colonos euro-brasileiros da Região Sul do Brasil. Têm-se espaços bem nítidos que caracterizam as diferenças destas duas ondas colonizadoras, cujos limites separam áreas destinadas para migrantes selecionados, evitando-se a vinda do outro e buscando a eliminação do outro motivo.

MAPA 3 a - Zonas Fisiográficas da Região Sul: Procedência dos Imigrantes do Município de Toledo, em 1856



MAPA 3 b - Zonas Fisiográficas da Região Sul: Procedência dos Imigrantes do Município de Toledo, em 1856



Diversos dados e diversas fontes mostram que a delimitação étnico-cultural foi realizada de uma forma competente e que marcou a região. Os próprios migrantes manifestaram tais desejos, sendo que os novos habitantes introjetaram este espírito de segregação. A nova terra seria exclusiva para colonos escolhidos. Esta conotação, apesar de mudanças ocorridas na região, continuou a se manifestar fortemente em décadas posteriores.

Esse caráter seletivo pode ser confirmado com os resultados de um levantamento feito em registros de casamento de um cartório de Marechal Cândido Rondon (Registros)<sup>75</sup>. Foram pesquisados dados de casamentos ocorridos entre 1955 e 1965 e entre 1975 e 1985. Na primeira década, 1955 a 1965, os casamentos, em sua absoluta maioria aconteceram entre pessoas que migraram para o local, pois a colonização aconteceu a partir do início dos anos cinqüenta. Na segunda, 1975 a 1985, foram registrados mais casamentos de pessoas já nascidas na Região Oeste.

QUADRO 8 - ORIGEM DOS CÔNJUGES DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - 1955-65 E 1975-85

<b>Estado</b>	<b>1955-65</b>	<b>1975-85</b>	<b>total</b>	<b>%</b>
PR	87	404	491	14,5
SC	504	206	710	20,9
SP	18	43	61	1,8
RS	1419	453	1872	55,2
BA		23	23	0,7
MG		77	77	2,3
Outros	84	72	156	4,6
Total	2112	1278	3390	100

Fonte: Registro de casamento do Cartório Nardelo de Marechal Cândido Rondon.

O quadro 8 mostra que a grande maioria dos cônjuges registrados entre 1955 e 1965 e entre 1975 e 1985 nasceram nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A soma do percentual total dos dois estados sulinos atinge cifra a de 76,1%, sendo que entre os 14,5% dos nascidos no Paraná, certamente, boa parte eram filhos de imigrantes vindos destes dois estados, tendo nascido na própria Região do Oeste do Paraná ou em outras regiões do Estado, principalmente no Sudoeste, onde a colonização sulista começou nos anos 20 deste século. Observando os números das décadas de 1955 a 1965, os cônjuges nascidos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina ultrapassam a porcentagem de 91%.

<sup>75</sup> Este levantamento foi realizado por Maira Toepper, a cujos dados nos foi possibilitado o acesso.

QUADRO 9 - ORIGEM DOS CÔNJUGES POR ESTADO, CIDADES E SEXO - DÉCADAS 1955-65 E 1975-85

ESTADO	CIDADE	Nº DE CÔNJUGES	MASCULINO	FEMININO
RS	Santa Rosa	399	21,4	21,3
RS	São Luiz Gonzaga	206	10,9	11,1
RS	Três Passos	131	6,5	7,5
RS	Santo Ângelo	91	4,6	4,6
RS	Ijuí	77	4,1	4,1
RS	Palmeira das Missões	58	3,2	3,0
RS	Erechim	46	3,4	1,6
RS	Outras	864	52,4	46,8
	<b>SOMA</b>	<b>1872</b>	<b>936</b>	<b>936</b>
SC	Concórdia	109	14,3	16,3
SC	São Carlos	87	12,1	12,1
SC	Rio do Sul	68	11,1	8,0
SC	Campos Novos	59	6,8	9,6
SC	Palhoça	50	7,3	6,6
SC	Piratuba	31	4,6	6,3
SC	Caçador	23	2,7	3,6
SC	Outras	283	53,2	37,5
	<b>SOMA</b>	<b>710</b>	<b>335</b>	<b>335</b>
	TOTAL	2582		

Fonte: Cálculos a partir de dados do Cartório Nardelo de Marechal Cândido Rondon.

O Quadro 9, por sua vez, destaca os municípios de Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Três Passos, Santo Ângelo, Ijuí, Palmeira das Missões, Erechim, no Rio Grande do Sul, e Concórdia, Rio do Sul, São Carlos, Campos Novos, Palhoça, em Santa Catarina, como municípios nos quais nasceram mais cônjuges, cujos registros de casamento foram realizados no Cartório Nardelo de Marechal Cândido Rondon. Forneceram, também, migrantes, em percentuais menores, Arroio do Meio, Caí, Carazinho, Crissiumal, Cruz Alta, Estrela, Getúlio Vargas,

Giruá, José Bonifácio, Lajeado, Marcelino Ramos, Montenegro, Passo Fundo, Roque Gonzales, Santo Cristo, Tenente Portela, Três de Maio, Venâncio Aires do Rio Grande do Sul; Aratuba, Biguassu, Bom Retiro, Cruzeiro do Sul, Imaruí, Itapiranga, Joaçaba, Curitiba, Joinville, Palmitos, Tubarão de Santa Catarina. Todos eles fazem parte das áreas coloniais desses dois estados sulinos. Estamos, pois, diante de dados que confirmam, claramente, o massivo fluxo migratório sulino para o Oeste Parananense planejado pela colonizadora. É bom recordar que foram fundadas Nova Santa Rosa, Novo Três Passos, Nova Concórdia e outros novos núcleos coloniais, tendo no nome a marca da localidade de origem dos colonos.

Kalervo Oberg (1960, p. 47) afirma que o levantamento feito por sua equipe de pesquisa, em agosto de 1956, apontou para uma população de 9.945 habitantes no município de Toledo<sup>76</sup>. “Noventa e nove por cento dessa população era constituída de indivíduos de cor branca e somente um por cento de mulatos. Há um pequeno número de trabalhadores itinerantes paraguaios, alguns mestiços de branco e índio”. Ondy Niederauer relata que, quando foi fundada Toledo e vieram os primeiros grupos de pessoas do Sul, logo apareceram alguns paraguaios em busca de trabalho. Estes, como já foi visto, serviram para atividades de desbravamento e de extração de madeira. Também teriam chegado alguns poloneses de Cascavel (a colonização nesta localidade começou com um grupo de poloneses em 1920)<sup>77</sup>.

“Todos eram aproveitados, pois precisava-se de mão-de-obra para tudo, e o pessoal vindo do Sul, muitos deles, sempre que podiam, regressavam aos pagos, não agüentando a barra [...]. Nos três primeiros caminhões vieram umas quarenta pessoas, e foram admitidos mais uns trinta paraguaios e poloneses, o que somava uns oitenta trabalhadores” (Niederauer, 1992, p. 55)

Oscar Silva (1988, p. 65) observa que “tendo que aguardar a vinda de novos gaúchos e catarinenses, o grande chefe, num como auge de desespero, chegou então a apelar para a força de trabalho alienígena e utilizou paraguaios na abertura de estradas e clareiras, mais acostumados à lide”.

76 No Relatório da MARIPÁ de 1960, a população mencionada é de 30.000 habitantes, sendo 15.000 (50%) de alemães, 12.000 (40%) de italianos e 3000 (10%) outros (Relatório, 1960). Percebe-se que os números são arredondados, mas que dão uma visão geral da origem dos colonos. Novamente se destacam os alemães e os italianos e os outros continuam sendo os outros.

77 Sobre a história de Cascavel, ver SPERANÇA, 1992.

O começo dos trabalhos para o desenvolvimento dos planos do empreendimento colonizador exigiram o recurso ao “outro”. Para a realização dos trabalhos da exploração da erva-mate, por exemplo, eram contratados, também, os paraguaios. Frenchetto, em entrevista ao Museu Histórico Willy Barth, diz que nunca teve problemas com os trabalhadores paraguaios. Afirma que os considerava amigos e cita os nomes de alguns como o Areco, o Lambaré, o Espíndola, o João Cavalheiro, o Leone, o Chumeni, o Prates e o Irineo.

É interessante observar que os “outros” eram relatados somente com o nome e sem sobrenome sem que se desse importância à sua identificação. A importância dada ao sobrenome já foi mostrada na discussão sobre a colonização do Oeste do Paraná a partir dos relatórios das empresas madeireiras e colonizadoras. Os pioneiros recebiam nome e sobrenome. É o sobrenome que concedia identidade, origem. Não mencionar o sobrenome implicava em desconsiderar a origem. Os “outros”, portanto, eram necessários, imprescindíveis para determinadas atividades, principalmente, as da exploração extrativa, das quais a empresa auferia seus lucros diretos. Esta exploração se esgotaria rapidamente e diminuiria a necessidade dos “outros”. Na medida em que a colônia recebia os “de origem”, que se dedicavam às lides agrícolas e de criação, os “outros” iam sendo dispensados na medida em que a colônia era instalada. Algumas necessidades e alguns imprevistos motivaram a contratação dos paraguaios numa situação de “auge de desespero”. A memória dos primeiros tempos da colônia não mais considerava os de “não origem” e atribui o pionerismo aos “nossos”, aos colonos.

Os paraguaios presentes na região faziam parte do contingente populacional que servia de mão-de-obra na Fazenda Britânia, antiga proprietária e exploradora das terras, que dispensara seus trabalhadores após o negócio da venda para a MARIPÁ. Alguns eram **mensus** desta **obra**. Os denominados paraguaios eram os “outros” e não, necessariamente, de nacionalidade paraguaia ou nascidos no território do país vizinho e, neste contexto, eram diversos outros. Os antigos trabalhadores da Fazenda Britânia foram recrutados no próprio território brasileiro, na Argentina, principalmente na Província de Misiones (no passado era um centro econômico importante para as **obrages**) e no Paraguai. Identificá-los como paraguaios era, para os administradores da MARIPÁ e para os próprios colonos, caracterizá-los como atrasados e incultos. Era estigmatizá-los como inimigos dos brasileiros. Isto era possível de ser feito com maior facilidade em função da memória relacionada à Guerra do



Paraguai. Dificultar e até impedir sua participação na formação da sociedade, era agir de acordo com as vontades políticas a nível federal e a nível estadual. A Marcha para o Oeste passava por tais imperativos.

Os colonos eram qualificados, tanto por suas habilidades como por suas origens. Ter origem implicava em ter a paternidade caracterizada, em portar valores culturais, em ter bons costumes, em saber idiomas coloniais.

“Quer-se migrantes que tenham identidade, origem, que falam a mesma língua, que têm costumes sociais iguais, as mesmas cidades natais e que possuem uma organização e experiência cooperativista altamente desenvolvida. Os colonos sem tais qualificações não foram recrutados e atraídos para o projeto, devido ao custo das terras e também porque não houve publicidade sobre a venda de terras. Conseqüentemente, os grupos de colonos do sul do Brasil trouxeram a Toledo traços especiais de cultura que facilitaram a abertura de estradas” (Muller, 1986, p. 135).

Um dos elementos importantes da cultura e da identidade era a questão da religião, exigindo da empresa atenção especial para o religioso. Ela trouxe o Pe. Antônio Patuí e, sob a orientação deste, foram construídos uma igreja, uma escola e um dormitório para alunos internos, quarto para o padre, cozinha e dependências para o alojamento das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, trazidas pelo padre em outubro de 1946 (Niederauer, 1992, p. 61), logo no início, portanto. No texto “Vila Ipiranga conta sua História” (Com Licença, 1988, p. 99), vê-se que os distritos, também, foram sendo atendidos sob o aspecto religioso e isso foi considerado da maior importância: “Igreja Católica - a primeira a ser construída, em 1954 com o auxílio da MARIPÁ [...] Vila Ipiranga possui, sem nenhum favor, um dos mais belos templos católicos do interior da região oestina”. São mencionadas, também, igrejas de outros credos cristãos como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Comunidade Evangélica Luterana Missuri Trindade.

Aqui se percebe a relação empresa colonizadora e igreja. Esta relação era fundamental porque o espírito religioso dos colonos e a influência de padres e de pastores nas antigas colônias requeriam que a nova colônia desse mostras de que o novo espaço colonial seria, também, um espaço onde Deus teria seu lugar. Ter boas relações com as igrejas católica e evangélicas garantiria a boa propaganda de pastores e padres junto aos colonos dispostos a encarar a migração. A grande maioria dos religiosos eram filhos de colonos e conhecedores da situação

social e das dificuldades econômicas de seus fiéis. Os seus conselhos incluíam, por vezes, a recomendação da migração para fronteiras agrícolas. Os colonos, por sua vez, consultavam-nos. Palotina, por exemplo, teve este nome porque a colonizadora Pinho e Terras teve o apoio e a participação decisiva da congregação religiosa dos padres da Congregação São Vicente Paloti, ou seja, dos padres palotinos. Do mesmo modo e com o mesmo teor, poder-se-ia discorrer sobre Missal, Dom Armando e outros topônimos. O sagrado se constituía em fator influenciador de negócios. Instruir, pois, os agentes vendedores de terras que o Pe. Patuí e o Pastor Pawelke, que era o pastor de Marechal Cândido do Rondon, garantiriam os préstimos religiosos aos colonos animava os religiosos a dar o incentivo para que os colonos se decidissem pela migração para a colônia. O texto que relata a criação do distrito de São Luiz do município de Toledo (Com Licença, 1988, p. 35) diz que a “religião e a raça” foram usadas como requisitos pelo colonizador Miguel Dewes para o comércio de lotes. “As famílias sulistas que migravam para cá eram dotadas de profunda fé religiosa recebida pelos antepassados europeus”. Lotário Meinerz (Com Licença, 1988, p. 85) lembra que o Pe. Hélio Bamberg é um orgulho para a comunidade por ser filho de colono da comunidade e ter sido ordenado sacerdote. Relata as dificuldades do vigário, Pe. Aloísio Baumeister, que tinha que vir no “lombo de burro”, depois comprou uma moto. Mais tarde, “com a ajuda da comunidade e de seus parentes da Alemanha, comprou um jipe de capota de aço e aí a coisa melhorou [...] as missas ou cultos eram bem participadas, pois o povo, tradicionalmente católico, fazia questão de não faltar às missas ou rezas e continua assim até hoje”. Da mesma forma, Valdomiro Aloísio Hammes (Com Licença, 1988, p. 95) enfatiza que “para igreja e escola sempre tivemos mão forte, pois estas duas casas foram de grande valia para nós e nossos 10 filhos que são todos sadios e fortes”. Percebe-se, nestas falas, que o envolvimento comunitário com a igreja era forte e que da Alemanha veio ajuda, sendo que religiosidade, etnicidade, comunidade eram elementos constitutivos da identidade colonial.

Outro aspecto importante verificado foi que os colonos, normalmente, tinham parentes morando perto e isso não se deveu à subdivisão por herança e sim pela compra próxima de terras nas proximidades de parentes, em primeiro lugar, e de vizinhos, além de os povoadores se juntarem por localidade de origem por vontade própria e pela contribuição da colonizadora como foi mostrado no estudo sobre sua ação.

QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E SOBRENOME DAS FAMÍLIAS EM DUAS SUBDIVISÕES DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, SEGUNDO O GRAU DE RELACIONAMENTO

GRAU DE RELACIONAMENTO	DADOS NUMÉRICOS		
	TOTAL	SUBDIVISÕES DAS TERRAS	
		Perímetro 1	Perímetro 2
Proprietário	88	63	35
Proprietários aparentados	38	29	9
Números absolutos	38,8	46,0	25,7
Números relativos (%)			
Sobrenome das famílias	59	31	28
Sobrenome entre proprietários aparentados	12	8	4

FONTE: Muller, 1986, p. 95

O Quadro 10 demonstra que 38% dos proprietários dos perímetros 1 e 2 eram aparentados. Isto confirma a tendência de parentes buscarem migrar para perto de parentes na fronteira. A familiaridade, via parentesco, é um elemento de reconstrução colonial ao lado da religião, da localidade de origem e assim por diante.

As formas de copncretizer estas vontades eram diversas. Por exemplo, quando foi criada a firma Agro-Industrial do Prata Ltda., a MARIPÁ entrou com uma área de terras e de pinheiros para a sua cota de capital, como já foi afirmado anteriormente. Esta firma subsidiária fundou a Vila Margarida e passou a administrar a sua colonização, seguindo o planejamento geral da Colonizadora. O motorista de caminhão da firma, Wenceslau Pietrowski, se interessou pela venda de terras, divulgando a colônia e oferecendo lotes a amigos poloneses de Irati, Estado do Paraná. Também procurou poloneses de outros lugares. Desta maneira, se formou um núcleo de colonos de origem polonesa, muitos aparentados, em Margarida, a mesma origem étnica do motorista e agente vendedor de terras. Desenrolar semelhante tiveram as terras passadas pela MARIPÁ à firma Bue-Caé

Industrial Agrícola Ltda. Seus sócios eram procedentes de Sarandi, Rio Grande do Sul e fundaram a vila Novo Sarandi, que recebeu colonos vindos desta cidade gaúcha, no início, e de outros lugares, depois (Niederauer, 1992, p. 119).

A localidade de origem, a língua e a religião, tiveram, pois, influência na escolha dos locais para o estabelecimento das famílias. Enfim, os mais diversos elementos contribuíram para a formação de grupos de colonos com afinidades variadas. Isto pode ser comprovado nos livros de registros dos compradores dos lotes da MARIPÁ nos perímetros referentes a determinadas localidades. Por exemplo, os perímetros 13º e 14º, referentes a Novo Três Passos e a Novo Sarandi (ver Anexos IV e V e Livros de Registros de Compra e Venda da MARIPÁ), respectivamente, tiveram mais de 50% dos compradores dos lotes coloniais oriundos das respectivas localidades do Rio Grande do Sul, ou seja, de Três Passos e de Sarandi. Estas já eram colônias formadas numa perspectiva semelhante.

“Então era interessante observar que o pessoal sempre acabava se reunindo, formando grupos com as pessoas da mesma raça (SIC). O grupo dos descendentes de italianos, os de alemães, os poloneses, os paraguaios e os bugres. Os bugres ficavam mais perto dos paraguaios” (Niederauer, 1992, p. 64).

Esses colonos, segundo o Plano de Colonização da MARIPÁ (1946) deveriam ser buscados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, nas regiões habitadas por criadores de suínos, fabricantes de manteiga e de queijo, cultivadores de milho, batatas, trigo, fumo, arroz e que “já tinham mais de cem anos de aclimação” nas terras florestais do Brasil. Equivalia a dizer que se objetivava, preferencialmente, atrair migrantes das antigas regiões coloniais do Sul.

José Augusto Colodel (1988, p. 215) observa que

“a preferência por estes contingentes populacionais pode ser melhor sentida se observarmos que a MARIPÁ não divulgou amplamente suas propriedades abertas à colonização. A propaganda deu-se mais a nível verbal-pessoal. Para tanto, foram escolhidos agentes adequados ao tipo de trabalho a ser realizado. Geralmente eram profissionais, comerciantes estabelecidos ou mesmo agricultores com bom relacionamento pessoal nas áreas que cederiam colonos”.

A forma de recrutamento dos colonos obedecia a um esquema consistente e dinâmico. Ondy Niederauer (1992, p. 131) informa que

“A solução encontrada foi a seguinte: as firmas acionistas da MARIPÁ eram atacadistas de Porto Alegre e trabalhavam na venda de tecidos, ferragens, miudezas e outros artigos. Seus viajantes percorriam o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina. Tinham bons clientes, fortes negociantes do interior. Diversos destes negociantes foram escolhidos e foi-lhes proposto a venda de terras (colônias, chácaras e lotes urbanos) em troca de boa comissão, com a recomendação de darem preferência aos melhores agricultores, e com condições financeiras estáveis. Deviam estes representantes fazer uma visita prévia a Toledo para conhecerem tudo ‘in loco’ e coletarem argumentos para a venda com a máxima lealdade e verdade absoluta, sem promessas enganosas e inverídicas; sem propaganda por rádio ou jornais, podendo apenas usar folhetos, caso desejassem”.

A maioria dos subscritores e acionistas<sup>78</sup> que fundaram a MARIPÁ era de Porto Alegre e das regiões coloniais dos estados do Sul do Brasil. Em 1958, quando da distribuição de quotas aos acionistas os principais e a grande maioria dos acionistas continuavam a ser os mesmos (ver Subscritores). Eram, portanto, “homens coloniais” proeminentes entre os colonos, principalmente comerciantes.

“A Companhia empregou, como agentes, os fazendeiros e comerciantes mais importantes que tinham vindo primeiro para Toledo, com a tarefa de voltarem periodicamente para seus lugares de origem, nos dois estados sulinos, e recrutarem novos colonos. O que esses homens contavam a seus amigos a respeito de Toledo era acreditado, sendo de muito mais eficácia para conseguir novos colonos do que anúncios em jornais. Naturalmente, um homem de origem germânica falaria com outros da mesma origem; um italiano falaria a pessoas de sua antiga colônia italiana. Dessa forma, parentes e amigos que viviam em povoações alemãs ou italianas, no Sul, foram se mudando para Toledo e estabelecendo novas povoações com predominância de descendentes germânicos ou italianos. General Rondon é 95% germânico, enquanto que Novo Sarandi e Nova Concórdia são predominantemente de origem italiana. Muitas cidades, como a de Toledo, são mistas” (Oberg, 1960, p. 31)

Nas regiões coloniais, a figura do comerciante se revestia de importância peculiar. Além do padre e, em proporção menor, do professor, era ele quem mantinha contato freqüente com o

---

78 ver, neste trabalho, subscritores do capital da MARIPÁ e acionistas.

mundo exterior à colônia. Ele trazia notícias, novidades. Era na venda (casa de comércio), em roda, onde ele era a figura central, que se conversava sobre o mundo dos negócios e sobre o mundo dos homens. O comerciante adquiria os excedentes da produção agrícola e da criação do colono. Quando o volume o justificava, ia de caminhão buscar o produto. Ia buscar a carga de suínos. O colono, por sua vez, ia na venda que lhe fornecia os gêneros de suas necessidades. Lá ele comprava roupas, sal, açúcar, utensílios domésticos, ferramentas e, excepcionalmente, insumos para a produção. A cada entrega de cereais, batatinhas, ovos, suínos, os valores iam sendo anotados e, periodicamente, o comerciante e o colono “faziam as contas”. Ele era o guardião das economias coloniais. Em casos de necessidades, ele adiantava “um troco” ou vendia “fiado”. Estabelecia-se uma relação de confiança e de interdependência entre comerciantes e colonos.

Estas atividades comerciais e estes mecanismos de relações proporcionavam posições de ascendência dos comerciantes sobre os colonos, instrumentalizando-os para desempenhar as funções de agentes vendedores de terras, pois conheciam a “saúde financeira” dos seus fregueses, conheciam os mais trabalhadores, os de iniciativa, os confiáveis. Tinham condições de “dar preferência aos melhores agricultores”. Poderiam garantir que estes “sim” e aqueles “não” estavam em “condições financeiras estáveis”, ou seja, em condições de honrar os compromissos de compra do lote de terra a prazo e, principalmente, contribuiriam positivamente na construção do espaço colonial.

Aos comerciantes interessava serem agentes, pois recebiam comissões<sup>79</sup> sobre o valor dos lotes que vendiam. Participar da colonização abria possibilidades futuras de desenvolvimento de atividades comerciais nas novas colônias<sup>80</sup>. Abria possibilidades de os herdeiros se dedicarem, também, ao comércio em condições melhores que nas antigas colônias. As mudanças, por sua vez, poderiam ser feitas com os caminhões

---

79 Valdi Winter, (entrevista n° ) agente vendedor de terras da MARIPÁ, diz ter vendido mais de 500 colônias, recebendo uma comissão de 13% sobre o valor da venda. Diz que, eles, os agentes, organizavam caravanas para trazer colonos.

80 Lia Dorotéa Güths, em estudo feito sobre a expansão urbana de Marechal Cândido Rondon, informa que uma imobiliária ligada à família Winter teve grande participação nos loteamentos das últimas décadas em Marechal Cândido Rondon (Güths, 1998)

dos comerciantes<sup>81</sup>, proporcionando-lhes novas oportunidades de renda.

Os agentes divulgavam o empreendimento da MARIPÁ entre os colonos através de panfletos, de notícias de jornais e de outros meios de informação, destacando as colônias, a idoneidade da empresa, a infraestrutura, a existência de igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, etc... (ver Anexos I, II e III).

Os próprios administradores da MARIPÁ, Alfredo Paschoal Ruaro e Willy Barth, tinham vasta experiência no comércio. Barth, filho de comerciante, quis ser viajante comercial, vendendo tecidos, armarinhos e confecções na região italiana do Rio Grande do Sul, passando, como já foi visto, por Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha. Estabeleceu vastas relações de negócios e amizade nas colônias. Depois, tendo conhecido Alberto Dalcanale e os irmãos Anoni, fundou a firma Barth & Anoni. Exerceu, então, atividades de colonização, de exploração de madeira e de comércio em Carazinho e em São Miguel do Oeste, utilizando o transporte terrestre e fluvial da Bacia do Rio Uruguai. Alfredo Paschoal Ruaro, por sua vez, foi convidado por Willy Barth a trabalhar na Barth & Anoni (Niederauer, 1992, p. 81-82). Estamos, pois, falando de diretores da MARIPÁ com histórias pessoais e currículos adequados aos propósitos da colonizadora e madeireira e com vasto círculo de relações com comerciantes. Estes comerciantes eram, muitas vezes, conhecidos, ou em função de atividades econômicas ou em função de ações políticas, dos acionistas da MARIPÁ. Eram, às vezes, também, acionistas. Eles eram os elos na teia das relações coloniais que estão sendo mostradas neste trabalho. Percebe-se o estabelecimento de uma hierarquia que contemplava o âmbito da política, da religião e das relações econômicas. Estas redes de contatos, de interesses, de negociações desaguavam no dia-a-dia das atividades na empresa e nas decisões e negócios dos colonos.

Ony Niederauer (1992, p.137-8) narra como se procedia para se conseguir o colono comprador de terras:

“O corretor de terras, geralmente comerciante estabelecido no interior gaúcho ou catarinense, fazia a sua propaganda, usava de sua argumentação e da confiança que nele

---

81 João Macena (entrevista nº), motorista aposentado, conta que deve ter transportado mais de cinqüenta mudanças para Santa Catarina e para o Paraná nos anos 50 e 60 com caminhões dos seus patrões, comerciantes de São Martinho e Boa Vista do Buricá no Rio Grande do Sul.

depositavam os seus amigos e fregueses. Abria uma lista de interessados e marcava uma data para o término das inscrições. Geralmente só cobrava a viagem daquele que eventualmente voltava sem nada ter comprado [...] embarcavam em microônibus do corretor ou em caminhão [...] Em Toledo, eram conduzidos até o escritório da colonizadora, ou, como diziam 'o escritório da firma' ou 'da Companhia'. Eram recebidos por Willy Barth, ou na eventual ausência dele, por este autor. Em conversa cordial, recebiam os cumprimentos de boas vindas, e procurava-se saber de onde vinham exatamente, e se eram todos vizinhos. Eram, então, encaminhados para um hotel, para descanso e para poderem conhecer um pouco da cidadezinha, e seus estabelecimentos. [...] No escritório da MARIPÁ, estavam sempre duas ou três pessoas disponíveis que, além de terem, também outras funções, passavam a ser, o que eles mesmos chamavam, de **corretores do mato**. (grifo nosso) [...]

Na manhã seguinte, munidos de lanches de almoço, e junto com o corretor do mato que lhes era designado, seguiam para o interior da Fazenda. Primeiro, por uma das estradas tronco, depois por uma das vicinais, até onde esta terminava.[...] O corretor do mato, sabendo da procedência do grupo, sempre levava a turma para o mesmo lugar onde haviam comprado as pessoas de grupos anteriores, da mesma origem.[...]

À tardinha, voltando do mato, eram os compradores levados ao gabinete do diretor. Colocava-se sobre a mesa um mapa do perímetro visitado, e no qual outros agricultores da mesma região desta caravana, já haviam comprado, e cujos nomes estavam escritos nas colônias do mapa. Vendo o mapa com os nomes dos seus conhecidos alinhados um do lado do outro, qualquer eventual dúvida ainda existente desaparecia na hora. Resolviam comprar suas terras no mesmo local onde poderiam continuar com seus amigos e vizinhos lá do Rio Grande”.

Niederauer documenta bem o espírito que envolvia a divulgação das terras, a mobilização de funcionários e agentes para arrematar colonos. Soube captar, uma vez que acompanhou isso no dia-a-dia, detalhes que calam fundo na alma dos colonos e tinham um profundo sentido axiológico.

A partir de seu relato, poder-se-ia falar de um ritual que implicava em despedida, em busca, em novidade. Em deixar a comunidade, em viajar por terras desconhecidas e em chegar ao lugar da utopia. Na terra natal, por um lado, os problemas que o colono vivia no seu dia-a-dia eram a falta de terra disponível para os filhos, a terra perdendo fertilidade, a estagnação da sua colônia, a falta de perspectivas. Por outro lado, os aspectos



positivos eram a igreja, a escola, os “nossos” e não “os outros”, a língua, os vizinhos, a comunidade, a casa, as instalações da sua propriedade, etc.

Helena Isabel Mueller (1994, 18) entende que o ato de migrar é um ato utópico no sentido de ruptura com a história. “O que surge sempre é a ruptura com a história vivida para construir a história vivida, para construir a história desejada”. E conclui que a utopia “implica sempre em uma pulsão migrante. Há que abandonar o topos de nossas origens para efetivarmos a ruptura, essa ruptura com a história não enquanto memória, mas enquanto determinante de um futuro” (idem p. 25).

As viagens de até 1.000 quilômetros eram cheias de surpresas, de novidades. Está se falando de pessoas que raramente saíam da sua colônia e para as quais viajar costumava ser a ida a uma cidade próxima ou a uma colônia já estabelecida e estruturada para visitar parentes e ex-vizinhos. As informações do mundo exterior à colônia vinham pela igreja e pelo comerciante. Os descendentes de alemães liam publicações coloniais como a revista “**SKT Paulusblatt**” (ver fontes primárias) e os “**Kalender**” (anuários publicados pelos jesuítas ou pelas igrejas protestantes). Os descendentes de italianos recebiam o Correio Rio Grandense (jornal ligado à igreja católica e publicado em Caxias do Sul)<sup>82</sup>. Eram, portanto, informações passadas pelo filtro da institucionalidade. No entanto, um meio de comunicação novo ia sendo introduzido nos anos 50. Era o rádio que sintonizava algumas emissoras locais e a Rádio Guaíba de Porto Alegre, que poderia ser sintonizada em Toledo. Sintonizá-la na sede da MARIPÁ era estar em contato com o Rio Grande (Scheid, 1997). A distância se diluía quando a Rádio Guaíba alcançava os rio-grandenses fora de seu Estado. Estas viagens poderiam durar dias, semanas, dependendo das condições meteorológicas. As rodovias eram precárias e, em geral, em solos escorregadios nos dias de chuva, até o ponto de inviabilizar o trânsito de veículos automotores. É possível que, no seu transcurso, tenham surgido desânimo, suspeitas, dúvidas. Era fundamental que o “condutor” desempenhasse o papel de animador e mantivesse o “astral alto”.

A chegada a Toledo era festiva. A recepção por parte de Willy Barth, certamente, era animadora, pois era um homem carismático<sup>83</sup>. A recepção no escritório criava um ar de

---

82 Sobre a imprensa entre os imigrantes, ver Kreutz, 1985 e Seyferth, 1981

83 Willy Barth teve morte repentina em 1962. A sua figura marcou profundamente a memória dos colonos. Isto pode ser verificado nas

familiaridade e de troca de impressões. A hospedagem e o descanso se constituíam em momento de descontração e de revigoramento, de contatos com os moradores, de relatos animadores. Enfim, vislumbrava-se o berço de uma nova e promissora colônia.

Aos administradores, agentes e “corretores de mato”, restava o tempo necessário para planejar, nos mínimos detalhes, as ações do outro dia. Os “corretores de mato” eram os homens que tinham a tarefa de mostrar as terras aos colonos e conduziam-nos pelo interior da colônia. De manhã cedo, a caravana rumava para a selva para conhecer as terras. Era mais um dia de aventura, de lembranças e de descobertas. A idéia de desbravar, de comprar uma colônia de terra fértil, de poder produzir e reproduzir a unidade familiar avivava o espírito colonial. Esta pesquisa vem mostrando que isto fazia parte da tradição dos euro-brasileiros estudados aqui. O desafio da floresta, da construção do espaço colonial era um valor cultural marcante destes colonos. Muitas histórias semelhantes “rolavam” nas colônias. A literatura colonial em livros e em periódicos, inundou os sonhos destes camponeses.

Depois do retorno do mato, a visualização dos lotes no mapa vislumbrava a possibilidade de reconstruir e reproduzir a vida colonial para si e para os herdeiros. Ver o nome de um conhecido ou parente implicava em um sentimento de lugar familiar e seguro. Certamente, antes da viagem já poderia ter havido incentivo de quem já comprara terra e visualizar, no mapa, o lote com o nome do vizinho e amigo escrito desfazia qualquer dúvida e demonstrava a organização da empresa colonizadora administrada, também, por gente de origem. Desenvolveu-se e implementou-se toda uma metodologia de condução das tarefas em torno do convencimento dos colonos. Vender lotes no mato, atrair colonos para a floresta, povoar terras inóspitas, implicava em seduzir, em sensibilizar, em provocar sonhos. Aqui não se

---

falas dos colonos documentadas no projeto História Viva, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisa da América Latina - CEPEDAL - da UNIOESTE. Este projeto começou em 1989, tendo realizado mais de três dezenas de entrevistas com colonos pioneiros da região Oeste do Paraná. Entre 1990 e 1992 esteve sob nossa coordenação, tendo continuidade até hoje. Conclui-se que foi uma figura carismática entre os colonos. Oscar Silva (1988, p.66), ao referir-se à substituição de Alfredo Paschoal Ruaro na administração da MARIPÁ, se expressa assim: “E passou o comando ao **Timoneiro** Willy Barth, em 1949”. A SKT Paulusblatt tem uma seção sobre falecimentos na qual se destacam informações sobre a vida dos falecidos, destacando-se atividades comunitárias e, principalmente, de pioneirismo.

está negando que tenha havido desconfianças e descrédito. Era preciso montar tais estratégias para remover eventuais resistências. Obviamente, nem todos cediam à sedução. Muitos foram ao Paraná e não compraram terras por se sentirem mais seguros nos seus lugares de origem e não se dispunham a arriscar. As condições estavam postas e o ato de decidir tinha ingredientes objetivos e ingredientes de foro íntimo, de questões familiares.

Foram “chegando” os colonos oriundos de diversas regiões do Rio Grande do Sul, basicamente de antigas regiões coloniais, de origem alemã e de religião católica, trazidos pela ação de comerciantes gaúchos interioranos, que se transformaram em corretores de terras. Dentre esses, Miguel Dewes, já referido anteriormente, vindo da cidade de São Luís Gonzaga, ligado às Caixas Rurais<sup>84</sup>. Em 1949, Natal Zibetti e Aurélio Tissiani trouxeram colonos italianos (italo-brasileiros) a Novo Sarandi. Miguel Dewes é mencionado com destaque no histórico de Dez de Maio feito pela Secretaria de Educação do município de Toledo (Com Licença, 1988), cujas informações foram colhidas pelos professores da comunidade. Ele teve participação em diversas atividades de colonização, tendo participado de viagens de reconhecimento de colônias junto com o Pe. Balduino Rambo, jesuíta que teve atuação destacada em diversas ações dos inicianos e de instituições do Rio Grande do Sul. Rambo (SKT Paulusblatt, 1954) relata detalhes de uma viagem feita às terras paranaenses por uma comitiva na qual Miguel Dewes e outros colonizadores participaram. Neste relato feito pelo jesuíta, se recomenda determinadas colônias para os colonos e se desaconselha outras. A SKT Paulusblatt é uma revista mensal, vinculada aos jesuítas, criada em 1912, em Nova Petrópolis - RS, e circula até hoje entre os colonos. Teve uma pequena interrupção durante a Segunda Guerra Mundial, por motivos óbvios. Ela é editada no dialeto alemão Hunsrück e, recentemente, também, começou a sair em português, sendo distribuída (vendida) por representantes nas colônias e propagandeada pela Igreja. Ela trata de diversos assuntos ligados à vida dos colonos, da igreja e de interpretações sobre

---

84 As Caixas Rurais eram uma espécie de banco cooperativo no qual os colonos aplicavam suas economias. O idealizador deste sistema de poupança, chamado Raifeisen, foi o religioso jesuíta P<sup>a</sup> Theodor Amstad. (Müller, s.d., p. 17) Elas financiavam a compra de terras e investimentos aos jovens colonos e financiavam projetos de colonização nas fronteiras agrícolas. Porto Novo, atual Itapiranga em Santa Catarina, colônia fundada em 1929, é um exemplo dentre outros.

acontecimentos. Aqui, novamente, percebem-se mecanismos de divulgação e de marketing e a atuação dos religiosos no processo de colonização e de presença nas colônias.

Objetivava-se, por isso, recrutar os colonos através de agentes radicados nas regiões agrícolas do Sul e “só mais tarde receber o agricultor do Norte do Estado, afeito ao cultivo do café e do algodão” (Silva, 1988, p. 88). Mais tarde, no norte da Fazenda Britânia, vieram pessoas de Rolândia para cultivar café. “Começou, então, a venda de colônias em maiores lotes para cafeicultores de Rolândia e de algumas outras pequenas cidades do Norte do Paraná” (Niederauer, 1992, p. 131). No entanto, Rolândia era uma colônia de alemães dentro de uma área de colonização de paulistas e de mineiros. Percebe-se que se buscou, também no Norte do Paraná, colonos de “origem”.

Esta postura e estas orientações estavam, novamente, respaldadas pela política do governo do Estado do Paraná. Para a empresa ter esta sintonia com a política estadual, era necessário estabelecer diretrizes quanto aos elementos humanos. Por outro lado, evidencia-se que a ênfase em evitar a vinda dos **nortistas** parece estar, também, voltada a interesses econômico-mercantilistas. Ou seja, a vinda de pessoas que não fossem colonos do Sul poderia provocar dificuldades para atrair mais colonos do Sul. No entanto, mais tarde, quando grande parte das terras já tinham sido vendidas e estava garantido o espaço colonial típico, as restrições diminuíram. A vinda dos outros não mais traria impecilhos à mercantilização da terra e nem ameaçaria a identidade colonial.

Esta gradativa e controlada liberalização pode ser confirmada com o fato de que somente em junho de 1957 chegou o primeiro japonês com a família a Toledo.

“[...] torneiro mecânico experiente foi recebido com muita simpatia. Hoje os membros de sua numerosa família estão perfeitamente integrados na comunidade local, sendo muito bem quistos. Depois veio do Norte do Estado um pequeno grupo solicitando à MARIPÁ que destinasse uma área de várias colônias para diversas famílias japonesas que pretendiam estabelecer-se na região. Willy Barth prontamente liberou uma parte de um Perímetro nas proximidades da recém iniciada vila de São Luiz. Eles, na medida que vinham adquirindo suas terras, foram formando um pequeno núcleo que denominaram Colônia Sol Nascente” (Niederauer, 1992, p. 132)

A vinda e o estabelecimento de japoneses mereceu destaque no documento (citação anterior), pois estava

condicionado à liberação de parte específica de um perímetro. Com relação aos colonos “de origem” não se menciona o ato de liberar. Vê-se que este fato mereceu atenção especial por parte dos administradores da empresa e pelo autor da fonte. São Luiz é uma localidade que fica na parte Sul e nos limites das terras da MARIPÁ. A liberação aconteceu como decorrência de restrições. Foi uma concessão especial e depois de 1957, quando a venda de grande parte das terras já tinha sido garantida. Eles, os japoneses, formaram um pequeno núcleo, porque a colonizadora liberou a vila recém-iniciada. No caso dos “nossos”, era a colonizadora que criava, organizava e implementava. São as sutilezas do discurso que explicitam e explicam o que subjaz.

Tarcísio Vanderlinde (1988, p. 11), em estudo realizado sobre a implantação de microbacias<sup>85</sup> com interesses notadamente capitalistas, em Marechal Cândido Rondon, destaca que o fluxo de migrantes para a área foi dirigido através da adoção desta política seletiva em bases religiosas e étnicas. Predominaram os descendentes de italianos e de alemães, concentrados em determinadas áreas e eram preteridos os descendentes de poloneses e ucranianos, que avançavam em direção ao Oeste pelo Sul Paranaense, em número nada desprezível. E, com maior determinação, se barrava o acesso ao “pêlo duro” nortista, que representava a frente cafeeira que estava ocupando o Norte do Paraná.

Nesta perspectiva, um outro dado é exemplar, ou seja o fato de que, quando a MARIPÁ adquiriu a Fazenda Britânia e antes de ser fundada a vila Toledo, havia um núcleo populacional denominado Rio Branco, situado na área do atual município de Pato Bragado. Habitavam-no argentinos e paraguaios e filhos destes nascidos no local. Em 1938, havia 3 crianças indo na aula de um professor, filho de paraguaio e de nome Rafael Garcia (Niederauer, 1992, p. 162-163). Ao que consta, o núcleo não existe mais e nem aparece na relação de localidades nos processos de desapropriação da Itaipu Binacional ocorrida entre 1972 e 1978. Cabe ver o que aconteceu. É mais um indício de que a área, na medida do possível e sutilmente, foi “limpada” pela MARIPÁ e pelos colonos.

No entanto, Willy Barth assim discursou:

---

85 Microbacias é o terraçamento feito para evitar a erosão em que, através de trator-de-esteira, se desloca terra para formar uma espécie de “bacia” que retém as águas da chuva, evitando o desgaste do solo. Também são denominadas de murunduns.

“Toledo é um grande caldeirão e dentro estão gaúchos e catarinenses vindos do Sul, paulistas, mineiros, baianos e outros vindos do Norte, cearenses, pernambucanos, alagoanos e outros nordestinos. Entram no mesmo caldeirão, gente vinda da Europa e da Ásia. Mas eles não se chocam, eles se cruzam. Eu garanto a vocês que este caldeirão produzirá uma raça final muito forte, inteligente, trabalhadora e, as mulheres serão as mais bonitas do mundo!” (Niederauer, 192, p. 132)

Entre os colonos, certos aspectos da vida familiar pesam no momento de decidirem por um negócio que implique mudança de residência para uma fronteira agrícola. Assim sendo, esta forma de divulgar e levar adiante a colonização, ou seja, de administrá-la era adequada em função dos objetivos estabelecidos. Os locais de origem, ainda, se mantinham como referencial à sua identidade no enfrentamento do novo, do desconhecido, que teria que ser moldado à semelhança do antigo, desde que permitisse o acesso ao espaço vital<sup>86</sup>, negado no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina. A posse particular da terra e sua titulação significavam um espaço seguro (e tinha que ser seguro, a colonizadora o assegurava) no qual se poderia construir a vida familiar e comunitária.

“A Companhia não faz nenhum esforço para manter esses grupos étnicos separados. Aliás, os seus dirigentes acham que esses dois grupos étnicos do Sul, que tiveram a mesma experiência na terra, complementam-se. Os italianos adaptam-se mais facilmente na construção de estradas, corte de madeira e trabalho de serraria que os germânicos. Na terra, concentraram-se na produção de cereais, uvas e vinhos. Os alemães produzem cereais, batatas e criam porcos” (OBERG, 1960, p. 31)

Vê-se que o grupo de acionistas gaúchos e catarinenses, proprietários da MARIPÁ, através do Plano de Colonização, manifestava a intencionalidade de dirigir e de preservar o processo migratório. Dirigir de forma a trazer somente indivíduos considerados capazes, elementos adequados ao modelo idealizado. Evitar que aventureiros e parasitas penetrassem no novo meio era condição para o sucesso do empreendimento. Há de se destacar que os termos “**aventureiros**” e “**parasitas**” são contemplados no texto do Plano de Colonização (1946). Ainda,

---

86 É necessário deixar claro que espaço vital, aqui, quer significar o espaço colonial, o espaço onde se vive o colonial, onde se reproduz o colono, a família colonial.

conforme o mesmo, a hegemonia branca de origem européia iria ser a via preferencial da colonização do Oeste Paranaense. Os colonos seriam sujeitos “**pacatos**”, subordinados ao trabalho, “verdadeiras máquinas de produzir progresso”. Evidencia-se a idéia da superioridade européia e de seus descendentes, calcada na ideologia do trabalho que passa a justificar a orientação na busca dos migrantes ideais. Agentes especializados escolheriam os elementos humanos mais indicados como possíveis compradores, aos quais a MARIPÁ garantiria uma estrutura mínima para iniciar uma vida nova, que, no entanto, não era tão nova, pois possibilitava a reconstrução do velho. Isto implicava em providenciar a indispensável assistência médica e hospitalar, as estradas, as escolas, as igrejas, o mercado e assim por diante, sem os quais tornar-se-ia impossível a vida colonial numa região nova.

Percebe-se que se estabelecia um certo compromisso entre os empresários, os administradores e os colonos. Quanto maior a responsabilidade da empresa, tanto mais importante era manter o “bom nome” entre os colonos. Atender as reivindicações dos colonos proporcionava confiança e fortalecimento político de administradores e agentes da empresa.

“Assim a origem passa a ser definida a partir de um interesse mercantil, ideologicamente amparado na superioridade do colonizador sulino de ascendência européia. Esse fundo branco da atividade colonizadora vai se impregnar do nacionalismo estado-novista motivado pela limitação espacial das terras divididas e redivididas no Sul. As peças se completam em encaixes quase perfeitos, onde aos poucos um processo de migração vai ganhando vulto e dando forma a um novo pedaço de Brasil, que, ao mesmo tempo vai se colorindo dos méritos de região promissora, onde o espaço passa a ser o limite do poder do homem” (Toepper, 1993, p. 24)

Os teuto-brasileiros, os ítalo-brasileiros, os euro-brasileiros, enfim, já tinham, pois, acumulado experiência agrícola e de vida rural nas colônias do Sul do Brasil durante mais de um século. Estavam acostumados ao trabalho árduo em pequenos lotes de terra. Tinham a fama de serem econômicos, evitando gastos para alimentar seus espíritos de poupança e de provedores do futuro próprio e dos filhos e dos netos. Nessas colônias, os empreendedores buscaram o modelo de sua estruturação espacial e dessas colônias atraíram os colonos ideais para atingir seus intentos. “A MARIPÁ poderia então esperar lucros a longo prazo assim como a curto prazo, com a venda das terras” (Muller, 1986, p. 92)

Pode-se concluir que vontade de migrar e decisão de buscar migrantes com características específicas e origem geográfica definida se adequariam às condições ideais para que se efetivasse um grande e rápido fluxo migratório para a área de atração populacional organizada pela MARIPÁ. Estava, pois, planejado para que a nova colônia fosse habitada, maioritariamente, por colonos das regiões coloniais do Sul do Brasil o que, de fato, ocorreu. Administração adequada e homens adequados para a constituição de um novo espaço colonial garantiram a realização do empreendimento colonizador da empresa.



## **CAPÍTULO 4**

### **FRONTEIRA E ESPAÇO COLONIAL EM CRISE**

Fronteira e espaço colonial em crise aborda a construção do espaço a partir do desbravamento dos lotes coloniais e da implantação da infraestrutura de produção e de vivência das famílias. Debate a crise de que se ressentiram os colonos e as colônias a partir das amplas transformações da modernização do campo, intensificadas a partir do final da década de 60. Mostra, finalmente, o esgotamento da fronteira colonial para a expansão do espaço colonial. Neste sentido, discutem-se as implicações que tais mudanças trouxeram ao modo-de-ser dos colonos e os resultados decorrentes da atuação das forças transformadoras no espaço colonial.

#### **4.1 COTIDIANO E MEMÓRIA COLONIAL DA FRONTEIRA**

A produção material dos colonos, o trabalho enquanto atividade e enquanto concepção, o vivido e a memória pioneira numa situação de fronteira agrícola serão objeto de discussão neste momento. Estes homens e mulheres reais, vivendo e produzindo, em sua terra, suas relações econômicas entre si, com os agentes locais e com o mercado mais amplo, enfim, os colonos-migrantes na fronteira e na colônia serão analisados. Aqui, o termo crise adquire uma conotação de tentativa de reconstrução do velho e de construção do novo. Constrói-se uma nova colônia para que se possa manter o modo-de-ser colonial.

Tudo teve início com a mudança de uma colônia antiga para a nova. O ato de mudar implicava em rompimento e em comprometimento. Mudar implicava, também, em abandonar um espaço, em sair de um ambiente familiar, implicava em preparar, em selecionar objetos, utensílios, móveis, animais, ferramentas para levar junto. Implicava em descartar, em vender, em deixar com parentes bens emocionalmente caros. O imprescindível à unidade produtiva era carregado e acomodado no caminhão de mudança, junto com a família. As vacas, os bois, as galinhas, os porcos, normalmente, faziam parte da mudança. O arado, a carroça, a enxada, o machado, a serra, o serrote, o facão, o martelo, a plaina, etc., eram necessários para muitas atividades que os colonos exerciam com muita intensidade nas fronteiras onde quase tudo teria que ser feito.

Pode-se supor que o fato desses bens serem mantidos na posse familiar trazia segurança de que, no novo, o velho se manteria. Lidar com os mesmos objetos com que se lidava na terra natal significava segurança e garantia de que a mudança não implicava em perda. A mulher e os filhos embarcavam no caminhão para irem morar em lugar desconhecido. Embarcavam, confiando no esposo e no pai. Irmãos, pais, amigos, paisagens, casa, enfim, espaço de vida ficavam para trás. Isto era compensado por aquilo que se levava e pelo novo que ia ser construído.

A mudança era envolta de emoções fortes. Normalmente, era o homem (o chefe da família, o pai, o administrador, o responsável pela economia familiar) que ia olhar as terras na fronteira, fazia os negócios, comprava a colônia. Ele conhecia o novo local. A mulher acolhia as decisões e se submetia aos ditames masculinos. Muitas vezes, o marido já preparara o lote, já plantara nele para que, quando a família se mudasse, houvesse condições mínimas de instalação. Ele já providenciara a roçada e o plantio do milho. Quando possível, erguia um pequeno rancho provisório para que quando a família chegasse houvesse as condições iniciais de se instalar. Senão, reservava um lugar provisório com um conhecido, ou nas instalações da MARIPÁ.



FOTO 3 - Foto tirada em 1952 e fornecida por Edevandro Schreiber, mostrando a chegada de mudanças em Mercedes procedentes de Três Passos - RS

Esta foto permite confirmar que os colonos mudavam em grupos, neste caso saindo de Três Passos, para irem a um novo lugar, Mercedes, interior das terras da MARIPÁ. Na chegada, buscavam se alojar, inicialmente, em grupos de famílias, sendo recebidos por colonos que já estivessem instalados. Há informações de que, em ocasiões mais importantes, se chamava fotógrafos a quilômetros de distância para que pudesse ser feito o registro fotográfico (Gregory, 1996, p.39) do momento da chegada. Vê-se a predominância de homens adultos posando para a fotografia. Estariam as mulheres envolvidas em atividades de cozinha ou arrumação da casa? O certo é que os homens estavam reunidos e atentos ao momento do registro. Os pioneiros estavam fazendo pose.

Valdomiro Aloísio Hammes (Com Licença, p.95) diz que comprou a colônia do sogro e para chegar até ela teve que abrir uma picada de três quilômetros. Construiu um galpão de madeira roliça, coberto de tabuinhas de madeira, que lhe servia de moradia e de secador de fumo. Diz, ainda, que passou anos amargos. Só melhorou quando os filhos mais velhos começaram ajudar nos serviços da lavoura e da casa. O pioneiro Alvino Grabner (Com Licença, p.75), a esposa Hilda e os três filhos foram os primeiros a chegar na localidade de Novo Sobradinho, hoje distrito. Vieram de Sobradinho - RS, porque “corria um boato no Sul de que aqui havia terras muito planas e férteis. E, sonhando com um belo futuro, resolveram arriscar”. Instalaram-se em Toledo e demorou onze dias para localizarem o lote adquirido e irem se alojar no galpão de José Johan, em Linha São Paulo, a alguns quilômetros da propriedade para, onze meses depois, morarem na propriedade. Romano Mombach (Com Licença, p.106) menciona que a primeira moradia foi um barraco sem portas. “Lembro-me de que a esposa colocou a lanterna iluminando a abertura, pois tinha medo do tigre (onça pintada). Ao lado da cama, havia uma galinha chocando, que mesmo assim, foi levada por uma jaguatirica”.



FOTO 4 - Foto do interior de Marechal Cândido Rondon, mostrando uma paisagem do momento do desbravamento de um lote - Acervo do CEPEDAL

A Foto 4 apresenta uma imagem típica do desbravamento de uma colônia, quando no momento inicial, se construía a casa de madeira na clareira da mata. Vê-se os tocos, troncos de árvores, e outros componentes da imagem, que sinalizam a preocupação com construção e cultivo. As ações dos colonos provocaram rápidas mudanças na paisagem da região características da época do pioneirismo. Esta situação foi retratada por Oberg (1960, p. 46), dizendo que o

“primeiro ano é gasto na limpeza da terra e na construção de uma casa rústica, que satisfaça as necessidades básicas. [...] cozinha-sala-de-estar, com espaço atrás para servir de paiol de milho. Esse corpo central é flanqueado por dois alpendres, um para o dormitório e outro para os porcos. Em torno dessa construção central há, ainda o galinheiro e um barracão onde se guarda o carroção de quatro rodas, os arreios, as ferramentas e, algumas vezes, ainda, um banco de carpinteiro. Não há cercas em torno da casa e os tocos e troncos da derrubada recente ainda não foram retirados. Desde o princípio, porém, há uma pequena área cercada que serve para horta e jardim”.

Observa-se, neste relato, o destaque dado aos elementos componentes mais importantes e imprescindíveis do espaço produtivo e de vida dos colonos. Limpar a terra e construir

implicava em criar condições de produção e de vivência. Percebe-se, nos relatos, que a realização destas tarefas era penosa e demontava tempo. Cada família precisava muita dedicação e persistência para estruturar a sua propriedade. Mas as famílias, no seu conjunto, exerciam uma forte e rápida ação transformadora sobre o espaço, levando-se em consideração as condições técnicas e equipamentos disponíveis na fronteira dos anos 40 e 50. Os espaços mínimos e seus modelos e disposições eram herdados da terra natal. Ter, logo, a roça era normal. Ter lugar para armazenar milho (paiol) e abrigo para os porcos era tão urgente quanto o dormitório, a cozinha-sala-de-estar. O galinheiro e a horta significavam a preocupação com a subsistência e a garantia da sobrevivência, ou seja, a busca da autonomia da unidade produtiva. Ser colono pioneiro implicava em garantir, na nova terra, a condição de subsistência da família. Lotário Meinerz (Com Licença, p. 83) lembra que as roças eram feitas aos poucos, uma vez que não havia necessidade de fazer grandes lavouras como hoje, referindo-se à modernização. Segundo ele, plantava-se, no início, somente para o sustento da família e mais nada. “Lavrava-se com bois ou mulas e plantava-se milho e mandioca para engordar porcos e fumo para comércio, arroz e feijão para o gasto. As madeiras foram serradas para fazer construções e o resto era queimado”. No começo fazia-se um pouco de dinheiro com o feijão e o milho, diz Romano Mumbach (Com Licença, p.106), que era vendido aos cerealistas de Quatro Pontes, filial da MARIPÁ. “Aos poucos e devagar criamos os porcos (preto e duroc) que era o negócio melhor daquele tempo”. O porco preto era o porco colonial, o porco anterior à introdução do “porco de raça”, como se dizia, a partir da modernização. O milho naquele ano (1953) era ótimo, mas apodreceu muito na roça, comenta Pedro Kuhn (Com Licença, p. 89). “Também as roças eram um fumeiro brabo em que estava espalhado o milho. Por fim conseguimos colhê-lo e tivemos que carregá-lo em grandes cestos de qualquer canto da roça para o galpão”.

O colono chegava à fronteira com o objetivo de desbravar o lote colonial e torná-lo produtivo. Ele precisava remover a vegetação nativa para cultivar os cereais, precisava providenciar a infraestrutura para que a família pudesse viver e produzir. No caso da colônia da MARIPÁ, a vinda de colonos se intensificou no início dos anos 50.

A construção central era complementada com espaços que denotavam múltiplas atividades da unidade familiar. Criar galinhas era uma atividade que aparece nos relatos e informações sobre os colonos. Cultivar hortaliças em um local cercado

confirma o costume de se criar as galinhas soltas, sendo que o galinheiro servia como “dormitório”, como local para a postura dos ovos. Ter ferramentas, carroção, arreio e, em alguns casos, carpintaria mostra que os colonos traziam utensílios com a mudança.

Voltando para a atividade central e para o espaço central do estabelecimento do colono, constata-se que a atividade mercantil tinha importância. Fazer roça e criar porcos visava renda para, em muitos casos, pagar parcelas decorrentes da compra do lote e para viabilizar melhor estrutura à propriedade. Esta criação exigia, por sua vez, construções, plantações, armazenagem, trabalho diário, relação com o mercado.

A limpeza do terreno era feita através da roçada com uso de foice e machado, abatendo-se os arbustos e árvores pequenas. Quando os “paraguaios” eram contratados, como já foi dito, usavam o facão. Após a roçada, as árvores maiores eram derrubadas com o machado e, em alguns casos, com a motosserra.



FOTO 5 - Foto de 1950 de Marechal Cândido Rondon, nas proximidades da localização da COPAGRIL, acervo do CEPEDAL.

O local desta foto é, hoje, urbanizado, ficando a uns 2 km do centro de Marechal Cândido Rondon. Ela fornece uma visão típica do espaço colonial da fronteira, do espaço em construção que vem sendo analisado nesta parte do trabalho. Instalações, plantação, terra nova, mata, árvores frutíferas, o acesso pela estradinha, enfim, eis a visão para simbolizar o espaço da fronteira. Este tipo de estruturação foi sendo multiplicado rapidamente na região.

Oberg (1960, p. 46) descreve uma chácara de 3 hectares, ocupada por um casal e um filho de 21 anos. A família, de origem germânica, morava há dois anos nela, sendo que era proprietária de mais uma colônia de 25 hectares ainda não ocupada. A casa, o chiqueiro, o paiol e outras instalações formavam um só prédio à semelhança da descrição anterior. Na cozinha, havia um fogão à lenha, um porta-panels em forma de pirâmide, prateleiras cheias de pratos e travessas, uma grande mesa e cadeiras. A fonte de água era o riacho, onde também se lavava a roupa. Não existia privada. A chácara estava completamente sem mato, restando ainda troncos e tocos das árvores. O proprietário tinha duas vacas leiteiras, um touro novo, um cavalo, quatro porcas de cria e galinhas. Tinha plantado café, (960 pés), mandioca (4000 pés), milho (dois hectares), feijão, batata, arroz, trigo, laranjeiras (15 pés), pessegueiros (20 pés), bananeiras.

Percebe-se a ocupação total desta chácara com prioridade à plantação de milho em dois terços do terreno articulada com a criação de porcos, ou seja, a preocupação com a produção do excedente. No entanto, o excedente se integrava com a subsistência imediata (feijão, arroz, trigo, batata, vacas leiteiras, galinhas) e com a subsistência futura (árvores frutíferas).

Keith Derald Muller (1986), a partir de levantamentos feitos em 1968 e 1969, em Toledo e a partir de suas observações e de dados obtidos, descreve algumas propriedades rurais. Nesta época, decorridas duas décadas do início da colonização, havia colonos que tinham estruturado suas propriedades e a agricultura começava a passar por transformações rumo à modernização.

João Sandri veio a Toledo em 1949 e ocupou, desde 1954, uma colônia no perímetro 1, área de colonização mais antiga e próxima à cidade de Toledo. Seu lote de 27,5 hectares era triangular e se localizava na nascente de um rio. Cultivava vinhedo, criava gado, tendo boa quantidade de pasto. O gado incluía cinco bois, oito vacas, quatro bezerros e oito cabeças de gado de corte. A maior parte do leite produzido era consumida em casa, sendo que pequenas quantidades eram vendidas em vilas (denominação dada aos espaços povoados ao redor do centro da cidade) a dois quilômetros de distância. A família Sandri vendia cerca de 120 frangos, anualmente, e alguns eram consumidos em casa. O milho e a soja eram utilizados na alimentação de porcos, enquanto que a mandioca era dada aos porcos ou transformada em farinha para o consumo próprio. O feijão e o arroz eram consumidos pela família que era constituída por 13 filhos, quatro rapazes e nove moças, a mais velha tinha

30 anos e a mais nova, três anos. Os filhos atingiam quatro anos de escolaridade (Muller, 1986, p. 96-97).

Carlos Bastos veio a Toledo e ocupou seu lote em 1969, sendo, portanto, uma ocupação recente na época do levantamento de Keith Derald Müller (1986, p. 97). Viveu numa casa de madeira, localizada perto de um rio. Possuía meio lote colonial da MARIPÁ (13 ha), sendo que meio hectare estava em mata e o resto era utilizado para plantação e para pasto. Tinha 30 porcos, quatro cabeças de gado, um saco de semente de trigo plantado, 20 sacos de soja produzidos, milho para os porcos<sup>87</sup>, um pouco de arroz e feijão para consumo próprio. Possuía seis filhos e dois tinham ido para a zona pioneira do Mato Grosso onde trabalhavam como mecânicos. Apesar da ocupação recente, havia boa quantidade de animais, suínos e gado, e produção agrícola, soja e milho, que demonstravam uma relativamente boa situação econômica inicial e boa capacidade de produção.

Os dois irmãos Ângelo e Antônio Galute tinham vindo a Toledo em 1967 para se estabelecerem num lote comprado dez anos antes por seu pai. Subdividiram o lote de 15 hectares em duas partes longitudinais para que ambos tivessem acesso ao rio. Estavam, portanto, em suas fazendas apenas há dois anos.

A casa era típica dos primeiros colonos, ou seja, “uma estrutura simples de madeira com dois compartimentos, com telhado pontudo, com entrada para a água”. A fazenda<sup>88</sup> Galute, descrita por Muller (1986, p. 97), estava consolidando uma boa infraestrutura produtiva e

“tem características que denotam avançados estágios de desenvolvimento. Por exemplo, um depósito alimentador rudimentar para ração do gado, construído nos primeiros meses da ocupação e que agora está destruído. Foi construído um telhado de madeira corrediço, unido a postes roliços. Por outro lado, foi construído, recentemente, um grande chiqueiro de madeira lisa, com telhas, e pintado. O fato de o chiqueiro estar pintado e não a casa da família, não significa que os porcos sejam ‘reis’ em Toledo. Os campos também demonstram o estágio de desenvolvimento: 5 dos 15 hectares de terra permanecem com mata; troncos e tocos permanecem em áreas ainda por limpar e quase não há cercas. Os dados acima indicam que a fazenda Galute ainda se encontra no estágio inicial de ocupação”.

---

87 Deduz-se que o levantamento foi feito entre os meses de maio e setembro, época de se ter trigo plantado, a soja e milho produzidos.

88 O termo fazenda, utilizado por Müller, significa o lote colonial, a pequena propriedade, a unidade produtiva do colono de, mais ou menos, 25 ha.



Emílio Sauer veio a Toledo em 1951, acompanhando seu pai, e, em 1966, começou sua própria família e se mudou para o seu lote de 27 hectares. A casa de madeira ficava perto do rio. Somente 2 hectares continuam com mata.

“Sauer chegou a ter mais de 200 porcos em um ano, embora em 1970 ele tivesse apenas 40, devido aos preços desfavoráveis. Cinco hectares produzem 600 sacas de milho. Somente um pouco de leite é produzido das 26 cabeças de gado, e é consumido em casa. Sauer comprou, ‘para o futuro’, na cidade, quatro lotes urbanos para seus filhos” (Muller, 1986, p. 98).

Esta era uma propriedade que se encontrava em situação de cultivo e de criação avançada. Trata-se de colono instalado há mais de 15 anos.

Keith Derald Muller, também, faz uma descrição de quatro propriedades de japoneses, sendo que três tinham tomado iniciativas de mecanização. Ele informa que havia 33 famílias de descendentes de japoneses na colônia, constituindo menos de 1% do total da população da colônia. Refere-se, portanto e sob o aspecto da origem étnica, a um pequeno grupo no conjunto da colônia. A vinda destes descendentes de japoneses oriundos do Norte do Estado do Paraná teve uma permissão de Willy Barth como foi visto na discussão sobre a origem e caracterização dos colonos (3.3).

Massagi Sato possuía 96 hectares. A família constituía-se da esposa, quatro filhos, o avô, e dois irmãos solteiros de 22 e 24 anos, trabalhando em tempo integral na fazenda. Sato tinha limpado 24 hectares para mecanização e estava planejando limpar mais 60 hectares para mecanizar totalmente a área. Limpar para a mecanização era tirar do solo pedras e restos de madeira, era fazer a destoca, ou seja, arrancar tocos e raízes das árvores com tratores-de-esteira a fim de tornar o solo propício para a utilização do trator, da ceifadeira e de outros implementos agrícolas.

Possuía um trator, uma pick-up, uma pequena ceifadeira e uma debulhadeira para trigo e soja, um arado de duplo disco, e uma grade de 24 discos. Estes implementos começaram a ser utilizados nas lavouras, pois a modernização da agricultura estava sendo iniciada na região. A casa em que os Sato moravam durante os três anos iniciais de colonização era uma casa de madeira, com teto pontudo, localizada no centro da propriedade, um lugar pouco comum para a construção de uma casa na colônia. Mas, a casa de cinco quartos também foi construída de madeira, porém era muito mais sólida. “Esta contrasta com as casas dos municípios próximos de Toledo, onde quase todas as moradias

rurais são feitas de madeira; tijolos e pedras são raramente encontradas” (Muller, 1986, p. 98).

O que chamou a atenção de Keith Derald Muller foi o teto pontudo da casa e sua localização no centro da propriedade. O caso do teto, denota o estilo dos nipo-brasileiros contrastando com o estilo dos colonos euro-brasileiros. O fato de a casa estar no centro da propriedade e ser pouco comum mostra que as moradias, como se percebe nos outros relatos, se localizavam próximas aos rios e às fontes de água, normalmente, nos lugares mais baixos.

As outras construções e instalações também indicavam progresso da atividade agrícola e uma relativa prosperidade. Havia uma grande casa de máquinas para o pick-up e o trator. Os 220 suínos eram mantidos em dois modernos e grandes chiqueiros. “A fazenda Sato é abastecida de água por um poço. Uma bomba a gasolina conduz a água para um tanque elevado. Esta água é usada pela família e fornecida aos suínos; o gado bebe água diretamente no rio” (Muller, 1986, p. 99).

Na família Sumizawa Chodi, o chefe tinha 30 anos, sendo que o casal possuía quatro filhos. Moravam, também na fazenda, os pais e mais três irmãos de 21, 24 e 27 anos. Presume-se que estes sairiam da fazenda quando se casassem, pois a propriedade de 27,5 hectares não comportaria subdivisões.

A família Kinzo Ishida foi uma das duas primeiras famílias japonesas a se estabelecer na zona rural de Toledo, em 1957. Possuía 13 filhos com idades que variavam de 36 a 10 anos e a fazenda encontrava-se em processo de completa mecanização.

“Em 1968, os 50 hectares iniciais foram aumentados para 64 hectares a fim de facilitar a mecanização. A fazenda tem um trator e um jipe. A Casa também foi aumentada, para abrigar a grande família. Embora hoje tenham um poço, nos primeiros anos da ocupação a água era retirada do rio, perto de onde se localizava a casa” (Muller, 1986, p. 99).

Takeshi Takano, cuja propriedade também estava em vias de mecanização, possuindo 62,5 hectares,

“não se sente capaz para tal empreendimento. O pai de Takano, que morreu recentemente, fez uma compra inicial de dois lotes para seus filhos. Isto mostra a preocupação em assegurar terra suficiente para uso futuro de seus filhos e descendentes e permitir uma possível mecanização. Takano divide sua fazenda com seu irmão solteiro de 25 anos e, devido ao senso de previsão de seu pai, poderá dividir a fazenda com seu irmão quando este casar” (Muller, 1986, p. 99-100).

É interessante observar que a maioria das propriedades descritas por Keith Derald Muller situam-se nas beiras dos rios, ou de estradas ou possuem vertentes nas quais poderiam ser feitos poços. As casas estão a uma média de 100 metros uma da outra, e tomam a forma linear da estrutura da organização do espaço colonial na região. Propriedades de uma só família e de proprietário individual da terra predominam nas descrições. “São separadas por intervalos de 50 a 300 metros ao longo do rio ou de estradas, e com isso as construções criam um padrão linear. Mais de 90% das ocupações em Toledo são desse tipo”. Às vezes, a dinâmica colonial, com a subdivisão de propriedades, condicionou a formação de agrupamentos de residências, o que Muller (1986, p.102) denomina de vilas. “Estas vilas resultam da subdivisão longitudinal das propriedades normais de 25 hectares pela venda ou para localização da fazenda perto do rio para que todos tenham água disponível”.

Tanto Oberg (1960) quanto Muller (1986) mencionam o rio em todos os relatos sobre as propriedades. Os dois observadores, um em 1956 e outro em 1968,69, perceberam que o acesso fácil à água exercia influência na distribuição dos espaços na propriedade. Ter água em abundância era para o colono uma preocupação sempre presente, pois a quantidade necessária numa unidade produtiva era grande. Além da consumida na casa, a suinocultura exigia a disponibilidade de muita água. Os suínos, principalmente no verão, consomem-na em abundância. A criação de gado e de aves, também, dependia do acesso fácil à água. Por isso, a proximidade do rio ou da fonte era importante. Esta exigência de localização próxima à água foi sendo minimizada na medida em que o uso de novas tecnologias e de instalações melhores e o uso da energia elétrica e de motores possibilitaram o bombeamento de água para lugares mais elevados. Algumas descrições mostram propriedades em vias de modernização. O “carneiro”<sup>89</sup> era bastante difundido nas colônias para prover de água as casas e outras instalações. A boa aguada do lote era requisito de peso para o colono decidir pela compra de uma propriedade. As condições técnicas exigiam que as instalações estivessem próximas às fontes de água ou próximas aos rios. Nesta situação, a construção central e as construções complementares se localizavam nas partes mais baixas dos lotes e a uma certa distância da estrada. Por isso cada lote tinha a

---

89 O “carneiro” é uma espécie de bomba hidráulica que empurra a água, a partir de sua pressão, para altitudes maiores da origem da mesma. Não precisa, por isso, do auxílio de outra energia a não ser da força gravitacional da própria água.

sua estrada (ou estradinha) que ligava a casa e galpões à estrada. Esta estradinha, ia muitas vezes pela divisa, servindo para dois vizinhos.

Pode-se perceber, nas descrições anteriores um certo ritmo de vida por parte dos colonos nos anos iniciais que foi ocorrendo em diversas colônias.

“Durante os primeiros cinco anos de ocupação, o maior tempo é gasto com a limpeza da terra, plantio de milho e mandioca, com a criação de alguns porcos, vacas e frangos. Há algumas hortas com legumes. O estágio inicial é também representado pelo tipo de moradia: primeiro um barracão, depois uma vasta casa vertical de madeira natural e de telhado pontudo” (Muller, 1986, p. 102)

Depois dos seis meses até o terceiro ano, iam sendo feitos anexos à casa para possibilitar o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas. Construía-se, provisoriamente, um chiqueiro, um alimentador de gado e um paiol para milho. Foi visto, em diversos casos, que se começava a plantar arroz, feijão, batatas e árvores frutíferas como laranjas, uvas, pêssegos, bananas. Eram construídas cercas de estacas. Em torno de 50% da terra começava a ser preparada e era destinada para o cultivo. (Muller, 1986, p. 102). Dos dois aos dez anos, cerca de 75% da área estava preparada para o cultivo. As edificações eram melhoradas e substituídas.

“Um grande chiqueiro novo e bem construído, substitui o anterior. As cercas são melhoradas e freqüentemente se usa arame farpado. As colheitas comerciais e o gado tornam-se de importância crescente, substituindo a inicial e quase agricultura de subsistência” (Muller, 1986, p.102)

Após os dez anos, a casa e os anexos adquiriam o máximo de crescimento. Mantinha-se pequenas áreas de mata para lenha, combustível e madeira de uso na propriedade. A maior parte da área estaria, então, em cultivo. (Muller, 1986)

As casas eram feitas com tábuas de madeira, inclusive o assoalho. Em 1956, nas áreas urbanas, 59% das casas tinham cobertura de telhas e, nas áreas suburbanas e rurais em torno da metade. A cobertura das demais era feita com tabuinhas (“**Schindle**”). “Nossa primeira casa, ou rancho como chamávamos, era feita de troncos roliços e coberta de tabuinhas. As tábuas de fechar em volta, a MARIPÁ trazia. Mais tarde, quando o papai já tinha melhorado de situação financeira, cobrimos a casa de telhas” (Lotário Meinerz, Com Licença, p. 84). O primeiro rancho de Alberto Philippsen (Com Licença, p.

91) foi fechado e coberto com costaneiras de pinho que a MARIPÁ forneceu gratuitamente. Depois construiu a casa coberta de cabriúva que serviu por seis anos, quando foi construída uma casa melhor. O primeiro rancho construído por Pedro Kuhn (Com Licença, p. 89), com a ajuda do irmão Wendelino, era com troncos roliços, sendo que o Albino Engelmann cedeu 500 telhas. Era época de chuva e se aproveitava os momentos em que parava de chover. “Quando tínhamos colocado a última telha queríamos cortar mais uma ripa, aí veio tudo abaixo se quebrou a metade das telhas. Aí a situação ficou crítica”.

A construção da casa era feita pelo próprio colono e sua família. Às vezes, era contratado um vizinho que tinha alguma experiência de construção adquirida na prática. A menção às ferramentas e ao banco de carpinteiro permite confirmar que os colonos tinham esta prática.

Em termos de espaço físico, as casas eram, relativamente, amplas, mas deve-se levar em consideração o número elevado dos componentes das famílias. Em 1956, havia, em média, 5,7 cômodos por casa na área urbana, 4,2 na área suburbana e 3,8 na rural, havendo uma média 0,8 - 1,0 - 1,2 pessoas por quarto, respectivamente. (Ober, 1960, p. 62)

A limpeza da colônia, que implicava em roçar, derrubar e cortar árvores, poderia ser feita pelo colono e sua família. Às vezes se recorria aos paraguaios que eram contratados para tais tarefas, que exigiam a experiência de pessoas criadas no local e com experiência com as lidas do mato.

“Os colonos em melhor situação financeira, depois de comprarem a terra fazem um contrato, em geral com um paraguaio, para derrubar uma determinada área, ao preço de Cr\$ 3.000,00 o alqueire” (Ober, 1960, p. 76)

Muitos colonos, no entanto, assumiam eles próprios as tarefas na colônia. O mato miúdo era cortado à foice, as árvores pequenas eram derrubadas a machado e as grandes, talhadas com o machado para direcionar a queda e depois com serra traçador (vai-e-vem), puxada por dois homens. Depois de o mato secar era ateado fogo, ficando a terra coberta de cinzas, troncos e tocos enegrecidos, estando a terra pronta para o plantio de milho, feijão e trigo principalmente. Muitas vezes a queimada era irregular, o que requeria mais serviços de corte de galhos e reunião dos mesmos. Assim, as primeiras plantações eram feitas entre troncos e ramos enegrecidos (Muller, 1986, p. 127). Essas primeiras plantações destinavam-se, prioritariamente, para o consumo na colônia (alimento familiar, ração para os suínos), sendo que as sobras eram destinadas ao mercado local.

O uso do fogo era freqüente nas colônias do Sul do Brasil. A derrubada da mata, seguida pela queimada, tornava o solo adequado para o plantio e a germinação e facilitava o seu manejo. O feijão, por exemplo, se desenvolvia muito bem na terra nova (terra recém-desmatada), coberta de cinza.

“É muito comum encontrar-se o colono, durante o primeiro ano, construindo sua casa em meio a uma plantação de milho e feijão. Os troncos e galhos próximos à casa são usados para lenha e assim, pouco a pouco, a clareira se expande, o capim começa a crescer e cerca-se uma pequena pastagem para a vaca ou a junta de bois. Planta-se um jardim e constrói-se um galinheiro e um chiqueiro” (Oberg, 1960, p. 77)

O mesmo, também, acontecia com a terra já cultivada há alguns anos e que era deixada “descansar” (deixar crescer capoeira) para, depois, ser roçada e queimada. Este método de cultivo desgastava rapidamente solos férteis e foi denunciado por Léo Waibel (1979) nos seus estudos sobre a colonização européia no Brasil. Era o sistema denominado de rotação de terras, no qual uma parte da terra desmatada estava em cultivo e outra parte em descanso.

“O solo rende bem durante os primeiros anos após a limpeza e a queima das florestas. No entanto, quando o solo é exaurido, é utilizado para pastos por alguns anos, permite-se depois disso, o desenvolvimento da capoeira. Estando o solo esgotado pela plantação, outra parte da propriedade é limpa, é feita a queimada, e as culturas são plantadas. Quando todas as florestas estiverem derrubadas o processo continua com a limpeza e queima da capoeira, plantação, reversão para pastos, e retorno à capoeira” (Muller, 1992, p. 131)

Toledo, estando no início da colonização, já dava sinais de utilização da ‘rotação de culturas dentro da rotação de terras’ (sistema referido por Rothwell) de uso difundido no Sul do Brasil. Para Keith Derald Müller (1986, p. 132) a seleção de colonos mais progressistas do Sul do Brasil, feita pela MARIPÁ, resultou em técnicas de plantio mais aprimoradas, como a rotação de culturas e a utilização, embora limitada, de fertilizantes. No Sul do Brasil se verificava, no final da década de 60, a exaustão e erosão dos solos. Cabe, novamente, ressaltar que o ato de migrar teve, no caso em questão, objetivos calçados no desejo de melhorar economicamente e na vontade de investir.

“Um sistema de rotação de três campos é empregado em Toledo com três lotes limpos, dois com culturas e um com pasto. Estes são alternados periodicamente; por exemplo, um pode

ser de trigo, alfafa e soja, outro de milho interplantados com mandioca e o terceiro de pastos. As safras e os pastos são geralmente alternados a cada dois anos. [...] 37% da terra limpa é cultivada, e 18% são mantidos em pastos, o resto é floresta” (Muller, 1986, p. 132)

Existiam variações no que tange a tipos de cultivos utilizados no sistema de rotação de campos e tempo necessário para completar os ciclos. No entanto, o fato de se estar no início da década, época a que se refere esta documentação, significa que novas tecnologias e novas instituições ou instituições renovadas seriam introduzidas.

“As tendências atuais sugerem que os esforços cooperativistas por um núcleo de colonos progressistas podem ter sucesso no estabelecimento de uma moderna tecnologia agrícola, e Toledo pode ser alvo de padrões indesejáveis de utilização da terra que predominam em algumas partes do Sul do Brasil” (Muller, 1986, p. 132)

Kalervo Oberg (1960, p. 67) transcreveu informações obtidas em 106 estabelecimentos espalhados pelo interior da colônia em 1956, a partir dos quais relatou a situação da agricultura de Toledo na época que ainda apresentava características pioneiras, ou seja, sinais de ocupação recente e de desbravamento. Dos 240.000 hectares loteados, apenas 44.150 hectares (18,4%) estavam sendo explorados como “fazendas”. É bom alertar que se trata de lotes coloniais típicos das colônias, pequenas propriedades portanto. Observe-se que a maioria já tinha sido vendida. Isto mostra que havia uma certa demora entre a compra do lote colonial e sua ocupação e desbravamento. Isto se deveu ao fato de que havia colonos que compravam terras para concedê-las aos filhos quando casassem e que havia, também, colonos que poderiam comprar terras sem necessidade imediata de começar a exploração, uma vez que poderiam manter suas propriedades no local de origem ou poderiam explorar uma outra área adquirida na fronteira. No restante ainda não havia começado a exploração colonial. Mesmo dos 44.150 hectares, 71% estavam cobertos de florestas, 20% eram ocupados por culturas temporárias, 5% de plantios permanentes e 2% de terra estavam sem uso. A área média cultivada nos estabelecimentos era de 7 hectares por unidade, sendo um pouco mais de um hectare por pessoa no município.

Na amostragem, as culturas temporárias estavam distribuídas da seguinte maneira: “milho, 62 por cento; aipim ou mandioca doce, 14 por cento; arroz, 8 por cento; soja, 5 por

cento; trigo, 4 por cento; feijão, 4 por cento; outras culturas, 3 por cento” (Oberg, 1960, p. 68). O trigo e o arroz eram produzidos para o consumo local. No início da colonização, na parte norte da Fazenda Britânia, foram plantados cerca de dois milhões de pés de café por colonos, mas esta cultura não teve continuidade, por causa das esporádicas geadas na região. O café começa a produzir e ter retorno a partir do terceiro ano, sendo, por isso, um investimento a prazo mais dilatado que as culturas temporárias. Uma geada forte é suficiente para queimar um cafezal e inviabilizar sua produção por vários anos.

Era comum plantar milho e mandioca juntos na mesma área. Ambos se destinavam à alimentação dos porcos, como ocorria, também com a soja. O milho, em função da suinocultura do próprio colono ou do vizinho, era o cultivo mais importante. Ele era, normalmente, interplantado com a mandioca e, algumas vezes, com a soja. “A mandioca é plantada em intervalos de aproximadamente 1 metro, enquanto que o milho é plantado entre as filas de mandioca em intervalos de 0,5 metros” (Muller, 1986, p. 128). A média de produção estimada era de 2.500 quilogramas por hectare em 7 ou 8 hectares, por estabelecimento, dando um volume de aproximadamente 300 sacas de 60 Kg para cada unidade produtiva. A soja rendia de 35 a 40 sacas por hectare<sup>90</sup>. Os suinocultores compravam, em média, 150 sacos de milho, por ano, para o consumo com os suínos.

A produção dos colonos para o mercado baseava-se, fundamentalmente, na suinocultura e nas colheitas de milho, mandioca e soja. Os suinocultores produziam em torno de 2/3 do milho necessário, tendo que comprar o resto de outros colonos ou dos intermediários, que às vezes, o traziam de fora da colônia. Os suínos eram comercializados com cerca de 11 meses<sup>91</sup>, sendo transportados de caminhão para o abate nos frigoríficos da Região e de Ponta Grossa.

---

90 Este volume de produção por área é bem inferior ao volume atingido com a modernização da agricultura (milho em torno de 110 sacas por hectare e soja de 60 sacas). Contudo, a renda líquida por hectare, descontados os custos de insumos e os desgastes dos equipamentos, parece-nos ser menos com a modernização. Por outro lado, a modernização possibilitou o cultivo de áreas maiores por unidade produtiva e a ampliação da renda não por área mas em função do volume de produção por produtor.

91 Mais tarde, com a adoção de técnicas modernas na suinocultura, como o uso de rações concentradas, novas raças híbridas e outras, o porco começou a ser vendido e abatido antes de completar seis meses.



“Mais de 90% dos fazendeiros criam suínos, mas somente 70% os criam comercialmente. [...] uma típica fazenda de suínos, para fins comerciais, tem cerca de sete porcas, 30 leitões, 26 porcos e um barrão, para um total de 90 a 100 porcos durante um período de um ano. Em média, 52 porcos são comercializados por ano. O tipo predominante é o Duroc (71%), em seguida vem o Landrace (19%), e os mistos” (Muller, 1986, p. 128).

### QUADRO 11 - DADOS GERAIS, POR TIPO DE FAZENDAS MODELO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

INFORMAÇÕES	DADOS GERAIS, POR TIPO DE FAZENDA									
	Individual isolada								De ocupação em grupo (exemplo alemão 9)	
					Exemplo alemão					
	1	2	3	5		6	7	8		
Famílias	1954	1969	1967	1966	1959	1960	1957	1961	1956	
Ano de chegada	13	6	-	-	4	4	13	2	2	
Número de filhos	56	50	32	-	31	33	62	31	-	
Área, por utilização das terras (há)	27,5	13,0	15,0	27,0	96,0	27,5	64,0	62,5		
Total	7,5	0,5	3,0	2,0	21,5	9,5	14,5	17,0	404,0	
Mata	12,5	9,0	8,0	10,0	38,5	29,0	29,0	17,0	150,0	
Clareira	-	-	-	-	24,0	-	-	17,0	-	
Mecanização	7,5	2,5	2,0	15,0	12,0	-	14,5	13,5	-	
Pasto										
Produção agrícola (saco de 60 kg)			8,0	12,0	12,0	4,0	pouco	5,0	20,0	
Milho	400,0	-	3,0	-	2,0	7,0	-	5,0	20,0	
Soja	40,0	20,0	pouco	5,0	17,0	-	-	10,0	130,0	
Trigo	30,0	-	-	-	7,0	5,0	5,0	1,0	-	
Arroz	15,0	-	pouco	-	-	5,0	5,0	1,0	-	
Feijão	100,0	-	-	-	-	9,0	9,0	-	-	
Café		pouco	pouco	-	-	-	-	-	-	
Mandioca										
Criação de animais (cabeças)	100	30	44	40	220	casa	casa	casa	500	
Suínos	25	4	8	26	12	-	-	-	300	
Gado										

FONTE: Muller, 1986, p. 96

O quadro 11 proporciona uma visão geral da produção e criação na região e as descrições sobre as propriedades mostram como os diferentes produtos e a criação se articulavam, se complementavam e se relacionavam para formar o todo da unidade produtiva independentemente das origens étnicas. O gado estava presente em todas as unidades, mas em número reduzido, sendo que a principal finalidade estava no atendimento das necessidades domésticas. Os bois serviam de força animal e eram utilizados para os serviços de lavração, para a tração de carroças e carretões, para arrastar toras. As vacas não poderiam faltar, pois o leite era imprescindível para as famílias dos colonos uma vez que se constituía na base alimentar das proles

numerosas (13 filhos, 6 filhos, ...). Prover a família de, pelo menos, duas vacas era aconselhável. As crias eram planejadas para que sempre se tivesse leite em casa. Às vezes, os vizinhos trocavam vacas para poderem ser ajustadas as épocas das crias. Outras vezes, quando faltava leite, um vizinho o fornecia em troca de outro favor já recebido ou a receber quando a necessidade o exigisse. Excepcionalmente, na casa da família Sandri, pequenas quantidades de leite eram vendidas em vilas a dois quilômetros de distância. O mesmo ocorria com os bezerros e o gado de corte. Os colonos carneavam gado, suínos e aves para o consumo próprio. O dia da carneação (Schlacht Tag, entre os alemães!) era um dia diferente e especial para a família e acompanhado de um cerimonial. Dependendo do caso (idade dos filhos, reciprocidade...), era convidado o “primeiro vizinho” para ajudar.

No dia anterior, o galpão, os tachos, as panelas...eram limpadas. As facas afiadas. Era providenciada lenha para o fogo do churrasco, para fritar o toucinho e preparar a banha, etc, fazia-se lingüiça, “morcilha”, “zibalips” (espécie de gelatina oriunda de cozimento de carne com pele, cartilagem e temperada a gosto). A carne era fritada e guardada mergulhada na banha. Findados os trabalhos, um ou dois dos filhos tinham a tarefa de levar e entregar as porções de carnes aos vizinhos mais próximos que já os aguardavam, pois o dia da carneação seguia uma certa seqüência entre grupos de vizinhos, dependendo também, no caso dos suínos, do consumo da banha.

Aqui a vida dos colonos está sendo reconstruída em detalhes. São “histórias pequenas” que têm sentido em si, mas, também, têm sentido nos processos mais amplos e se confirma que a visão macro e a visão micro não se contrapõem e, também, não se restringem a funções complementares. O olhar direcionado para fenômenos circunscritos, também, é revelador para o historiador (ver Gingsburg, 1992). O movimento do real, por mais complexo que seja, apresenta suas imposições gerais e os indivíduos, vivendo a vida, manifestam suas particularidades e atitudes localizadas (Burke, 1992, p. 326). Portanto, eis outros aspectos da vida dos colonos importantes para a historiografia.

Kalervo Oberg (1960, p. 49) observou que, em 1956, a população da Fazenda Britânia dedicava-se basicamente à atividade agrícola, sendo que 78% dos homens de mais de 18 anos exerciam suas atividades na agricultura. Embora 91% das mulheres terem informado que suas atividades principais eram os afazeres domésticos, sabe-se que dedicavam boa parte do tempo à agricultura e à pecuária. Para possibilitar tais atividades, era necessário realizar o desbravamento que ocorria nos anos iniciais. Menciona que as condições das fazendas, em 1956,

refletiam os primeiros anos de ocupação e que eram providenciadas as primeiras condições para tornar o estabelecimento habitável e produtivo.

Para a realização das tarefas referentes à produção, predominava a mão-de-obra familiar, sendo que a unidade produtiva costumava coincidir com a unidade familiar. Em 1956, a força de trabalho de 4.760 pessoas era composta de 91% de membros da família dos colonos, 5% de trabalhadores contratados temporários e 4% de empregados permanentes. 51,9% eram adultos do sexo masculino, 31,7% eram adultos do sexo feminino e 16,4% menores de 15 anos de ambos os sexos. Quando se considera os trabalhadores membros das famílias, o trabalho masculino adulto era de 48,7%, do feminino 33,1% e das crianças de menos de 15 anos de idade de 18,1% (Oberg, 1960, p. 72).

“Entre as famílias de descendência alemã e italiana, as mulheres e crianças trabalham junto com os homens. Os salários relativamente mais altos dos trabalhadores das serrarias, limitam os empregos de braços na lavoura, que consistem principalmente de braços migrantes e um pequeno número de paraguaios” (Muller, 1986, p. 128)

Havia falta de mão-de-obra para os trabalhos da lavoura, embora fosse costume a adoção significativa do trabalho familiar pelos euro-brasileiros do Sul do Brasil desde a primeira metade do século XIX, ou seja, desde o começo da colonização na Região.

“Os salários mais altos pagos aos trabalhadores em construção, nos moinhos, nas oficinas mecânicas e na serragem de madeira, restringem o trabalho nas fazendas aos imigrantes caboclos e paraguaios [...] Os colonos [...] têm a tendência de operar a terra apenas com os membros da família. Um casal jovem começa a sua vida de fazendeiros com um mínimo de trabalhadores. Sua força de trabalho atinge o máximo quando o casal chega à meia idade e seus filhos crescidos ainda não se casaram. Com o casamento dos filhos, a força de trabalho declina. Como o tamanho médio das famílias é de 5 pessoas, a força de trabalho, em média, não vai além desse número e é menor geralmente” (Oberg, 1960, p. 72 e 75)

A produção agrícola colonial exigia a diversificação de atividades produtivas, principalmente, no setor urbano. As principais indústrias da colônia, em 1956, eram de processamento agrícola, atendendo necessidades locais, além das indústrias madeireiras e de algumas oficinas. Muitos produtos eram vendidos para fora da região *in natura*.

“[...] o arroz é processado para a área imediata, mas os excessos são embarcados com casca. A mandioca e o milho servem como ração para os porcos, ou são transformados em farinha para uso local. A produção regional de soja cresce a cada ano” (Muller, 1986, p. 129)

A distância e a precariedade das vias de transporte baixavam os preços dos produtos agrícolas produzidos na região e encareciam os produtos que vinham de fora. “[...] em 1967, os preços recebidos pelas colheitas como uma porcentagem média do Estado do Paraná foram os seguintes: arroz, 91%; feijão, 89; milho, 82%; soja; 97%” (Muller, 1986, p. 129). Vê-se que, em Toledo, se praticavam preços inferiores aos praticados em outras regiões do Estado. Isto motivou investimentos iniciais na agroindustrialização, na indústria frigorífica por parte de investidores e com a participação de colonos, como já foi visto. Em 1970, o Frigorífico Pioneiro, filial da Sadia, estava abatendo em torno de 20% dos porcos produzidos na região, empregando 426 pessoas diretamente. O mercado consumidor desta produção se estendia a São Paulo, Rio de Janeiro, Europa e Japão, em 1970.

“Antes de 1964, o Frigorífico Pioneiro pertencia e era operado por um grupo de colonos. No entanto, os problemas de produção e comercialização estavam acima da viabilidade de capital e tecnologia de gerência, e a indústria foi vendida à Sadia. [...] a produção elevou-se enormemente. A indústria abate atualmente entre 500 e 700 porcos por dia e planeja aumentar para 1000. O abate mensal tem estado entre 9.000 e 18.000 e aumentará com as expansões propostas” (Muller, 1986, p. 131-132).

Tanto o desenvolvimento do setor rural como a dinâmica do setor urbano apontavam para o processo de modernização do espaço colonial. Tem-se, pois, uma “realidade característica”, ou seja, ainda persistem condições de uma fronteira colonial constituída com elementos da tradição dos colonos e, ao mesmo tempo, iam sendo introduzidos, de uma forma induzida, processos modernizadores de produção agropecuária. Este será o assunto da parte seguinte.

#### *4.1.1 Os Instrumentos de Trabalho*

No início deste capítulo, houve uma rápida referência às ferramentas e aos utensílios que os colonos traziam nas

mudanças e utilizavam na fase do pioneirismo. A produção agrícola, a criação e as demais atividades dos colonos exigiam uma relação com diversos instrumentos de trabalho.

As ferramentas essenciais na colônia, além das usadas para construir, eram o arado, a enxada, o podão, a semeadeira manual, a foice, o facão, o machado.

Somente 45,9 % dos colonos declararam ter arado. O seu uso não era tão freqüente nos primeiros tempos da lavoura desbravada, pois os tocos, os troncos e, principalmente, as raízes das roças novas dificultavam e até impossibilitavam seu uso. No entanto, quando a roça já estivesse livre desses impecilhos, o arado de boi poderia ser usado em quase todas as lavouras.

“Só tivemos conhecimento da existência de dois arados de disco e, esses mesmos, não estão sendo usados. Seus donos dizem que o terreno não está suficientemente limpo de troncos e tocos para os poderem empregar. [...] Embora os lavradores que notificaram possuir semeadeiras tenham uma média de 1,3 por fazenda, somente 85% dos fazendeiros declararam possuir essas máquinas. Todas as fazendas têm enxadas e foices, em geral 3 ou 4 enxadas e 1 ou 2 foices” (Oberg, 1960, p. 70).

Segundo Keith Derald Muller (1986, p. 127), o arado puxado a gado e a enxada eram os instrumentos básicos usados na agricultura, uma vez que, em todo o Oeste do Paraná, haveria em torno de 200 tratores em 52.000 propriedades. Realmente, a colônia tradicional adotava técnicas e implementos rudimentares para as lidas agrícolas. Müller informa ainda que, normalmente,

“há um espaço de quatro anos entre o início da limpeza e o uso do arado. Este espaço, e o fato de a média que um homem pode trabalhar com arado é somente de cinco hectares, e com a enxada, de 3 hectares, significa que alguns colonos preferem a enxada. O arado tem a desvantagem de acelerar a erosão do solo, além da necessidade de pastos, numa já pequena propriedade”.

O arado era de fabricação local, sendo de estrutura de madeira resistente (normalmente de angico) com uma lâmina de chapa de aço. Era puxado por dois bois sob uma canga (jugo) e revolvia a terra numa profundidade de 10 a 15 centímetros. O arado carrega um simbolismo muito forte para as lidas camponesas dos euro-brasileiros<sup>92</sup>. A leitura do seguinte texto poético mostra bem este espírito.

---

92 DUBY (1988, p.34-35), tratando dos utensílios agrícolas dos

## HINTERM PFLUG

Was spottet ihr über Bauerngeschick,  
 habt ihr doch selber die Stunde verflucht  
 Da ihr im fauchenden Lärm der Fabrik  
 Die heimische Flur zu vergessen gesucht.

Mich lockt nicht der heulende Pfeifenton,  
 Die fröhliche Freiheit, von der ihr sprecht,  
 Und nimmer der klingende Wochenlohn,  
 Den der Jammer verzehrt, der Kummer verzacht.

Zur Freude weckt mich der werdende Tag  
 Mit stampfenden hufen und hahnenschrei,  
 Bei Lerchengeschmetter und Drosselschlag,  
 So gehen die Stunden der Mühe vorbei.

Doch nicht na der Kette, im Werkverlies,  
 Das rings von modrigen Mauern umgrenzt,  
 Nein, draussen, im blühenden Paradies,  
 Von Stürmen umsungen und Strahlen umglänzt.

Die Saaten zahlen mit Zehnten und Zins  
 Vollwichtig mit leuchtendem Ährengold,  
 Und ich bin allein der herr des Gewinns,  
 Den das Feld und dir Frucht und das Dieh mir zollt.

Drum schimpf mich nur "Bauer", ich hör' es gern,  
 Und bin zufrieden mit Stelle und Stand,  
 Ein jedes Getreide hat anderen Kern —  
 Ich bleib' hinterm Pflug und baue mein Land! —  
 CI. Wagener

SKT Paulusblatt, 31 Jahrgang. Porto Alegre, Mai 1948,  
 n.5. (Ver anexo VI)

## DETRÁS DO ARADO

O que zombais sobre o destino dos camponeses,  
 Vós mesmos amaldiçoais a hora,

---

camponeses, no período medieval, também dá uma atenção especial ao arado. Este simbolismo tem suas origens na medievalidade européia.

Quando procurais esquecer vossa campina,  
 No irritante ruído da fábrica.  
 A mim não atraí o som uivoso do apito,  
 A liberdade alegre, da qual falais,  
 E jamais a tilitante recompensa semanal,  
 A qual se gasta em bebidas para esquecer a miséria.

Para a minha alegria acorda-me o amanhecer,  
 Com cascos batendo e cantar de galos,  
 Com gorjeio forte dos pássaros,  
 Assim se vão as horas de esforço.

E não na corrente, na cadeia de fábricas,  
 Cercada de muros mofados,  
 Não, lá fora, no paraíso florido,  
 Acariciado pelos ventos e pelos raios do sol.

A sementeira paga com juro,  
 Pesada com espiga dourada,  
 E eu sozinho o senhor da colheita,  
 Vivo do campo, dos frutos e do gado.

Podeis me chamar de camponês, escuto com agrado,  
 Estou contente com trabalho e lugar,  
 Cada cereal tem um grão diferente,  
 Eu permaneço atrás do arado e cultivo minha terra!  
 Cl. Wagener

Tradução: Delton de Oliveira Campos

Esta poesia foi publicada na SKT Paulusblatt (1948), revista, como já foi afirmado, de ampla circulação e leitura entre os colonos alemães católicos. É preciso alertar que a tradução foi feita com a intenção de traduzir o espírito poético e simbólico sem uma preocupação rígida com o literal. Mas, o que interessa, aqui, é sua leitura e seu simbolismo, ou seja, a mensagem de que detrás do arado, onde se cultiva a terra, se planta e se colhe, onde se interage com a mãe natureza, estaria o paraíso. Tudo isto não existiria no espaço urbano, que não atrai. Os termos “**Bauer**” (camponês) “**Bauerngeschick**” (destino do camponês) eram lidos pelos leitores da revista como “colonos” e como “destino dos colonos”, sendo que os euro-brasileiros se identificavam na poesia. Outro detalhe significativo é que a SKT Paulusblatt (ver anexos VII e VIII) tem um arado e uma cruz estilizados na sua capa mensal. Era pois uma revista para o

“**Katolisch Bauer**” (colono católico), feita a partir das orientações da Igreja (a revista era dos jesuítas), cujo conteúdo e cujo discurso estão exemplificados no *Hinterm Pflug*.

O podão (também denominado de foice de roçar) era uma lâmina de aço em forma de ponto de interrogação com um cabo de madeira de em torno de um metro. Servia para roçar, podar.

“O podão, a enxada e a foice<sup>93</sup> são do tipo comum usados no Brasil e são comprados nos armazéns locais. Os cabos são feitos de galhos descascados de árvores. A semeadeira manual, como o arado, parece ser usado somente nos três estados do Sul do Brasil” (Oberg, 1960, p. 69).

A semeadeira manual era importante para o plantio de cereais. Na descrição de Kalervo Oberg (1960, p. 70),

“A parte essencial da semeadeira é um instrumento feito um ‘bico de pato’, que se abre e fecha quando se movimentam os cabos. Um depósito de sementes, preso ao tubo, tem um regulador, que dá passagem ao número desejado de sementes. Segurando os dois cabos, empurra-se o tubo para dentro do solo e, apertando os cabos um contra o outro, o ‘bico de pato’ se abre, dando passagem às sementes. Enquanto se puxa o tubo do solo, afasta os cabos e ‘o bico de pato’ se fecha. Esse processo permite que a terra caia sobre a semente, cobrindo-a. O milho, o arroz, o trigo e o feijão são plantados com essa máquina. Uma vez que se abre o furo, coloca a semente e a cobre numa só operação, esse método de plantar é muito mais rápido que o outro, no qual o buraco é aberto à enxada, a semente é colocada à mão e depois coberta”.

A existência de tais ferramentas e utensílios em praticamente todas as unidades produtivas é um dado fundamental para a caracterização do espaço colonial. Em primeiro lugar, eram produzidos, em parte, nas colônias, sendo comercializadas pelos comerciantes radicados no espaço colonial. O arado, a carroça e ferramentas eram, em parte, feitas nas ferrarias coloniais. Em segundo lugar, o domínio técnico para sua utilização pertencia aos colonos e era transmitido através de gerações. Em terceiro lugar, a aquisição não implicava em grandes investimentos, pois as economias dos colonos eram

---

93 Um fato que chama a atenção é o simbolismo das ferramentas no Movimento dos Sem Terra (MST), que teve um dos seus momentos iniciais no Oeste do Paraná quando as questões relacionadas com as desapropriações da Itaipu Binacional provocaram movimentos pela posse da terra. A foice, a enxada, o podão são ferramentas que adquiriram uma força simbólica importante na luta pela terra.



suficientes, sendo dispensada a intermediação do sistema bancário.

O número dessas ferramentas existentes nos estabelecimentos dependia do número de trabalhadores da unidade de produção, ou seja, os membros da família em idade de trabalhar. Mulheres e crianças, também, executavam trabalhos, utilizando tais ferramentas. Os filhos ganhavam dos pais brinquedos que poderiam ser ferramentas e outros utensílios usados na colônia. É o carrinho de mão, a enxadinha, o machadinho, a canguinha para amansar os terneiros. Os divertimentos dos meninos, aos domingos, poderiam ser amansar terneiros, fazer carretas. As crianças tinham seus animais com relação aos quais assumiam suas responsabilidades. O menino ter um porquinho, um terneiro, uma junta de boizinhos era uma maneira de qualificar e formar o futuro colono. A menina ter galinhas, pintinhos, vaquinha, fogãozinho era um preparo para ser camponesa. A intimidade com os utensílios coloniais ocorria desde a infância. Estes eram feitos no porão da casa nos dias de chuva, à noite, nas horas em que não se precisasse estar na roça. Eram horas de convivência familiar que, em outros momentos, foram transplantada para a comunidade, para a sociedade colonial. Mais tarde, o aprendizado do adolescente, do jovem era respaldado na experiência dos pais, dos avós. Aprendia-se por se estar junto, por se participar. Aprender era basicamente ter habilidades que, por sua vez, implicava em fazer bem feito o que deveria ser feito.

As construções que os colonos faziam, como também alguns instrumentos exigiam dos colonos ferramentas de construtores e de carpinteiros.

“Como os agricultores constroem e consertam casas e barracões de madeira, feitas de tábuas cortadas pelas serrarias locais, tornam-se essenciais as ferramentas de carpinteiros. (Não vimos nenhuma casa de fazenda feita de tijolos, toros, adobo ou taipa). Essas ferramentas consistem de machados, pás, serrotes, martelos, prumos, esquadros de carpinteiro e outras necessárias à construção de prédios” (Obergh, 1960, p. 70).

Obergh levantou quatro pequenas trilhadeiras em Toledo para a colheita e debulha de trigo, arroz, soja. Alguns usavam o mangual<sup>94</sup> para açoitar os cereais na palha seca e depois separá-los das impurezas com a ajuda do vento.

---

94 O mangual é uma vara na qual se amarra com corda, na ponta, um pedaço curto de madeira. É um implemento europeu muito antigo e de uso freqüente entre os colonos.

“Encontramos alguns fazendeiros usando ventoinhas operadas à mão para peneirar milho, arroz, trigo e feijão. Existem cerca de 13 moinhos no Município, dois localizados em Toledo, dois em General Rondon e o restante nas povoações menores. A maioria dos moinhos são movidos a motor Diesel, embora, em Toledo e em General Rondon, existam alguns movidos a eletricidade” (Oberg, 1960, p. 71).

Embora Oberg não mencione, havia moinhos movidos à água. Existia um em Novo Três Passos e existia outro entre Esquina Ipiranga e Dez de Maio, no Rio Marrecas, que ainda funcionam hoje. Havia outro em Entre Rios.

Nos levantamentos feitos por Oberg (1960, p 71), não foi encontrado nenhum trator nas fazendas. Desta forma, as lidas da lavoura, o transporte, a vida colonial exigiam animais para a tração, que, por sua vez, tornavam o colono plantador e criador.

“Os arados, carretões de quatro rodas e carros de boi de duas rodas, são puxados por bois, cavalos ou mulas. Estima-se que somente cerca de 20 fazendeiros possuem caminhões. Embora 1.175 bois, 425 cavalos e 60 mulas forneçam a força necessária para puxar 820 arados, 720 carretões e 460 carros de boi há falta de transporte nas fazendas, pois, apenas 45% das colônias têm bois e 15,8% cavalos, e apenas 42,7% têm carretões e 29,1% carros de boi”.

Os carretões de quatro rodas, as chamadas carroças eram amplamente difundidas nas colônias. Puxadas a boi, as carroças serviam para transportar os mais variados produtos das colônias das “roças” para casa e da colônia para os comerciantes e da casa de comércio para a colônia.

Os comerciantes iam de caminhão buscar os porcos e outros produtos destinados ao mercado local, como também levavam os produtos adquiridos para o consumo na fazenda, quando as quantidades eram maiores e quando a distância era maior. Mas normalmente, os agricultores procuravam ter uma carroça puxada por bois. “Cerca de metade dos colonos tem pequenas debulhadeiras de trigo e soja. A colheita é feita exclusivamente à mão; arroz, trigo, alfafa e gramíneas são cortadas com foicinhas; o milho é tirado manualmente; e uma enxada é usada para tirar a mandioca” (Muller, 1986, p. 127). Com estas ferramentas e utensílios os colonos, em família, realizavam o trabalho produtivo no estabelecimento agrícola.

Iniciou-se esta parte discutindo o cotidiano dos colonos na fronteira da colônia da MARIPÁ, articulado com a própria memória colonial. Foi elaborado um discurso sobre aspectos bem

localizados e circunscritos do dia-a-dia na fronteira, passando pelos anos iniciais, pelo desenvolvimento agropecuário, até se chegar a caracterizar a vida colonial da fronteira enquanto tradição sob a ameaça do novo da modernização, cuja novidade se caracteriza pela renovação das ameaças sempre antepostas durante a trajetória da migração euro-brasileira.

## 4.2 MODERNIZAÇÃO

A região colonizada pela MARIPÁ e o Oeste do Paraná, como um todo, passaram, a partir do final dos anos 60, por profundas mudanças decorrentes de um processo mais amplo da realidade mundial e brasileira. Nesta época, os reflexos da dinâmica do capital provocaram ações e reações nos diferentes espaços. Os colonos que vieram à região eram portadores de práticas econômicas, sociais e culturais específicas e sofreram fortes impactos do novo da fronteira agrícola e das inovações “antepostas” pela modernização do campo, que foi se intensificando e aprofundando nas décadas posteriores.

Tratar do homem rural, do homem colonial, nesta região e nesta época, implica em contemplar, além da colonização, do cotidiano da fronteira agrícola, também a questão da modernização do campo enquanto concepção e enquanto acontecimento.

Ao mesmo tempo em que a colonização do Oeste do Paraná ocorreu, se processaram profundas e rápidas transformações na sociedade brasileira, que tiveram repercussões sobre as colônias e sobre o homem colonial. As colônias, enquanto espaço agrário, se ressentiram de mudanças decorrentes da dinâmica do mercado internacional e de ações planejadas via Estado. Foi na década de 60, que o espaço agrário brasileiro se reestruturou e se articulou, adotando novos métodos de cultivo e exigindo um novo homem do campo para desempenhar funções novas que o “**agrobusiness**” exigia. Estas mudanças já vinham sendo gestadas nas décadas anteriores, tendo suas manifestações na industrialização substitutiva de importações, opção do governo, em torno da qual, a forma de inserção brasileira na economia ocidental e as novas exigências do mercado interno atribuíram novos papéis às atividades agropecuárias do país.

Os desdobramentos da colonização euro-brasileira e a formação das regiões coloniais do Brasil Meridional ocorreram dentro do contexto da inserção brasileira no mercado internacional e de suas repercussões no Brasil durante o século

XX. A vida dos colonos euro-brasileiros pode ser discutida no âmbito da visão do desenvolvimentismo brasileiro e latino-americano, uma vez que, segundo este, as relações da periferia com os centros dinâmicos do desenvolvimento capitalista repercutiriam sobre as colônias e sobre a vida rural. Esta visão teve influência sobre encaminhamentos políticos e programas para o campo que afetaram o dia-a-dia dos colonos.

#### *4.2.1 O Contexto da Modernização Colonial*

É preciso ressaltar que, nos anos 50 e 60 deste século, foram elaboradas idéias sobre a situação, as possibilidades e a necessidade do desenvolvimento de regiões periféricas, como era o caso do Brasil. Neste âmbito, a questão agrária mereceu análises sob a ótica da necessidade do desenvolvimento como um todo e sob a ótica da ocupação de fronteiras agrícolas, através da colonização, objeto da atenção de intelectuais e de políticos.<sup>95</sup> Ao setor agropecuário, visto neste contexto mais amplo, foram atribuídas, então, novas funções uma vez que o latifúndio agro-exportador tradicional se constituiria em empecilho ao desenvolvimento em curso, cuja dinâmica estaria baseada no desenvolvimento urbano-industrial. Também, começaram a ser exigidas, dos camponeses, novas maneiras de produzir e uma inserção mais efetiva no mercado. Tratava-se de reverter, a partir do direcionamento do Estado, o eixo básico da economia, até então, voltada “para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, a economia deveria voltar-se para a industrialização destinada ao mercado interno. (Mantega, 1984, p. 38).

Assim sendo, se atribuía à iniciativa estatal o desenvolvimento de setores estratégicos e de base para

---

95 Guido Mantega (1984) desenvolveu consistente pesquisa sobre o pensamento brasileiro e latino-americano desta época. A Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL - teve papel importante naquele momento, constituindo-se no marco teórico fundamental para a gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento na periferia, isto é, na América Latina no Pós-Guerra. Segundo Mantega, Raul Prebisch teria dado o marco inicial na teoria cepalina do desenvolvimento. Ver Prebisch, Raul. *El Desarrollo Económico de América Latina y sus Principales Problemas*. Nova York, CEPAL, Nações Unidas, 1951.

impulsionar a multiplicação de possibilidades de investimentos e de produção de bens de consumo por parte da iniciativa privada. A produção privada se assentaria sobre o patrimônio público para exercer seu papel no processo de desenvolvimento. O Estado seria o organizador e o dinamizador do desenvolvimento.

Não se discutia que tipo de Estado era o Estado na América Latina. Era um Estado abstrato na concepção, quando, na realidade, era “cativo” dos proprietários de terra e/ou das emergentes burguesias nacionais associadas ao capital estrangeiro.

A responsabilidade pela miséria e pelo atraso da periferia foi atribuída aos latifúndios feudais e arcaicos, ou a quaisquer outras atividades pré-capitalistas associadas com o imperialismo comercial (Mantega, 1984, p. 42). Existiria uma estrutura agrária de raízes históricas caracterizada pela má distribuição da propriedade sobre a terra. Neste momento da histórica latino-americana, estaria acontecendo o desenvolvimento, cuja continuidade seria irreversível, sendo que, nesta perspectiva, o que estava em jogo era o papel do agricultor neste desenvolvimento. O que se pretendia eram mudanças no setor agrário, mas em consonância com o desenvolvimento proposto. Não se cogitava outro modelo. A partir da ideologia do nacionalismo (catalisador, bandeira e engajamento), o Estado deveria intervir para direcionar o capital para o investimento em capital humano (educação) e para a melhoria da produção de alimentos e da promoção social. Por isso, deveriam ser implementadas reformas a partir da condução estatal (ver Barraglouh, ICIBA, p. 17-22). Os que se ocupavam com o desenvolvimento econômico atribuíam cada vez mais o papel chave à agricultura no crescimento econômico da América Latina e havia a tendência de ver no sistema de propriedade rural um fator fundamental do estancamento do setor agrário (ver CEPAL, p. 25-27). Este papel chave se relacionaria com as funções que a economia agrária assumiria no âmbito geral do desenvolvimento, onde a industrialização, setor dinâmico da economia, deveria ser acompanhada por mudanças no campo. Este deveria proporcionar alimentos, insumos, divisas e mercado para a economia urbana. Seria necessária uma mudança na produção agropecuária, tanto na maneira de produzir como nos produtos a serem produzidos. Isto implicaria em modernizar os métodos de produção e de modernizar o produtor. Haveria, pois, necessidade de se implementar a modernização agropecuária e isto se efetivou através de um programa de intervenção no campo, sendo que o tradicional deveria ser modernizado.

Segundo Eleomar Tambara (1985, p. 15), a teoria da modernização é a concretização das concepções dualistas e difusionistas e se baseia na dicotomia tradicional-moderno. Segundo ela, haveria um modelo absenteísta a ser perseguido e um sentimento de atraso em relação ao referido modelo quando se estivesse em busca da modernização. Ao atingir etapas desejadas, já teriam ocorrido avanços na corrida modernizante alhures, havendo, portanto, continuamente a necessidade de deixar o tradicional e de inovar. “Modernização se resume, de modo geral, à absorção, por uma determinada sociedade, de padrões de consumo, de valores, de normas, etc., típicos de sociedades mais ‘avançadas.’” Nos países subdesenvolvidos, a modernização, no setor primário, foi se confundindo com a introdução de insumos sofisticados, ou seja com a “capitalização do campo”<sup>96</sup>. Este modelo agrícola, tendo sua matriz fora do espaço colonial, forçaria o colono a questionar o seu modo-de-ser colono.

No Brasil, este modelo de desenvolvimento serviu para justificar políticas de governo e atingiu, em parte, o setor produtivo urbano e rural. No setor rural, foi implantada a modernização conservadora, isto é, houve inovações tecnológicas sem alterar as estruturas seletivas e excludentes. Neste período, a política do Estado, para o setor agrícola, buscava ancorar a modernização e a orientação da política governamental foi a de garantir a infra-estrutura, o aprimoramento técnico e de financiar atividades “modernas”. Segundo Francisco Graziano Neto (1982, p. 26), foi a partir de meados da década de 60 que a agricultura brasileira iniciou um importante processo de modernização das suas técnicas de produção. Avançou a mecanização pelo uso mais intenso do trator. Utilizaram-se, sistematicamente, insumos modernos, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários. “É a transformação capitalista da agricultura, sua industrialização, sua modernização”. É normal se pensar que a modernização da agricultura se restringiu a modificações ocorridas apenas na base técnica da produção, avaliando-se apenas a evolução dos índices

---

96 Para Eleomar Tambara (1985, p. 15-16), há inúmeros críticos das concepções dualistas, difusionistas da modernização. Segundo estes, ou não há uma estrutura dual, e “questionam os resultados práticos do processo de modernização, que, ao contrário de propiciarem o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas, acentuam as relações de dependência e subordinação”. [...] “não são as “regiões” mais adiantadas que financiam o processo de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas, mas o inverso, são as regiões subdesenvolvidas que financiam o desenvolvimento das regiões desenvolvidas”.

de utilização das máquinas e de insumos agropecuários. Ainda para Francisco Graziano Neto, modernização significa muito mais, pois foi se modificando também a organização da produção. A composição e a utilização do trabalho foram atingidos pela maior utilização da mão-de-obra assalariada, pela expropriação dos pequenos produtores. Foram introduzidos moldes empresariais de organização da produção.

O colono euro-brasileiro se via e era visto como alguém que portava uma capacidade de trabalho vinculado a técnicas herdadas da tradição. Agora, pelo fato de a técnica moderna ser gestada em ambiente estranho a ele, exigia-se habilidades e capital não encontráveis no espaço colonial. A agricultura de subsistência dos colonos começou a ceder lugar a

“empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes fundamentais do processo de produção. Ou, então, os agricultores de subsistência dão lugar a empresas familiares, que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, ou seja, produzem mercadorias” (Graziano Neto, 1982, p. 27).

Ocorreram, também, articulações entre a agricultura tradicional e a moderna produção. A modernização foi, pois, a transformação capitalista da agricultura colonial, no contexto das transformações gerais da economia brasileira recente, uma vez que a agricultura se constitui em um setor da economia. Neste sentido, portanto, é imprescindível abordar os acontecimentos do setor agrário colonial como um dos elementos da dinâmica do capital internacional do pós-Segunda Guerra. Este processo atingiu, diferentemente, as realidades do setor agrário, sendo que as formas de recepção e de reação não foram homogêneas. Por isso, são justificáveis estudos específicos e localizados dos mecanismos de difusão da modernização das colônias.

Nesta perspectiva, Charles Curt Mueller (1992, p. 7) entende que o Brasil implementou a modernização conservadora, isto é, a modernização sem prévias reformas, sendo esta responsável pelo “milagre econômico” durante a década de setenta. E

“do ponto de vista da agricultura, a estratégia de modernização conservadora significou a afirmação do modelo de complexos agro-Industriais (CAI), uma combinação da aplicação da ciência à agricultura, com alterações radicais na organização da produção, e que resultou na supressão da separação, que antes existia, entre a agricultura e indústria”.

Ainda segundo Müller (1992, p. 8), a agricultura em vias de modernização recebeu a atribuição de fornecer quantidades crescentes de produtos exportáveis a fim de fornecer divisas consideráveis ao país, ao mesmo tempo em que ela se envolvia na produção de matérias-primas e na constituição de mercados para a indústria dentro da lógica do funcionamento dos complexos agro-industriais. Grande parcela da agropecuária brasileira teria se inserido em processos de verticalização, fornecendo matérias-primas. Os produtos agropecuários passaram a sofrer transformações nas indústrias antes de serem consumidos e exportados. Por outro lado, o setor agropecuário moderno foi se tornando um mercado importante da industrialização substitutiva de importações, tendo papel secundário até 1968, quando, nos processos de verticalização, a demanda agropecuária se tornou essencial para determinados segmentos da indústria nacional, a dos produtores de máquinas e de insumos agropecuários. Essas mudanças atingiram diferentemente o setor agropecuário, privilegiando alguns produtos e alguns produtores, mantendo e até intensificando as iniquidades distributivas de terras e de capitais do país.

O complexo agro-industrial foi, pois, o resultado da industrialização da agricultura. Gigantescas unidades produtivas, utilizando tecnologias altamente desenvolvidas, adquiriram e processaram uma crescente parte dos produtos agrícolas, ao mesmo tempo que a indústria ia suprindo uma crescente parte das necessidades de consumo da agricultura. À medida em que se industrializava, afirma Alberto Passos Guimarães (1982, p. 150), a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desempenho, mas isto, também, significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Aumentou a dependência da agricultura em relação à indústria fornecedora de insumos e de equipamentos, de um lado, mas, por outro, “a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos, sem poder compensar esses aumentos, com um equivalente aumento de sua lucratividade”. Além do mais e precisamente porque o mercado ia sendo dominado por condições monopolistas, nesta fase mais do que em outras, houve transferência de produtividade da agricultura para outros setores.

No Brasil, a situação teve mais um agravante na medida em que grande parte do complexo agro-industrial foi se formando, tendo sua matriz no exterior, formando corporações



multinacionais. Além disso, o setor da agricultura formado pelos pequenos e médios produtores, organizados como unidades produtivas de caráter camponês ou familiar, teve que pagar vários tributos. Um dos fatores deste fato residia na pouca capitalização e na necessidade de vender os seus produtos logo após a colheita para sobreviver, não podendo barganhar melhor remuneração para o seu trabalho contido no produto. “Assim se explica o interesse do capital monopolista em reproduzir e manter como setor dominado e integrado no Complexo Agro-industrial, a pequena e média produção camponesa” (Guimarães, 1982, p. 151). Este era um mecanismo utilizado para forçar os grandes produtores a vender seus produtos por menos, pois parte do abastecimento era conseguido com a produção da pequena e média produção.

Muito mais do que tributo econômico, o colono teria que ceder e se adequar aos requisitos deste mercado. Teria que adaptar os seus anseios e suas buscas aos propósitos e às imposições deste modelo atrelado ao mercado internacional de insumos e de produtos do complexo agropecuário. Esta adaptação exigia mudanças de mentalidade e provocava reações e resistências.

Francisco Graziano Neto (1982, p. 49), mostrando alguns índices tecnológicos de regiões do Brasil, conclui que havia “parcialidade de transformações” na agricultura brasileira que se dava entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. O processo de transformação tecnológica teria privilegiado alguns produtores (os grandes), algumas atividades (os produtos de exportação) e algumas regiões (o Centro-Sul). “Se é certo que todos experimentaram da modernização, uns experimentaram muito mais do que os outros”.

No Sul, boa parte das regiões coloniais tiveram uma intensa fase de modernização, sendo que algumas destas serviram como projetos piloto para a introdução de determinados cultivos modernizados. Foram as terras roxas e planas do Rio Grande do Sul e do Paraná, principalmente, localizadas no Noroeste do Rio Grande do Sul, no Norte, no Noroeste, no Oeste e no Sudeste do Paraná e em algumas partes de Santa Catarina, que tiveram atenção especial dos programas de modernização (Brum, 1985). O Oeste do Paraná recebeu esta atenção especial, constituindo-se num caso peculiar, uma vez que foi colonizado durante a transição rápida da agricultura tradicional para a agricultura moderna. A fase pioneira da fronteira foi-se

confundindo com os esforços institucionais do Estado e de órgãos públicos e privados para acelerar e intensificar o processo de modernização. Neste contexto, a economia regional teve uma crescente inserção no processo de internacionalização do mercado. Para Schallenberger (1994, p. 24),

“O mercado se encarregou de definir os produtos viáveis, atribuindo-lhes valores convencionais. [...] A terra deixou de ser um espaço social de produção da subsistência e de produção de relações familiares. Assumiu, progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias”.

A modernização da agricultura, nos moldes das inovações tecnológicas baseadas na Revolução Verde, repercutiu significativamente no conjunto das relações sociais, na cultura e na produção agropecuária do Oeste do Paraná. A vinculação a um novo eixo de decisões aprofundou a dependência e afetou a identidade cultural do homem regional. Estas novas relações provocaram a emergência dos “novos ricos”, que, dominando as relações competitivas, a especulação imobiliária e financeira e a concentração de propriedades a nível regional, se vincularam aos interesses dos agentes do capital internacional e articularam suas relações preferenciais não mais com a comunidade, mas com o mercado. Ainda para Schallenberger (1994, p. 25), as referidas novas tecnologias “despojaram os colonos do seu saber tecnológico, levando-os à perda do domínio e do controle dos processos produtivos na agropecuária” e a inserção da região no circuito internacional de produção e de mercado contribuiu para romper os vínculos societários, substituindo as relações de confiabilidade pelas relações contratuais e imprimindo uma postura mais individualizante.

Estas mudanças afetaram profundamente o cotidiano dos colonos e a identidade colonial. Embora num outro contexto que as transformações capitalistas do século XIX na Europa, a modernização viria a corroer o estilo de vida preservado, reconstruído e readaptado pelos euro-brasileiros desde o começo das suas migrações no século passado. Agora, o “cerco da modernização” não mais disponibilizava espaços abertos para que os colonos pudessem reeditar a migração da resistência e da reconstrução.

“Estes vínculos individualizados alteraram a visão de mundo, a relação homem/natureza e estabeleceram um compromisso de êxito, que imprimiu um ritmo de domínio total da natureza, desafiando as leis do equilíbrio natural e ambiental, numa prova do poder do homem diante da necessidade de gerar

riquezas para atender obrigações contratuais e as necessidades produzidas pelo mercado consumidor” (Schallemberger, 1994, p. 25)

Enfim, as transformações estruturais ocorreram sob o patrocínio do Estado e de outras instituições, afetando indiscriminadamente, mas de formas diferentes o conjunto dos homens do campo.

#### *4.2.2 As Inovações Técnicas*

Embora a modernização não se restringisse ao âmbito das inovações técnicas, estas tiveram um significado importante neste processo. As inovações técnicas acontecem num determinado contexto sócio-econômico, em sociedades detentoras de diferentes capacidades técnicas, com posturas axiológicas específicas e com diferentes laços internos e externos. Mas provocam mudanças na capacidade produtiva, nas necessidades do conjunto das sociedades e nos sonhos dos indivíduos.

Neste sentido, as inovações biológicas do trigo, do arroz e do milho, tornadas famosas pela Revolução Verde, diferenciaram estas variedades das nativas pelas respostas maiores e mais contínuas aos fertilizantes. Esta tecnologia rompeu barreiras naturais limitativas da fertilidade e da produtividade, através da introdução de insumos produzidos pela indústria (ver Schuh, 1975, p. 10-11). Com as inovações biológicas na agricultura, o homem pode interferir sobre as determinações das forças da natureza, acelerando e transformando-as para romper barreiras que se antepunham ao capital. Tratava-se de seres fabricados pelo capital. “As inovações biológicas constituem, portanto, a base do processo para o capital superar as barreiras naturais que encontra para seu desenvolvimento” (Graziano Neto, 1982, p. 38)

No caso das inovações mecânicas foi possível a substituição e a redução do uso de mão-de-obra e o aumento do uso de terra e de capital. Os utensílios e equipamentos coloniais foram perdendo importância e foram sendo substituídos por máquinas e equipamentos vinculados a exigências e requisitos atrelados a objetivos alheios aos anseios coloniais tradicionais. Tais mudanças exigiram adaptações e mudanças profundas e violentas do homem colonial.

A partir da década de 60 o modelo agrícola brasileiro

começou a se basear em máquinas agrícolas modernas e na aplicação pesada em custeio. Para tratar do teor da modernização na agricultura brasileira, alguns analistas trabalham com índices técnicos, ou seja, o uso de técnicas consideradas modernas. Francisco Graziano Neto (1982, p. 28) considera o trator o melhor indicador do padrão técnico de uma agricultura moderna, porque ele provoca uma série de outros usos técnicos, tais como implementos, insumos. A mecanização da agricultura brasileira pode ser considerada uma “tratorização” sempre maior a partir de 1960.

Observa-se que o trator simbolizava o agropecuarista moderno no Oeste do Paraná. O ronco e a potência dos tratores no campo se constituíam no equivalente ao ronco e à sofisticação dos carros nas ruas e avenidas das cidades, demonstrando poder, status e garantindo trânsito social, claro que a custos e dispêndios de capital elevados. Era o preço para “estrelar”. Não se está desconsiderando a utilidade e a comodidade do trator e do carro, mas explorando seu conteúdo simbólico na colônia. Poder-se-ia contrapor o simbolismo do trator e dos implementos que o acompanham ao simbolismo do arado-de-boi, já mencionado neste trabalho. Para o colono que se modernizava o trator significava a renúncia ao arado-de-boi, a mudança do ritmo do trabalho, o estabelecimento de novos vínculos econômicos, sociais e culturais. Ter trator implicava em investimentos pesados e, normalmente, em financiamento bancário, em compromissos financeiros e em comprometimento de parte da sua produção para o ressarcimento de empréstimos e adiantamentos. Ter maquinário exigia cultivo de área maior e a expansão das propriedades rurais, uma vez que, junto com ele, se introduzia uma série de outros insumos, que, no seu conjunto, se constituíam num pacote tecnológico. Implicava em transitar numa “sociedade de negócios” e de, nela, obter êxito. As preocupações em torno da produção, o que produzir e como produzir, provocaram a incorporação de novos agentes institucionais e pessoais na comunidade. A assistência técnica moderna, as relações com o sistema bancário, a cotação internacional dos produtos agrícolas começaram a fazer parte do cotidiano dos colonos.

Maria A. A. Tarsitano (1991, p. 127-134), tratando do desenvolvimento da agricultura mato-grossense entre 1970 e 1985, estabelece relações entre a tecnologia e o capital utilizados na agricultura. A tecnificação é medida pelo número de tratores por área explorada, pelas despesas com adubos, corretivos, sementes, mudas, inseticidas, fungicidas por hectare, pela

despesa com rações e com medicamentos por unidade animal de bovinos, suínos e aves. Aborda, também, financiamentos obtidos pelos estabelecimentos agropecuários para aplicação em capital e em custeio e investimentos feitos em bens imóveis e outros bens. O modelo agrícola implantado no Oeste do Paraná contemplava a incorporação destes insumos e exigia do colono a incorporação no seu saber fazer, no seu cotidiano a perspectiva de ser moderno. Em outras palavras, a adoção de técnicas modernas de produção foi exigindo novos conhecimentos práticos e teóricos do homem rural. A forma tradicional de produção não poderia mais dar conta destas exigências. As instituições coloniais não estavam preparadas para os novos desafios. Por isso, foi se construindo e foi sendo construído um novo grupo de trabalhadores do campo. Foram criadas novas instituições e foram feitas adaptações de algumas existentes, tais como cooperativas, sindicatos, escolas, etc.

O Oeste do Paraná construiu um complexo cooperativista forte e consistente<sup>97</sup> no qual os colonos em vias de modernização tinham participação efetiva. Esta participação implicava em dar mostras de se estar disposto a abandonar as formas tradicionais de trabalhar e produzir e aceitar inovações. Para que isto ocorresse, as cooperativas, sindicatos e outros órgãos ofereciam cursos, realizavam dias-de-campo<sup>98</sup>, traziam palestrantes. Constantemente eram premiados os melhores produtores, com menções honrosas e concessão de prêmios doados por comerciantes vinculados a insumos modernos e por empresas fornecedoras de máquinas, sementes e outros insumos agrícolas. Tais atividades foram amplamente noticiadas pelas rádios da região. A leitura do noticiário da Rádio Difusora do Paraná de Marechal Cândido Rondon permite comprovar esta maneira de difundir idéias e práticas modernizantes entre os colonos. Esta rádio preservou um rico acervo documental escrito e gravado da sua programação desde 1966 e permitiu leitura e cópia do mesmo (ver A Região em Notícias).

Em 1970, o noticiário (A Região em Notícias) previa que “De dez milhões de sacas de soja deverão ser colhidas nos municípios do Oeste do Paraná, em número de 21. A previsão

---

97 Ver estudo sobre o cooperativismo no Oeste do Paraná de Erasto Castilhos de Mello (1989). Ver, também, Arno Gerke (1992) para conhecer a COPAGRIL - Cooperativa Agrícola Rondon Ltda.

98 Os dias-de-campo eram visitas às propriedades-modelo, em que, “in loco”, eram feitas demonstrações por técnicos sobre processos modernos de cultivo que se recomendava aos produtores.

é de técnicos da ACARPA que [...] agropecuárias de onze municípios da área e precedem um levantamento global das condições de outros sete, onde estão sendo instalados novos escritórios daquele órgão ligado ao Ministério e Secretaria da Agricultura.

A região Oeste terá para si a responsabilidade por quase cinquenta por cento da produção de soja no estado, estimada em 25 milhões de sacas ou 2,5 milhões de tonelada. As lavouras encontram-se em fase adiantada de desenvolvimento e as primeiras já foram iniciadas, nas regiões produtoras.

Produzida há pouco mais de três anos na região o soja ganhou em pouco tempo proporções econômicas, e desempenha agora o papel preponderante na economia dos 21 municípios do Oeste”.

Notícias deste teor e deste espírito foram veiculadas constantemente no noticiário. Vê-se, nesta notícia e em outras, a ênfase dada ao volume de produção da região e sua importância no contexto estadual. Ressalta-se a atuação do órgão governamental, a ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, no incremento da produção de soja.

Embora não se tenha, neste momento, informações precisas sobre a porcentagem das famílias de colonos que possuíam aparelho de rádio difusão, sabe-se que o costume de ouvir noticiário radiofônico estava se difundindo amplamente no meio colonial<sup>99</sup>. O despertar matutino na colônia, era seguido pelo hábito de tomar chimarrão. “O sol levanta de manhã cedinho e acorda o meu rincão e a gauchada levanta para a roda do chimarrão” diz a canção. Tomava-se chimarrão por mais de hora de manhã e após o meio-dia, quando, no verão, o calor do sol era motivo para descanso mais demorado à sombra do telhado ou de árvores à frente da casa do colono. Era nestas horas que

---

<sup>99</sup> Em 1950 e não em 1970, data da notícia citada, Kalervo Oberg (1960, p.117) informa que *“no que se refere aos rádios, somente 27 por cento dos adultos viviam em casas em que eles existem; na zona urbana, 55 por cento; na suburbana, 35 por cento e na rural, 8 por cento. Em todas as zonas, 30 por cento dos adultos afirmaram ter ouvido um programa de rádio durante o último mês; na zona urbana, 47 por cento; na suburbana, 30 por cento e na rural, 22 por cento. A resposta à pergunta sobre onde cada um ouvira o programa foi: em suas casas, 57 por cento; em casa de amigos, 42 por cento; num bar, 1 por cento. Os programas radiofônicos preferidos entre os homens são : música novelas, programas religiosos e noticiário, em ordem de preferência. É claro que a população rural tem muito menos acessibilidade ao rádio que a população urbana”*. Pode-se afirmar, com tranquilidade, que um número crescente de colonos ouviam notícias radiofônicas.

se escutava notícias, se discutia a vida familiar, se fazia planos com relação à vida econômica, com relação aos filhos, ao trabalho. Vê-se que nas horas do convívio e do aconchego familiar, diariamente e repetidamente, iam sendo introduzidas idéias e propostas em torno da modernização no sentido lato do termo. O conteúdo do noticiário radiofônico se tornaria assunto dos diálogos na família e na comunidade. Isto interessava aos propósitos da modernização e àqueles que através do comércio e da produção buscavam ampliar o mercado e a produção vinculados à modernização do campo.

Quanto à tecnificação do Oeste Paranaense e, portanto, de uma região colonial, mesmo não existindo grande número de produtores capitalistas, havia uma camada de produtores familiares mercantis, que, apesar de não possuírem grandes recursos para investimentos, já estavam integrados ao mercado. Isso permitiu uma incorporação tecnológica mais rápida, tanto que em 1970 o Extremo-Oeste foi a região do Paraná com maior porcentagem de estabelecimentos com uso de força mecânica (8,5%) (IPARDES, 1987, p. 132). É preciso salientar que esse percentual cresceu, pois tratava-se da fase inicial da modernização agrícola. Segundo Fleischfresser (1987, p. 141), durante a década de setenta, houve uma violenta redução no número dos estabelecimentos menores na região. Entre 1970-80, o número de estabelecimentos até 50 hectares tiveram uma redução de 109.000 unidades, sendo que os menores de 10 hectares respondiam por 74% dessa redução, os de 10 a 20 hectares por 20% e de 20 a 50 hectares por 6%.

“Na realidade, a modernização via incorporação tecnológica permitiu uma rápida e significativa expansão produtiva, fazendo com que os proprietários não somente retomassem as terras cedidas em arrendamento e parceria, como também incorporassem mais terra às suas propriedades”.

Houve, através de diversos mecanismos de atuação, o incremento de uma camada de médios produtores tecnificados, sendo que os que possuíam entre 20 a 50 hectares foram os que melhores condições tinham de se ajustarem às mudanças, ao passo que os de menos de 20 hectares tinham limitações econômicas para suportarem os requisitos da tecnificação. Em contrapartida, 63% dos novos estabelecimentos criados entre 1970-80 estavam entre os de 50 a 200 hectares. Luiz Odacir Coradini (1988), chegou a resultados semelhantes em estudo realizado sobre o Planalto Rio-Grandense, também região de colonização de euro-brasileiros.

A política agrícola contemplava cultivares e técnicas de cultivo dependentes das inovações tecnológicas e era o poder público que se empenhava para que houvesse a difusão e a adoção de novas tecnologias. “O Estado, de certa forma, ‘pagava’ aos produtores, na proporção em que estes tivessem acesso ao crédito, para que aceitassem incorporar-se ao processo de modernização e endividamento” (PERSAGRI II, 1891, p. 81). Também outras instituições existentes, criadas ou modificadas contribuíram para que as transformações ocorressem.

As cooperativas e a ACARPA ganharam importância quando o crédito se expandiu, pois atuaram na elaboração de projetos de financiamentos e de aplicação de crédito. Assim, os pequenos produtores, escapavam dos custos referentes à elaboração dos projetos de crédito exigidos pelos bancos. “Para o trâmite burocrático deste repasse a cooperativa mantém 30 funcionários em serviço” (PERSAGRI II, 1981, p. 81 - rodapé). Para trazer maiores facilidades no acesso ao crédito foi abolida a exigência de projetos para pequenos tomadores, sendo estabelecido o crédito rotativo para tomadores de reconhecida capacidade financeira. Desta forma, os cooperativados não precisavam apresentar projeto individual. Também se instalaram agrônomos particulares e escritórios de planejamento agrícola para a prestação desses serviços. O mais comum era o crédito de custeio que atingia praticamente todas as unidades. Já o crédito para investimento se restringia mais às unidades mais capitalizadas. Os créditos de custeio e de investimento ajudaram a difundir as técnicas modernas por uma indução tecnológica.

Este sistema de crédito trouxe facilidades para que empresas vendedoras de máquinas, com o requisito para vender o elemento principal, via crédito bancário, exigissem, também, a venda de implementos, às vezes, dispensáveis.

“Em Toledo, como de resto em quase todo o país, o crédito foi o condutor de um ‘pacote tecnológico’ previamente elaborado. [...] O crédito de custeio, de prazo inferior a um ano, é aplicado fundamentalmente nas lavouras anuais (aquisição de adubos, sementes e defensivos, contratação de mão-de-obra temporária ou de serviços mecânicos, etc., ou no chamado ‘custeio pecuário’ (aquisição de porcos e aves para engorda, aquisição de rações, saúde animal, etc.) O crédito de investimento, a ser saldado num prazo plurianual e que cobra taxas mais reduzidas (além de admitir até um ano de carência), é voltado para a aquisição de máquinas e implementos, recuperação do solo ou construção de benfeitorias. O crédito de comercialização, que se confunde com operações de preços



mínimos (EGF), tem prazo de até 90 dias e é quase todo feito através da cooperativa” (PERSAGRI II, 1981, p. 83, rodapé)

Muitas transformações que a produção familiar sofreu estavam ligadas à ampliação e ao acesso ao crédito. As diferenciações no interior da estrutura social foram se estabelecendo em função da situação jurídica em relação à terra. O crédito era concedido aos proprietários, ao passo que os produtores não proprietários tiveram maiores dificuldades para terem acesso ao crédito. Segundo PERSAGRI (1981, p. 87), o mecanismo de crédito foi o principal elemento seletivo da modernização, da diferenciação da produção familiar e da constituição de novos grupos sociais. Estas questões financeiras contribuíram para que a propriedade jurídica da terra tivesse um papel fundamental nas perspectivas de reprodução de cada grupo de produção familiar. Como quase todos os proprietários, independentemente de sua escala de produção, tiveram acesso ao crédito, quase todos eles puderam beneficiar-se da conjuntura de mercado extremamente favorável dos anos 70. Foi por isso que o padrão produtivo característico da modernização, praticamente, generalizou-se em quase todos os segmentos da produção familiar, e mesmo da produção empresarial de caráter capitalista no Oeste do Paraná.

#### *4.2.3 A Produção Familiar e as Inovações*

Um outro aspecto do crédito, do investimento em sementes, insumos e maquinários foi o endividamento dos colonos. Este fato contribuiu fortemente para o processo seletivo de produtores e para a proletarianização dos que não honraram seus “compromissos” (dívidas). Contribuiu, também, para reforçar o espírito competitivo entre os produtores e corroer os laços comunitários da tradição colonial, como já foi mencionado. No Extremo-Oeste Paranaense, houve modificações no que se refere à estrutura fundiária, à população rural e ao mercado agrícola. Houve redução da mão-de-obra familiar e crescimento do número de assalariados permanentes e temporários e de parceiros. Esta situação, certamente, deve ser considerada quando se quer abordar o tamanho numérico das famílias rurais no contexto da modernização.

“Como conseqüência, a pequena produção familiar tende a se reduzir numericamente e a produção familiar média a produzir sob nova condição material e técnica. Assim, o termo ‘recriação’

da pequena produção não parece ser o mais apropriado, pois, mesmo que a área da unidade não seja grande, a organização de produção é diversa da anterior” (IPARDES, 1987, p. 148-149)

Para os autores desse texto do IPARDES, a transformação na base técnica da produção foi responsável pelo processo de diferenciação sócio-econômica entre os produtores rurais.

Abordar as unidades de produção familiar, sua situação no contexto das fronteiras agrícolas e das migrações numa época de modernização do campo e do contexto do latifúndio brasileiro é pertinente neste momento.

Para Hugo Rodolfo Lovisolo (1989, p. 15, 17-18), as unidades nas quais a vinculação do trabalhador aos meios de produção é medida por uma relação de parentesco caracteriza a produção familiar característica dos colonos pequenos proprietários. Com o desenvolvimento capitalista, no Brasil e em outros países, ao contrário de “asserções clássicas sobre o campesinato”, observa-se a permanência e a reprodução da unidade familiar. Há no campo unidades familiares que acumulam maquinário, bens de produção, terra, gado, etc. e unidades familiares aparentemente imunes à dinâmica da acumulação. No primeiro caso, teríamos o pequeno burguês e, no segundo, o camponês. Ter-se-ia “a existência de unidades familiares que operam com capital intensivo e não compram força de trabalho e a existência de operários que são donos de limitados meios de produção”.

Segundo Chayanov\* (apud Schenkel, 1993, nota 9, p. 10),

“a unidade de exploração familiar é ao mesmo tempo unidade de produtores e de consumo: tem uma racionalidade diferente da capitalista. As suas estratégias de produção estão ligadas à busca do equilíbrio entre, de um lado, produção e consumo e, de outro lado, cansaço e fruto do trabalho”.

Para Afrânio Garcia Jr.\* (apud Schenkel, 1993, nota 20, p. 10)

---

\*CHAYANOV, Alexander. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: THORNER, Daniel et al. **Chayanov y la teoría de la economía campesina**. México : Siglo XXI Ed., 1987. p. 35

\* GARCIA JR., Afrânio. Trajetórias ascendentes e a economia familiar dos agricultores : agricultura, criações e negócios. In: \_\_\_\_\_. **O Sul : o caminho do roçado : estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo : Marco Zero, 1989. p. 36

“O ‘bem-estar’ é definido por cada grupo social de acordo com seus sistemas de valores. A ‘segurança de reprodução’ é muito importante para uma unidade de exploração familiar, pois tem a ver com a continuidade ou não de sua existência. Para reproduzir-se, a família pode lançar mão de várias estratégias. Por exemplo, a ‘pluri-atividade’, que consiste em empregar elementos da família fora da unidade em uma fonte de renda suplementar”.

No entanto, para Shepard Forman (1979, p. 21-25), há, na sociedade brasileira, um dualismo peculiar que torna o camponês parte integrante da vida nacional, mas sem participação efetiva. Há uma extraordinária coleção de tipos camponeses, um campesinato diversificado. “O camponês brasileiro é essencialmente um cidadão de segunda categoria [...] é obrigado a produzir para um sistema do qual na realidade não participa”<sup>100</sup>.

Raanan Weitz (1968, nota 1, p. 42) usa o termo granja familiar quando se refere à exploração camponesa. Para ele, há dois tipos de organização das granjas.

“Uno es el de la granja familiar, donde todas las tareas que requiere la finca, desde la administración hasta el trabajo en el campo, están casi exclusivamente a cargo de la familia misma. El otro es la granja administrada, basa en una separación entre la administración y otros tipos de tareas, y que utiliza más jornadas que una familia puede proveer”<sup>101</sup>.

Com os avanços tecnológicos, resultantes de inovações científicas, e com o aumento da produtividade na agricultura, possibilitou-se a ampliação do tamanho das propriedades. “El área média de las unidades de granja se ha más que duplicado desde 1940, mientras que el insumo de trabajo por granja, incluyendo el trabajo familiar y el asalariado, no ha variado”<sup>102</sup> (Weitz, 1968, p. 45). No Sul do Brasil, áreas colonizadas na base da pequena propriedade receberam o impacto das inovações

---

100 Sobre a definição de camponês ver Forman (1979, p. 39-41)

101 Um é o da granja familiar, onde todas as tarefas que requerer o estabelecimento, desde a administração até o trabalho no campo, estão quase exclusivamente a cargo da família mesma. O outro é a granja administrada, com base na separação entre a administração, e outros tipos de tarefas, e que utiliza mais mão-de-obra que uma família pode proveer.

102 A área média das unidades de granja tem mais que duplicado desde 1940, mesmo que o trabalho por granja, incluindo o trabalho familiar e o asalariado, não tenha mudado.

tecnológicas, sendo que as propriedades familiares em vias de modernização foram se diferenciando das do passado, pois passaram a se caracterizar como empresas familiares demonstrando que foram capazes de se darem bem na agricultura moderna e de se adaptarem às mudanças em curso.

“... las granjas familiares tienen ciertos atributos que las hacen más adecuadas que la granja administrada para el aumento de producción agrícola en los países en desarrollo. Por su naturaleza misma, la producción agrícola requiere del granjero la capacidad de adaptar decisiones en relación con muchos y pequeños detalles, que a veces son imprevisibles”.<sup>103</sup> (Weitz, 1968, p. 52)

A agricultura, além de ser uma atividade econômica, é uma forma de vida. São inerentes a ela certos valores, sentimentos, emoções, além dos limites da motivação e da organização econômicas. A sua produção requer do agricultor a capacidade de adotar decisões relacionadas com muitos e pequenos detalhes (ver citação acima), que exigem um envolvimento à margem do assalariamento e da administração empresarial no sentido normal do termo. A dedicação à agricultura está vinculada a um estilo de vida rural que tem uma longa tradição na história da humanidade e que foi incorporada ao espaço colonial. A modernidade, no sentido da urbanização atrelada à industrialização e às mudanças no cotidiano do homem urbanizado e urbano, se constitui num fato recente e intenso da vida humana. Via de regra, o historiador é um homem urbano ou urbanizado (este autor se considera urbanizado, pois teve uma infância rural) o que lhe permite o olhar para o diferente, cujo ritmo de vida é cadenciado mais pela cronometria da natureza do que pela cronometria do relógio comum do ritmo urbano.

Voltando ao ambiente rural, o mesmo se poderia dizer com relação à pecuária. Por exemplo, o colono que cria suínos precisa tratar os porcos todos os dias. Nos domingos e feriados, não há possibilidade de ser dispensado totalmente das tarefas do estabelecimento. O nascimento dos porquinhos acontece a qualquer hora do dia ou da noite e exige o seu acompanhamento.

---

103 As granjas familiares têm certos atributos que os adequam mais que a granja administrada para o aumento da produção agrícola nos países em desenvolvimento. Por sua natureza mesma, a produção agrícola requer do granjeiro a capacidade de adaptar decisões em relação com muitos e pequenos detalhes, que às vezes são imprevisíveis.

Portanto, o empregado, o assalariado, que é remunerado por tempo de trabalho, tendo horário estabelecido, não é o trabalhador ideal para a atividade agropecuária. Esta é uma atividade que se adapta melhor ao colono que administra o seu próprio trabalho e os seus próprios negócios. “Aquilo que ele cria e colhe é seu”, é possibilidade de renda própria. A motivação para se empenhar no seu trabalho não requer nenhuma outra imposição a não ser a vontade de garantir o seu sustento, a sua subsistência e a sua renda. Isto exige, portanto, uma relação diferente com a atividade produtiva do que a que ocorre com o assalariado urbano. O colono lida com uma realidade cujo ritmo tem a cadência do natural, ao passo que o homem citadino lida com uma realidade cujo ritmo é artificialmente estabelecido. Esta artificialidade foi sendo introduzida em parte, também, no campo a partir da modernização. Está se falando, pois, do vivido euro-brasileiro colonial, cujo estilo enfrentava as necessidades de adaptação<sup>104</sup>.

Esta pequena produção colonial assumiu importância nas reflexões sobre o desenvolvimento no Brasil. Ao invés de se ter constituído em entrave, tem se mostrado capaz de acompanhar o desenvolvimento. O aumento da produção e da produtividade, no Sul, aconteceu sistematicamente na pequena produção.

“A produção familiar surge, então, colaborando na solução da questão agrária, isto é, para o ajustamento das relações no desenvolvimento capitalista entre agricultura e indústria. Da solução encontrada pelo movimento do capitalismo no Brasil tornava-se parte a existência e a ação da pequena produção. A solução encontrada em estado prático foi teorizada como funcionalidade da pequena produção. Essa passou a ser vista como fonte de transferência de valor para o setor industrial e simultaneamente como instrumento de redução ao custo de reprodução da força de trabalho. Sua funcionalidade estava suportada na sua eficiência e para alguns autores (Oliveira, 1972 e Martins, 1975) a pequena produção aparecia produzindo a custos menores que a produção capitalista no campo” (Lovisol, 1989, p. 32-33)

Além disso, ao contrário das características tradicionais, começou a ocorrer, como já foi visto, um processo de diferenciação interna em função da acumulação, ou seja, um processo de capitalização de unidades familiares sem recorrer ao trabalho assalariado. Assim, “a questão agrária deixou de

---

104 Com relação à discussão sobre nações e significados de tempo ver capítulo I - Tempo e Trabalho de Jacques Le Goff (1993, p. 17-133),

ser uma questão econômica, definida como entrave ou empecilho ao desenvolvimento capitalista, e assumiu as características de uma questão social” (Lovisoló, 1989, p. 34).

O vínculo entre a terra e quem a cultiva persistiu e continuou criando novas formas de organização, permitindo à unidade familiar subsistir e prosperar. Esta conseguiu competir com êxito com unidades de produção administradas em todas as etapas da evolução da agricultura. “Has ahora la granja familiar ha superado incluso la incompatibilidad aparente com la agricultura especializada, y ha resistido la prueba de la transición de una agricultura con mucha mano de obra a otra muy capitalizada”<sup>105</sup> (Weitz, 1968, p. 53).

É importante relacionar as granjas familiares com as diferentes possibilidades e níveis de infra-estrutura regional. Em outros termos, as condições econômicas de uma unidade familiar são diferentes de acordo com a proximidade do mercado consumidor, com o poder aquisitivo da população, com a organização dos camponeses e assim por diante. Nos casos historicamente contextualizados é preciso contemplar estes e outros aspectos.

Para Lovisoló (1989, p 31), o setor de pequena produção ou produção familiar aumentou em termos absolutos nas últimas décadas, principalmente na produção para o mercado interno. “A categoria da unidade familiar não pode portanto ser pensada como tendo passado por um processo de dissociação de seu laboratório natural, a terra”. Contudo, as novas tecnologias intensificaram o capital e pouparam mão-de-obra, elevando a produtividade do trabalho e reduzindo a quantidade de trabalho necessária. Isso afetou a mão-de-obra familiar, aumentando o assalariamento. Com a capitalização das unidades familiares, apesar do aumento da produção em termos absolutos, houve liberação de trabalhadores.

“O campo deixou de ser o local de moradia de todos os produtores, ficando esse espaço reservado, principalmente, aos que se modernizaram, restando aos demais, expulsos da condição de produtores, habitar as cidades, muitos dependendo ainda do trabalho agrícola temporário” (IPARDES, 1987, p. 143)

---

105 Até agora a granja familiar tem superado inclusive a incompatibilidade aparente com a agricultura especializada, e tem resistido a prova da transição de uma agricultura com muita mão-de-obra a outra muito capitalizada.

Mesmo podendo produzir mais, unidades familiares puderam dispensar alguns de seus membros para outras atividades, tais como o assalariamento urbano e/ou rural, a qualificação profissional através do estudo, além de fornecer novos contingentes para as fronteiras agrícolas. Para George Martine (1987, p. 63), no âmbito da modernização conservadora do regime militar e do pacote tecnológico da Revolução Verde, a maior capitalização do processo produtivo levou a uma redução do espaço físico e social disponível para o pequeno produtor. Para ele

“A pequena produção familiar é, de longe, a maior fonte de emprego e renda para a população rural. Assim, a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo”.

Formar-se-ia um considerável contingente de mão-de-obra excedente que precisaria ser incorporada à sociedade via conquistas econômicas de fato ou via mecanismos que alimentassem utopicamente seus desejos. Mas, mesmo assim, o pequeno produtor faria a melhor utilização dos fatores à sua disposição, principalmente, terra e mão-de-obra.

“A utilização de pessoal ocupado por hectare decresce drasticamente com o tamanho do estabelecimento, ou seja, fica claro que o uso mais intensivo da terra e o maior valor da produção por hectare são conseguidos ao custo de uma exploração intensiva da mão-de-obra” (Martine, 1987, p. 61)

Há a constatação de que, a partir do final dos anos 60 e durante a década de 70, houve um processo seletivo muito intenso entre os produtores familiares, permitindo a dispensa de grandes contingentes populacionais das regiões coloniais no Sul do Brasil, o que foi demonstrado no caso do Oeste do Paraná. Isto forneceu contingentes populacionais para novas fronteiras agrícolas e para as áreas urbanas, principalmente, as metrópoles. No entanto, o grupo dos selecionados se capitalizou e cresceu em importância econômica no meio rural. As regiões de pequenas propriedades prosperaram proporcionalmente mais que as áreas de latifúndio, sendo possível vislumbrar, na lógica rural, limitações entre o aumento da produtividade e o aumento do tamanho das explorações. A relação homem-terra impõe questões diferentes que a concentração de capital na indústria e no comércio. É possível vislumbrar em diversos aspectos, uma

lógica rural diversa da lógica econômica da vida urbana.

A modernização da agricultura, no Oeste do Paraná, e seu processo seletivo provocou uma tendência geral de concentração da propriedade e de concentração de produção. As atividades relacionadas com a produção tiveram o aporte da mecanização, sendo que o tamanho ótimo da exploração familiar aumentou. Isto quer dizer que as áreas modernizadas sofreram modificações nas formas de realização das tarefas produtivas, interferindo na estrutura ocupacional, no uso de tecnologia e na capacidade produtiva.

Houve significativa redução do número de produtores não-proprietários e uma consolidação da unidade familiar enquanto elemento da organização da produção (PERSAGRI II, 1981, p. 37). O uso do maquinário e de insumos modernos potencializaram o trabalho familiar, possibilitando à unidade familiar o cultivo de lavouras mais amplas. No entanto, ocorreram alterações nos “ciclos produtivos da unidade familiar”, concentrando os períodos de trabalho durante o ano na colheita, no plantio, na capina. Esta alteração se deveu a vários fatores. Na medida em que as áreas de cultivo eram aumentadas e as inovações tecnológicas iam sendo adotadas, os cultivos se especializavam e se abandonava muitos cultivos de subsistência e cultivos comerciais de menor importância. A adoção de sementes selecionadas exigia períodos mais curtos de plantio (inclusive os financiamentos bancários eram condicionados a estes períodos de plantio). O uso de maquinário reduzia significativamente o tempo gasto em preparo do solo, plantio e colheita. As atividades fora dos períodos de trabalho dedicados diretamente ao estabelecimento, por outro lado, como já foi mostrado, permitiam ao colono realizar tarefas ligadas às suas atividades produtivas tais como negociações com os bancos, com as cooperativas, participação em cursos. Permitia, também, a dedicação de maior tempo ao lazer, inclusive a novas formas de lazer, à informação. Liberava parcela do grupo familiar para o estudo, para o emprego urbano no comércio, na indústria, na prestação de serviços. Enfim, o cotidiano do trabalho foi afetado profundamente. Aumentou, também, o assalariamento temporário (bóia-frias) e perdeu importância o assalariamento permanente nas propriedades. Foi introduzida a contratação de serviços de terceiros mais equipados com maquinário para o plantio e para a colheita. Mesmo colonos, produtores-proprietários, se dispunham ao assalariamento temporário, um tipo de atualização da “ajuda”, da “troca de dias”. No entanto, “da mesma forma que boa parte dos que se assalariam não o fazem como proletários, boa parte dos que empregam trabalho



assalariado não o fazem como capitalistas” (PERSAGRI II, 1981, p 39-41). A unidade produtiva começou a se abrir e a se relacionar com o seu exterior. Os seus compromissos mais importantes mudaram, uma vez que se começou a produzir para atender ao mercado internacional. Era preciso produzir mais, melhor e com mais rapidez. Dever-se-ia “garantir a reprodução interna da unidade através da utilização de recursos externos disponíveis e necessários, no caso a força de trabalho de outros pequenos produtores familiares ou volantes da região”.

Na medida em que os estabelecimentos aumentavam de tamanho, e o maquinário foi introduzido, o trabalho familiar deixava de ser a modalidade dominante da organização produtiva nas colônias e ia sendo substituído pelo assalariamento permanente. A escala de produção não estava mais limitada ao número de membros do grupo familiar, à capacidade de trabalho da família, mas à capitalização, à disponibilidade de terras e ao gerenciamento empresarial.

“[...] o perfil de utilização da mão-de-obra da família situa-se já bastante distante do modelo clássico da exploração familiar camponesa, caracterizado pela utilização intensiva da força de trabalho marginal no seio da unidade produtiva (pai, mãe e filhos). Algumas características clássicas, ao contrário, não se alteraram, como é o caso da distribuição interna da renda que continua se dando de forma não-proporcional ao aporte de cada membro da família. Não há remuneração direta em dinheiro pelo trabalho de membros da família; os excedentes são reunidos sob o controle do chefe da unidade e distribuídos para os filhos que casam, ou então são aplicados como investimento nas próprias explorações” (PERSAGRI II, 1981, p. 44).

A mecanização e a introdução da monocultura aumentaram o tempo livre da família, os períodos de ociosidade. Houve, em função disso, alterações nos horários de trabalho, um aumento no tempo de lazer, uma redução da importância do trabalho feminino nos serviços agrícolas, uma elevação do nível de escolarização dos filhos, urbanização e proletarização dos jovens (PERSAGRI II, 1981, p. 45). Ocorreram mudanças na organização produtiva do grupo familiar. Houve casos de famílias que apresentaram diferentes divisões de trabalho em que parte da família se dedicava ao trabalho no próprio estabelecimento rural e outra parte se dedicava a atividades na cidade como o assalariamento, ou dedicação a pequenos negócios particulares. Neste caso, tudo indica que estava se dissolvendo, pelo menos temporariamente, a coincidência entre unidade de produção e

unidade de consumo que tradicionalmente caracterizava a exploração familiar dos colonos. As transformações na divisão interna do trabalho, provocadas pela introdução da máquina, fizeram com que a unidade familiar fosse cada vez mais reduzida a uma unidade de consumo, como ocorre, freqüentemente, na organização urbana do trabalho.

“O chefe da unidade - o pai - continua a tomar as decisões mais importantes sobre o estabelecimento. É ele quem decide, por exemplo, se vai haver alteração na estrutura da produção e na articulação com agentes externos como o banco, a cooperativa, a agro-indústria, a assistência técnica etc. Apesar da relativa transformação na posição ocupada pelos filhos, que pode ocorrer em função das mudanças descritas, mantém-se inalterado o papel desempenhado pela mãe de tomar conta da casa, ajudar na lavoura quando há necessidade, e principalmente apoiar o pai em todas as decisões” (PERSAGRI II, 1981, p. 48, nota de rodapé)

As limitações e as resistências às transformações já tinham sido registradas em 1956, quando Oberg e Jabine (1960) apontaram fatores que mais dificultavam a expansão das áreas de lavoura nas unidades de produção. Segundo os mesmos, era a natureza da fazenda de tipo familiar, apenas operada com os membros da família, com seu ciclo produtivo, a prática costumeira dos colonos de não usarem adubos e rotação de culturas, o emprego da rotação de terras e a fragmentação da propriedade da terra através da herança, que permitiram a implantação da forma tradicional de produzir e de viver no espaço colonial do Oeste do Paraná. As mudanças ocorridas, a partir dos anos 70, não alteraram fundamentalmente o caráter do empreendimento familiar, continuando a predominar a força de trabalho da própria família. No entanto, “o principal elemento do processo de modernização é a introdução de novos métodos e instrumentos produtivos, que ao mesmo tempo potencializam o trabalho da família e promovem uma tendência de aumento das escalas de produção e propriedade” (PERSAGRI, 1981, p. 89). Houve, neste período, uma intensa difusão de insumos modernos como adubos, fertilizantes e corretivos, houve a difusão de crédito facilitado e a instituição de empresas distribuidoras e incentivadoras das inovações. Os insumos modernos foram difundidos em grande parte das unidades de produção ao passo que a aquisição de máquinas se restringiu a menos unidades produtoras devido ao seu elevado custo.

“Existe uma correlação mais ou menos estreita entre o tamanho de propriedade e acesso a maquinário, na medida em que

teoricamente existe uma “escala ótima” para o uso deste maquinário (embora, como já foi visto este critério de “ótimo” seja afetado pela política agrícola). Os bancos consideram adequada a aquisição de um trator pequeno apenas para áreas de lavoura superiores a 25 ha, e no mínimo 60 ha para aquisição de colheitadeira” (PERSAGRI, 1981, p. 93).

Por isso, houve a prática do aluguel de máquinas devido à sazonalidade do ciclo agrícola, à subutilização do equipamento, ao alto custo do maquinário, ao acesso a crédito e a maquinário diferenciado.

“O aluguel de máquinas é feito geralmente através de contratos de empreitada, que envolvem as colheitadeiras, os caminhões para o transporte dos grãos até a cooperativa e o operador dos equipamentos. (PERSAGRI II, 1981, p. 95).

Alguns colonos conseguiram equipar-se com máquinas para dinamizarem sua produção. Dedicar-se à colheita da plantação dos vizinhos estabelecia relações de prestação de serviços qualificados. O proprietário do maquinário, geralmente, contraía dívidas, sendo que sua renda auferida desta prestação de serviços poderia servir para abater parte da dívida decorrente da aquisição de máquinas.

A modernização produtiva dos colonos, com a adoção do binômio trigo-soja, provocou mudanças nas perspectivas de produção e na relação dos colonos com o lote colonial e com seus produtos. O binômio trigo-soja significa o cultivo destes cereais em larga escala a partir da modernização da agricultura no Sul do Brasil. Estes produtos proporcionaram boa rentabilidade e, ainda, recebiam subsídios governamentais. Contudo, o seu cultivo exigia altos índices de modernização uma vez que foram desenvolvidas novas variedades de sementes que requeriam o tratamento técnico moderno e épocas curtas e rápidas de colheita. Foi necessário, desta forma, a adoção de insumos e de equipamentos modernos.

“A extrema concentração da colheita no tempo é um dos motivos que leva à hiper-mecanização entre pequenos e médios proprietários... adquirir a máquina considere-se também a possibilidade de alugá-la, obtendo, assim, uma renda adicional que chega a ser particularmente importante para certo grupo de proprietários. “( PERSAGRI II, 1981, p. 94)

Estas mudanças provocaram, como já foi mencionado, um processo seletivo de colonos modernizados e a sua diferenciação de renda e de volume de produção considerável. Mas quase não havia produtores na pobreza absoluta.

“O empobrecimento relativo dos produtores mais ou menos estagnados (contidos naquele grupo de até cerca de 15 ha e que não podem acumular excedentes com alguma estabilidade) revela-se pela comparação com produtores que têm podido acumular e multiplicar suas benfeitorias, máquinas e equipamentos. Esses produtores pela acumulação já realizada têm acesso fácil a crédito e a sofisticados galpões, aviários, pocilgas, silos, garagens, etc., ampliando cada vez mais sua capacidade de acumular e se diferenciar com relação aos menores. Essa capacidade de se diferenciar tem se mostrado especialmente relevante no acesso a tratores e colhedeiças, que são propriedade, praticamente, apenas dos que mostram capacidade de acumular e aumentar suas propriedades” (PERSAGRI II, 1981, p. 96)

Percebe-se que apareceram elementos que corroeram a sociedade colonial, ou seja, as possibilidades de acumulação, a dependência do crédito bancário, o domínio técnico dependente não se adequavam ao modo de ser do colono tradicional. A tendência de concentração da propriedade, a possibilidade de produzir em maior escala determinados produtos afetaram a policultura da unidade familiar. Isso não quer dizer que muitos elementos da vida colonial não tenham sido mantidos, preservados e reconstruídos, pois restaram, ainda, os animais de trabalho (bois, cavalos, burros) usados mais nas unidades mais pobres e mais tradicionais e menos nas unidades ricas. Restaram, também, o uso de insumos produzidos internamente, pois junto aos insumos que eram vendidos pelas grandes firmas e que eram aplicados, principalmente, nas lavouras mais tecnificadas (soja e trigo), “há uma grande participação de insumos produzidos internamente às unidades familiares. Trata-se principalmente da produção de milho para suínos, palha de trigo, soja e sementes” (PERSAGRI II, 1981, p. 97). Vê-se que foi sendo moldada uma mentalidade anti-valores coloniais. Aquele colono prestativo, bom vizinho, policultor foi deixando de ser referência para dar lugar ao “granjeiro”. Este era o colono capitalizado, modernizado que com sua pasta de documentos ocupava tempo com o banco, com os negócios na cooperativa, na “agrícola” (empresa de comércio agropecuário). O seu tempo passou a ser dividido entre as lidas do campo e as lidas da cidade. Os seus compromissos familiares e comunitários começaram a ser divididos com instituições financeiras e mercantis. Ele passou a lidar com mais capital de giro e suas relações sociais e de lazer extrapolavam o âmbito da comunidade. O carro se tornou imprescindível para o novo trabalho e para as novas formas de lazer e de vida social. A colônia mudou e resistiu.

O questionamento e a resistência, também, aparecem nos noticiários (A Região em Notícia, 1973), que, por vezes, assumiam a função orientadora para os colonos.

“Muitos são nossos amigos jogados ao desempenho nas funções dentro da agricultura e que estão perdendo o estímulo em virtude dos preços e de compromissos assumidos. Muitos são aqueles que, para cair fora da monocultura, voltarão a criar suínos, plantar mandioca, milho, feijão, etc., para não incorrer em crises de mercado. Consideram outros: Se o preço da soja era estimulado, esfriou. Se o preço do trigo era desestimulado, parece que vai endireitar, pelo menos para a safra vindoura. Porém a monocultura, pela variação de mercado sempre poderá arrastar uma crise junto. Se houver a diversificação na cultura agrícola, racionalizando com a criação de suínos ou vice-versa, poderemos viver fora da crise, sendo bons produtores de soja, trigo, milho, etc., caso contrário, especialmente nossos agricultores viverão plantando soja e colhendo pepino”.

A crise, de acordo com a notícia, está relacionada ao modelo agrícola em implantação. Propõe-se, ao adotar elementos da modernização, não abandonar, totalmente as práticas e os produtos tradicionais. Percebe-se a “oscilação” entre a resistência e a adaptação.

Figueiredo (p. 45) informa que, numa amostragem entre agricultores do Oeste do Paraná 21% declararam ter desistido de plantar soja e 37% do cultivo do trigo. “80% dos agricultores desistentes do cultivo de soja pertencem à categoria de pequenos produtores que exploram estabelecimentos entre 2 e 20 ha. Entre os motivos apontados aparece a passagem de um sistema produtivo, “baseado na policultura colonial com venda de excedentes, para uma produção mercantil voltada para uma lavoura de exportação de alto valor comercial, evidenciou-se no crescimento da área ocupada com soja”.

A mercantilização dos insumos da produção implicou também na mercantilização da cesta de consumo da família, interferindo nos hábitos alimentares.

Antes da modernização, a policultura alimentar garantia um alto grau de alternatividade com o mercado, destacando-se a possibilidade de diversos graus e modalidades de relação, onde ganha maior ou menor importância o auto-consumo intermediário ou a produção interna de insumos. “É na modernização e na mercantilização de todo o processo produtivo que o produtor agrícola vislumbra a possibilidade de elevação de produtividade, ampliação do valor produzido e, eventualmente, de algum tipo de acumulação de riquezas” (PERSAGRI, 1981, p.64).

Entre as alternativas para o colono, a partir dos anos 70, se apresentavam a modernização ou a migração (através desta poder-se-ia manter os padrões tradicionais e, ao mesmo tempo, expandir a área da propriedade). Uma outra alternativa seria manter os padrões tradicionais e não migrar, sendo considerada uma alternativa irracional, não sendo, portanto, de grande importância.

“É através deste mecanismo seletivo que se chega à relativa homogeneidade produtiva e tecnológica, apoiada no binômio soja-trigo, que caracteriza a agricultura da região pesquisada nos anos 70” ( PERSAGRI II, 1981, p.65).

Apesar da modernização e da especialização no binômio trigo e soja, a produção para o autoconsumo final e autoconsumo intermediário se manteve como elemento importante da reprodução das unidades familiares. “Produtos tradicionais como o milho, galinhas, porcos, leite, batatas e verduras continuaram tendo relevância em praticamente todas as unidades produtoras” (PERSAGRI II, 1981, p. 65). Esta produção não se resumia na produção para a subsistência. Ela estava disponível para eventualmente ser destinada ao mercado. Assim se firmava a alternatividade.

De acordo com o relatório final sobre a agricultura no Oeste Paranaense (PERSAGRI II, 1981, p. 66-68), a suinocultura se constituiu, ao longo do tempo, como o elemento de diversidade e de alternatividade mais regular e de importância ascendente, tendo se modernizado nos anos setenta através do melhoramento genético e da integração com a agro-indústria. Teve e continua tendo uma relação direta com a produção de milho. Da mesma forma como a modernização agrícola, aqui a modernização e a integração possibilitaram a diferenciação entre os produtores. Os mais capitalizados puderam melhor se modernizar e ampliar suas rendas. Os pequenos produtores tinham na suinocultura meios adicionais de se manterem, sendo uma forma a mais de complementarem sua renda familiar. “Não foram todos os produtores que adotaram o novo padrão do trigo e da soja, seja por problemas de topografia, seja por tamanho de propriedade e capacidade financeira, seja por simples opção pelo sistema de produção anterior” (PERSAGRI II, 1981 p. 66). Daí se pode estabelecer critérios de estratificação dos produtores: os pequenos produtores tradicionais de menos de 15 ha, os pequenos produtores de até 15 ha que se modernizaram, mas

não puderam adquirir as máquinas e implementos, dependendo do aluguel de máquinas.

Depois de 1977, tem se difundido na região uma tendência anti-monocultura e anti-endividamento, tendo se iniciado uma sensível redução do uso de agrotóxicos e, em escala menor, uma redução do uso de fertilizantes. O mesmo aconteceu com a aquisição de tratores e colheitadeiras (PERSAGRI II, 1981, p. 70). Fala-se em policultura e alternatividade. Não se trata de reverter a mercantilização e a modernização, mas de diversificar a dependência do mercado e de eliminar a hiper-insumização.

Conforme PERSAGRI II (1981, p. 72), a economia familiar transformou-se, especializando-se em alto grau, modernizando os processos produtivos, concentrando a produção e a propriedade, proletarizando parte da força de trabalho, cristalizando um estrato de unidades familiares capitalizadas e expandindo-se para a fronteira.

“Quando a conjuntura externa se reverte, acentuando o risco de mercado da produção, elevando significativamente os custos de produção, retraindo o crédito financeiro e as benesses das políticas públicas, esta economia familiar é capaz de reorientar seu comportamento, reduzir em determinada proporção a sua dependência do exterior, diversificar a sua produção e, desta forma, escapar em alguma medida dos riscos do mercado. É esta alternatividade uma das características mais marcantes da unidade de produção familiar, mesmo quando ela assume uma forma “empresarial”. Este comportamento em relação ao mercado só é possível quando não se depende em medida significativa de fornecimento externo de mão-de-obra e quando uma parte importante dos meios de produção (e de sobrevivência) pode ser obtida sem recurso ao mercado. Quando a conjuntura externa é adversa, a economia familiar pode defender-se e reproduzir-se. É por esta capacidade de defesa que a produção familiar talvez esteja menos exposta ao risco de dissolução e expropriação nas fases de crise do que nas fases de expansão”.

A modernização, portanto, motivou alterações técnicas que afetaram o cotidiano colonial, por um lado, mas, por outro, a tradição dos colonos exigiu adaptações uma vez que a resistência da tradição manteve valores e maneiras de agir consolidados com o tempo. Percebe-se que a colonização, a construção e a constituição destes espaços coloniais começaram a partir de uma tradição herdada de antigas regiões coloniais e que foi afetada pelas transformações antepostas pela modernização agrícola a partir da década de 70. Estas mudanças se inseriram

no contexto das modificações das sociedades mais amplas e nas implicações da dinâmica sócio-econômica das décadas recentes.

Aqui, se percebe o conflito entre a pressão pela mudança, provocada pela modernização, e a resistência para a manutenção da situação de colonos. A migração continuou sendo uma forma de resistir à inovação, mas num momento em que o “cerco modernizante” era muito forte. Querer ter terra, querer reconstruir o espaço colonial conflitava com as exigências de um programa, de uma política de modernização do campo que potencializavam desejos de ascensão social, desejos de competição, enfim, desejos anti-coloniais.

Em síntese, o novo papel atribuído às atividades agrícolas forçavam modificações da região colonial do Oeste do Paraná e das regiões coloniais do Sul do Brasil. Estas modificações afetavam o modo-de-ser dos colonos que se movimentavam entre a resistência ao novo e a sua acomodação. A resistência poderia ser a migração como também a rejeição de propostas modernas. Neste contexto, a fronteira agrícola, também foi afetada, sofrendo mudanças.

#### 4.3 A DINÂMICA DA FRONTEIRA

Considerando o espaço colonial, o homem colonial, a migração e a modernização, pretende-se discutir algumas questões relacionadas com a fronteira colonial e com a fronteira agrícola. A fronteira colonial já teve suas características mostradas durante este trabalho, sendo que, agora é possível discuti-la no contexto mais amplo da fronteira agrícola e da construção territorial brasileira.

Fronteira agrícola se vincula, umbilicalmente, ao modelo de desenvolvimento brasileiro recente e à modernização do campo. A sua expansão propiciou a incorporação de grandes áreas à economia nacional, a diversificação dos seus pólos de crescimento e a desconcentração de sua população. No Brasil, segundo Miranda Neto (1985, p. 67), o deslocamento da fronteira agrícola foi sendo um movimento contínuo desde o início do século XIX. Foram imigrantes açorianos, alemães, italianos, seus descendentes e contingentes populacionais de centros econômicos do período colonial que se deslocaram fronteira a fora.

Fronteira agrícola, segundo Sawyer\* (apud Mueller, 1992,

---

\* SAWYER, D,R, Ocupación y desocupación de la frontera agrícola en



p. 2), é uma área potencial, um espaço que oferece condições à expansão de atividades relacionadas com a agropecuária. São fundamentais, nesse espaço potencial, o funcionamento de mercados de produtos, de trabalho e de terras, o desenvolvimento de sistemas de transportes, a disponibilidade de terras a serem ocupadas, exploradas e cultivadas. A potencialidade não se encerra nas atividades agropecuárias. Ela, a médio prazo, aponta para a urbanização e para uma ampla diversificação de atividades econômicas, culturais. Na fronteira, costumam ocorrer surtos de atividades denominadas frentes, que avançam e se retraem. No Brasil, ocorreram frentes de agricultura comercial, frentes de agricultura de subsistência ou frentes camponesas, frentes especulativas e frentes de pecuária extensiva e rudimentar. Entre 1950 e 1970, houve uma grande expansão da fronteira agropecuária no Brasil, sendo que, “em 1950, as áreas em estabelecimentos totalizaram 231,9 milhões de hectares, as áreas em lavouras, 19 milhões de hectares; em 1970, representavam, respectivamente, 294,2 milhões e 33,9 milhões de hectares” (Mueller, 1992, p. 11). O Paraná, sozinho, incorporou 22,5% dos 14,9 milhões de hectares à lavoura nacional. Isto se deveu ao fato de que a fronteira agrícola paranaense se localizava próxima aos núcleos mais dinâmicos da economia nacional (São Paulo e Sul). Desta forma, a fronteira agrícola do Paraná apresentou condições excepcionais de desenvolvimento a partir dos anos 30 até o início dos anos 70, começando pelo Norte e Sudoeste e culminando no Oeste. Situação esta que se reverteu posteriormente.

“Mas as taxas de crescimento do Paraná - que haviam se mantido em torno de 6% a.a. durante o período de 60/70, devido à forte imigração de destino rural - caiu drasticamente para 0,94% a.a. durante a década de 70. Mais importante é o fato de que a população rural do Paraná teve um crescimento negativo de -3,5% a.a. nesta década (**década de oitenta** observação nossa). Isto constitui a reversão mais abrupta já observada no Brasil; partindo da condição de foco mais importante de atração, as áreas rurais do Paraná passaram de repente a ser os maiores fornecedores de emigrantes do país” (Martini, 1987, p. 75)

Dados obtidos em janeiro de 1971 (Braido, 1972, p. 28-29), em três colônias novas do Paraguai (Paraguasil, Mbracaju e

---

el Brasil : un ensayo de interpretación estructural y espacial. In: CEPAL/PNUMA Coord. **Expansión de la frontera agropecuária y médio ambiente en América Latina**. Madrid : Naciones Unidas : CIFCA, 1983.

Santa Teresa), mostram que 80,75% dos imigrantes eram provenientes do Paraná, embora a maior parte tivesse nascido em Santa Catarina. Isto mostra que o Paraná, nesse momento, atraiu migrantes para permanecerem num curto período e, depois, buscarem novas fronteiras agrícolas, até no exterior. Os motivos desta migração podem resumir-se na falta de terras, terra não suficiente para alimentar a família, terra não produtiva, preços elevados da terra e perseguição política. Além destes motivos, o principal motivo imediato foi a ação de agentes de companhias colonizadoras, confirmando a continuidade dos negócios da exploração madeireira e de colonização de empreendedores de regiões coloniais. “De las 235 familias, 130 dijeron haber sido propietarios de sus tierras en el Brasil. De estes últimos, 111 vindieron para emigrar. La mayoría vino al Paraguay con su familia (72,22%)”<sup>106</sup>.

“Durante as décadas de cinqüenta e sessenta, o Paraná caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento demográfico, devido, em grande medida, ao intenso fluxo de migrantes para as áreas de fronteira agrícola [...] No entanto, nos anos setenta, assistiu-se à reversão desse padrão de crescimento, quando o estado passou de receptor a expulsor de população. A taxa de crescimento anual da população total sofreu uma queda acentuada do patamar de 7%, na década de cinqüenta, para 1% na de setenta [...] Por sua vez, a população rural registrou variação anual negativa de 3,4% nessa última década, passando de 4.425 mil pessoas, em 1970, para 3.156 mil pessoas em 1980” (IPARDES, 1987, p. 150)

Foram, exatamente, as áreas rurais do Paraná, que receberam maciçamente migrantes até 1970, que tiveram maior êxodo relativo pós-70. O Estado apresentou um índice migratório (-0,569) elevado, indicador das transformações ocorridas no campo<sup>107</sup>. De ocupação mais recente, também, com predomínio da mão-de-obra familiar, produzindo cereais e pecuária de pequeno porte, a região do Extremo-Oeste teve uma perda considerável de população na década de setenta.

“Na MRH (Microrregião Hidrográfica - observação nossa) do Extremo-Oeste, o impacto das transformações ocorridas na atividade agrícola foi mais intenso, comparativamente ao Sudoeste, tendo em vista o adensamento populacional

---

106 Das 235 familias, 130 disseram ter sido proprietários de suas terras no Brasil. Destes últimos, 111 venderam para emigrar. A maioria veio ao Paraguai com sua família (72,22%)

107 (Ver a respeito deste fenômeno SUDESUL, 1975)

decorrente da expansão agrícola anterior. A redução da população rural, nessa MRH, foi de 127.000 pessoas na década de setenta, respondendo por 10% do total da redução do estado. Esse processo de esvaziamento no campo resultou numa aceleração da urbanização no Paraná. A taxa de urbanização passou de 25%, em 1950, a 36,1%, em 1970, e 58%, em 1980" (IPARDES, 1987, p. 152-153).

Nesta década a que se refere a presente citação, ocorreram, também, as desapropriações das terras da Itaipu Binacional. Foram desapropriados 6.913 estabelecimentos rurais e 1.606 propriedades urbanas, totalizando 8.519 propriedades e 101.092 ha de área (Paoli, 1992, resumo em anexo) mobilizando, desta forma, um grande número de pessoas, uma vez que se tratava de desalojar famílias nessas mais de 8.500 desapropriações. Vê-se, pois, que se trata de uma situação de repulsão populacional numa região que há duas décadas era uma região de forte atração populacional. Mudanças tão expressivas do comportamento migratório mostram a relação entre disponibilidade de terra e grau de ocupação.

Tem que se considerar a estrutura etária, que pode ter relação com a disponibilidade de terra. A tendência das pessoas mais idosas do meio rural é evitar a migração para fronteiras agrícolas, ao passo que jovens em idade de constituir família tenham mais motivos para migrar. As migrações mais recentes, ligadas ao desenvolvimento agrícola têm um forte componente econômico, embora outras variáveis, como ideologia anti-urbana e pró-rural<sup>108</sup> e outras, devam, ainda, merecer consideração. "A teoria supõe uma racionalidade muito grande para o migrante do ponto de vista econômico: ele seria capaz de perceber as vantagens e os aumentos monetários que terá com sua deslocação espacial" (Pereira, 1978, p. 190).

Um outro elemento a ser considerado é o fato de que o migrante participa de um contingente populacional selecionado, principalmente quando ele é caracterizado para um projeto de colonização e buscado por agentes e colonizadoras, conforme mostrado neste trabalho. Ele mostra uma certa capacidade de desprendimento da tradição, uma certa capacidade de inovação. O desanimado, aquele que não tem vontade de construir e inovar no futuro dificilmente migra. Não é a busca do totalmente novo, mas a vontade de preservar o velho num novo lugar. A migração

---

108 Ver a este respeito na parte 1.2 neste trabalho.

em grandes contingentes, mais ou menos homogêneos, permite manter elementos de identificação através da articulação cultural na base de um passado de práticas comuns.

Houve concentração fundiária e transformações mais expressivas nas relações de produção das regiões onde a incorporação tecnológica foi maior. Contudo, pode-se afirmar que aconteceu a eliminação ou a diminuição de minifúndios e o revigoramento da pequena e média propriedade e o estabelecimento de um grupo de produtores rurais tecnificados atrelados ao mercado agropecuário internacional. Claro que foi um processo seletivo, que eliminou muitos trabalhadores que tiveram que se deslocar para as fronteiras agrícolas e para os centros urbanos. No contexto da totalidade da sociedade, houve relativamente uma grande diferenciação, culminando na proletização de colonos e na migração para novas fronteiras.

A modernização, em função do seu aspecto de seletividade, causou esta repulsão populacional, ocasionando o êxodo rural e a migração para novas fronteiras agrícolas num contexto novo.

“Para continuarem agricultores, esses agricultores deixaram seu torrão para encontrarem um novo lote, deixaram o seu lote, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários [...] após explorarem as terras que lhes concediam ou vendiam, esses migrantes felizes por terem se tornado proprietários, esses lavradores, contentes do tamanho do solo partiam logo para arrotear outras terras” (Roche, 1969, p. 319)

Várias motivações, elaboradas ou não, criam imagens mentais sobre o espaço a ser moldado pela ação do homem, simbolizando capacidade e poder. “Fui pioneiro!” “Particpei do desbravamento deste lugar!” É a procura de novas áreas de ação e de atuação para materializar imagens elaboradas pela vivência e pela propaganda colonizatória. Transformar a mata, o espaço físico-natural em espaço de cultivo material, agricultura e pecuária, e em espaço cultural, eis o desafio mobilizador.

Por outro lado, estudos de algumas áreas colonizadas mostraram que a maioria dos colonos que migraram para determinadas colônias eram camponeses em vias de capitalização nas antigas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Migração não tem sempre e em todos os lugares uma relação direta com pobreza, falta de terras e de alimentos. Tem a ver, também, com perspectivas de capitalização e de adoção de tecnologia e adoção de agricultura empresarial. “Desta forma os pioneiros, ao transformarem se gradativamente em

empresários, perdem suas origens camponesas, sendo que, para eles, camponês é o 'indigente', o 'empregado rural', o 'posseiro'. 'Nós somos fazendeiros', afirmavam os pioneiros em Canarana" (Ribeiro, 1987, p. 73) no Mato Grosso. Muitos colonos venderam suas terras nas colônias mais desenvolvidas para poderem ampliar a área de suas terras nas fronteiras agrícolas onde os preços mais baixos motivavam a aplicação de capitais dos colonos, como também de investidores de diversos setores da economia brasileira. Como foi visto, o crescimento da importância deste novo espírito do colono se deu com o processo de modernização das regiões coloniais.

A duração do ciclo de fronteira agrícola foi, então, diminuindo, pois no Paraná durou de 30 a 35 anos, no Mato Grosso, Goiás e Maranhão, de 20 a 25 anos e, no Amazonas, de 10 a 15 anos. A fronteira agrícola, aos poucos, veio a ser a solução de problemas sociais de efeitos menos duradouros e de significado numérico menor. Nos anos recentes, toda a Amazônia absorveu menos pessoas que a região metropolitana de Belo Horizonte. A interiorização via fronteira agrícola alterou, portanto, profundamente a distribuição da população brasileira, concentrada, tradicionalmente, mais próxima do litoral. Proporcionou a criação de cidades, "a construção de estradas, a ocupação produtiva de milhões de hectares e a integração de novas regiões à economia nacional" (Martini, 1987, p. 77). Essa distribuição populacional, via migrações inter-regionais, resultou de planos de colonização que se concretizaram durante o final do século XIX e durante o século XX e que Merrick & Graham (1981, p. 164) classificaram em quatro padrões de colonização de áreas de desbravamento: padrão de imigração para as plantações paulistas (1885-1930); ascensão do Paraná com a nova região do café (1940-1950); região Centro-Oeste - Goiás e Mato Grosso (1950-1960); e a iniciativa Amazônica, década de 70.

Ainda segundo Merrick & Graham (1981, p. 165), o padrão referente ao Paraná teria se caracterizado pela expansão de um "grande número de pequenas propriedades e a relativa ausência de uma oligarquia rural consolidada; o êxito no uso de empresariado privado, estrangeiro, nos esforços de criação de infra-estrutura e de colonização". Esta sistemática começou no Norte e, depois, foi adotada no Sudoeste e no Oeste. "Outro contraste importante entre São Paulo, Paraná e o Centro-Oeste está relacionado com a seletividade dos migrantes por região de residência anterior". São Paulo foi colonizada por imigrantes europeus, o Paraná com migrantes rurais de São Paulo (Norte)

e de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Sudoeste e Oeste - muitos de segunda geração). Os desbravamentos para tais colonizações exigiram grandes transferências de mão-de-obra e de capital e grandes deslocamentos de contingentes populacionais. Para Merrick & Graham, (1981, p. 165),

“Nenhum deles esteve ligado a qualquer reforma agrária significativa pelo poder político, embora o desbravamento em São Paulo e no Paraná tenha provocado importantes modificações no regime de ocupação da terra (SP) e de colonização pela pequena propriedade privada (PR)”.

No entanto, a colonização no Sul do Brasil, como já foi visto, na segunda metade do século XIX e durante a primeira metade do século XX, foi, predominantemente, feita em pequenas propriedades, instituindo a propriedade familiar camponesa dentro de uma estrutura latifundiária brasileira. Desta colonização, resultaram o desenvolvimento da agricultura comercial e de subsistência de várias áreas da Região Sul e o constante fornecimento de contingentes populacionais para as migrações em direção às novas fronteiras agrícolas<sup>109</sup> e para as migrações rural-urbanas. Isso tudo contribuiu para o alargamento da ocupação efetiva do território e para a redução das pressões sobre o mercado de trabalho, aliviando tensões sociais. Miranda Neto (1985, p. 68-69) entende que “a fronteira reduz os custos sociais do conjunto do sistema por atrair uma parte da população para uma região inabitada, que ficará, por certo, desprovida de equipamentos sociais e de investimentos públicos”. É preciso alertar, no entanto, que reduz estes custos momentaneamente, pois as demandas por infra-estrutura pública e por melhores condições de vida não tardam a se manifestar. Para o caso da colonização do Oeste do Paraná, as páginas anteriores evidenciaram este processo migratório e de estruturação do espaço da fronteira. A fronteira agrícola, além de ser funcional no contexto do sistema, se caracterizava pela provisoriade e pela instabilidade. “A partir da necessidade de acréscimo de alimentos ou de matérias-primas, a economia fazia um esforço para ‘integrar’ a fronteira agrícola ao sistema de mercado, ao mesmo tempo em que criava condições para um novo deslocamento da população”. Assim, se anulavam as pressões mais fortes e se mascarava o problema agrário no Brasil. No entanto, o modelo de colonização implantado no Brasil, a partir do final dos anos 60, diferiu do da colonização discutida

---

109 Ver Gregory, 1988 e Coradini, 1988.

neste trabalho. Em 1972, por exemplo, nos três estados e três territórios da Amazônia, dos 3.580.118 km<sup>2</sup>, apenas 425.000 km<sup>2</sup> ( $\pm$  12%), próximos a rios e estradas abertas pelo governo federal, tinham sido apropriados pelo movimento migratório oriundo do Sul e do Sudeste e pelos capitalistas destas regiões e do exterior. Para Manuel Correia de Andrade (1980, p. 30 e 32), esta apropriação veio consolidar o domínio dos latifúndios tradicionais, pertencentes a proprietários da região, e dos latifúndios modernos, de propriedade de grupos econômicos estrangeiros ou do Sul e do Sudeste do país. Mesmo os migrantes oriundos das regiões coloniais não caracterizavam mais o colono euro-brasileiro, uma vez que estavam em vias de capitalização e viam na migração possibilidades de ampliarem suas propriedades e se tornarem “colonos fortes”, investindo no rural. A migração deste colono não foi mais um deslocamento para a reconstrução da condição de colono e sim uma busca de se modernizar e de se tornar empresário rural. Dele, enquanto agricultor e pecuarista, se exigia um espírito de empreendedor e de competitividade. Esta exigência se evidenciava sempre mais durante a década de 70. Ele era compelido a fazer parte de um processo e de um modelo que conferia à agricultura e à colonização um novo papel.

Quanto ao papel mais recente da agricultura e da colonização no Brasil, é interessante atentar para os objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (Brasil-IBGE, 1974) que fixou as estratégias a serem seguidas de 1975 a 1979 para efetivar o crescimento econômico brasileiro, objetivando tornar o Brasil uma potência emergente em 1979. No entanto, devido à estagnação e à inflação mundiais e devido à crise do petróleo, se previam dificuldades em manter as taxas de crescimento da época do “milagre brasileiro”. Para minimizar tais dificuldades, a agricultura deveria ter uma participação maior em função de sua resposta a prazos menores. “Em vez de crescer a taxas anuais de 4 ou 5 por cento, como nos anos recentes, a agricultura e a pecuária deverão desenvolver-se à base de 7 por cento ao ano” (Brasil Em Dados, 1975, p. XV). Vê-se que o homem do campo, novamente, deveria estar envolto em demandas que extrapolavam a comunidade e seu modo de ser colonial.

Esta estratégia setorial se desenvolveria em dois planos: o plano da ampliação das fronteiras agrícolas através da incorporação de terras da Amazônia e do Centro-Oeste e o plano

da modernização da agricultura através do estímulo ao uso de tratores, fertilizantes e implementos agrícolas e através da transformação do campo via deslocamento da “capacidade empresarial” de outros setores para o setor agropecuário.

“O objetivo geral é fazer com que a agropecuária dê sua contribuição mais significativa à expansão do PIB’, ao mesmo tempo em que se procure efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados de sorte a reduzir consideravelmente o deficit comercial com o exterior” (Brasil Em Dados, 1975, p. XV).

O desenvolvimento baseado na industrialização substitutiva de importações dava sinais de fragilidade no contexto da crise mundial da segunda metade da década de 70 e requeria, neste momento e fora do contexto cepalino e dentro da crise da ditadura militar, novos encaminhamentos.

“Com a abertura das rodovias e a valorização das terras, grandes grupos econômicos vêm se apossando de grandes porções e, baseados na filosofia do governo de ‘dar à agricultura uma ação e uma mentalidade empresarial’, vêm obtendo incentivos fiscais e financiamentos em bancos oficiais para efetivar estes projetos” (Andrade, 1980, p. 51).

Programas de colonização lançados pelo Programa de Integração Nacional<sup>110</sup> contribuíram para aumentar os fluxos migratórios para as regiões Norte e Centro-Oeste, transportando grande quantidade de

“braços que, fracassando como pequenos proprietários ou forçados, puderam ser convertidos em assalariados agrícolas, muito necessários na época da implantação dos projetos, na fase de desmatamento e ‘liberados’, dispensados, depois da preparação das pastagens” (Andrade, 1980, p. 81)

O que se dizer, com clareza, é que programas de colonização tiveram continuidade e que parcelas dos colonos das regiões

---

110 Ver a respeito texto mimeografado do Engenheiro Agrônomo Fernando A Gernschow, Chefe da Divisão de Cadastro e Registros do Departamento de Colonização do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - O Plano Nacional de Colonização (s.d.) e A colonização no Brasil (Súmula de exposição feita aos membros do Conselho Técnico do IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - Setembro/66).



coloniais, expulsos das suas comunidades, migraram para novas fronteiras. No entanto, não mais puderam, com as facilidades de outrora, reproduzir a sua condição de colonos de regiões coloniais, porque este tipo de espaço não mais interessava ao modelo de desenvolvimento implantado a partir da modernização. O próprio colono, na medida das suas possibilidades e num processo seletivo e excludente, dava preferência a um novo modo-de-ser criador (suinocultor, pecuarista, avicultor) e agricultor, ou seja, ser empreendedor, empresário rural. A fronteira agrícola teria, agora, outras funções, ou seja, as empresas e os agropecuaristas buscavam adquirir terras para nelas investir e produzir. Precisavam dos colonos como assalariados e não como colonos. Portanto, embora tenham sido abertas novas fronteiras agrícolas, se reduzia a disponibilidade de terras para a organização de novos espaços coloniais para os euro-brasileiros.

O que se quer dizer, também, é que, embora o Brasil tenha passado por um processo de metropolização durante as décadas de 70 e 80, a população brasileira, além de crescer nas áreas metropolitanas, cresceu em áreas de ocupação recente. As metrópoles, por um lado, atraíram grandes levas de migrantes resultantes do êxodo rural e da migração urbana-urbana, nas últimas décadas, em função da rápida industrialização, da modernização do campo e da melhoria da estrutura de serviços de alguns pólos de desenvolvimento. Por outro lado, novas regiões tiveram crescimentos populacionais intensos. Exemplo disso foi a dinâmica populacional da região fisiográfica do Oeste do Paraná, que registrou um rápido crescimento populacional durante as décadas de 40, 50 e 60 e a redução deste crescimento a partir da metade da década de 70.

Verificou-se, portanto:

“ **a)** o declínio na importância da migração de destino rural nas áreas de fronteira; **b)** a redução no ritmo de crescimento da participação da fronteira na produção agrícola; **c)** o encurtamento do ciclo de vida da fronteira agrícola em termos de atração intensiva de migrantes, estagnação e emigração” (Martine, 1987, p. 71)

Há de se considerar, também, que o crescimento populacional em áreas de fronteira foi sendo, cada vez mais, um fenômeno urbano. Colonos se dirigiam às periferias das novas cidades para aguardar o momento da aquisição de um lote rural e, muitas vezes, restava o assalariamento urbano ou rural.

“Enquanto dois terços do crescimento populacional do Paraná, no auge de sua expansão de fronteira (nas décadas de 40 e

50) ocorriam na área rural, somente 30% do crescimento demográfico da região amazônica, durante a década de 70, se dava nas áreas rurais” (Martine, 1987, p. 73)

Aqui é importante discutir o tipo de colonização e o tipo de fronteira agrícola e as épocas diferentes em que ocorreram. As amplas generalizações não dão conta das especificidades ocorridas no processo de colonização. Por isso, dizer genericamente, que colonização é uma reforma agrária ou uma contra-reforma agrária pode ter sentidos diversos para casos diversos, que requerem estudos específicos e delimitados. Perceber detalhes nos projetos e nas atividades de colonização pode proporcionar desdobramentos explicativos importantes para aspectos do desenvolvimento de determinadas regiões. Explicitar, por exemplo, o tamanho das propriedades, os critérios adotados para as linhas divisórias e para as estradas, a escolha do migrante a ser atraído, a atuação das empresas colonizadoras na colônia e suas formas de inserção na fronteira são elementos constitutivos de relatórios, de discursos que o historiador pode explorar com resultados interessantes.

Como já foi afirmado, embora a fronteira agrícola tivesse contribuído no sentido da interiorização da população brasileira, a distribuição populacional sobre o espaço se deu, também, em outra dimensão: a concentração urbana. As fronteiras agrícolas têm servido como válvulas de escape para tensões sociais e como incremento da produção agrícola sem provocar alterações mais profundas na estrutura fundiária.

A colonização do Oeste do Paraná, discutida neste trabalho, serve tanto para caracterizar uma fronteira aberta que ajudou a resolver problemas estruturais e de pressão populacional de antigas regiões coloniais como para caracterizar uma nova região fornecedora de migrantes para novas fronteiras agrícolas e para os dinâmicos espaços urbanos.

“De todas as formas, o processo de formação de mão-de-obra das cidades não esteve acompanhado de um generalizado processo de separação do produtor direto de suas condições de produção. No processo, a fronteira continua sendo, pelo menos até recentemente, um escoadouro dos excedentes populacionais que não encontravam terras em seus lugares de origem. As migrações rurais-rurais refletem esse processo, as rurais-urbanas, por sua vez, determinaram o que hoje se denomina inchamento urbano e o aparecimento da ‘questão urbana’.” (Lovisoló, 1989, p. 31)

De uma forma geral, as áreas incorporadas à economia brasileira mantiveram a tradição da estrutura agrária

latifundiária, ocorrendo aqui e acolá, as exceções das colonizações em base à pequena propriedade, conseqüência de um tipo de colonização que objetivava e, de fato conseguiu, implantar uma estrutura onde as pequenas propriedades predominaram. Foram projetadas e criadas as regiões coloniais nas quais o colono organizava sua vida, vivia em comunidade, cultivando a terra e preservando valores que lhe eram caros. Trata-se, portanto, de uma realidade bastante ocorrente na Região Sul do Brasil, mas, também, de exceções no contexto rural brasileiro e latino-americano. Trata-se da colonização empreendida pelas iniciativas de governos e de empresas colonizadoras, organizada na perspectiva de implantar a pequena propriedade, buscando estabelecer colônias habitadas por colonos euro-brasileiros, cuja organização produtiva se baseava na produção familiar. Projetar o espaço colonial, dedicar-se ao negócio da venda de terras foi possível porque tais atividades se tornaram lucrativas e se adequavam aos sonhos dos homens coloniais.

Os descendentes dos euro-brasileiros continuaram e continuam a migrar e a desbravar, mas, na medida em que o estilo de viver e o modo-de-ser colonial foi sendo corroído pela modernização, os novos espaços projetados pelos recentes empreendimentos de colonização no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, embora recebendo migrantes oriundos de regiões coloniais, não mais se constituíram em espaços coloniais, uma vez que o próprio espaço colonial antigo não era mais o de outrora.



## **CAPÍTULO 5**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

OS EURO-BRASILEIROS E O ESPAÇO COLONIAL, título que proporcionou a construção de um discurso a respeito de conceitos e de acontecimentos da história de homens emigrantes europeus e colonos-camponeses brasileiros dos séculos XIX e XX na região Sul do Brasil, especialmente no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970, permite-nos fazer algumas considerações finais, sem querermos considerá-las conclusões acabadas.

Discutindo colonização, migrações e colônias, afirmamos que a colonização do Sul do Brasil teve objetivos, desdobramentos e desfechos comuns a toda a região, podendo-se falar de um espaço colonial característico. Evidenciamos que os colonos, oriundos de um contexto cultural, social e político europeu, continuaram a ser migrantes no Brasil e construíram sociedades e espaços que proporcionaram condições de vivência e de modo-de-ser que levou-nos a denominá-los euro-brasileiros, ou seja, homens, cuja tradição, resistência e incorporação de novos elementos vivenciais ao seu cotidiano colonial, fizeram-nos euros e brasileiros. Explicamos que o espaço colonial, na sua dinâmica de construção e de desenvolvimento, veio a reproduzir, também, condições de repulsão populacional na medida em que a sociedade colonial ia se estabelecendo através da sucessiva constituição de novos espaços coloniais, entre eles, a região Oeste do Estado do Paraná.

As questões populacionais e territoriais do Estado do Paraná, no contexto da política da Marcha para o Oeste do pós-30, assumiu conotações geopolíticas da nação brasileira e do Estado do Paraná, uma vez que se tratava de colonizar e assegurar territórios próximos às fronteiras nacionais brasileiras e de consolidar o território paranaense. Em torno destas questões e preocupações, os governos Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto (1948- 1961) projetaram e organizaram as ações dos seus governos para dirigir e controlar o processo de ocupação e de exploração territorial através de políticas públicas, cujos discursos denotaram opções seletivas com relação ao tipo de colonização e ao tipo de colonos, calcadas em falas e justificativas preconceituosas. Estas políticas e estas ações, nesta época, dirigidas com maior ênfase à região Oeste do Paraná, onde a colonização foi implantada com maior intensidade por empresas privadas de capital colonial, adotaram modelo de colonização experimentado na região Sul do Brasil destinando-se,

prioritariamente, para os colonos euro-brasileiros.

A análise da colonização empreendida por uma empresa madeireira e colonizadora permitiu um recorte espacial e temporal mais restrito, um mergulho mais profundo no planejamento, na estruturação, na atuação e no controle seletivo da Colonizadora Madeireira Rio Paraná Ltda. – MARIPÁ nas ações de exploração madeireira e de colonização. O espaço da colônia foi projetado e estruturado para a exploração colonial e para a colonização, ou seja, o Plano de Colonização estabeleceu uma malha viária, uma divisão das terras em lotes coloniais e lotes urbanos e propôs a implantação de uma rede de pequenos núcleos populacionais, que vieram a se tornar futuras sedes municipais, ou futuros distritos e vilas e descobrimos que ela diversificou suas atividades e suas opções econômicas, assistenciais e sociais, criando novas empresas, buscando a participação dos sócios-acionistas, dos empregados, dos colonos, contribuindo para a estruturação de atividades religiosas, educacionais, sociais. A colônia da MARIPÁ foi implantada com colonos selecionados a partir de um discurso e de uma prática calcados em conceitos e pré-conceitos de origem, de colono do Sul do Brasil e de valores coloniais calcados na etnicidade e no espírito colonial.

A situação de fronteira colonial, por si só, já se constitui numa situação de crise, pois implica em articular o velho e o novo que se manifestou no cotidiano e na memória da colônia numa situação de fronteira, ou seja, no momento da instalação, do desbravamento dos colonos, quando se dá a construção do espaço e a constituição e significado dos seus componentes. A colonização do Oeste do Paraná se reveste da peculiaridade de estar sendo concluída no momento em que começaram a ocorrer intensas e profundas transformações no meio rural brasileiro, afetando o espaço colonial e o estilo de viver e de ser dos euro-brasileiros. Este fato exigiu do homem colonial novos papéis e proporcionou resistências, adaptações, mudanças. Finalmente, no bojo destas transformações, a fronteira agrícola, também, assumiria outras funções e não se adequou mais à expansão do espaço colonial tal qual como foi caracterizado no texto que resultou desta pesquisa. Enfim, o espaço colonial absorvido por uma crise interna e, não tendo mais para onde se expandir, se viu envolvido pelo “cerco modernizante”, ou seja, a sociedade colonial e o homem colonial euro-brasileiro foram atingidos por forças de transformação, cujas raízes estão na sociedade européia do século XIX e cuja dinâmica atingiram as entranhas do espaço colonial. Por outro lado, o colono manteve um espaço,

embora limitado, para exercer sua autonomia e para construir uma maneira de ser. Mesmo sendo, constantemente e repetidamente, afetado, “ele se fez colono”, ele resistiu e se adaptou.

Achamos oportuno fazer algumas considerações teórico-metodológicas oriundas a partir da construção deste texto no que se refere à sua estrutura, a concepções e conceitos, ao **“corpus documental”**.

Estruturamos o texto de forma tal para que pudéssemos construir o espaço colonial num amplo contexto de transformações da história ocidental, porque as leituras e a pesquisa nos levaram a perceber que o homem colonial continuava a manifestar e cultivar, fortemente, elementos culturais europeus que remontam aos tempos modernos e à medievalidade. Entendemos que a colonização, no Brasil, teve desdobramentos calcados sobre diretrizes políticas do governo central articuladas com interesses regionais. Desta forma, a caracterização do espaço colonial do Sul do Brasil adquiriu uma lógica argumentativa para a colonização do Oeste do Paraná e para a análise da colônia criada pela MARIPÁ e permitiu finalizar a discussão e a argumentação, retornando ao contexto mais amplo da dinâmica colonial e das transformações ocorridas com a modernização agrícola das regiões coloniais. Esta estrutura textual obedeceu a uma racionalidade de argumentação e possibilitou uma construção discursiva histórica que percorria elementos componentes da realidade ampla, macro, até a realidade local, micro. Esta foi uma opção consciente nossa e que justificamos, tendo consciência das implicações da relação sujeito-objeto na pesquisa histórica, isto é, o sujeito, escolhendo o assunto e estabelecendo o tema, imprime, necessariamente, a subjetividade no seu fazer história, embora tenha que primar pela objetividade. Neste aspecto, o leitor deve ter percebido que nós, o autor, tivemos uma certa intimidade com a temática da colonização euro-brasileira, o que trouxe problemas e soluções, dificuldades e facilidades. Na medida em que a redação ia sendo feita, foi possível retratar situações, a partir das fontes, que apresentavam uma certa familiaridade e uma leitura subjetiva da documentação, supondo que os possíveis leitores, também, tivessem tal intimidade com o objeto. Este fato teve, reiteradamente, o alerta de quem lia os “paper”, principalmente dos leitores da academia que não tiveram a origem e a experiência coloniais. Estas foram ocasiões de amadurecimento teórico e de explicitação conceitual para nós, enquanto autor deste texto e enquanto historiador. O que, às

vezes, parecia óbvio não era tão evidente quanto supúnhamos. É importante afirmar que esta experiência nos fez sentir, na prática da pesquisa, as implicações “facilitadoras e dificultadoras” de se lidar com objeto familiar na pesquisa histórica. Não se quer dizer, aqui, que conheçamos na sua amplitude e profundidade necessárias o assunto da colonização e sim que temos uma certa vivência colonial pessoal.

No bojo do *metier* desta pesquisa, fomos estabelecendo alguns conceitos, dentre os quais, destacamos e relembramos alguns.

O euro-brasileiro foi o imigrante brasileiro oriundo da Europa que transplantou elementos culturais da tradição cristã rural e incorporou novos elementos culturais, adaptando-se à realidade encontrada e construída no Brasil. Na medida em que participou do processo de colonização, veio a ser o colono da nossa tese, ou seja um camponês com características próprias, pequeno proprietário rural, dedicando-se ao trabalho de exploração do lote colonial e fazendo coincidir a unidade produtiva com a unidade familiar. A atuação do euro-brasileiro-colono contribuiu para a constituição do espaço colonial, que vieram a ser espaços projetados e estabelecidos a partir da estruturação da pequena propriedade da terra, a partir da vida do colono e a partir da constituição da sociedade colonial. Estes espaços foram sendo concebidos, implantados e estabelecidos através de um processo de seleção e de escolha, onde a noção de origem estava calcada na idéia de etnicidade, confundida com o modo-de-ser colono e de local de nascimento e de vivência.

Com relação à documentação, gostaríamos de dizer que, tivemos o problema da abundância da documentação levantada e parcialmente lida. Isto trouxe dificuldades para o estabelecimento do corpus documental, exigindo seleção, descarte, cortes e recortes aos quais resistíamos. Trouxe, por outro lado, possibilidades de opção por aquela documentação que nos parecia mais adequada para a argumentação e para a construção textual pretendidas. Ensaíamos, por vezes e rapidamente, incursões a respeito da relação historiador e fontes, observações a respeito das motivações e da gênese documental. O aprimoramento desta forma de fazer história nos seduz, sendo pretensão nossa continuar a fazê-la.

Finalmente, reafirmamos que este trabalho se deve a um conjunto de circunstâncias e motivações e que se insere nos resultados mais amplos de uma equipe de jovens pesquisadores e de jovens iniciantes na pesquisa sobre a história do Oeste do Paraná e que está produzindo conhecimento histórico em



monografias, na iniciação científica, em diversos programas de Pós-Graduação. Além dos resultados do texto que ora concluímos, abrem-se muitas possibilidades para que novas pesquisas sejam feitas, quer pela documentação disponibilizada, quer pelo debate que vem sendo desenvolvido, quer pela institucionalização da pesquisa histórica no Oeste do Paraná e quer, finalmente, pela sua articulação com pesquisadores reconhecidos de instituições de maior tradição na pesquisa histórica e de áreas afins.



## FONTES PRIMÁRIAS

- BRACHT, Lothário. **Relatório da Pinho & Terra**, 1969. Toledo, 1950
- BRASIL. IBGE. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. IBGE serviço gráfico, 1974.
- CARTÓRIO NARDELO. **Registros de Casamentos**. Marechal Cândido Rondon, 1955-1965.
- CARTÓRIO NARDELO. **Registros de Casamentos**. Marechal Cândido Rondon, 1975-1985.
- COLETÂNEA da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Secretaria da Agricultura, 1961.
- COLONIZADORA CRICIÚMA LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.
- COLONIZADORA GAÚCHA LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.
- COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. **Questões Agrárias** : estatuto da terra e decretos regulamentadores. Brasília, 1973. 173p.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e Problemas da Terra** : documento aprovado pelo 18ª Assembléia da CNBB Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980. 2. ed. São Paulo : Ed. Paulinas, 1980.
- DEMONSTRATIVO da Conta de Lucros e Perdas da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, de 31 de dezembro de 1952. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, abr. 1953.
- DIREÇÃO : o Paraná no rumo certo, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 26-29, abr. 1997.
- FREITAS JUNIOR, Augusto Teixeira de. **Terras e Colonização**. Rio de Janeiro : Ed. S.L. Carnier, 1882.
- GENSCHOW, Fernando A. **O Plano Nacional de Colonização** : a Colonização no Brasil. Súmula de exposição feita aos membros do Conselho Técnico do IBRA. set.1966.
- IBGE. **Áreas de Atração e Evasão Populacional no Brasil no período 1960-1970**. Rio de Janeiro, 1979.
- INDUSTRIAL E AGRÍCOLA BENTO GONÇALVES LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.
- INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ - MARIPÁ. **Plano de Colonização**. Toledo, jun.1955.
- INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A - MARIPÁ. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária**. 26 de dezembro de 1958.

- INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A - MARIPÁ. **Explicação das atividades no período de 1946 a 1962, apresentada pelo Gerente Procurador, Paulo Gbur, à Assembléia Geral dos Acionistas.** 19 de abril de 1963.
- INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A-MARIPÁ. Relatório dos Trabalhos Desenvolvido. jun.1955.
- INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Estatutos.** Porto Alegre, 13 de abril de 1946.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul, INCRA (Ed), Brasília, 1973, 6 volumes. Citado: INCRA. 3. INCRA, Levantamento, vol. 2. INCRA, Levantamento vol. 3. INCRA, Levantamento, vol. 5. INCRA, Levantamento, vol. 6.
- MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Registro de casamento do Cartório civil de Marechal Cândido Rondon.
- MARIPÁ. **Livros de Registros de Compra e Venda de Terras.** Toledo : Escritórios da MARIPÁ.
- NIEDERAUER, Ondy Companhia de Madeiras Del Alto Paraná (Relato) s.d. (Mimeo)
- NIEDERAUER, Ondy H. **Relato de como foi iniciada a cidade de Toledo.**
- NIEDERAUER, Ondy. A Implantação. (Relato) (mimeo).
- NIEDERAUER, Ondy. INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ LTDA. S/A - MARIPÁ. Julho de 1955. (Relato) (mimeo).
- NIEDERAUER, Ondy. Plano de Colonização. (Relato) (mimeo).
- OS NOVOS Caminhos : Paraná terá novo perfil com ações de transportes. **Direção : o Paraná no rumo certo**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 12-15, abr.1997.
- OBERG, Kalervo, JABINE, Thomas. **Toledo** : um Município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro : Edições SSR, 1960.
- PAOLI, Mariza Zancaner. **O caso Itaipu.** Maio 1992. (Relatório mimeog.)
- PERSAGRI II - Projeto da Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense. **Modernização e Diferenciação social na agricultura brasileira** : um estudo no Extremo-Oeste do Paraná. Rio de Janeiro, 1981.
- PINHO E TERRAS LTDA. **Relatório do Plano de colonização** : Resumo do plano de ação. Período 1946-1960.
- RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ. A Região em Notícias : arquivo dos textos dos noticiários. Marechal Cândido Rondon, 1966-1976.

RAMBO, S.J.. Auf Landschau am Iguassú. **SKT Paulusblatt**, Porto Alegre, n. 2, fev.1954.

RELATÓRIO da Diretoria sobre o Balanço Geral da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, realizado em 30 de setembro de 1967. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre. RELATÓRIO da Diretoria sobre o Balanço Geral da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, realizado em 30 de setembro de 1966. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 19-01-1967.

RELATÓRIO da Diretoria sobre o Balanço Geral da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, realizado em 30 de dezembro de 1961. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 18-04-1962.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Estudo de um processo cultural na relação entre colonos e agroindústrias** : o caso da microrregião do Alto Uruguai Catarinense. Rio de Janeiro, 1993. 40 p. Projeto de dissertação para mestrado - Departamento de Letras e Ciências Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SECÇÃO CÉU AZUL DA PINHO E TERRAS LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.

SECÇÃO LOPEI DA PINHO E TERRAS LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.

SECÇÃO PIQUIRÍ DA PINHO E TERRAS LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.

SECÇÃO PORTO MENDES DA PINHO E TERRAS LTDA. **Plano de Ação e relatório**. 1960.

SILVA, Zedar Perfeito. **O Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1954.

SKT PAULUSBLATT. Porto Alegre : Gráfica Educandário São Luiz, 1948.

SKT PAULUSBLATT. Porto Alegre : Gráfica Educandário São Luiz, fev., 1954.

SKT PAULUSBLATT. Porto Alegre : Gráfica Educandário São Luiz, v. 63, out. 1980.

SPERANÇA, Alceu. O ciclo da madeira. **Revista Oeste**, Cascavel, n. 28, p. 49-50.

SUDESUL. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **O Fenômeno Migratório na Região Sul**. Porto Alegre : SUDESUL/UFGRS, 1975.

TOLEDO : Terras fertilíssimas, peixes e caça no dia 26 seguirá nova caravana. **O Correio Serrano**, Porto Alegre, 14 nov. 1951.

WAGENER, C.L. Hinterm Ptlug. **SKT. Paulusblatt**, Porto Alegre, v. 31, n. 5, maio 1948.

YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988.

## ENTREVISTAS ORAIS

GAMBIM, Zemiro. Relato cedido a Helga Bossa. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 123.

GRABNER, Alvino. Relato cedido a Elisa Maria Rauber. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 75.

HAMES, Valdomiro Aloísio. Relato cedido a Albano Afonso Mallmann. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 95-96.

KUHN, Pedro. Relato cedido a Albano Afonso Mallmann. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 88-90.

MACENA, João. **Relato cedido a Valdir Gregory**. 20 jun.1997.

MEINERZ, Lotário. Relato cedido a Albano Afonso Mallmann. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 83-86.

MUMBACH, Romano. Relato cedido a Arlete Nelsi Horn. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 106.

PHILIPPSEN, Alberto. Relato cedido a Albano Afonso Mallmann. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). **Com Licença somos do distrito de Toledo** : projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988. p. 90-92.

SCHEID, Milano. **Relato cedido a Valdir Gregory**. 20 maio 1997.

WINTER, Valdi. **Relato cedido a Marcos Erhart e João Scopel**. s.d.





## 8 OBRAS CITADAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo : Duas Cidades, 1980.
- AULICK, Werner. **O Paraná e os alemães**. Curitiba : S.ed., 1953.
- BALHANA, Altiva Pilatti et al. **Campos Gerais Estruturas Agrárias**. Curitiba : Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1968. 268 p.
- BARRAGLOUGH, Solon. **Lo que Implica una Reforma Agraria**. Santiago : CICIRA, s.d. (Documento n.2).
- BEAJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia da População**. São Paulo : Nacional, 1980.
- BERNARDES, Nilo. A Colonização Européia no Sul do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 109, p. 444.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Niterói, 1994. 335 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.
- BONI, Luis A. de. O Catolicismo da Imigração : do triunfo à crise. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. **RS : Imigração & Colonização**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980. 280p. Cap. 9, p. 234-255.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- BRAIDO, Jacyr Francisco. Colonos brasileiros en el Paraguay. **Revista Paraguaya de Reflexión y Diálogo**, Paraguay, n.16, p.25-30, nov.1972.
- BRASIL em Dados 75. 2. ed. Rio de Janeiro : Rio Gráfica Editora, Editora Índice Sociedade, Rede Globo, 1975.
- BRUM, Argemiro. **Modernização da Agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí : FIDENE, 1983.
- BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa. In: BURKE, P. (org.). **A Escrita da História : Novas Perspectivas**. São Paulo : EDUSP, 1992.
- CARAVIAS, José Luís. **Lutar Pela Terra** : inspirações bíblicas para as comunidades camponesas. São Paulo : Loyola, 1985.
- CARVALHO, Delgado de, RIEMER, Ana Maria Delgado de Carvalho. **História das Américas**. Rio de Janeiro : Record, s. d.
- CEPAL. **El Desarrollo Social de América Latina en la Postguerra**. Buenos Aires : Solar-Havhette, 1966.
- COLNAGHI, Maria Cristina. **O processo político de ocupação do sudoeste** : cenários de economia e política : Paraná. Curitiba

- : Ed. PREPHACIO, 1991.
- COLODEL, José Augusto. **Obrages & companhias colonizadoras** : Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena : Prefeitura Municipal, 1988.
- CORADINI, Odacir Luiz et al. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- CROUZET, Maurice org. **História Geral das Civilizações**. São Paulo : DIFEL, 1969.
- DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio org. **Rio Grande do Sul** : imigração e Colonização. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980.
- DUBY, Georges. **Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval**. Lisboa : Edições 70, 1988. 2 v.
- EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola**. Rio de Janeiro, 1991. 339 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Administração de Sistemas Educacionais - Fundação Getúlio Vargas.
- ENGELS, Magali p.99
- FELIX, Loiva Otero. **Religião e política: os teuto-brasileiros e o PRR**. In: MAUCH, Cláudia (org.) Os alemães no sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história. Canoas, Ed. Ulbra, 1994. p 77-85.
- FICKER, Carlos. **São Bento do Sul** : subsídios para a sua história. Joinville : Imprensa Ipiranga, 1973.
- FIGUEIREDO, Adma Hamman, MESQUITA, Olindina Vianna, SILVA, Solange Tietzmann. O impacto desigual da modernização da agricultura no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro n.46, p. 425-550, jul./dez. 1984
- FIGUEIREDO, Vilma. **Questão e Reforma Agrária nos anos 80**. Rio de Janeiro : Tempo brasileiro, 1984. 216p.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura** : contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba : Livraria do Chain; CONCITEC; IPARDES, 1988. 154p.
- POWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra** : a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- FREITAG, Liliane da Costa. **As fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital: o extremo** - oeste paranaense (1937-1954). São Leopoldo: UNISINOS, 1997 (Dissertação de mestrado em História).
- GERKE, Arno. **COPAGRIL** : uma análise do cooperativismo no Oeste do Paraná. Curitiba, 1992. 227 p. Dissertação (Mestrado)

- Universidade Federal do Paraná.
- GERNSCHOW, Fernando A. **O Plano Nacional de Colonização e A colonização no Brasil**. set. 1966. (Súmula de exposição feita aos membros do Conselho Técnico do IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária).
- INGSBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Lisboa : DIFEL, 1991.
- GIRON, Loraine Slomp. A Imigração Italiana no RS : Fatores determinantes. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. **RS : Imigração & Colonização**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980. 280p. Cap.2, p. 47-66.
- GÓES, José Roberto. **O Cativo Imperfeito** : um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Niterói, 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense.
- GRAMSCI, A. **Obras Escolhidas**. São Paulo : Martins Fontes, 1978.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia** : crítica da moderna agricultura. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- GREGORY, Lúcia T.M. **Arquivo fotográfico** : necessidade e importância de sua implantação. Marechal Cândido Rondon, 1996. 130 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento de História e Geografia - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon.
- GREGORY, Valdir. **Capitalismo, Latifúndio, Migrações** : a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul - Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa. Porto Alegre, 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Pontifícia Universidade Católica.
- GROSSELI, Renzo M. **Vencer ou Morrer** : camponeses Trentinos (Venetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- GÜTHS, Lia Dorotéa. **Do mapeamento Geo-Ambiental ao planejamento urbano de Marechal Cândido Rondon (PR)**: estudos de caso (1950/97). Florianópolis, 1999. 182 p. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital** :1848-1875. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- IBGE. **Censos demográficos de 1956, 1960, 1970, 1980,**

1991. Rio de Janeiro, s.d.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira. **O Paraná Reinventado** : política e governo. Curitiba, 1989. 203p.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo : Ed. Proposta Editorial, 1980.
- KAWAMURA, Lili Katsuco. **Engenheiro** : trabalho e ideologia. São Paulo : Ática, 1979.
- KLIEMANN, Luíza Helena Schmitz. **Rio Grande do Sul** : Terra e Poder - História da Questão Agrária. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1986.
- KREUTZ, Lúcio. **Magistério e Imigração Alemã** : o professor católico teuto-brasileiro da Restauração. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **O minifúndio gaúcho** : ajuda técnica como alternativa? Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 251 p.
- LANDO, Aldair Marli, BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. **RS : Imigração & Colonização**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980. 280p. Cap. 1, p. 9-46.
- LANDO, Aldair Mari. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul** : uma interpretação sociológica. Porto Alegre : Instituto Estadual do Livro, 1976.
- LARANJEIRAS, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil, v.164)
- LAVALLE, Aida Mansoni. **A Madeira na Economia Paranaense**. Curitiba : GRAFIPAR, 1981.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba : SECE/BPP, 1986.
- LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito da Idade Média** : tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa : Estampa, 1979.
- LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. 2. ed. São Paulo : Papirus, 1986.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: GINGSBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa : DIFEL, 1991.
- LOVISOLO, Hugo R. **Terra, Trabalho e Capital** : produção familiar e acumulação. Campinas : Ed. UNICAMP, 1989.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **Alemanha, mãe-pátria distante** : utopia pangermanista no sul do Brasil. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis : Vozes, 1984.
- MARTINI, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos**

- Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo : Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do Vinho** : Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1984. 182p.
- MARX, Karl. A Estrutura de Classes na Alemanha. In: IANNI, Octávio org. **Marx, sociologia.** São Paulo : Ática, 1979.
- MELLO, Erasto Castilhos. **A Mercantilização da Produção Agrícola Regional e o Estado na Dinâmica da Acumulação de Capital e Expansão das Cooperativas Agropecuárias Singulares** : o caso do Extremo Oeste Paranaense. Belo Horizonte, 1988. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- MENDONÇA, Sônia Regina. A Balança, a Régua e o Arado : sistemas de ensino e "habitus" de classe na Primeira República. **Cadernos do ICHF**, Rio de Janeiro, nº 48, nov.1992.
- MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil de 1800 até a atualidade.** Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- MIRANDA NETO. **A Expropriação dos Alimentos.** Rio de Janeiro : Ed. Achiamé, 1985.
- MORAES, Carlos de Souza. **O Colono Alemão** : uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo. Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 160 p.
- MUELLER, Charles Curt. Dinâmica, Condicionantes e Impactos Socio-ambientais da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n.3, p. 64-87, jul./set. 1992.
- MUELLER, Helena Isabel. Imigração e utopia : mundo velho sem fronteira!. **Revista Agor**, Niterói, v. 2, n. 2, p.18-25, 1994.
- MULLER, Keith Derald. Colonização pioneira no Sul do Brasil : o caso de Toledo, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986.
- MÜLLER, Telmo Lauro. **1824 - Antes e Depois** : O Rio Grande do Sul e a imigração alemã. S.l : Editora Gráfica Metrópole, s.d.
- NEDEL, Rui. **Te Arranca Alemão Batata.** Porto Alegre : Ed. TCHÊ, 1986.
- NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso.** Toledo : Manz Etiquetas Adesivas, 1992. 285 p.
- OBERACKER, Carlos H. **Jorge Antônio von Schaeffer, criador da Primeira Corrente Emigratória para o Brasil.** Porto Alegre : Metrópole; Instituto Estadual do Livro, 1957.

- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná.** São Paulo : Hucitec, 1981.
- PAIVA, Ruy Miller. Os Baixos Níveis de Renda e de Salários na Agricultura Brasileira. In: CONTADOR. 1975.
- PEREIRA, Eloy Locana. **O Brasil do Imigrante.** Caxias do Sul : Tipografia São Paulo, 1974.
- PEREIRA, p 303
- PERSAGRI II. **Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense.** Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. "Imigração". In: FAUSTO, Boris org. **História Geral da Civilização Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro : DIFEL, 1978. v. 8, p. 96-97.
- PIAZZA, Walter. "Migrações e Movimentos Migratórios em Santa Catarina". In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4, 1969, São Paulo. Anais ... São Paulo, 1969. p. 297.
- POULANTZAS, Vicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Rio de Janeiro : Graal, 1981.
- RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros Gaúchos : a colonização do norte matogrossense.** Porto Alegre : Ed. TCHÊ!, 1987.
- RICHTER, Klaus. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização de interior de Joinville e Blumenau.** Florianópolis : Ed. da UFSC; Blumenau : Ed. da FURB, 1986.
- ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre : Globo, 1969.
- RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil.** Florianópolis : Ed. da UFSC; Joinville: FCJ, 1992. Tradução de Júlio Chella
- ROSEN, George. **Da Política Médica à Medicina Social : ensaios sobre a história da assistência médica.** Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os Fundamentos e Mudanças de Paradigmas na ciência Histórica Alemã-Occidental. In: NEVES, Abílio A B. **A Nova Historiografia Alemã.** Porto Alegre : EDUFRGS, 1987.3
- SAATKAMP, Venilda. **Desafios, Lutas e Conquistas : história de Marechal Cândido Rondon.** Cascavel : Assoeste, 1984.
- SANTOS, Carlos Roberto A. **História da Alimentação no Paraná.** Curitiba : Fundação Cultural, 1995.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Cantineiros e Colonos - A Indústria do Vinho no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. **RS : Imigração & Colonização.** Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980. 280p. Cap. 6, p. 135-155.

- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho** : Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1984.
- SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs** : o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná. Toledo : EDT, 1994. 104p.
- SCHUH, G. Edward. A Modernização da Agricultura Brasileira: uma interpretação. In: CONTADOR, 1975.
- SERRA, Elpidio. Processos de Ocupação e a Luta Pela Terra Agrícola no Paraná. Rio Claro, 1991. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1990. 103p.
- SILVA, Oscar, MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua história**. Toledo : Prefeitura Municipal, 1988. 496p.
- SINGER, Paul et al. **Capital e Trabalho no Campo**. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1979. 146p.
- SOUTO MAIOR, Laércio. **História do município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do estado do Paraná**. Maringá, Clicheter, 1996.
- SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel** : a história. Curitiba : Lagarto, 1992.
- TAMBARA, Elomar. **Rio Grande do Sul** : Modernização & Crise na Agricultura. 2. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1985.
- TARSITANO, Maria Aparecida A. O Desenvolvimento da Agricultura Matogrossense: 1970-85. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 14, 1991.
- TOEPPER, Maira Esther. **O processo migratório para Marechal Cândido Rondon** : o direcionar de uma origem geográfica. Marechal Cândido Rondon : UNIOESTE, 1993. Monografia (Especialização em Geografia do Brasil).
- VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis : Vozes, 1985.
- VANDERLINDE, Tarcísio. **Dinâmica do Capitalismo no Município de Marechal Cândido Rondon e suas conseqüências no uso do solo**. Guarapuava, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, 1988. Monografia (Especialização em Análise Ambiental).
- VAZ, Raul. **Moysés Lupion - a verdade**. Curitiba : Paratodos, 1986.
- WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba : Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, Mensus e Colonos** : história do Oeste Paranaense. Curitiba : Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, Ruy. **Sudoeste** : ocupação e colonização. Curitiba : Litero-Técnica, 1985.

WAIBEL, Léo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 1979.

WEITZ, Reenan. Uma nova estratégia de desenvolvimento rural. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1978.

WERLANG, Alceu Antônio. **A Colonização às margens do Rio Uruguai no extremo Oeste Catarinense** : atuação da Companhia Territorial Sul Brasil - 1925 a 1954. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná** : primórdios da colonização moderna na região de Itaipu. Curitiba : UFPR, 1987.

WESTPHALEN, Cecília et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Estado do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, n.7, p. 1-52, 1968.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil** : estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo : Nacional, 1980.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil** : estudos sociológicos de imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo : Nacional, 1940.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno** : as Transformações no Rio Grande do Sul Rural do Século XIX. Niterói, 1994. 390 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.



## EDITORA E GRÁFICA UNIVERSITÁRIA

Assessoria Especial  
do Gabinete da Reitoria

*Paulo Konzen*  
*Laurenice Veloso*  
*Hélio A. Zenati*

Assistente Administrativa

*Geyza Colli Alcântara Lima*

Criação e Diagramação

*Antonio da Silva Junior*  
*Vinicius Thomas Back*  
*Rachel Cotrim*

Impressão

*Gilmar Rodrigues de Oliveira*  
*Izidoro Barabasz*

Acabamento

*Gentil David Teixeira*  
*Vera Müller*





**UNIOESTE**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**

**REITOR**  
Alcibiades Luiz Orlando

**VICE-REITOR**  
Benedito Martins Gomes

**CHEFE DE GABINETE**  
Nilza Altavini

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
Sônia Regina Sari Ferreira

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**  
Marco Antonio Costa

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**  
Wilson João Zonin

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
Fabiana Scarparo Naufel

**UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**  
**DIRETORES GERAIS**

**CAMPUS DE CASCAVEL**  
Paulo Sérgio Wolf

**CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU**  
Renata Camacho Bezerra

**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO**  
José Maria Ramos

**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
Davi Felix Schreiner

**CAMPUS DE TOLEDO**  
José Dilson Silva de Oliveira

**DIRETOR DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO**  
Alberto Rodrigues Pompeu



Esta obra integra a Biblioteca de Temas Paranaenses, projeto criado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através do Departamento de Ensino Médio. O projeto vincula-se ao Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM. A Biblioteca de Temas Paranaenses tem como objetivo enriquecer o acervo já constituído das bibliotecas das escolas e colégios que integram a rede pública estadual de ensino com livros que promovam o conhecimento e a discussão de aspectos peculiares da cultura de nosso Estado, integrando assim o regional e o universal.

**Governador do Estado do Paraná**

Roberto Requião de Mello e Silva

**Vice-Governador do Estado do Paraná**

Orlando Pessuti

**Secretário de Estado da Educação do Paraná**

Maurício Requião de Mello e Silva

**Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação do  
Paraná**

Ricardo Fernandes Bezerra

**Departamento de Educação Básica**

Mary Lane Hutner

**Grupo de Planejamento Setorial**

Carlos Roberto Sotomayor Valiente

**Secretaria de Estado da Educação do Paraná**

Avenida Água Verde, 2140 — Água Verde

CEP: 80240-900 — Curitiba - Paraná - Brasil

[www.seed.pr.gov.br](http://www.seed.pr.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO  
PROGRAMA EXPANSÃO, MELHORIA E INOVAÇÃO NO  
ENSINO MÉDIO DO PARANÁ - PROEM  
PROJETO TEMAS PARANAENSES